

Eduardo João Moro

**ENTRE A AGRICULTURA CONVENCIONAL E A
AGROECOLOGIA: ALIANÇAS E INTERFACES NA PESQUISA
AGRÍCOLA E NA EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA**

Tese submetida ao Programa de Pós-
Graduação em Sociologia Política da
Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do Grau de
doutor em Sociologia Política.
Orientadora: Profa. Dra. Julia Silvia
Guivant.

Florianópolis
2012

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Moro, Eduardo João

Entre a Agricultura convencional e a Agroecologia
[tese] : alianças e interfaces na pesquisa agrícola e na
extensão rural de Santa Catarina / Eduardo João Moro ;
orientadora, Julia Silvia Guivant - Florianópolis, SC,
2012.

270 p. ; 21cm

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação em Sociologia Política.

Inclui referências

1. Sociologia Política. 2. Pesquisa agrícola. 3. Extensão
rural . 4. Agroecologia . 5. Agricultura orgânica . I.
Guivant, Julia Silvia . II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política.
III. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO (INSERIR NO LUGAR DESSA)

Ao meu pai, Altair Moro
(*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Considero este trabalho a conclusão de um importante capítulo de minha trajetória, iniciado em 1999, quando deixei minha cidade para ingressar na graduação em Florianópolis. Desde então, inúmeras pessoas passaram pela minha vida, algumas tiveram papel decisivo, e a elas agradeço de maneira especial. Minha mãe, melhor amiga e confidente, Dona Gerta, presente em absolutamente todos os momentos, orando, apoiando e transformando a sua casa no melhor do lugar do mundo para estudar. Minha orientadora, Professora Julia, que, desde os tempos de iniciação científica, tem me orientado e aconselhado, servindo sempre de inspiração para que eu seguisse na carreira acadêmica. Miranda e Paulo, que me proporcionaram amparo e segurança depois que meu pai se foi. E meu irmão, Leonardo, que dividiu comigo tristezas, alegrias e inquietações, e que tornou minha vida mais leve e divertida.

Agradeço também aos pesquisadores e extensionistas entrevistados, bem como à Apaco, Agreco, Cooperagreco, Cresol/Seara e Centro Vianeí, que me receberam cordialmente e se disponibilizaram contribuir com a pesquisa de campo.

Ao CNPq, pelo apoio financeiro através da bolsa de estudos entre março de 2008 a setembro de 2010.

Aos professores componentes das bancas de qualificação e defesa da tese, por terem aceitado contribuir com minha pesquisa.

Aos meus amigos do IFC, especialmente Rudinei, Liamara, Almir, Ronaldo, Ferro e Mateus, pela convivência e incentivo ao longo dos últimos dois anos.

À minha família, paciente e compreensiva pelos momentos de ausência.

RESUMO

A presente tese tem como objeto de estudo a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), através dos atores sociais ligados à agricultura não convencional. Os objetivos são: (i) analisar a atuação de atores sociais atrelados a práticas não convencionais, (ii) o papel destes atores na trajetória da instituição e (iii) a relação entre eles e com os demais atores que, em sua maioria, atuam com a agricultura convencional. O aporte teórico-metodológico da pesquisa se baseia na Sociologia Ambiental, na vertente construtivista, que foca nos significados que os atores dão ao seu cotidiano e às suas experiências, em diálogo com a Sociologia Rural Crítica, em especial a Teoria Centrada no Ator, formulada por Norman Long (1992; 1999; 2007). A partir desse referencial, foi possível analisar os discursos dos atores, destacando disputas e conflitos, gerados por discrepâncias de valores, interesses, conhecimento e poder. A pesquisa de campo consistiu em entrevistas semiestruturadas, com pesquisadores e extensionistas da Epagri, bem como representantes de ONGs e de cooperativas atuantes no Estado. Entre os aspectos analisados, destacam-se a existência de visões de desenvolvimento rural, ancoradas, de maneira geral, a dois grandes modelos agrícolas. Por um lado, identificou-se uma rede de atores ligada à agricultura convencional (Rede I), hegemônica, associada ao modelo de desenvolvimento chamado de exógeno, e, por outro lado, uma rede ligada à agricultura não convencional (Rede II), outrora denominada de alternativa, associadas ao modelo endógeno e ao desenvolvimento rural sustentável. Situações de interface, descritas pelos entrevistados, evidenciam uma trajetória de disputas entre as redes mencionadas. Essa trajetória pode ser dividida em quatro fases (disputa por espaço, busca pelo equilíbrio de forças, desequilíbrio de força e atual), a primeira iniciada com ações realizadas na Estação Experimental de Ituporanga, passando pela formação e extinção do Projeto de Agroecologia. No interior da Rede II, foi possível observar outras divergências, separando atores defensores da Agroecologia, considerada por eles como uma ciência, e da agricultura orgânica, conceito que abarca diversas outras práticas agrícolas na legislação brasileira. Observou-se, também, a importância da atuação dos atores “externos” na trajetória da instituição, tanto estabelecendo parcerias, quanto acendendo disputas. É o caso de ONGs, cooperativas e universidade. Dentre as disputas, destacam-se situações de interface, envolvendo a Rede II e ONGs, em relação ao pioneirismo na atuação com Agroecologia e agricultura orgânica em Santa Catarina.

Nas conclusões, sistematizam-se as posições e conflitos, analisando-se como se constitui um novo discurso dominante em torno da Agroecologia na Rede II, levando atores ligados à agricultura orgânica a oscilarem entre opostos, entre a agricultura convencional e a Agroecologia.

Palavras-chave: Pesquisa agrícola - Extensão rural - Agroecologia - Agricultura orgânica - Desenvolvimento Rural

ABSTRACT

This thesis has as its aim to study the Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), through social actors linked to the unconventional agriculture. Its objectives are: (i) analyze the role of social actors linked to unconventional practices, (ii) the role of these actors in the history of the institution and (iii) the relation between them and with other actors that, mostly, act with conventional agriculture. The theoretical-methodological input of the research is based in the Environmental Sociology, in its constructivist side, which focus in the meanings the actors give to their everyday and to their experiences, dialoguing with the Critical Rural Sociology, mainly the Actor Centered Theory, stated by Norman Long (1992; 1999; 2007). From this point of view it was possible to analyze the actors speech, detaching disputes and conflicts, generated by differences in values, knowledge and power. The field research consisted in semi-structured interviews, with EPAGRI researchers and extensionists, as well as NGO and co-op representatives that work in Santa Catarina. Among the analyzed aspects, we could detach the existence of rural development views, generally leaned to two big agricultural models. On the one hand, it was identified a network of actors connected to the conventional agriculture (Network I), hegemonic, associated with the development model called exogenous, and, on the other hand, a network connected to the unconventional agriculture, (Network II), once called alternative, associated with the endogenous model and to the sustainable rural development. Interface situations, described by the interviewees, show a history of disputes between the networks mentioned. This trajectory can be divided into four phases (competition for space, searching balance of forces, unbalance of forces and current), the first one was started with actions executed in the Ituporanga's Experimental Stations (Estação Experimental de Ituporanga), passing through the formation and extinction of the Agroecology Project. Inside Network II, it was possible to observe other differences, separating actors who defended the agroecology, considered by themselves a science, and the ones who advocated for the organic agriculture, a concept that covers many other farming practices according to Brazilian laws. It was also observed the significance of "external" actors in the trajectory of the institution, both establishing partnerships and sparking disputes. Such is the case of NGO, co-ops and universities. Among the disputes, stand out interface situations, involving Network II and NGOs, in relation to the pioneering work with Agroecology and organic

farming in Santa Catarina. In the conclusion, the positions and conflicts are systematized, and we're able to analyze how a new dominant speech is constituted around the Agroecology in the Network II, leading actors connected to the organic farming to oscillate between opposites, between the conventional agriculture and Agroecology.

Keywords: Agricultural research - Rural extension - Agroecology - Organic farming - Rural Development

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estrutura Administrativa da EPAGRI.....	103
Figura 2 - Agroecologia e/ou Agricultura Orgânica (Rede II) versus Agricultura convencional (Rede I).....	188
Figura 3 - Espectro dos grupos que atuam na instituição.....	206
Figura 4 - Mapa da EPAGRI, levando em conta as disputas entre Agroecologia e AO e Agricultura convencional.....	208
Figura 5 - A atuação do Banco Mundial, nos programas Microbacias I e II.....	210
Figura 6 - Uma nova força nas disputas por poder, envolvendo Agroecologia e AO.....	219
Figura 7 - Mapeamento das arenas de disputa, levando em conta a inserção das ONGs e cooperativas.....	230

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Críticas à abordagem de Robert Chambers.....	52
Quadro 2 - Lista de entrevistados.....	62
Quadro 3 - A EPAGRI e o modelo de desenvolvimento convencional, segundo os entrevistados.....	66
Quadro 4 - Agricultura alternativa, para os entrevistados.....	69
Quadro 5 - <i>International Federation of Organic Agriculture Movements</i> (IFOAM).....	72
Quadro 6 - As abordagens de agricultura ligadas à agricultura alternativa.....	78
Quadro 7 - Destaque dos entrevistados para Miguel Altieri.....	81
Quadro 8 - As metas do Microbacias II.....	115
Quadro 9 - Metas do SC RURAL.....	117
Quadro 10 - Missão e objetivos dos serviços públicos da ATER.....	122
Quadro 11 - Listagem das reportagens da Revista Agropecuária Catarinense (RAC).....	130
Quadro 12 - Caracterização segundo os atores sociais entrevistados...	146
Quadro 13 - As instituições que compõem o Banco Mundial.....	155
Quadro 14 - Outros episódios que marcam a fase zero.....	177
Quadro 15 - Agricultura que não envenena.....	181
Quadro 16 - Produção Agroecológica: uma ótima alternativa para a agricultura familiar.....	184
Quadro 17 - Outros episódios que marcaram a primeira fase.....	185
Quadro 18 - Merenda orgânica chega às escolas catarinenses.....	197
Quadro 19 - Outros episódios que marcam a segunda fase.....	201
Quadro 20 - Agroecologia <i>versus</i> orgânicos técnicos.....	204
Quadro 21 - Ata da reunião de planejamento.....	212
Quadro 22 - Funções da CNPOrg e da CPOrg-UF.....	221
Quadro 23 - Composição da CPOrg de Santa Catarina.....	222

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAO - Associação de Agricultura Orgânica
ABD/SUL - Associação de Agricultura Biodinâmica do Sul
ABIO - Associação de Agricultores Biológicos do Rio de Janeiro
ACARESC - Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina
ACARPESC - Associação de Crédito e Assistência Pesqueira de Santa
ACEVAM - Associação de Colonos Ecologistas do Vale do Mampituba
AEASP - Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo
AECP - Associação ECOVIDA de Certificação Participativa
AGAPAN - Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural
AGÖL - Federação para o Cultivo de Orgânicos
AGRECO - Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral
AGROFLOR - Associação de Agricultores Orgânicos de Florianópolis
ANDEF - Associação Nacional de Defensivos Agrícolas
ANPOCS - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
ANPPAS - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade
AO - Agricultura Orgânica
APACO - Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense
APIVALE - Associação dos Apicultores e Agricultores Agroecológicos do Vale do Rio D'Una
APREMAVI - Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida
APTA - Associação de Programas em Tecnologia Alternativa
ASSESOAR - Associação de Estudos e Orientação e Assistência Rural
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural
AVI - Alto Vale do Itajaí
AVICITECS - Associação Vianei de Cooperação, Intercâmbio no Trabalho, Educação e Saúde
BIOCERT - *Associazione Biocert*
BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CAE - Centro de Agricultura Ecológica
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCA - Centro de Ciências Agrárias
CEASA - Centrais de Abastecimento
CEPA - Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola

CEPAF - Centro de Pesquisa para a Agricultura Familiar
CEPAGRI - Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores Rurais
CEPAGRO - Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo
CEPAP - Centro de Desenvolvimento em Aquicultura e Pesca
CFR - Casas Familiares Rurais
CIDASC - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina
CIRAM - Centro em Informações de Recursos Ambientais e de Hidrometeorologia
CNPOrg - Comitê Nacional de Produtos Orgânicos
CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNPSA - Centro Nacional de Pesquisa em Suínos e Aves
COAGRE - Coordenação de Agroecologia
COFIEEX - Comissão de Financiamentos Externos
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
COOPERAGRECO - Cooperativa Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral
COOPERPROVE - Cooperativa Prove de Blumenau
CPOrg-SC - Comissão de Produção Orgânica de Santa Catarina
CPOrg-UF - Comissões da Produção Orgânica nas Unidades de Federação
CRESOL - Sistema das Cooperativas de Crédito Rural em Interação Solidária
DATER - Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural
DOU - Diário Oficial da União
DR - Desenvolvimento Rural
DRS - Desenvolvimento Rural Sustentável
ECOBLU - Associação de Produtores Agroecológicos de Blumenau
ECOJUS - Associação de Empreendimentos no Comércio Justo e Solidário
ECONEVE - Cooperativa Ecológica de Agricultores e Consumidores
EEB - *Encefalopatia Espongiforme Bovina*
EFA - Escolas Família Agrícola
EMATER/RS - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMPASC - Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária

EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A
ESALQ - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz
ETA - Escritório Técnico de Agricultura
FAEAB - Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil
FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FAPESC - Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina
FARESC - Federação das Associações Rurais do Estado de Santa Catarina
FASE - Federação dos Órgãos de Assistência Social e Educacional
FATMA - Fundação do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina
FEAB - Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil
FETRAF - Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar
FLV - Frutas Verduras e Legumes
FUNDAGRO - Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Rural Sustentável
FVO - *Farm Verified Organic*
IASC - Instituto de Apicultura do Estado de Santa Catarina
IBD - Instituto Biodinâmico
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IC - Iniciação Científica
ICEPA/SC - Instituto de Economia e Planejamento Agrícola de Santa Catarina
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
ICSID - Centro Internacional de Arbitragem de Disputas sobre Investimentos
IDA - Associação Internacional de Fomento
IFC - Corporação Financeira Internacional
IFC - Instituto Federal Catarinense
IFOAM - *International Federation of Organic Agriculture Movements*
IN - Instrução Normativa
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
IRIS - Instituto de Pesquisa em Riscos e Sustentabilidade
IVV - Instituto Verde Vida
MAPA - Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MBA - Movimento dos Atingidos por Barragens
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MIGA - Organismo Multilateral de Garantia de Risco
MMC - Mulheres Camponesas
MTS - Movimento Sem Terra
OCIA - *Organic Crop Improvement Association*
OCs - Organismos Certificadores
OG&F - *Organic Gardening and Farm*
OGM - Organismos Geneticamente Modificados
ONGs - Organizações não governamentais
PAT - Plano Anual de Trabalho
PECA - Parque Ecológico Cidade das Abelhas
PECMISA - Programa de Conservação e Manejo Integrado do Solo e da Água
PEMH - Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas
PGA - Pós-Graduação em Agroecossistemas
PIPSA - Programa de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura
PLANAC - Plano Agropecuário Catarinense
PMIS - Projeto de Manejo Integrado dos Solos
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNMH - Projeto Nacional de Microbacias Hidrográficas
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PRAPEN - Programa de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PTA - Projeto de Tecnologias Alternativas
RAC - Revista Agropecuária Catarinense
SA - Sociologia Ambiental
SDA - Secretaria do Desenvolvimento Agrário
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SED - Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia
SFA - Superintendência Federal de Agricultura em Santa Catarina
SIBER - Sistema Brasileiro de Extensão Rural
SICCOB - Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil
SISORG - Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica
SR - Sociologia Rural
TCA - Teoria Centrada no Ator
UACs - Unidades de Atendimento Cooperativo
UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

UNOCHAPECÓ - Universidade Comunitária da Região de Chapecó

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	27
2.	TRAJETÓRIA TEÓRICO-METODOLÓGICA: SOCIOLOGIA AMBIENTAL E SOCIOLOGIA RURAL	
2.1.	DESENVOLVIMENTO RURAL: DISCURSOS EM CONSTRUÇÃO.....	35
2.2.	SOCIOLOGIA AMBIENTAL COM ABORDAGEM CONTRUTIVISTA.....	40
2.3.	CONFLUÊNCIAS ENTRE A SOCIOLOGIA AMBIENTAL E A SOCIOLOGIA RURAL.....	42
2.4.	TEORIA CENTRADA NO ATOR.....	44
2.5.	PROCEDIMENTOS DE PESQUISA.....	60
3.	MODELOS DE AGRICULTURA E A EPAGRI	
3.1.	AGRICULTURA CONVENCIONAL.....	65
3.2.	AGRICULTURA NÃO CONVENCIONAL.....	68
3.2.1.	Agricultura alternativa: partindo de uma base comum.....	70
3.2.2.	Agricultura alternativa no Brasil.....	72
3.2.3.	Disputas entre Agroecologia e Agricultura Orgânica.....	79
3.2.3.1.	Agroecologia.....	80
3.2.3.2.	Agricultura Orgânica.....	87
3.2.4.	Separação da Agricultura Orgânica e da Agroecologia.....	96
4.	A EPAGRI E O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	
4.1.	A EPAGRI.....	101
4.1.1.	O surgimento da EPAGRI.....	105
4.1.2.	Pesquisa e extensão em microbacias.....	110
4.1.3.	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.....	117
4.2.	AGRICULTURA ORGÂNICA E AGROECOLÓGICA EM SANTA CATARINA.....	125
5.	ATORES, REDES E INTERFACES	
5.1.	REDES INTERNAS: ENTRE AGRICULTURA ORGÂNICA OU AGROECOLOGIA?.....	139
5.2.	ATORES EXTERNOS	
5.2.1.	Mestrado em Agroecossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina.....	151

5.2.2.	Banco Mundial nos Programas Microbacias I e II.....	154
5.3.	ONGS E COOPERATIVAS.....	157
5.3.1.	Centro Vianei de Educação Popular.....	158
5.3.2.	Associação dos Agricultores Ecológicos da Serra Geral (AGRECO).....	161
5.3.3.	Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (APACO).....	164
5.3.4.	Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL).....	166
6.	TRAJETÓRIAS DOS ATORES.....	169
6.1.	FASE ZERO: OS PRIMÓRDIOS DA PESQUISA E EXTENSÃO EM SANTA CATARINA.....	171
6.2.	PRIMEIRA FASE: A DISPUTA POR ESPAÇO.....	177
6.2.1.	Situações de interface nos primeiros anos.....	185
6.3.	SEGUNDA FASE: A BUSCA PELO EQUILÍBRIO DE FORÇAS.....	190
6.3.1.	Disputas internas entre Agroecologia e/ou AO evidenciam uma nova coalizão de atores.....	201
6.4.	TERCEIRA FASE: DESEQUILÍBRIO DE FORÇAS.....	211
6.4.1.	Situações de interface estabelecidas na terceira fase.....	213
6.5.	QUARTA FASE: MOMENTO ATUAL.....	220
6.5.1.	Relações que se estabelecem no momento atual.....	223
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	231
	REFERÊNCIAS.....	239
	APÊNDICE A - Roteiro de entrevistas.....	263
	APÊNDICE B - Síntese da legislação brasileira.....	265
	APÊNDICE C - A proposta de transição agroecológica na EMBRAPA.....	271

1. INTRODUÇÃO

A presente tese tem como objeto de estudo a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), destacando atores sociais que atuam com práticas agrícolas não convencionais. O objetivo da pesquisa é analisar a atuação destes atores ao longo da trajetória da instituição, a partir de 1991, enfatizando a formação redes, as disputas e o envolvimento de outras instituições e organizações ligadas à agricultura catarinense em tal cenário.

As análises relacionadas à agricultura não convencional tiveram início no ano de 2002, quando o pesquisador passou a estudar a questão ambiental na Sociologia e suas interfaces com a temática rural, especificamente por meio da Agricultura Orgânica (AO), como bolsista de Iniciação Científica (IC) da professora Dra. Julia Guivant. Junto aos demais pesquisadores do Instituto de Pesquisa em Riscos e Sustentabilidade (IRIS), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e sob a orientação da professora Dra. Julia Guivant, desenvolveu-se o trabalho de conclusão, no curso de Ciências Sociais (UFSC) (MORO, 2006), e a dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (UFSC) (MORO, 2007). As pesquisas estavam baseadas na proposta do Projeto de Produtividade do CNPQ¹ e no convênio CAPES/Wageningen², no sentido de estudar o crescimento da produção de alimentos orgânicos no Brasil e no mundo, destacando o papel dos supermercados na oferta de tais produtos nas capitais dos estados do Sul do país. Em especial, no tocante à variedade, à exposição e ao preço de frutas, verduras e legumes (FLV) orgânicos, de modo a estimular consumidores a adquirirem tais produtos e a alterarem, em diferentes graus, seus hábitos alimentares.

Em paralelo ao avanço e a consolidação do mercado de alimentos saudáveis no Estado de Santa Catarina, no entanto, era possível perceber debates e questionamentos. De maneira geral, tais debates apontavam para grupos com opiniões divergentes: um deles colocava-se favorável à intensificação das relações comerciais com grandes redes de

¹ Projeto de Produtividade pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq, 2007-2010) da Dra. Guivant, intitulado Consumo saudável em mercados alimentares globalizados.

² Projeto n. 003/2007 (CAPES/Wageningen (Brasil/Holanda)), com o título: Consumo verde em mercados alimentares globalizados: supermercados como locais de interação entre consumidores e produtores na construção de transições sustentáveis e coordenado pela Dra. Guivant e pelo Dr. Spargaaren (Holanda).

supermercados, modelo assumido, por exemplo, pela Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (AGRECO), enquanto o outro se mantinha pessimista em relação à inserção dos agricultores catarinenses numa cadeia de produção cuja distribuição ocorria por meio de grandes redes de supermercados, e não mais por meio de feiras (por exemplo, o Instituto Vianei). Assim, evidenciava-se a existência de posições distintas, mesmo entre atores supostamente defensores de uma mesma causa: a Agricultura Orgânica.

No ano de 2010, o presente pesquisador passou a residir em Concórdia (SC) e a lecionar no Instituto Federal Catarinense (IFC/Concórdia). No corrente ano, passou a atuar no curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial com ênfase em Agricultura Familiar e Meio Ambiente. Isso lhe permitiu interagir com importantes instituições ligadas ao desenvolvimento agrícola do Estado, especialmente a EPAGRI e o Centro Nacional de Pesquisa em Suínos e Aves (CNPASA) da EMBRAPA, e a participar de pesquisas e viagens de estudos, com intuito de conhecer, mais atentamente, a realidade de diversas regiões de Santa Catarina. Somadas às leituras, tais experiências conduziram a certa compreensão da influência das instituições de desenvolvimento agrícola (ou a ausência delas), no dia a dia de muitos produtores, sobretudo a EPAGRI, responsável pela pesquisa e extensão rural em âmbito estadual.

Paralelamente, a partir de *feedbacks* da orientadora desta pesquisa, percebeu-se a necessidade de compreender a atuação de atores sociais com diferentes propostas e ações para a agricultura catarinense no interior da EPAGRI, e retomar os debates em relação ao crescimento da agricultura orgânica em Santa Catarina. Entendeu-se a importância, sobretudo, ao se considerar a instituição em questão como uma das responsáveis pela busca da competitividade da agricultura catarinense, frente a mercados globalizados e na promoção da melhoria da qualidade de vida do meio rural e pesqueiro (EPAGRI, 2012).

Com a pesquisa levada a cabo, observou-se um panorama de críticas políticas e acadêmicas à atuação de instituições públicas de pesquisa agrícola e/ou extensão rural no Brasil, por difundirem os ideais da Revolução Verde, que levaram ao surgimento de diferentes propostas de ação, especialmente mais atentas às questões ambientais. No Estado, mesmo antes da fusão que originou a EPAGRI, surgiram proposições para transformação do meio rural, muitas delas contando com a participação de pesquisadores e extensionistas rurais. Especialmente a partir da fusão, em 1991, destacam-se: o Projeto Microbacias I,

implantado entre 1991 e 1999, e o Projeto Microbacias II, com duração entre os anos de 2002 e 2009.

O primeiro objetivava a recuperação da capacidade produtiva do Estado frente a um contexto de contaminação dos cursos d'água, especialmente, por detritos de animais, perdas de áreas produtivas da agricultura, causadas por enchentes, enfraquecimento da agricultura familiar etc. (NAVARRO, 2007; SIMON, 2003). O segundo teve, entre seus objetivos, o de contribuir na melhoria da qualidade de vida da população rural, através da preservação, recuperação e conservação dos recursos naturais. A questão ambiental destacava-se em um componente específico, chamado Gestão Ambiental, que visava a redução da degradação dos recursos naturais, através do apoio ao planejamento e à gestão integrada de bacias hidrográficas, da implantação de corredores ecológicos e da proteção de Unidades de Conservação (PROGRAMA SC RURAL, 2011).

Mais recentemente, novos debates acerca da atuação da pesquisa e da extensão resultaram em ambiciosos projetos. Entre eles, é possível destacar: (i) a proposta transição agroecológica na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) (APÊNDICE C); (ii) a nova extensão rural no Rio Grande do Sul (CAPORAL; COSTABEBER, 2000, 2002; EMMA, 2002) e (iii) o Plano Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) (CAPORAL; RAMOS, 2006; DIAS et al., 2008; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2004).

A primeira proposta envolve a renovação de métodos e enfoques de pesquisa que contemplam os princípios da Agroecologia, notadamente, nos seguintes campos: (i) concepções dos pesquisadores; (ii) geração de renda; (iii) participação dos agricultores; (iv) critérios na avaliação de desempenho das pesquisas e unidades; e (v) procedimentos de financiamento (MARCO REFERENCIAL, 2006). No caso da nova extensão rural do Rio Grande do Sul, o Marco Referencial para as Ações Sociais da *Empresa* de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul (EMATER/RS-ASCAR, 2006) aponta para a transição rumo à Extensão Rural Agroecológica. Isso é feito de modo a considerar as dimensões da sustentabilidade e destacar a população rural como protagonista das mudanças, nas seguintes áreas de trabalho: (i) promoção da cidadania e organização social; (ii) educação e promoção da saúde; (iii) geração de renda e (iv) gestão ambiental. Finalmente, a PNATER propõe a construção de um novo modelo de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), contrário ao convencional (baseado no difusionismo) e capaz de contribuir para a construção de outros

estilos de desenvolvimento rural e de agricultura. Além de sustentáveis, esses outros estilos de desenvolvimento devem poder assegurar uma produção qualificada de alimentos e melhores condições de vida para a população rural e urbana (MDA, 2006).

Santa Catarina não ficou à margem destes debates, tanto que pesquisadores e extensionistas passaram a se mobilizar em defesa de práticas ambientalmente sustentáveis e contrárias àquelas outrora difundidas na Revolução Verde. Inicialmente, tais atores compuseram um grupo chamado de alternativo, ganhando, posteriormente, novos contornos. Em termos gerais, as correntes ligadas à agricultura alternativa (e originadas a partir dela) contrapõem-se ao modelo de desenvolvimento chamado de exógeno, baseado na utilização de modernas tecnologias, no uso intensivo de insumos químicos, no incentivo à monocultura, à política de crédito etc. Essas correntes apoiam-se no arcabouço teórico do modelo endógeno, baseado no pressuposto de que a viabilidade do desenvolvimento sustentável encontra-se nos recursos específicos de um local, tornando-se fundamental valorizar suas diferenças e especificidades. Este modelo surgiu a partir do destaque dado às pequenas propriedades agrícolas, consideradas motor do crescimento e do desenvolvimento (décadas de 1960 e 1970), somado a debates relacionados ao conceito de sustentabilidade (década de 1980 e 1990), (WARD et al., 2005).

Embora os debates em relação ao conceito de desenvolvimento rural (DR) sejam amplos e complexos, de maneira geral, é possível afirmar que, subjacente à grande parte das críticas direcionadas às empresas públicas de pesquisa agrícola e extensão rural, reside uma disputa em torno de duas perspectivas: a convencional, que é hegemônica e associada ao modelo de desenvolvimento exógeno; e a alternativa, denominada na pesquisa de não convencional, mais bem caracterizada pelo modelo endógeno.

Frente a isso, concentrou-se em investigar trajetória da agricultura não convencional na EPAGRI sob a perspectiva de atores ligados a tais práticas, resgatando e analisando as propostas de transformação do meio rural, acima mencionadas, as alianças e disputas travadas pelos atores sociais que atuam na instituição, bem como a influência de atores de outras instituições e organizações, como ONGs, cooperativas e Universidade. A pesquisa resultou em uma tese dividida em sete capítulos. Depois da introdução, o segundo capítulo apresenta e discute os alicerces teórico-metodológicos que fundamentam a pesquisa; partindo de um breve resgate histórico da Sociologia Ambiental, com vistas a destacar o duelo das posições realistas e construtivistas. Nesta

reflexão, evidencia-se que o realismo defende a existência objetiva dos problemas ambientais, independente da forma como são percebidos pelos atores sociais, enquanto construtivistas centram-se nas representações sociais dos problemas ambientais. Para os construtivistas, portanto, um problema ambiental não implica em uma leitura neutra e imparcial de um fenômeno real, mas de demandas construídas socialmente (HANNIGAN, 1995; LIBERATORE, 1995; IRWIN, 2001). Segundo essa perspectiva, a consideração dessas práticas é feita, sem julgá-las melhores ou piores, falsas ou verdadeiras, mas considerando os discursos como resultantes de uma construção social que envolve crenças, ideologias etc. Este debate tem destacada importância na presente pesquisa, pois a perspectiva construtivista permite a mediação para a problematização das práticas defendidas pelos atores sociais.

Em sua trajetória, a Sociologia Ambiental passou por importantes transformações, das quais decorreram várias vertentes. Uma delas atenta para a influência da Sociologia Rural na emergência e na consolidação da Sociologia Ambiental, de modo a originar significativos debates, como o que discute a intersecção entre Sociologia Ambiental Construtivista e Sociologia Rural Crítica (BUTTEL, 1994; FROUWS; MOL, 1999). Desta relação, é possível aliar pressupostos construtivistas, há pouco mencionados, a uma teoria capaz de analisar propostas e práticas dos atores sociais, com base na forma com que interpretam e respondem aos acontecimentos, reconhecendo a existência de múltiplas realidades e práticas sociais. Para tanto, optou-se pela **Teoria Centrada no Ator**, proposta por Long (1999, 2007; LONG; LONG, 1992). O autor busca minimizar a rigidez da dicotomia entre micro e macrosociologia, a partir de frutíferos diálogos com teorias sociais contemporâneas, especialmente com Anthony Giddens, no tocante à relação entre agência e estrutura. Tal diálogo resultou numa proposta baseada na análise de experiências e compreensões cotidianas, oferecendo um arcabouço teórico-metodológico que permite analisar as relações de poder entre os atores, a construção do conhecimento em processos de desenvolvimento rural, dentre outros aspectos.

A pesquisa empírica desenvolveu-se entre 2010 e 2011. Foram analisados cerca de 20 anos de publicações da Revista Agropecuária Catarinense (RAC), bem como os documentos disponibilizados pelo Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola (CEPA/EPAGRI), em seu site, e as publicações referentes ao tema disponíveis na biblioteca central da EPAGRI. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, com 15 funcionários e ex-funcionários da EPAGRI,

dentre estes, nove pesquisadores e seis extensionistas, de 11 diferentes municípios de Santa Catarina. Além disso, foram entrevistadas outras cinco pessoas, entre diretores (ou presidentes) da APACO, AGRECO e Centro Vianeí, ONGs com trabalho reconhecido no Estado, bem como representantes da Cooperativa Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (COOPERAGRECO - Santo Rosa de Lima/SC) e CRESOL (Seara/SC).

No terceiro capítulo, são apresentados os modelos de agricultura (ou áreas de conhecimento) que fundamentam a atuação dos atores na EPAGRI, segundo os entrevistados. Inicialmente, discutem-se os pressupostos da agricultura convencional, associados ao modelo de desenvolvimento exógeno, e, posteriormente, os pressupostos da agricultura não convencional, mais bem caracterizada pelo modelo endógeno e vinculadas também ao Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS). Com base nos objetivos da pesquisa, aprofundou-se a análise no segundo grupo, enfatizando-se subdivisões entre a Agricultura Orgânica, identificada como modelo de agricultura e a Agroecologia, citada como ciência (justificando a utilização da expressão área de conhecimento, ao invés de modelo de agricultura).

Apresenta-se, portanto, a agricultura convencional, tecendo, brevemente, a trajetória histórica que demarca a Revolução Verde e, de forma mais detalhada, propõe-se a apresentar os pressupostos da agricultura não convencional, que partem de uma mesma origem (denominada agricultura alternativa (AA)), mas resultam em distintas visões, em função de divergências, destacadamente em relação à inserção dos produtos no mercado.

No quarto capítulo, propõe-se apresentar a EPAGRI e, em seguida, a promover uma análise em relação à agricultura não convencional no Estado. Ou seja, diante da profusão de pesquisas que analisam e criticam as práticas convencionais em Santa Catarina, optou-se por reunir relatórios e pesquisas referentes a projetos e ações, baseados na agricultura não convencional, visando a contribuir no posterior aprofundamento das análises acerca da rede de atores sociais ligados a essas práticas.

Portanto, na primeira parte do capítulo, destaca-se a estrutura da instituição que, além de 23 gerências regionais, 14 unidades de pesquisa e dois centros experimentais, conta com escritórios em todos os 293 municípios de Santa Catarina e com um número superior a dois mil funcionários atuando na pesquisa agrícola e na extensão rural. Além disso, são discutidos os projetos Microbacias I e II e o SC RURAL,

financiados pelo Banco Mundial, que trouxeram certa visibilidade à instituição, nos últimos anos.

Na segunda parte, são apresentados dados acerca da produção orgânica e agroecológica, em documentos de autoria de técnicos da EPAGRI, publicados, sobretudo, até meados de 2005; matérias da Revista Agropecuária Catarinense (RAC), publicadas ao longo de duas décadas; e pesquisas acadêmicas, que contribuem no mapeamento das ações da instituição, em relação às práticas não convencionais.

O quinto capítulo destaca a formação de redes de atores sociais, baseadas nos modelos de agricultura (convencional e não convencional) e na subdivisão entre Agricultura Orgânica e Agroecologia. São evidenciadas, também, as relações “externas” entre redes de atores e organizações não governamentais, cooperativas, universidade etc. O capítulo divide-se em duas partes. Na primeira, é dado destaque às chamadas redes internas, ou seja, àquelas formadas por pesquisadores e extensionistas, que atuam na EPAGRI. Vale ressaltar que estas são caracterizadas pela inconstância, pois os atores sociais não possuem uma posição fixa em uma única rede, tanto que são identificadas sub-redes ou coalizões de atores (agroecológicos, agroecológicos orgânicos, irresolutos e orgânicos técnicos) orbitando entre a agricultura convencional e a agricultura não convencional. A segunda parte do capítulo proporciona uma atenção aos atores externos, tais como organizações não governamentais e cooperativas (Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (APACO), CENTRO VIANEI, AGRECO e o Sistema das Cooperativas de Crédito Rural em Interação Solidária (CRESOL)), bem como Banco Mundial e UFSC, evidenciando relações que tais organizações mantêm com redes e/ou coalizações internas, que interferem na trajetória da instituição.

O sexto capítulo reflete acerca da trajetória da instituição, de modo especial, no que diz respeito à atuação das redes ligadas à agricultura não convencional, suas coalizações e relações com os atores externos, apresentados no capítulo anterior. Estas análises relevam as diferenças sociais que emergem entre os atores, enfatizando-se discontinuidades baseadas em discrepâncias de valores, interesses, conhecimento e poder. Desta forma, foi possível elaborar um histórico da instituição, com base nas situações de interface, que envolveram atores e redes ligadas à agricultura não convencional que atuam na EPAGRI, desde 1991. Foi possível dividir esta trajetória em cinco fases: (i) os primórdios da pesquisa e extensão em Santa Catarina, (ii) disputa por espaço, (iii) busca pelo equilíbrio de forças, (iv) desequilíbrio de forças e (v) fase atual). Essas fases explicitam, de certa forma, as

complexas relações que se estabelecem na instituição, permeadas por diferentes visões de desenvolvimento rural para Santa Catarina.

Por fim, no sétimo capítulo, são apresentadas as considerações finais, resgatando os conceitos da Teoria Centrada no Ator, apresentados no primeiro capítulo, e relacionando-os com as análises realizadas nos demais capítulos da tese.

2. TRAJETÓRIA TEÓRICO - METODOLÓGICA: SOCIOLOGIA AMBIENTAL E SOCIOLOGIA RURAL

2.1. DESENVOLVIMENTO RURAL: DISCURSOS EM CONSTRUÇÃO

Nas últimas décadas, as transformações do espaço rural brasileiro vêm sendo tema de importantes debates (ABRAMOVAY, 1992; GUIVANT, 1994; ABRAMOVAY et al., 1998; ALMEIDA, 1999; GUIVANT; MIRANDA, 1999; TEDESCO, 1999; VEIGA, 2000; SILVA, 2001; SCHNEIDER, 2003, 2005; ALVES; ROCHA, 2010). Tais reflexões desvelam-se, especialmente, em publicações que discutem a agricultura na região sul do país. Estas, por sua vez, destacam temáticas que apontam para o futuro da agricultura na região. Dentre elas, ressaltam-se: (i) a importância e/ou limitações da categoria de agricultura familiar (como, por exemplo, seu papel na produção de alimentos, matérias-primas, na geração de empregos e na proteção ambiental; sua legitimidade social, política e acadêmica etc.) (NAVARRO, 2010; MATTEI, 2010; FRANÇA; GROSSI; MARQUES, 2009); (ii) o êxodo rural, que há alguns anos tem levado, majoritariamente, as jovens do sexo feminino a migrarem para os centros urbanos, em busca de melhores empregos e salários (ALVES; ROCHA, 2010; MELLO, 2006; ABRAMOVAY et al., 1998; SILVESTRO et al., 2001); (iii) as mudanças no padrão sucessório da unidade familiar, tendo em vista que um número crescente de agricultores não possui filhos dispostos a dar continuidade às atividades no campo (ABRAMOVAY et al., 1998, MELLO, 2006); (iv) o surgimento e as consequências da pluriatividade a longo prazo, já que os membros das famílias que habitam no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades não agrícolas, mantendo, porém, moradia nos estabelecimentos rurais (SCHNEIDER, 2003; FERRO, 2006); (v) a degradação ambiental no espaço rural (como, por exemplo, dos recursos hídricos, causada pela produção excessiva de dejetos suínos, no oeste de Santa Catarina) (GUIVANT; MIRANDA, 1999); e (vi) o baixo desempenho econômico da agricultura frente aos demais setores da economia (ZOLDAN, 2010).

No intuito de superar os desafios enfrentados pela agricultura da região Sul, profissionais de várias áreas do conhecimento vêm sugerindo diferentes estratégias de desenvolvimento para o meio rural, ligadas, direta ou indiretamente, à agricultura convencional e à não

convencional. A partir disso, justifica-se que sejam feitas ponderações, mesmo que breves, acerca do conceito de desenvolvimento rural (DR) que permeia as análises ao longo da pesquisa.

✓ **Dicotomia: desenvolvimento rural exógeno *versus* endógeno**

A literatura acerca das dinâmicas de desenvolvimento rural tem apontado para uma série de debates, sendo a mais convergente para a presente pesquisa aquela referente à disputa entre os modelos de desenvolvimento exógeno *versus* endógeno. É possível afirmar que o primeiro é pautado na Revolução Verde e tem como ideia central a subordinação das atividades desenvolvidas no espaço rural em relação àquelas realizadas nas economias urbanas. Parte da ideia de que a função das áreas rurais consiste em fornecer alimentos às áreas urbanas, com maior concentração do capital e do trabalho. As cidades funcionariam como um núcleo econômico regional especializado, enquanto as áreas rurais passariam a ser dominadas pela tecnologia e pela agricultura orientada pelo mercado (LOWE et al., 1995, p. 89).

Nas últimas duas décadas, no entanto, têm-se enfatizado outro modelo de desenvolvimento rural: o endógeno. Para Ploeg e Saccomandi (1995, p. 10), este se baseia principalmente (mas não exclusivamente) em recursos disponíveis localmente, fazendo uso completo da ecologia, força de trabalho e conhecimento de uma área. Tal modelo pode gerar novas dinâmicas na utilização de recursos locais, muitos deles antes considerados supérfluos. Além disso, parte importante dos valores gerados é realocada na própria região, o que favorece a geração de impactos positivos nas perspectivas e interesses locais.

Nem todas as localidades estão igualmente aptas para “regenerarem-se” por meio do aprimoramento de seus recursos endógenos, assim como nem todas estão igualmente equipadas para competir com êxito por financiamentos externos (SLAVIC, 2010, p. 76). Isso significa que, embora algumas comunidades tenham se fortalecido com processos em que o futuro passou a depender de suas potencialidades, e não mais do Estado, em outros casos, tais mudanças trouxeram maiores entraves, suscitando questionamentos e reformulações acerca do modelo proposto.

Nesse contexto, abre-se espaço para o modelo de desenvolvimento chamado de neoendógeno. Enquanto o termo endógeno refere-se à animação do desenvolvimento de “baixo para cima”, buscando recursos e mecanismos no território local, o “neo”

identifica papéis desempenhados por manifestações extralocais, tais como o sistema político-administrativo e outras localidades, recrutáveis pelas localidades, com intuito de apoiar suas estratégias de regeneração. O modelo baseia-se na ideia de que o bem-estar socioeconômico pode ser alcançado, ao se reestruturar a intervenção pública, superando uma concepção de intervenção que isola os setores da vida econômica e social e se baseia em medidas padronizadas de resolução de problemas socioeconômicos (RAY, 2006, p. 279).

✓ **Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS)**

Levando em conta o foco da pesquisa na agricultura não convencional, optou-se por apresentar, também, a noção de desenvolvimento rural sustentável. O DRS surgiu em meados dos anos de 1980, a partir da difusão da expressão mais ampla de DS. É definido como um processo de mudança multidimensional nos sistemas rurais, em que o crescimento econômico, a melhoria das condições sociais e a conservação dos valores naturais são características desejáveis igualmente importantes. Em determinados aspectos, essas características seguem, igualmente, os pressupostos do desenvolvimento endógeno, pois são induzidas por meio de abordagens “de baixo para cima” e por meio do uso sustentável e participativo dos recursos locais. Acrescenta-se ao DRS, que as comunidades rurais devem ser capazes de reconhecer e internalizar as oportunidades exógenas de crescimento, relacionado-as com a necessidade de preservar a diversidade e as especificidades rurais. Nesse contexto, os agricultores possuem papel ativo como agentes econômicos e sociais, na determinação de suas opções de desenvolvimento, no controle sobre o processo de desenvolvimento e na obtenção dos benefícios (LONG; PLOEG, 1989; PUGLIESE, 2001).

Desde a elaboração do conceito de DS, presente no Relatório Brundtland (1987), a sustentabilidade vem recebendo inúmeras definições, com diferentes valores, prioridades e metas sendo priorizadas. Para Pretty (1996), trata-se de um conceito complexo e polissêmico. Para ele, partindo do pressuposto que o conhecimento e o entendimento são socialmente construídos, em função do contexto e da história de cada indivíduo, torna-se necessário esclarecer alguns elementos em relação à sustentabilidade. Isso significa questionar: o que está sendo sustentado, por quanto tempo, quem se beneficia, quais são os custos, sobre quais áreas e quais os critérios de medida? Já as respostas envolvem negociações de valores e crenças, o que constitui também o conceito de sustentabilidade como socialmente construído.

Não existe um entendimento ideal, pois o verdadeiro depende da estrutura do conhecimento e dos pressupostos que se possui. “É essencial procurar múltiplas perspectivas de uma situação problema ao assegurar o envolvimento de uma variedade de atores e grupos” (PIMBERT; PRETTY, 1997, p. 194).

Além de socialmente construído, para Pretty (1996), sustentabilidade é um conceito dinâmico. Considerando-se que as situações e a própria condição humana mudam, conseqüentemente, a sustentabilidade também muda, não havendo, portanto, lugar para um conjunto fixo e homogêneo de práticas e tecnologias, nem para um modelo descritivo ou imposto sobre a realidade. “Para nós, prescrever em um conjunto complexo de tecnologias, práticas ou políticas, seria excluir opções futuras enfraquecendo o valor da noção de sustentabilidade” (PIMBERT; PRETTY, 1997).

Frente à complexidade que envolve a sustentabilidade, diversas propostas de DRS surgem atreladas aos modelos de produção agrícolas não convencionais, tais como a Agricultura Orgânica, Biodinâmica, Agroecologia, dentre outras. Em termos gerais, as propostas defendem o fortalecimento dessas modalidades, o que, de certa forma, vem ocorrendo através da agricultura orgânica, que se destaca com taxas de crescimento significativas em diversas partes do mundo, apresentando atualmente produção em uma área superior a 37 milhões de hectares (WILLER; KILCHER, 2012).

A relação entre DRS e agricultura não convencional pode ser percebida nas obras de Pretty, bem como nas de outros autores que vêm documentando experiências de DRS em todo o mundo. Destaca-se, nesse sentido, Hilmi (2012). Chamam atenção, também, as informações que ilustram experiências de práticas agrícolas sustentáveis, por parte de camponeses e outros produtores de pequena escala em todo o mundo. No conjunto, que se aproxima de 170 casos, 141 deles estão baseados na Agroecologia, seguida pela agricultura orgânica, com 14 casos. (AG-TRANSITION, 2012)

Tal relação abordada não é recente, pois, no início da década de 1990, van Mansvelt e Mulder (1993a; 1993b) argumentaram que os potenciais dos tipos de Agricultura Orgânica faziam deles valiosas opções para o desenvolvimento rural e a agricultura sustentável. Darnhofer (2005) apresenta casos de produtores austríacos que, segundo ele, observaram, na agricultura biológica³, um potencial positivo para o DRS. Pugliese (2001) também se insere nesse debate e, amparada em

³ Termo utilizado como sinônimo de agricultura orgânica.

quatro aspectos que considera fulcrais para conciliar agricultura biológica e DRS (inovação, conservação, participação e integração), apresenta exemplos de ações de agricultores e organizações em diversos países da Europa.

No Brasil, debates semelhantes podem ser observados em diversas obras (MELÃO, 2012; CAPORAL; COSTABEBER, 2000; etc.), especialmente em relação à Agroecologia, destacando, ainda, cursos (INSTITUTO DE PESQUISAS ECOLÓGICAS, 2012) e revistas (REVISTA AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - EMATER/RS, 2011) especializadas na relação entre Agroecologia e DRS.

✓ **Conceito abrangente de Desenvolvimento Rural (DR)**

Debates em relação ao conceito de DR vêm sendo realizados nas últimas décadas. Ellis e Biggs (2001) buscam sintetizar esse percurso da seguinte forma: (i) Anos 1950: o conceito parte de um modelo associado às políticas de modernização; (ii) Anos 1960: o conceito é focado na transferência de tecnologia (via Revolução Verde); (iii) Década de 1970: está relacionado à adoção de tecnologias, por parte dos agricultores, por meio da ativa participação das entidades de extensão rural; (iv) Anos 1980: desenvolvimento sustentável (DS) aparece ligado a políticas de alívio à pobreza rural; (v) Nos anos 1990: evidencia a busca da redução de pobreza via microcréditos; e (vi) Início do século XXI: DR está relacionado a questões ambientais, de gênero, de combinação da atividade agrícola com atividade não agrícola, empreendedorismo, dentre outras.

No Brasil, merecem destaque as propostas de Veiga (2001) e Abramovay (2003), que, de maneira geral, defendem a diversificação da agricultura familiar; e de Graziano da Silva (2001), que ressalta, especialmente, a relevância das atividades não agrícolas na geração de emprego e renda.

Tendo em vista a amplitude e a complexidade que envolve este debate, as noções de desenvolvimento endógeno e exógeno e o conceito de desenvolvimento rural sustentável foram selecionados para orientar as análises em relação às práticas encontradas na EPAGRI. Os conceitos são considerados, porém, de maneira ampla, deixando que visões de desenvolvimento, eventualmente, surjam nos discursos dos próprios atores. Portanto, em grande medida, utiliza-se uma significação abrangente, que consiste em uma elaboração de uma **ação prática** para o futuro, ou seja, a implantação de uma estratégia de desenvolvimento

rural para um período vindouro, levando em conta a existência de diversas metodologias de construção de tal estratégia, bem como um amplo debate sobre seus objetivos e suas principais prioridades (NAVARRO, 2001). Desta forma, busca-se evitar classificações *a priori*, possibilitando que, por meio dos discursos dos atores sociais entrevistados, sejam compostas visões de DR para Santa Catarina.

Frente às diferentes perspectivas sobre como devem ser conduzidas experiências no meio rural catarinense, buscou-se uma abordagem teórico-metodológica que permite ilustrar como são constituídos os projetos e propostas de ação na EPAGRI, através de pressupostos oriundos da Sociologia Ambiental (SA), destacadamente na perspectiva construtivista, e da Sociologia Rural (SR), revelando-se, assim, o caminho percorrido para realizar as análises presentes nos capítulos subsequentes.

2.2. SOCIOLOGIA AMBIENTAL COM ABORDAGEM CONTRUTIVISTA

Por um longo período, a Sociologia marginalizou a dimensão ambiental como variável que influencia e que é influenciada pelas ações sociais. Entre as razões que explicam tal fato, destacam-se: (i) o determinismo sociocultural, presente desde as origens da disciplina; (ii) o fato de os fundadores das Ciências Sociais, apesar de criticarem os efeitos do trabalho industrial moderno, não terem considerado seu potencial destrutivo, em larga escala, em relação ao meio ambiente; e (iii) a ênfase dada à especificidade de seu novo objeto, por razões metodológicas e epistemológicas. “Um dos resultados da marginalização da questão ambiental foi o de considerar-se o meio físico como uma variável constante, como um simples pano de fundo imutável, sem qualquer influência significativa para as análises sociais” (GUIVANT, 1994, p. 53-54).

Somente no final da década de 1960 e início dos anos 1970, alguns sociólogos passaram a estudar assuntos ligados às questões ambientais, motivados pela crescente atenção que os temas ambientais adquiriram na sociedade estadunidense. Segundo Hannigan (1995), o reconhecimento das relações entre sociedade e natureza se deu com o *Earth Day*, em 1970, e com a publicação do *Limits to Growth*, em 1972. Poucos anos depois, Dunlap e Catton se propuseram investigar se as especificidades dos trabalhos que vinham sendo realizados justificariam a criação de um novo campo, conduzindo-os a publicar *Environmental Sociology: a new paradigm*, em 1978, de modo que definiram a

Sociologia Ambiental como o estudo das interações entre sociedade e meio ambiente ou as interações socioambientais. Mais do que pioneiros, na identificação acadêmica da Sociologia Ambiental, os autores afirmaram que, até aquele momento, não havia material suficiente para criar uma nova área dentro da Sociologia, mas que esta deveria reorientar-se para incluir as questões ambientais e entrar em um novo paradigma (GUIVANT, 2005, p. 11).

Apesar das questões ambientais não terem assumido o papel proclamado por Catton e Dunlap (o que de alguma maneira veio a ocorrer posteriormente, sob a influência das obras de Ulrich Beck e Anthony Giddens), a obra dos autores promoveu intensos debates. Um dos principais refere-se ao “duelo” entre as posições realistas e construtivistas. Os realistas, incluindo os próprios Catton e Dunlap, defendiam a existência objetiva dos problemas ambientais, independente da forma como são percebidos pelos atores sociais. Já os construtivistas centram-se justamente nas representações sociais acerca dos problemas ambientais, “[...] não dando igual importância à verdade sobre um problema ambiental, mas em como se define este e que significados recebe de diversos grupos e atores sociais”. Em outros termos, para os construtivistas, um problema ambiental não implica em uma leitura neutra e imparcial de um fenômeno real, mas de demandas construídas socialmente (GUIVANT, 2005, p. 11).

Segundo Hannigan (1995, p. 47), o debate suscitado acerca de realismo e construtivismo alcançou o âmbito dos problemas sociais com o artigo de Spector e Kitsue (1973). Eles questionaram abordagens que tomavam como certas a existência de problemas sociais, como produtos diretos de condições objetivas prontamente identificáveis, distintas e visíveis. A partir de então, a formulação social contemplou contribuições teóricas e empíricas e invadiu outras áreas de especialização, especialmente a ciência e a tecnologia, as relações de gênero e os estudos da Comunicação Social. Especificamente no campo ambiental, uma das primeiras obras sob a perspectiva construtivista intitula-se *Social Problems as Social Movements*, de Armand Mauss (1975), que contrariou a noção dos problemas ambientais como reais, identificáveis e intrinsecamente danosos (HANNIGAN, 1995, p. 57).

Em comum às perspectivas construtivistas, está a preocupação com os significados que os atores sociais dão ao seu cotidiano, às suas experiências e às suas práticas. Estudos com este caráter são relativamente recentes no Brasil. A questão ambiental também foi marginalizada da Sociologia nacional, resultando em um insuficiente questionamento acerca do modelo de desenvolvimento dominante. O

componente ambiental adquiriu destaque somente por meio da Conferência Eco 92 e do conceito de sustentabilidade, que passou a permear diversos artigos apresentados na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS). Dada à dificuldade de espaço na ANPOCS, diversos participantes orientaram-se para a fundação da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade (ANPPAS), originando novos debates teóricos em torno da premissa de que o meio ambiente deve ser considerado como socialmente construído, permeado por crenças, ideologias, discursos, assim como tendo uma base material (GUIVANT, 2010, p. 379).

Apesar das contribuições do construtivismo, no entanto, Jansen (2009) afirma que, em meio à distinção entre positivismo e construtivismo, tem-se secundarizado a atenção a alguns temas, tais como as relações de poder, a noção de sistema aberto *versus* sistema fechado; noção de estratificação *versus* hierarquia, dentre outros. Segundo o autor, as teorias sociológicas (construtivistas e não construtivistas) não fornecem conceitos e metodologias para se examinar a fonte de poder e dominação. Apesar de se considerar a existência de negociação entre inúmeros atores (*stakeholders*), e, portanto, pressupor que os participantes possuem diferentes interesses e recursos, atores sociais tendem a ser vistos como estáticos e não como resultado de processos sociais, negociações, contestações ou apropriações. De forma geral, a prática de negociações, envolvendo múltiplas partes interessadas, tem sido caracterizada pela ausência de uma teoria substancial para identificar e compreender, sobretudo, os desequilíbrios de poder. Diante disso, avança-se no debate, com intuito de buscar embasamento metodológico, que complemente e contribua na análise de aspectos fragilmente investigados na perspectiva construtivista.

2.3. CONFLUÊNCIAS ENTRE A SOCIOLOGIA AMBIENTAL E A SOCIOLOGIA RURAL

Desde as formulações iniciais de Catton e Dunlap, a Sociologia Ambiental passou por importantes transformações, o que originou novas vertentes (dos estudos sobre ciência e técnica, da teoria social contemporânea e da Sociologia Rural) (GUIVANT, 2010). Em uma dessas vertentes, autores como Marsden (2004), Buttel (1994) e Frouws; Mol (1999), etc., tem chamado atenção para a influência da Sociologia Rural na emergência e consolidação da Sociologia Ambiental.

“Centralmente, isto seria possível devido a que o espaço rural está passando a ser um terreno privilegiado para analisar o papel e os significados dos debates sobre as relações sociedade-natureza” (GUIVANT, 2005, p. 13).

Nos últimos anos, Guivant (1993, 1994, 1997, 1998a, 2005, 2010) tem publicado diversos artigos que apontam pistas sobre como interligar Sociologia Ambiental Construtivista e Sociologia Rural Crítica e, desta forma, contribuir na presente pesquisa. Segundo a autora, atualmente, três correntes que incluem a questão ambiental podem ser identificadas na Sociologia Rural. São elas: (i) a Sociologia Rural vinculada a pressupostos marxistas; (ii) a Sociologia Rural envolvendo pesquisas de caráter altamente empírico, normativas e desprovidas de reflexões teóricas significativas; e (iii) aquelas que buscam o cruzamento da ótica socioambiental no meio rural com a teoria social contemporânea, em diálogo com a Sociologia Ambiental internacional (GUIVANT, 2010, p. 377).

Deste último grupo, emergem pressupostos que orientam as análises desta tese, atendo-se às práticas, conhecimentos, estratégias e interesses dos atores sociais, e afastando-se de uniformizações. Em paralelo, está a ideia de que novas tecnologias, ao serem adotadas, são também retrabalhadas e adaptadas às estratégias produtivas e familiares e às características dos recursos naturais, levando em conta preferências valorativas e conhecimentos disponíveis. Estes valores e conhecimentos estão envolvidos em processos que geram suas próprias modificações, distanciando-se de relações estáveis e dicotômicas, tais como conhecimento tradicional e moderno ou local e científico.

Especificamente na pesquisa que se empreendeu, o afastamento de noções estáticas de conhecimento, especialmente de conhecimento científico, baseado na ciência positivista, permite considerar que não apenas o produtor rural, mas também pesquisadores e extensionistas retrabalham e adaptam novas tecnologias. Para fazer isso, eles se baseiam em preferências valorativas e em conhecimentos disponíveis, bem como são influenciados por outros atores sociais, que atuam em redes e recebem influência de outras redes, dentro de uma mesma instituição.

Uma contribuição fundamental para tal perspectiva é formulada pelo antropólogo inglês Norman Long (1992, 1999, 2007), que permite analisar as heterogeneidades dos conhecimentos, compreender a vida social do desenvolvimento rural e desconstruir processos de intervenção. Tais contribuições, mais uma vez, vale frisar, partem da compreensão dos discursos e das práticas como **construídos** socialmente, de modo a

considerar o ator no seu contexto histórico cultural, sem sobrepor um [discurso ou prática] em detrimento de outro. Isso implica em considerar que cada discurso e prática são resultantes de processos sociais que envolvem desde negociações de uns poucos atores sociais até redes organizadas e distanciadas espacialmente.

2.4. TEORIA CENTRADA NO ATOR

O estudo procedido acerca da Sociologia Rural ilustra que a questão ambiental foi assumida tardiamente e que grande parte das análises partiu de uma perspectiva essencialmente macrosocial. Ressalta-se, porém, que o diálogo com a Sociologia Ambiental, especialmente a construtivista, abriu caminho para novas perspectivas centradas nos atores sociais, capazes de minimizar a rigidez da dicotomia entre micro e macrosociologia, a partir de frutíferos diálogos com teorias sociais contemporâneas. Destaca-se, especialmente, neste sentido, a Teoria da Estruturação, de Anthony Giddens (2009), no tocante à relação entre Agência e Estrutura. É nesse contexto que se insere a proposta de Long (2007), conhecida como **Teoria Centrada no Ator (TCA)**. A TCA baseia-se nas experiências e compreensões cotidianas de homens e mulheres, agricultores, empresários, membros do governo ou pesquisadores. Mais do que isso, oferece subsídios para elucidar como atores sociais interpretam e respondem aos acontecimentos, reconhecendo a existência de múltiplas realidades e práticas sociais. A proposta de Long (2007) avança na percepção das diversas visões de mundo, muitas vezes, conflitantes entre si, tornando-se, assim, adequada para compreender os discursos e práticas dos atores sociais que atuam na EPAGRI e como estes se relacionam em contextos de alianças, conflitos e disputas.

Nesta reflexão, são apresentadas categorias presentes na TCA, que permeiam parte considerável da pesquisa realizada. Vale considerar que este item baseia-se, especialmente, em três obras de Long: (i) *Battlefields of knowledge: the interlocking of theory and practice in social research and development* (1992), (ii) *The multiple optic of interface analysis* (1999), e (iii) *Sociología del Desarrollo: una perspectiva centrada en el actor* (2007).

✓ **Intervenção planejada**

A partir dessa categoria, permite-se problematizar a relação que envolve interventores e agentes sociais, em projetos de intervenção

comumente executados por instituições de pesquisa e/ou extensão rural, como a EPAGRI. Por isso, é necessário destacar que pesquisadores e extensionistas ocupam diferentes posições no que se refere a práticas intervencionistas. Em determinados momentos, atuam, de fato, como interventores, o que ocorre, por exemplo, quando executam projetos em comunidades. Há outras situações, no entanto, que atuam como alvo, em casos de trocas de governos, por exemplo, quando as instituições (ou parte delas) passam por reformulações, a fim de melhor se adequarem aos novos planos de governo. E, finalmente, pesquisadores e extensionistas podem ser tanto interventores quanto agentes sociais, em projetos como os Microbacias I e II e o SC RURAL. No caso desses projetos, atuam como interventores em comunidades locais, ao mesmo tempo em que compõem o grupo-alvo de intervenções planejadas de órgãos, tais como o Banco Mundial. Diante disso, a crítica empreendida por Long (2007), além de permitir compreender as limitações de intervenções planejadas, fornece subsídios para que se analise a atuação dos atores sociais entrevistados, no contexto em que atuam, tanto como interventores quanto como agentes sociais, alvos de projetos de intervenção.

A crítica de Long (2007) dirige-se a estudos que concebem intervenção planejada de forma linear, em alguns casos, atribuindo inclusive estágios, considerando que, por meio dos mesmos, seria possível avaliar o grau de eficiência frente aos objetivos originais. Para ele, intervenção planejada não é um processo que vem “de cima para baixo”, pois, independente dos planos do governo, das agências de desenvolvimento ou das instituições privadas, grupos locais formulam e perseguem seus próprios “projetos de desenvolvimento” (que, muitas vezes, entram em conflito com os interesses dos propositores). Desta forma, pesquisadores e extensionistas da EPAGRI, por não ocuparem uma posição fixa na relação entre interventor e agente social, agem negociando em torno dos seus **projetos próprios**, de modo a interferir diretamente na execução e, muitas vezes, alterando os objetivos previamente planejados.

Long (2007) sugere a desconstrução destes conceitos lineares e cíclicos, abrindo espaço para noções que considerem a intervenção planejada um processo em movimento, socialmente construído, negociado e criador de significados. Desta forma, projetos de intervenção planejada não deveriam ser limitados, em termos de espaço e tempo. Isto porque envolvem uma cadeia de fluxo de eventos localizados e uma estrutura mais ampla de atividades de grupos que atuam na sociedade civil. Da mesma forma, deveriam estar relacionados

a outras intervenções já realizadas, trazendo à tona lutas institucionais ou batalhas sobre metas percebidas, competências administrativas, alocação de recursos etc. Neste caso, a ideia de Long (2007) novamente mostra-se especialmente significativa, considerando-se que a EPAGRI participa ativamente na execução de projetos que, por vezes, são criticados por buscarem resultados calculados e sem a participação dos atores sociais diretamente envolvidos. Muitos desses projetos são orientados por transferências vindas do “exterior”, que seriam capazes de trazer resultados mensuráveis, positivos ou negativos, para todos os atores envolvidos (LONG, 2007, p. 83).

Long (2007), crítico das noções lineares de intervenção, apresenta uma série de pressupostos que contribuem para que se afaste das mesmas:

(i) As intervenções planejadas do exterior, que funcionam como soluções padronizadas, não se constroem de modo eficaz sobre o conhecimento e as experiências locais. A heterogeneidade, em contrapartida, surge como resultado de um desenvolvimento que se desenha e se leva a cabo de “baixo”, baseada em uma diversidade de cenários locais (LONG, 2007, p. 92).

(ii) Dependendo do caso, tanto atores específicos quanto organizações podem se estimular com intervenções particulares, ao passo que outros podem ter seus interesses e estratégias impedidas ou de todo bloqueadas. Por isso, torna-se importante não apenas explorar os efeitos de intervenções sobre os grupos-alvo, mas, de maneira mais ampla, nos vizinhos e atores localizados em regiões fronteiriças à zona do projeto.

Necessitamos identificar os padrões específicos de interação e acomodação que têm lugar entre os diferentes atores (individual e coletivo) e analisar as maneiras em que suas histórias particulares, memórias coletivas e concepções espaço / temporais forjam a recepção e os resultados de medidas políticas particulares [Tradução do pesquisador] (LONG, 2007, p. 92-93).

(iii) A maioria das teorias estabelece que o desenvolvimento deve ser induzido por meio de intervenções externas e que o processo passa pela introdução de pacotes consistentes, mesclando especializações, capital, tecnologia e modos eficazes de organização. Isso ocorre porque, no outro lado, encontram-se seres ignorantes, incapazes, atrasados em

termos de tecnologia e escassos de poder. Contrapondo tal ideia, o autor afirma que inúmeros textos da história agrária, econômica e sociológica demonstram que o desenvolvimento agrário não se limita a práticas de intervenção; ao contrário, a redução do controle das autoridades centrais, com frequência, conduz à súbita revitalização das atividades locais de desenvolvimento.

Em desfecho, a discussão acerca de desenvolvimento, abordada por Long (2007), está baseada na crítica a dois modelos estruturalistas que debatem a temática. Para ele, a Teoria da Modernização parte de uma noção de desenvolvimento como um movimento progressivo da sociedade, até formas mais completas e integradas do ponto de vista institucional. A Teoria Marxista e a Neomarxista, em contrapartida, acentuam a natureza exploradora destes mesmos processos, concebendo-os como uma tendência expansionista, inerente ao capitalismo, como estratégia para elevar a mais-valia e a acumulação do capital (LONG, 2007, p. 36). Apesar de partirem de posições ideológicas opostas (liberalismo *versus* processo desigual e exploratório), ambos os modelos veem o desenvolvimento e as mudanças sociais como uma emanção de poder externos, baseados na intervenção de corpos estatais ou internacionais. Nesse sentido, Long (2007, p. 38) argumenta:

As chamadas forças externas encapsulam as vidas das pessoas; assim reduzem a autonomia e ao final minam formas locais ou endógenas de cooperação e solidariedade, o que dá por resultado um incremento da diferenciação socioeconômica e um maior controle centralizado por poderosos grupos econômicos e políticos, instituições e empresas [Tradução do pesquisador] (LONG, 2007, p. 38).

As críticas de Long (2007), portanto, permitem que sejam afastadas as perspectivas estruturais, desligadas da ação social e que desvalorizam a multiplicidade dos atores sociais e a possibilidade de atores “menos poderosos” se fazerem ouvir e mudar, de maneira drástica, o curso dos eventos. Desta forma, no caso da presente pesquisa, a interferência de agentes como Banco Mundial, Governo Federal, Governo Estadual e ONGs, no cotidiano dos atores sociais, não reflete uma relação simplista de fortes *versus* fracos ou “grandes” *versus* “pequenos”. É oportuno considerar o papel desempenhado pela ação e consciência humana, desconstruindo a ideia de que os atores sociais são “categorias sociais incorpóreas” ou destinatários passivos de

intervenção. Ao contrário, são participantes ativos, que captam e interpretam informações e planejam estratégias em suas relações com atores locais e com instituições externas (LONG, 2007, p. 43).

✓ **Etiquetamento**

Embora seja ampla a discussão empreendida por Long (2007, p. 84) acerca da intervenção planejada, vale destacar uma crítica específica referente ao processo que ele denomina de **etiquetamento**. Para o autor, trata-se de uma estratégia comum, no discurso da política de desenvolvimento, em que dispositivos de classificação são usados para identificar os problemas que necessitam ser solucionados, para descrever a população que será afetada e/ou para chegar às soluções. Por exemplo, para identificar a população: os sem-terras, pobres entre os pobres ou a mulher campesina. Para resolver os problemas: a reforma agrária, os programas para satisfazer necessidades básicas, a introdução de novos pacotes tecnológicos encaminhados aos agricultores com ‘potencial de desenvolvimento’ ou a quem se considera receptivo às mudanças etc.

O processo de etiquetamento também visa estabelecer parâmetros e superioridade do discurso da intervenção planejada, utilizando conceitos como eficiência, bem-estar comum, equidade social etc. Segundo Long (2007, p. 85), o etiquetamento serve para reforçar as metas originais e os valores normativos do programa, e, na ocorrência de alguma falha no programa, redobram-se esforços ou renova-se o proselitismo para alcançar os objetivos no próximo programa. Diante disso, as atividades de desenvolvimento não podem ser interpretadas somente pelas contribuições materiais e organizacionais, mas também pela introdução de conceitos normativos e avaliadores que definem problemas, soluções e meios. Subjacente a tal aparato, há, implícita ou explicitamente, uma visão de mundo, cujo desenvolvimento é visto como uma série de transferências técnicas mediadas por peritos. Portanto, acredita-se que a análise das “etiquetas”, presas aos diferentes discursos dos atores entrevistados, pode ser mais uma ferramenta que contribuirá na tarefa de diferenciá-los e compreendê-los.

✓ **Estado**

Na busca investigativa para entender, de forma mais atenta, as propostas e ações dos atores sociais, salienta-se a imprescindibilidade de conceder um destaque à categoria de Estado, diretamente relacionada às

outras categorias já mencionadas. O Estado frequentemente fomenta ou intermedia projetos de intervenção planejada, em instituições ligadas à pesquisa e/ou extensão rural, ou mesmo em comunidades locais. É o caso dos projetos Microbacias e de outros que serão abordados, posteriormente.

Para Long (2007, p. 96), destacam-se duas interpretações de Estado, no que tange o desenvolvimento rural. Uma delas está baseada nas teorias marxistas de desenvolvimento, que interpretam as ações do Estado capitalista a partir dos imperativos e da lógica intrínseca do desenvolvimento capitalista. A outra enfoca o processo de incorporação institucional, em que agricultores são integrados a um meio ambiente técnico-administrativo amplo, constituído de diversas organizações estatais e não estatais. Para o autor, apesar de ambas as abordagens mencionarem o papel desempenhado pelas instâncias estatais, estas, por sua vez, omitem a análise dos tipos de interações e negociações que ocorrem entre os representantes das várias organizações e os atores sociais.

Quando se referem aos encontros entre o Estado e os grupos locais, não dão espaço às maneiras com que os agricultores ou camponeses intencionam estruturar as interfaces a que são arrastados. Assim, se tem a imagem de um campesinato passivo enfrentando esmagadoras forças externas [Tradução do pesquisador] (LONG, 2007, p. 99).

Além disso, as perspectivas apresentadas secundarizam as maneiras com que os representantes das instituições interventoras definem suas tarefas de trabalho, frente às populações e às influências que estes sofrem. Long (2007, p. 105) sugere ir além da noção de que a parte interventora atua em nome do Estado, pois cada pessoa tem uma interpretação própria das políticas e atua influenciada por suas experiências administrativas e por uma infinidade de domínios (tais como família, arena política, companheiros profissionais, ex-colegas de universidade etc.).

Diante disso, sugere-se analisar, atentamente, as relações que se desenvolvem entre as instâncias que intervêm e os grupos locais, para, posteriormente, estabelecer uma maior precisão das relações do Estado com o capital ou o controle institucional exercido frente às diferentes categorias de atores, empresas etc. Também é preciso se atentar sobre como os fatores externos são interiorizados, tendo em vista que podem

significar aspectos diferentes para grupos de interesse ou atores diferentes. Ou seja, os fatores externos são incorporados e substancialmente modificados por organizações locais e suas estruturas cognoscitivas. Por fim, são influenciados por intercâmbios e negociações contínuas, que ocorrem entre agricultores, atores locais e agentes interventores, muitas vezes modificando-se por completo, mediante tais interferências (LONG, 2007, p. 100).

✓ **Conhecimentos**

Frente a abordagens que mantêm uma visão dicotômica, ingênua e/ou parcial do conhecimento leigo e perito (Quadro 1 – Críticas à abordagem de Robert Chambers), foram resgatadas considerações referentes a esta temática, nas obras de Long (2007). Para o autor, é possível transcender representações dicotômicas, entre ciência moderna *versus* “ciência das pessoas”, entre conhecimento externo e conhecimento local. Desse modo, segundo ele, tem-se o foco nas discrepâncias do conceito de conhecimento, ou seja, nas contradições, inconsistências, ambiguidades e negociações, que apontam para a existência de marcos de conhecimentos diferentes e que se relacionam na construção de arranjos sociais e nas práticas discursivas. Em outros termos, Long (2007, p. 326) enfatiza a necessidade de entender os processos de dissonância e consonância de ideias e crenças, presentes nos processos de conhecimento. Conforme o autor, isso deve ser feito, de modo a enfatizar discontinuidades, visando a focar na transformação, ao invés de transferência de significados. Nesse contexto, o conhecimento é produzido na interação e no diálogo entre os atores, em múltiplos níveis, mais fragmentário e difuso do que unitário e sistemático. Portanto, segundo ele, criar condições para o surgimento de um único sistema de conhecimento, envolvendo intercâmbios e fluxos de informações, benéficos entre os diferentes atores, parece, de certo modo, algo inexequível (LONG, 2007, p. 326).

Atores sociais são heterogêneos, em relação às estratégias que adotam para resolver seus problemas. Neste processo, está implícito o uso diferenciado do conhecimento, sendo que este varia e lhe são atribuídos significados sociais diferentes. No caso específico da Agricultura, tecnologias são aperfeiçoadas constantemente, para se inserirem nas estratégias de produção contemporâneas, aos imperativos de recursos e aos desejos dos atores sociais. Este fato não ocorre somente no caso de novas tecnologias ou dos pacotes tecnológicos, mas também envolve a combinação de diferentes domínios sociais,

considerando as instituições familiares, comunitárias, de mercado ou governamentais. Isto ocorre, porque cada domínio implica em algum tipo de ordenamento normativo.

A tarefa do produtor, por exemplo, é selecionar e coordenar os compromissos sociais e normativos mais apropriados para organizar o processo de produção e reprodução de sua propriedade. “As decisões que toma o agricultor se baseiam [...] nas preferências valorativas e nos acúmulos de conhecimento, recursos e relações acessíveis” (Tradução do pesquisador) (LONG, 2007, p. 335). Sob essa perspectiva, o agricultor é visto como um estrategista que problematiza situações, processa informações e reúne os elementos necessários para operar, da forma mais apropriada, sua propriedade. O agricultor é um agente ativo na construção de seu mundo agrícola, mesmo quando interioriza a racionalidade externa. Este exemplo possibilita recuperar debates já realizados, em torno da prática de pesquisadores e extensionistas. De forma similar, a eles cabe selecionar e coordenar compromissos sociais e normativos, a partir de preferências valorativas, acúmulos de conhecimento, recursos e relações acessíveis, resultando em uma tecnologia que considere indicada (melhor, mais útil etc.) a ser discutida com os agricultores.

Quadro 1 - Críticas à abordagem de Robert Chambers

Após a publicação da *Rural development putting the last first*, em 1983, Robert Chambers passou a ser um dos principais autores a sistematizar métodos de trabalho com agricultores. Para ele, soluções podem ser obtidas por meio da descentralização do poder, gerando ganhos através do conhecimento “deles”. Segundo o autor, esse conhecimento é proveniente da experiência de vida, sempre atualizada, em detrimento do “nosso” conhecimento, academicista, baseado, por vezes, em livros, palestras e orientações, frequentemente ultrapassados. Na prática, isso representa não mais ficar em pé, dando aula, mas sentando, ouvindo e aprendendo. Desta forma, agricultores assumem um papel central, não apenas como receptores de tecnologias e de programas de desenvolvimento, mas como atores fundamentais, com poder de definir estratégias e escolherem soluções para os problemas (CHAMBERS, 1991, p. 08).

A abordagem de Chambers foi rapidamente aceita e passou a ser utilizada em ONGs, organizações governamentais, institutos de pesquisa e universidades. As críticas a esta perspectiva, no entanto, trazem à tona as seguintes questões:

- ✓ Parte do crescente interesse em métodos participativos de algumas agências internacionais de desenvolvimento pode ser atribuída à tentativa de reduzir custos de infraestrutura e problemas organizacionais, bem como de melhorar a qualidade dos diagnósticos entre as populações rurais (LONG, 2007, p. 343);
- ✓ Muitas vezes se idealiza o conhecimento popular, como mais apropriado que o científico, para enfrentar os desafios do desenvolvimento rural sustentável. Quando isso ocorre, tende a predominar uma perspectiva acrítica, frente aos camponeses, enquanto a análise crítica é dirigida exclusivamente ao conhecimento científico, considerado inferior frente ao popular (GUIVANT, 1997, p. 417);
- ✓ Tende-se a desconsiderar que, o que é atualmente conhecido e classificado como conhecimento tradicional, tem estado em diferentes graus de interação com a ciência ocidental moderna (GUIVANT, 1997, p. 417);
- ✓ Chambers associa o conhecimento científico com a proposta positivista de cientificidade, desconsiderando que esta tem sido significativamente abandonada (GUIVANT, 1997, p. 418);
- ✓ Tem sido difícil, para agências, inclusive ONGs, evitar práticas paternalistas, que acabam desestimulando o desenvolvimento das capacidades locais (GUIVANT, 1997, p. 418);
- ✓ Na busca de promover o desenvolvimento de “baixo para cima”, reproduz-se o caráter intervencionista e de gestão dos recursos convencionais do desenvolvimento rural, pois ele parte de agentes de desenvolvimento externos, que passariam o poder aos agricultores despossuídos do mesmo até o momento em que se inicia a intervenção

(LONG, 2007 p. 341).

- ✓ A abordagem participativa tem limitações de caráter analítico, direcionando a uma restrita compreensão das complexas forças sociais e políticas que estão em ação, nas relações entre agricultores e agentes de desenvolvimento (GUIVANT, 1997, p. 419).

✓ **Conceito de Agência**

Na continuidade da discussão, para compreender os atores sociais como participantes ativos, Long (2007) sugere a retomada do conceito de Agência, de Anthony Giddens (1991). Para o sociólogo britânico, agência humana atribui ao ator individual capacidade de processar a experiência social e desenhar maneiras de lidar com a vida, mesmo em contextos de coerção extrema. Desta forma, apesar das restrições (de informação, físicas, normativas, político-econômicas etc.), os atores possuem “capacidade de saber” e “capacidade de atuar”. Mais do que isso, tentam resolver problemas, intervêm no fluxo de eventos sociais e observam tanto como os outros reagem a suas condutas quanto como tomam notas de várias circunstâncias contingenciais⁴ (GIDDENS, 1984, p. 16 apud LONG, 2007, p. 48).

Long (2007, p. 49), no entanto, faz alguns alertas referentes à utilização do conceito. A agência não pode ser restrita à pessoa individual, pois não são apenas os indivíduos que tomam decisões, atuam de comum acordo e supervisionam resultados. Empresas capitalistas, instituições estatais, partidos políticos e organizações eclesiais, por exemplo, também o fazem; portanto, podem ser atores sociais. Por outro lado, o autor chama a atenção para evitar utilizar o termo ator, ao fazer referência a coletividades, aglomerados ou categorias sociais das quais não é possível discernir as decisões. “Sugerir, por exemplo, que a sociedade, em sentido global do termo, ou as classes sociais e outras categorias sociais baseadas em etnicidade ou gênero tomam decisões e tentam implementá-las é atribuir equivocadamente a qualidade de agência” [Tradução do pesquisador] (LONG, 2007, p. 49).

Posteriormente à apresentação do conceito de Agência, é possível retomar, brevemente, alguns debates realizados nas discussões anteriores. Um deles refere-se às intervenções planejadas, frequentemente realizadas por instituições ligadas à pesquisa e à extensão rural. Determinados projetos de intervenção são planejados,

⁴ Sobre a temática, ver também Giddens (1991, 2002, 2005, 2009).

sem considerar a Agência dos atores sociais envolvidos. Isso engloba tanto os agricultores, vistos como um agrupamento homogêneo que precisa receber informações ou tecnologias vindas de fora, quanto os próprios pesquisadores e extensionistas, de modo a reduzi-los a meros fotocopiadoras, que repassam o conteúdo recebido aos agricultores. Algo semelhante ocorre, quando o debate recai sobre as noções de conhecimentos. Neste caso, desconsiderar a agência humana pode levar a arriscadas generalizações (como, por exemplo, da existência de um conhecimento único e facilmente identificável entre camponeses) e/ou a inocentes, e igualmente arriscadas, dicotomias (por exemplo, entre o conhecimento científico e o conhecimento leigo).

Diante disso, propõe-se utilizar o conceito de Agência, para evitar que visões de mundo específicas sejam “esmagadas” pela percepção de uma maioria e para que se dê voz e vez a atores sociais que, muitas vezes, permanecem no anonimato das coletividades, nas quais as ações e decisões parecem homogeneizadas.

✓ Redes

No conceito de Agência, está imbuída a ideia da formação de redes de atores envolvidos em projetos de uma ou mais pessoas. Em outros termos, a agência implica na geração, no uso e na manipulação de redes de relacionamentos sociais, cujos atores exercem algum tipo de poder, contrapeso ou espaço de manobras. De fato, as palavras de Long (2007) visivelmente tomam forma na EPAGRI, pois atores sociais das diversas posições hierárquicas atuam em uma ou mais redes, exercem, inevitavelmente, poder nesta(s) rede(s) e, em diferentes graus, interferem na instituição.

Vale considerar que as redes evoluem e se modificam, ao longo do tempo. Por isso, não são compostas de relações equilibradas, densas e baseadas em princípios de reciprocidade. Para Long (2007), as redes são formadas por conjuntos de relações desiguais e parciais que, normalmente, possuem modelos centralizados e hierárquicos.

No caso de análises de grupos constituídos formalmente ou de organizações reconhecidas legalmente, como é o caso da EPAGRI, surgem pistas de atuação. Primeiramente, essas pistas sugerem que não sejam focadas apenas as regras formais e os procedimentos administrativos, mas também práticas cotidianas organizadoras e simbólicas. “Isso reflete um interesse em formas emergentes de interações, estratégias práticas e tipos de discurso e construção social, mais do que nos modelos administrativos e nas construções típico-

ideais” (LONG, 2007, p. 119). Em segundo lugar, evidenciam a importância de que se analisem práticas cotidianas, pois nelas se desvelam informações interessantes, praticamente imperceptíveis em documentos ou em reuniões formais organizadas na instituição. Ou seja, é importante captar a dinâmica das redes sociais, também em momentos informais, pois nelas atores sociais negociam e disputam o recrutamento com outros atores sociais.

✓ Arenas e interfaces

A relação entre os atores sociais revela divergências entre interesses, valores, intenções etc., conduzindo a disputas. Para analisar as diferenças, Long (2007) apresenta o conceito de **arena**, referindo-se a situações sociais em que adquire espaço a competição acerca de assuntos, recursos, valores e representações. Para ele, trata-se de espaços onde há confronto, mobilizando-se relações sociais e utilizando-se, principalmente, de meios discursivos para realizar fins específicos ou, mesmo, para os atores se manterem no “jogo”. O autor alerta que as arenas não envolvem necessariamente confrontos de interesses face a face, mas podem abarcar contextos e marcos institucionais externos e geograficamente distantes. Nesse sentido, dizem respeito a relações que se estendem espacial e temporalmente, para se conectarem com outros mundos sociais distantes. Este conceito é especialmente útil, por permitir o devido destaque aos conflitos e disputas que emergem dos diferentes discursos em relação a práticas e ações na EPAGRI. Revela uma trajetória sinuosa na distribuição de poder, ao longo da história da instituição.

Ainda em relação às diferenças sociais, Long (2007) apresenta o conceito de interface. Como um “passo a frente” ou um aumento no *zoom*, a interface constitui-se no ponto crítico de interação entre os mundos de vida, campos sociais ou níveis de organização social; possibilitando localizar as discontinuidades sociais, baseadas em discrepâncias de valores, interesses, conhecimento e poder. Estes momentos criam condições para compreender aspectos como: (i) os tipos de discontinuidades; (ii) as disputas de poder; (iii) os processos de transformação política; e (iv) a relação entre contextos macro e micro, ao se compreender como a relação entre interventores e atores locais trazem resultados particulares.

Long (2007, p. 142) apresenta ainda outros elementos importantes para se analisar as interfaces. Optou-se por relacionar esses elementos, devido a sua relevância para esta pesquisa:

(i) “A interação contínua anima o desenvolvimento de fronteiras e expectativas compartilhadas entre os participantes, para que, com o passar do tempo, a interface torne-se uma entidade organizada com relações e intencionalidades entrelaçadas” (Tradução do pesquisador) (LONG, 2007, p. 142-143). Como exemplo, pode-se citar a interface entre funcionários do Estado e agricultores locais, cujas relações persistem de uma maneira organizada, com regras, sanções, procedimentos e práticas “testadas”, para abordar interesses e percepções conflitantes.

(ii) Embora as interações de interface pressuponham um grau de interesse comum, possuem propensão a gerar conflitos, devido a interesses e objetivos contraditórios ou a relações de poder desiguais. As negociações são conduzidas, por um lado, por indivíduos que representam a demanda de seus grupos, enquanto, do outro lado, existem as expectativas daqueles com quem se deve negociar. Long (2007, p. 144) novamente reforça a importância de que não se faça julgamentos, como assumir divisões ou lealdades baseadas em classe, etnia ou gênero; nem tampouco acreditar que um representante de um grupo específico ou instituição necessariamente atua pelos interesses ou em nome de seus companheiros.

(iii) As situações de interface proporcionam os meios para que indivíduos ou grupos possam definir suas posições culturais ou ideológicas, frente aos demais, que defendem ou simbolizam pontos de vista contrários. Não se trata de idiosincrasias pessoais, mas essas situações refletem modelos diferentes de socialização e profissionalização, que geralmente conduzem a uma comunicação frágil ou a um choque de racionalidades. A situação se complexifica, levando-se em conta a coexistência de diferentes modelos culturais e princípios organizativos, no interior de uma mesma população ou organização administrativa.

A interface identifica a natureza de competições (explícitas ou implícitas) sobre a dominação e legitimidade de paradigmas socioculturais particulares ou representações de modernidade; ainda que, ao mesmo tempo, seja importante reconhecer que os compromissos com marcos normativos e ideológicos específicos e tipos de discurso e retórica geralmente são específicos da situação [Tradução do pesquisador] (LONG, 2007, p. 145).

(iv) O conhecimento é uma construção cognoscitiva e social. Com frequência, produz-se a partir das experiências, dos encontros e das descontinuidades, que surgem entre os mundos de vida dos atores. Nesse sentido, conhecimentos sobre si mesmo, sobre as outras pessoas, sobre o contexto e sobre as instituições sociais são importantes para entender as interfaces sociais.

Em situações de intervenção [o conhecimento], adquire especial importância porque traz consigo a interação ou a confrontação de formas de conhecimento, crenças e valores do ‘especialista’ contra o ‘leigo’, e lutas por sua legitimação, separação e comunicação [Tradução do pesquisador] (LONG, 2007, p. 145).

Diante disso, a análise das interfaces descreve o conhecimento como um “encontro de horizontes”, cujas novas informações e discursos ocupam espaços nos marcos de conhecimentos já existentes, que são produzidos por meio do processo comunicativo.

(v) O poder surge como resultado de lutas complexas, negociações sobre a autoridade, status, reputação e recursos. Tais lutas ocorrem de acordo com a capacidade dos atores de perceberem a si mesmos, como capazes de agir em diferentes situações e desenvolver estratégias.

Criar espaço para manobrar implica um grau de consentimento, um grau de negociação e, assim, um grau de poder, manifestado na possibilidade de exercer algum controle, prerrogativa, autoridade e capacidade para a ação, seja em primeiro plano, ou entre bastidores, em momentos flutuantes ou em períodos mais sustentados [Tradução do pesquisador] (LONG, 2007, p. 146).

(vi) Uma tarefa importante das interfaces é explicar as implicações de conhecimento e de poder presentes nos discursos dominantes e como estes são endossados, modificados ou desafiados. As práticas e capacidades discursivas se desenvolvem, sobretudo, em circunstâncias da vida cotidiana. Normalmente, resultam de descontinuidades entre os mundos de vida dos atores, capazes de serem capturados conceitualmente por meio da lente da interface (LONG,

2007, p. 147).

(vii) A análise da interface, levando em conta as pistas anteriores, contribui para a construção de um conceito de intervenção planejada, como um processo continuado, socialmente construído e negociado, e não apenas a execução de um plano específico com resultados esperados. Nesta perspectiva, os fatores externos são internalizados e passam a significar aspectos muito diferentes, para os diversos grupos de interesse ou atores individuais, tanto aqueles que implementam quanto aqueles que são afetados.

A análise de interface que concentra as conjunturas ou arenas decisivas que envolvem diferenças de valor normativo e interesse social implica não somente entender as lutas e diferenças de poder que ocorrem entre as partes envolvidas, senão também um esforço para revelar a dinâmica de acomodação cultural que torna possível a interação de vários mundos de vida [Tradução do pesquisador] (LONG, 2007, p. 148).

Frente aos elementos de análise acima mencionados, é possível observar o leque de possibilidades que o conceito de interface (em diálogo com os demais) oferece ao pesquisador. Por isso, vale ressaltar que, na presente pesquisa, as situações de interface tomam a conotação de ‘carro-chefe’, ao permitirem que se compreenda como as diferentes práticas e ações surgem na história da EPAGRI, relacionadas a descontinuidades entre atores e redes.

✓ **Poder e empoderamento**

Diante das reflexões procedidas acerca do desenvolvimento rural, é possível retomar considerações realizadas sobre a abordagem participativa, preconizada pela corrente de Chambers, disposta no quadro apresentado anteriormente. Uma das críticas atribuí à perspectiva uma visão inocente ou parcial das relações de poder, em que não existiriam relações de poder ou que fosse possível eximir-se do poder quando necessário. Para Long (2007), as interações envolvem lutas, sendo que o poder é concedido a todos os envolvidos. Segundo o autor, o fato de alguns o possuírem não significa que outros também não sejam revestidos por ele. Dessa forma, as análises de relações de poder não podem, simplesmente, se restringir a observar uma parte dos atores

como oprimidas e como vítimas passivas. Os “poderosos” não possuem controle completo do cenário, pois não se pode deixar de lado a resistência, acomodação e o acatamento estratégico.

Ao tomar distância da tendência a simpatizar ideologicamente com estas vítimas indefesas, deve-se, antes disso, explorar o grau o qual atores específicos se percebem capazes de manobrar dentro de contextos ou redes dadas e desenvolver estratégias para fazê-lo. Isto não implica deixar de reconhecer o espaço tão frequentemente restrito para as iniciativas individuais, mas sim examinar, dentro das limitações que se enfrentam, como os atores identificam e criam espaço para seus próprios interesses e para a mudança [Tradução do pesquisador] (LONG, 2007, p. 341).

Nesse caso, um espaço de manobra implica consentimento, negociação, e poder, não necessariamente fundamentado em alguma posição econômica ou política, mas na possibilidade de controle, autoridade e capacidade de ação, “[...] seja no cenário ou por trás da cena, por momentos fugazes ou por longos períodos” [Tradução do pesquisador] (LONG, 2007, p. 341). Para o autor, poder é o resultado de lutas entre significações e estratégias. O poder não pode ser possuído, acumulado e exercido sem transtornos, pois se trata de resultado de lutas e complexas negociações sociais, em que entram em disputa amplos aspectos da vida social. Tal perspectiva exige um caminho de mão dupla, negociado, construído e constantemente em movimentação, que envolve diversos aspectos da vida cotidiana.

Baseado na noção de poder, Long (2007, p. 343) aborda também o conceito de **empoderamento**, tido como uma meta em muitas práticas de desenvolvimento. Segundo o autor, embora o termo faça parte de discursos que enfatizam “escutar as pessoas”, compreender a “racionalidade implicada no conhecimento local”, desenvolver “estratégias de desenvolvimento vindas de baixo” e “fortalecer a capacidade organizativa local”, muitas abrigam uma conotação de poder injetado externamente para buscar o equilíbrio de forças. Trata-se, portanto, de empoderar as pessoas, por meio da intervenção estratégica de “especialistas ilustrados”, que utilizam a “ciência das pessoas” para promoverem o “desenvolvimento de baixo”. Em última instância, tais formulações não se desconectam de conotações intervencionistas e gerais, inerentes ao trabalho de desenvolvimento. Portanto,

obstaculizam o avanço na compreensão das relações existentes entre os atores sociais.

Acredita-se que a perspectiva de Long (2007) possibilita captar a atuação de atores sociais, que, aparentemente, dispõem de mecanismos frágeis para alterar a realidade. Um exemplo importante desta afirmação pode ser encontrado na presente pesquisa, em que atores, apesar de atuarem através de relações interpessoais de pequena escala, exercem poder e interferem direta ou indiretamente em contextos mais amplos, tais como em redes que disputam poder na EPAGRI. Portanto, a TCA propicia o dismantelamento da dicotomia entre atores poderosos e atores desprovidos de poder. Desse modo, abre-se caminho para uma análise que considera os diferentes níveis de poder (e de interferência na realidade) e, principalmente, a correlação entre os poderes dos atores (sobretudo através de redes), destacando a ação de todos os atores, não apenas alguns “iluminados”.

2.5. PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

Conforme observado na TCA, a vida social é composta por múltiplas realidades, o que exige fundamentação metodológica do estudo da vida cotidiana dos autores, atendo-se às percepções sociais, disposições culturais, valores e classificações relacionadas às experiências e práticas sociais. Para tal, Long (2007, p. 111) sugere rejeitar o conceito de cultura (frequentemente utilizado quando se “etiquetam” condutas e sentimentos como tradição ou modernidade) e adotar as noções de heterogeneidade, hibridismo e repertório cultural. Sugere, portanto, desvendar os discursos utilizados nas arenas de competição, atendo-se, contudo, ao fato de que são os atores que produzem, usam e transformam esses discursos, bem como os manipulam, apesar de eles pertencerem a uma instituição. Ou seja, é o encontro ou confrontação entre atores, suas ideias e valores que perpetua ou transforma os discursos dominantes (LONG, 2007, p. 115). Nesse contexto, a ação social implica a prática social e o seu significado, tanto em relações face a face, quanto em outras mais distantes. As relações sociais vão desde vínculos interpessoais, baseados em díades (como comprador e vendedor ou agricultor e extensionista) até redes de intercâmbio, grupos formais e organizações (como cooperativas, conselhos públicos, igrejas etc.).

Em termos operacionais, os discursos foram captados através de entrevistas semiestruturadas com atores-chave, pesquisadores e extensionistas da EPAGRI, direta e indiretamente ligados à agricultura

orgânica, agroecologia e convencional. Também foram entrevistados representantes de ONGs e cooperativas que atuam com estas práticas e correntes de agricultura em Santa Catarina. Segundo Quivy e Campenhoudt (1992, p. 194), a entrevista semiestruturada, ou semidirigida, é aquela em que o processo de investigação dispõe de uma série de perguntas-guias, relativamente abertas, com objetivo de obter informações do entrevistado. O investigador não segue necessariamente todas as perguntas, na ordem em que as anotou e sob a formulação prevista, permitindo que a entrevista flua naturalmente, de modo a possibilitar que o entrevistado fale abertamente, com as palavras que desejar e na ordem que convier. Cabe ao investigador reencaminhar a entrevista aos objetivos, cada vez que o entrevistado se distanciar do contexto investigado, e redirecionar as perguntas, quando o entrevistado hesitar, frente a algum questionamento. Assim, é possível o diálogo fluir de forma mais apropriada e mais natural, quanto ao tema em questão (QUIVY; CAMEPNHOUDT, 1992, p. 194).

Tendo como base um conjunto de questões previamente definidas (APÊNDICE A), foram realizadas entrevistas, que variaram entre 50 e 120 minutos, tendo em vista que, em algumas oportunidades, foram acrescentadas questões, de modo a elucidar e aprofundar questões de maior interesse. Ao todo, foram entrevistadas 20 pessoas, em 13 diferentes municípios de Santa Catarina. O quadro abaixo explicita maiores detalhes acerca das entrevistas realizadas:

Quadro 2 - Lista de entrevistados⁵

N.	Município	Local	Ocupação
1	Lages	Estação Experimental de Lages	Pesquisador
2	Florianópolis	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Professor
3	Ituporanga	Estação Experimental de Ituporanga	Pesquisador
4	Santa Rosa de Lima	Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (AGRECO)	Presidente
5	Santa Rosa de Lima	Cooperativa Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (COOPERAGRECO)	Presidente
6	Chapecó	Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (APACO)	Presidente
7	Seara	Sistema das Cooperativas de Crédito Rural em Interação Solidária (CRESOL/SEARA)	Diretor
8	Lages	Centro Vieni de Educação Popular	Coordenador
9	Campos Novos	Estação Experimental de Campos Novos	Pesquisador
10	Itajaí	Estação Experimental de Itajaí	Pesquisador
11	Videira	Estação Experimental de Videira	Pesquisador
12	Chapecó	Centro de Pesquisa para a Agricultura Familiar	Pesquisador
13	Florianópolis	Sede	Pesquisador

⁵ O número superior de entrevistados da área de pesquisa explica-se porque muitos iniciaram suas carreiras como extensionistas na EPAGRI, migrando, posteriormente, para a pesquisa. Ou seja, muitos atores-chave que, atualmente, ocupam a função de pesquisadores, no início da década de 1990, atuavam na extensão.

14	Ituporanga	Estação Experimental de Ituporanga	Pesquisador
15	Ituporanga	Estação Experimental de Ituporanga	Pesquisador
16	Florianópolis	Sede	Pesquisador
17	Atalanta	Escritório Municipal de Atalanta	Extensionista
18	Rio Fortuna	Escritório Municipal de Rio Fortuna	Extensionista
19	Forquilha	Escritório Municipal de Forquilha	Extensionista
20	Concórdia	Gerência Regional	Extensionista

Fonte: do autor.

A análise documental foi realizada a partir de uma série de documentos:

- ✓ As edições da Revista Agropecuária Catarinense, desde a primeira, lançada em março de 1988, até o ano de 2011, totalizando 24 edições.
- ✓ Relatórios intitulados Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina, datados em 1995 (INSTITUTO CEPA/SC, 1996), 2000/2001 (INSTITUTO CEPA, 2001), 2002/2003 (INSTITUTO CEPA, 2003), 2003/2004 (EPAGRI/CEPA, 2004), 2004/2005 (EPAGRI/CEPA, 2005), 2005/2006 (EPAGRI/CEPA, 2006), 2006/2007 (EPAGRI/CEPA, 2007), 2007/2008 (EPAGRI, 2008b), 2008/2009 (EPAGRI, 2009) e 2009/2010 (EPAGRI/CEPA, 2010).
- ✓ As publicações datadas entre 1995 e 2012 disponíveis no *site* do Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola (EPAGRI/CEPA), incluindo relatórios específicos acerca da agricultura orgânica e/ou agroecológica.

3. MODELOS DE AGRICULTURA E A EPAGRI

Neste capítulo, são apresentados pressupostos teóricos e metodológicos que fundamentam propostas, projetos e práticas de pesquisadores e extensionistas, entrevistados na EPAGRI. Preliminarmente, é apresentado o modelo de agricultura nomeado de convencional (ligado ao modelo exógeno, abordado anteriormente), bem como sua origem e suas principais implicações. Posteriormente, percorre-se um caminho semelhante em relação ao modelo não convencional (associado à perspectiva endógena), porém acrescentando debates em torno de subdivisões entre Agroecologia e Agricultura Orgânica.

3.1. AGRICULTURA CONVENCIONAL

Historicamente, a ação das instituições públicas de pesquisa e extensão surge ancorada em pressupostos do desenvolvimento exógeno, ligada ao processo de industrialização da agricultura, conhecido como Revolução Verde.

Quadro 3 - A EPAGRI e o modelo de desenvolvimento convencional, segundo os entrevistados.

“A formação dos agrônomos e técnicos na época, todos tinham uma formação voltada para o aumento da produtividade. E nessa época, a grande busca era aumentar a produtividade e aumentar a produção. Então, e como essa chamada Revolução Verde, que veio lá em 1930, vamos dizer, teve sucesso, foi um sucesso, e nós todos nos formamos todos dentro dessa linha. Aquilo era um negócio inquestionável, por que ela funcionou, ela dobrou, triplicou, quadruplicou a produção de alimentos. Ela melhorou a qualidade de vida de alguns agricultores que se modernizaram, então essa era o top, se modernizar, se mecanizar, usar insumos modernos. Então isso é o que valia” (ENTREVISTA n. 10).

“E realmente o sistema foi eficiente, sempre digo, para quem tinha risco de morrer, as pessoas de falta de alimentos, se dizia que a população ia crescer e não teria alimentos suficientes. [...] E a Revolução Verde acabou com esse mito, foi eficiente e continua sendo. Então hoje a tecnologia se mostrou eficiente” (ENTREVISTA n.12).

“Tu era avaliado pelo número de toneladas de calcário, de adubo que entrava no município. [...] Por esforço também, quantos cursos você fazia nessa área, pelas unidades demonstrativas, pelas lavouras demonstrativas, pela média de produtividade. Tanto é que tinha concurso de produtividade que os agricultores competiam e a gente ia no vácuo, vamos dizer assim, o extensionista. [...] Era apologia a produtividade [...]” (ENTREVISTA n.02)

“Sabe quem fazia agroecologia na EPAGRI? As mulheres. Quando ela ia lá com a família, quando ela trabalhava com processamento caseiro, hortas etc. Isso era trabalho da agroecologia. E os homens, ao contrário, iam lá e [...] pacotão [risos]. [...] Então ela já fazia agroecologia antes de 90 com toda certeza. É lógico que a política pública na época era o pacotão da Revolução Verde” (ENTREVISTA n.01).

“A EPAGRI começou bem quimicista [...], quando eu entrei, aqui, e ainda hoje é assim” (ENTREVISTA n.14).

Fonte: entrevistas ao autor

✓ **Revolução Verde**

Durante a primeira metade do século XX, agrotóxicos, fertilizantes químicos, mecanização e melhoramento genético fomentaram mudanças consideráveis na Agricultura e no setor produtor de insumos. Foi no final da década de 1960 e início da década de 1970, no entanto, o período em que ocorreu uma das maiores transformações na história recente da Agricultura mundial: a chamada Revolução Verde. Este processo se baseou na melhoria do desempenho dos índices de produtividade agrícola, por meio da substituição dos moldes de produção locais ou tradicionais por novas tecnologias. Entre elas,

variedades de vegetais geneticamente melhoradas, exigentes em fertilizantes químicos de alta solubilidade, bem como agrotóxicos, irrigação, motomecanização etc. Este conjunto tecnológico, também chamado de “pacote tecnológico”, foi inicialmente utilizado em variedades de climas temperados e, posteriormente, repassado para os diversos países de clima tropical, visando a modificar e a controlar os processos biológicos que determinam a estrutura, a absorção de nutrientes, a maturação e o rendimento das plantas.

Entre 1950 e 1985, a Revolução Verde foi responsável, juntamente com a expansão da base de produção, pelo aumento da produção mundial de cereais, que passou de 700 milhões para mais de 1,8 bilhão de toneladas, com taxa de crescimento anual de 2,7% (MAROUELLI, 2003). Um novo impulso na Revolução Verde ocorreu quando as indústrias agroquímicas migraram para países de terceiro mundo. Estes países estavam “ávidos” por adotar a fórmula tecnológica dos países desenvolvidos e com legislações ambientais e órgãos de fiscalização menos eficazes. As agências de pesquisa e de extensão atuaram como “facilitadores da modernização”, uma parte na geração e/ou adaptação da tecnologia, enquanto outra na difusão dos “pacotes tecnológicos”.

A articulação entre pesquisa, extensão e agricultor, sobretudo nos países em desenvolvimento, baseou-se na transferência de resultados de pesquisas para o agricultor “tradicional”. A extensão amparava-se na crença na ciência e no compromisso com a modernização. Esta posição promoveu uma associação negativa da extensão com a noção de “transferências de tecnologia” e de estados centralizados, atuando por meio de projetos *top-down* (NAGEL, 1997; KIDD et al., 2000)

Conforme alguns pesquisadores e extensionistas entrevistados verbalizaram, permanecem inalteradas as funções, inicialmente demarcadas para agências de pesquisa e extensão. A lógica que vem apoiando as estruturas é a mesma, até os dias atuais. Essa lógica pressupõe a superioridade do conhecimento científico, que deve ser gerado (ou adaptado) em centros de pesquisa e passado para os serviços de assistência técnica e divulgação, obedecendo a uma estrutura organizacional piramidal. Nessa perspectiva, os pilares da Revolução Verde servem de base para projetos e ações, ligados à Agricultura convencional. São eles: (i) Pilar da agroquímica: produção de agroquímicos que permitam as restrições ambientais, tanto em relação à fertilidade dos solos, quanto no controle das ervas daninhas, doenças e plantas invasoras; (ii) Pilar da motomecanização: que concedeu a liberação da mão de obra para as indústrias e cidades, de modo a tornar

os custos de produção mais baratos, facilitando, assim, a monocultura intensiva e extensiva; e (iii) Pilar da manipulação genética: propiciou trabalhos na direção de plantas e animais de alta resposta aos insumos químicos, contribuindo também para o aumento da uniformidade genética e diminuição de biodiversidade (JESUS, 2005, p. 24).

3.2. AGRICULTURA NÃO CONVENCIONAL

As práticas não convencionais fundamentam-se em pressupostos do desenvolvimento endógeno, especialmente para versões mais recentes, que trazem o componente da sustentabilidade. Além disso, teóricos ligados ao DRS têm encontrado, nos modelos de produção não convencionais, a chave para promover ações em comunidades locais, em inúmeras partes do mundo. Conforme já foi salientado, a análise das entrevistas e dos documentos evidenciou disputas e divisões, no interior do conjunto de práticas não convencional. Isso ocorreu, especialmente, entre a orgânica e a agroecológica, embora seja possível afirmar que ambas tenham partido de um mesmo ponto: a **agricultura alternativa**.

Quadro 4 - Agricultura alternativa, para os entrevistados.

“Agricultores familiares, associações de pequenos agricultores familiares, alguns produtores rurais isoladamente no mundo e também em Santa Catarina, as ONGs desenvolveram, a partir da década de 90, final da década de 80, elas desenvolveram o projeto de *agricultura alternativa*” (ENTREVISTA n.01).

“Embora hoje se coloque tudo no mesmo balaio, em um balaio só, mas acredito que, no meio científico/acadêmico, agroecologia soa como ciência, agricultura orgânica como algo mais voltado à produção e *agricultura alternativa* foi um termo utilizado por muitas décadas enquanto se garimpava outros termos mais adequados. Que culminou com o desenvolvimento do termo agricultura orgânica” (ENTREVISTA n.02).

“De qualquer forma acho que a *agricultura alternativa* é um termo, não digo ultrapassado, mas que se usou em uma determinada época. Na década de 1980, eu nem sei se na EPAGRI chegou a ser usado esse termo, talvez alguns colegas sim, mas quando na EPAGRI se começou a falar nesse assunto já se falava em agroecologia” (ENTREVISTA n.03).

“Assim como se na década de 70 se falava em *agricultura alternativa*, passou a agricultura orgânica, agroecologia, aos poucos isso vai achando o seu caminho” (ENTREVISTA n.03).

“O que existia no Estado, não só aqui em Santa Catarina, mas no Brasil era o movimento de *agricultura alternativa*. No Brasil não se falava tanto com o termo agroecologia ou mesmo agricultura orgânica” (ENTREVISTA n.05).

“As ONGS, que antes trabalhavam com *agricultura alternativa*, se renderam a ciência da agroecologia. Porque a agricultura alternativa advém do conhecimento popular, do conhecimento tradicional. Lá que ela é resgatada. Então eles se rendem a agroecologia de modo que as ONGs, nesse negócio de *agricultura alternativa*, elas já nascem com isso. Nós podemos até definir a agroecologia, na época dos 70 e 80, quando se trava de *agricultura alternativa* pelas ONGs já como agroecologia. Por que tinha uma crítica política, tinha uma crítica social encima disso” (ENTREVISTA n.06).

“Nós estamos lutando por um novo modelo, Paulo Freire escreveu aquele livro, Extensão e Comunicação, no Chile lá no tempo da Revolução Chilena, a partir de uma crítica que ele tinha do Brasil. Então ele dá linhas de uma outra perspectiva educacional para a extensão. Não falava em agroecologia, nem pensar, nós não falávamos. Nós falamos em *agricultura alternativa* lá nos anos 70. Mas a nossa luta, dos que tinham o modelo clássico, e mesmo das ONGs no início era fazer com que os agricultores se organizassem e ganhassem mais dinheiro dentro do modelo da Revolução Verde. Não se falava em mudança. Isso é muito forte. Depois você vai alterando, em contato com os agricultores, vai percebendo, as sementes crioulas, plantas de cobertura [...]” (ENTREVISTA n.09).

Fonte: entrevistas ao autor

3.2.1. Agricultura alternativa: partindo de uma base comum

Na discussão acerca do modelo de agricultura não convencional, considera-se oportuno abordar a terminologia Agricultura Alternativa, utilizada pela primeira vez em 1977, no chamado Relatório Holandês, documento produzido pelo Ministério da Agricultura e Pesca daquele país. É possível afirmar, contudo, que o movimento alternativo teve início muito antes, nos anos de 1920, quando surgiram novas práticas na agricultura, tais como a biodinâmica, na Alemanha, em 1924; a orgânica, na Inglaterra, em 1946; a natural, em 1935, no Japão; a *bio-dynamique d'alimentação normale*, em 1940, na França; dentre outras (Quadro 3: As abordagens de agricultura ligadas à agricultura alternativa)

Os movimentos mencionados acima foram inicialmente marginalizados e considerados “rebeldes”, pelos defensores do modelo químico. Isso ocorreu, sobretudo, com a ascensão da utilização de fertilizantes minerais e adubos químicos na produção agrícola (momento conhecido como Segunda Revolução Agrícola). Naquele período, o conjunto de práticas dissidentes foi rotulado como retrógrado e sem validade científica, sendo resgatado anos depois. Tal fato ocorreu na década de 1960, especialmente em razão da publicação da obra *Primavera Silenciosa*, da autora Raquel Carson (1969)⁶. A obra tornou-se um dos principais alicerces do pensamento ambientalista nos EUA. Embora a autora não tenha sido a única a denunciar os perigos dos agrotóxicos, para a cadeia alimentar, foi ela a mais bem-sucedida sob o ponto de vista do debate público. Sua fala provocou a efervescência de respostas da sociedade norte-americana, especialmente da indústria química, de atores governamentais e do setor acadêmico, o que

⁶ Toda ciência pode ser assemelhada a um rio. [...] Tem seu começo obscuro e desprezioso; tem seus trechos tranquilos, tanto quanto suas corredeiras; tem seus períodos de seca, como suas fases de enchente. [...] Isso é o que acontece com a ciência do controle biológico, em sua acepção moderna. Nos Estados Unidos, esta ciência teve seus começos obscuros há coisa de um século; consubstanciaram-se nas primeiras tentativas de se introduzirem inimigos naturais dos insetos que estavam dando provas de serem prejudiciais aos fazendeiros. [...] Teve períodos de seca quando [...] trabalhadores deram as costas a todos os métodos biológicos, e fizeram pé firme no moinho do controle químico. Agora, pois, uma vez que se tornou aparente que o uso irrestrito e irrefreado de substâncias químicas constitui ameaça maior para nós mesmos, do que para os insetos, esse rio, que é a ciência do controle biológico, flui de novo, alimentado por novas correntes de pensamento (CARSON, 1969, p. 286-7).

influenciou posteriormente na formatação de uma retórica dos riscos no uso de agrotóxicos e serviu de base para a estruturação de repertórios linguísticos de circulação pública mundial (CARDONA, 2004)⁷.

Nessa ótica, na década de 1970, constitui-se uma clara oposição entre a agricultura alternativa e agricultura convencional, esta última referindo-se ao padrão agrícola dominante na época. O fortalecimento do grupo alternativo ocorreu em muitos países, principalmente, por meio da formação da *International Federation of Organic Agriculture Movements* (IFOAM), na França, em 1972. Para Khatounian (2001, p. 29), com a criação da IFOAM, o termo agricultura orgânica passou a designar o conjunto de propostas alternativas. Isso ocorreu, de modo a direcionar várias “escolas” a serem coletivamente identificadas pela mesma terminologia, e sua definição ficou claramente expressa em normas. Nos anos de 1980, muitos pesquisadores passaram a aderir ao movimento alternativo (ou orgânico, já que a primeira terminologia praticamente caiu em desuso), gerando desdobramentos importantes, no âmbito da ciência e da tecnologia, tais como a agricultura regenerativa e a agroecologia, originárias dos EUA.

⁷ Outras obras merecem destaque, ao questionar o desenvolvimento do industrialismo: *The population bomb* (EHRlich, 1966); *Tragedy of the commons* (HARDIN, 1968); *The limits to growth* (CLUBE E ROMA, 1972) dentre outros.

Quadro 5 - *International Federation of Organic Agriculture Movements (IFOAM)*

A IFOAM é uma organização que congrega mais de 750 membros organizados em 108 países. Autodenomina-se líder do movimento orgânico no mundo, participando ativamente em negociações internacionais juntamente com as Nações Unidas e instituições multilaterais, visando os interesses de movimentos orgânicos em todo o planeta. Segundo dados disponíveis no *site* da organização, a missão da IFOAM é liderar, unir e ajudar o movimento orgânico em toda sua diversidade; e o objetivo é a adoção de sistemas são ecológico, social e economicamente em todo planeta, baseados em princípios da agricultura orgânica.

As conquistas e as ações promovidas pelas IFOAM trouxeram reconhecimento inequívoco de instituições internacionais. A organização atualmente fornece um sistema de garantia de integridade do mercado de alimentos orgânicos, denominado *The Organic Guarantee System (OGS)*. Nele, apresenta um sistema comum de normas (*Standards*), verificação e identidade do mercado. Mais do que isso, promove a equivalência entre seus participantes creditados e certificados, buscando um comércio mais ordenado e confiável. Através de programas, conferências, eventos e publicações, a IFOAM reúne atores centrais, busca facilitar o comércio de alimentos orgânicos e promove o diálogo permanente acerca do futuro da agricultura orgânica, “lançando as bases para o desenvolvimento para a agricultura orgânica e seus mercados a nível mundial” (Tradução do pesquisador).

Fonte: IFOAM (2012)

3.2.2. Agricultura alternativa no Brasil

Nacionalmente, os fundamentos práticos para a agricultura alternativa foram trazidos pelos imigrantes europeus. Eles introduziram técnicas como o descanso (ou pousio) e a adubação orgânica (oriundas da chamada Primeira Revolução Agrícola⁸), posteriormente marginalizadas pelas políticas da modernização. Além disso, nativos,

⁸Refere-se ao período histórico de intensas transformações econômicas, sociais e tecnológicas, central no processo de decomposição do feudalismo e no surgimento do capitalismo. Caracteriza-se pelo abandono do pousio e pela introdução de sistemas rotacionais com leguminosas e/ou tubérculos, utilizadas tanto na adubação do solo, quanto na alimentação humana e animal. Esse processo permitiu intensificar o uso da terra e obter aumentos significativos na produção agrícola, “eliminando” a escassez crônica de alimentos que caracterizaram os períodos anteriores (EHLERS, 1996).

descendentes de índios, dominavam um saber que se embasava nas leis da natureza e possuía uma relação direta com os ecossistemas naturais.

Enquanto movimento socialmente organizado e crítico à política de modernização agrícola, a agricultura alternativa tem sua origem na década de 1970. Os grupos alternativos eram compostos por agricultores familiares em via de exclusão e/ou excluídos diretamente pelos “mecanismos de expropriação da política agrícola”. Sem assistência dos serviços oficiais, esses agricultores passaram a ser agentes de ação de órgãos ligados à ala progressista da Igreja Católica ou Protestante. Neste contexto, destacam-se as chamadas Comissões Pastorais da Terra, que desenvolveram trabalhos junto aos agricultores (BRANDENBURG, 1999, p. 01).

No campo produtivo, uma das primeiras experiências ocorreu em São Paulo, com a implantação da Estância Demétria, seguindo os princípios da agricultura biodinâmica, formulada por Rudolf Steiner. Inicialmente, foram comprados 70 alqueires de uma terra arenosa e pouco fértil na cidade de Botucatu (SP), espaço escolhido para cultivar verduras e ervas medicinais. Com a “anexação” do Sítio Bahia, ocorreu uma concentração maior na produção de leite, e, atualmente, a propriedade se estende ao longo de 150 alqueires, que produzem alimentos, comercializados, preferencialmente, em feiras em São Paulo (ESTÂNCIA DEMÉTRIA, 2012).

No campo acadêmico, o questionamento sobre os impactos ambientais da agricultura moderna foram trazidos à tona por nomes como Adilson Paschoal (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - ESALQ); Ana Maria Primavesi (Universidade Federal de Santa Maria - UFSM); Luiz Carlos Pinheiro Machado (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS); e o do engenheiro agrônomo José Lutzemberger, considerado um dos primeiros “ativistas ambientais” do Brasil. Especialmente no Rio Grande do Sul, merece destaque a contribuição da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), que, em 1971, gerou o documento Manifesto Ecológico brasileiro: fim do futuro?, fundamental para a agricultura alternativa, posteriormente publicado por Lutzemberger (GUIVANT, 2010, p. 380).

Em 1976, Adilson Paschoal criou uma disciplina sobre ecologia e recursos naturais na ESALQ. No ano seguinte, organizou um seminário para discutir os efeitos dos agrotóxicos sobre os agroecossistemas. Em 1979, este mesmo autor publicou Pragas, praguicidas e a crise ambiental, ilustrando que o aumento do consumo de agrotóxicos provocava o aumento no número de pragas nas lavouras. As ideias de

Lutzemberger e Paschoal foram criticadas e, até mesmo, ridicularizadas nas escolas de agronomia, nos órgãos públicos de pesquisa e extensão e, naturalmente, por entidades representativas do setor químico, como a Associação Nacional de Defensivos Agrícolas (ANDEF). Foram bem recebidas, no entanto, por um segmento da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo (AEASP), de tal forma que, em 1976, um grupo de profissionais passou a discutir os problemas sociais, econômicos e ambientais da agricultura convencional. Em 1978, a AEASP escolheu José Lutzemberger como agrônomo do ano. Já no final da década de 1970, durante a gestão do engenheiro agrônomo Walter Lazzarini, profissionais da AEASP formaram o Grupo de Agricultura Alternativa (LUZZI, 2007; AAO, 2012).

Nos anos de 1980, foram realizados os Encontros Nacionais de Agricultura Alternativa, organizados pela Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil (FAEAB) e a Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB). “Nesses encontros, aglutinando diferentes orientações e tendências, questões estritamente agronômicas foram vinculadas às sociais e econômicas para construir uma crítica mais global ao modelo de desenvolvimento agrícola adotado no país” (GUIVANT, 1994, p. 55). Em 1981, realizou-se o primeiro encontro, considerado um dos marcos da recente história da agricultura alternativa no Brasil. Mais adiante, em 1984, ocorreu a segunda edição, na cidade de Petrópolis (RJ); e na terceira edição do evento, realizado em Cuiabá, diferentes posicionamentos conduziram a conflitos que fragilizaram a ideia da criação de uma representação nacional para a agricultura alternativa naquele momento.

Artigos e debates públicos, divulgados em Anais dos eventos, mostram a agricultura alternativa como uma mistura de reforma agrária com um discurso político, contrário ao regime militar, às multinacionais norte-americanas produtoras de insumos, ao imperialismo e à concentração de terras vinculadas ao processo de modernização da agricultura. Além disso, somam-se elementos agronômicos e críticas às consequências sociais e econômicas concernentes à agricultura familiar (GUIVANT, 2010, p. 380).

Ao interesse de pesquisadores do setor público, somou-se a atuação de ONGs agroambientalistas, surgidas na década de 1980. Em 1983, criou-se o Projeto de Tecnologias Alternativas (PTA), sediado na Federação dos Órgãos de Assistência Social e Educacional (FASE), uma ONG da área da educação popular. Inicialmente, a PTA procurou alternativas que viabilizassem a pequena propriedade rural de caráter familiar, como moinhos de vento, secadores solares, etc. Posteriormente,

os participantes do projeto se identificaram com a Agroecologia, de modo a envolver-se com a agricultura alternativa (GUIVANT, 1994, p. 55).

Atualmente, o projeto denomina-se AS-PTA e atua como uma associação de direito civil, sem fins lucrativos. Dentre os programas desenvolvidos pela instituição, destacam-se: (i) Programa Paraíba, que atua em 15 municípios do Agreste da Paraíba, visando a orientar e a apoiar organizações vinculadas ao Polo Sindical e às Organizações da Agricultura Familiar da Borborema, no desenvolvimento de projetos de desenvolvimento rural, baseados nos princípios de sustentabilidade socioambiental, por meio da agroecologia; (ii) Programa de Agricultura Rural, desenvolvido desde 1999, na zona oeste do município do Rio de Janeiro. Esse programa estimulou o aproveitamento de pequenos espaços em comunidades, para o cultivo de alimento, de plantas medicinais e para criações de animais, sob um enfoque ecológico; e o (iii) Projeto Contestado, que atualmente abrange 16 municípios localizados no Centro Sul do Paraná. Trata-se de projeto que tem atuado na promoção de inovações agroecológicas, na produção agrícola e pecuária, beneficiando diretamente três mil famílias da região (AS-PTA, 2012).

Juntamente com a FASE (e o PTA), outras organizações atuaram em apoio à agricultura alternativa, a partir da década de 1980, tais como a Associação de Estudos e Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR), no Oeste do Paraná (ALVES, 2008), e o Centro Vianei de Educação Popular em Santa Catarina. Tais organizações desenvolveram serviços de assistência aos agricultores, sob uma perspectiva política de crítica à modernização da agricultura e sob o ponto de vista técnico, de modo a retomar práticas tradicionais já conhecidas pelos agricultores, visando a compor um conjunto de estratégias que permitiriam a reprodução social do agricultor no campo (BRANDENBURG, 1999, p. 02).

Na trajetória da agricultura alternativa do Brasil, é possível destacar ainda algumas obras e pensadores que influenciaram as Ciências Sociais. Graziano Neto (1985) publicou uma das primeiras obras que introduziram a crítica ecológica ao modelo de modernização agrícola no país, sob uma perspectiva social. “Procurando estabelecer um diálogo entre as perspectivas agraristas e ecologistas, o autor apresenta um texto didático no qual mostra como os aparentes dilemas entre ecologia e reforma agrária são fundamentalmente complementares” (GUIVANT, 1994, p. 56). Nesse sentido, surgem outros exemplos, como o livro organizado por Martine e Garcia (1987),

que reúne artigos de pesquisadores de diferentes origens disciplinares, para discutir os impactos sociais e ambientais da modernização agrícola. Por fim, Wilkinson (1985) insere a agricultura alternativa em um contexto global de transformações do sistema alimentar, sugerindo uma intervenção mais decisiva do setor público, com maior controle e fiscalização sobre a indústria alimentar e o investimento em pesquisas na área de agricultura biológica (GUIVANT, 1994, p. 56-57).

No início da década de 1990, o Programa de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura (PIPSA)⁹ iniciou um importante diálogo entre Ciências Agrárias e Sociais. Tanto os participantes como os órgãos financiadores (como a Fundação Ford), esperavam que a PIPSA tivesse influência nas políticas públicas no meio rural; contudo, com o passar do tempo, evidenciou-se que este objetivo não seria alcançado. O programa findou-se na segunda metade de 1990 e, junto com ele, um grupo de trabalho voltado para questões ambientais no meio rural.

Outros importantes eventos ocuparam espaço na década de 1990, sobretudo influenciados pela Eco 92 e pela publicação do Relatório Brundtland. Em 1995, foi organizado um *workshop* denominado Desenvolvimento de uma nova Agricultura: Acesso à Terra e a Meios de Produção, a Questão da Fome e a Integração Social, e, em Porto Alegre, realizou-se a Conferência Internacional Tecnologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Como resultados desses encontros, foram publicados os livros Para pensar outra agricultura, de autoria de Ferreira e Brandenburg (1998), e Reconstruindo a agricultura, ideias e ideais de um desenvolvimento rural sustentável, de Almeida e Navarro (1997) (GUIVANT, 2010, p. 381).

Dentre as iniciativas alternativas consideradas pioneiras no país, destacam-se: a criação do Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural, em 1982, na cidade paulista de Botucatu; e a criação da Associação Mokiti Okada, em 1987. A primeira atualmente é a maior certificadora da América Latina e a única no Brasil com credenciamento da IFOAM (mercado internacional), ISO *Guide* 65 (mercado europeu-

⁹ Segundo Moreira (2006, p. 12), o PIPSA teve sua origem no ano de 1978, recebendo financiamento da Fundação Ford, em diversas oportunidades, ao longo de sua história. Originou-se com o objetivo de se tornar uma alternativa à pesquisa social da agricultura brasileira, sob a responsabilidade do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRJ). A partir de 1982, a responsabilidade da gerência do Projeto passou para o Departamento de Economia e Sociologia Rural da Faculdade de Ciências Agrônomicas da UNESP, em Botucatu (SP) (MOREIRA, 2006).

regulamento CE 889/07), Demeter (mercado internacional), USDA/NOP (mercado norte-americano), COR (mercado canadense) e INMETRO / MAPA (mercado brasileiro), o que torna seu certificado aceito globalmente (IBD CERTIFICAÇÕES, 2012). Já a segunda, atua em diversas áreas, tais como: arte e cultura, assistência social, educação, espiritualidade e saúde, e meio ambiente/agricultura natural. Especialmente, nessa última área, destacam-se as pesquisas realizadas no Centro de Pesquisa Mokiti Okada, localizado em Ipeúna (SP). As pesquisas buscam o desenvolvimento de tecnologias sustentáveis para a expansão da agricultura natural, no Brasil e no exterior, estando elas direcionadas para a saúde e para a recuperação da parte física, biológica e química do solo (ao contrário da agricultura convencional, que somente observa a planta) (FUNDAÇÃO MOKITI OKADA, 2012).

Ainda em relação à agricultura alternativa, em 1989, foi formada a Associação de Agricultura Orgânica (AAO), com objetivo de criar um mercado varejista que permitisse a comercialização direta dos produtos aos consumidores. Ao longo de sua história, a AAO organizou a Feira do Produtor, no Parque Asa Branca, em 1991; coordenou a 9ª Conferência Científica da IFOAM, realizada em São Paulo, em novembro de 1992; teve assento também no 1º Comitê Nacional de Produtos Orgânicos, grupo que consolidou a Portaria Normativa 007 (APÊNDICE B) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), de 1999, dentre outras ações (AAO, 2012). Por fim, outra iniciativa que merece destaque é a Feira Ecológica, organizada pela Cooperativa COOLMEIA, criada em 1989, na cidade Porto Alegre e ainda em funcionamento.

Quadro 6 - As abordagens de agricultura ligadas à agricultura alternativa

(i) Agricultura biodinâmica: teve início em 1920, com Rudolf Steiner, fundador da Antroposofia, definida por ele como “uma Ciência Espiritual”. Os biodinâmicos possuem uma abordagem em que a propriedade deve ser vista e manejada como um organismo vivo. Do ponto de vista prático, diferencia-se das demais, pela utilização de preparados incorporados às pilhas de compostagem ou, então, pulverizados nas plantas. Outra diferenciação ocorre por levar em conta influências cósmicas sobre as plantas.

(ii) Agricultura biológica: sua origem está ligada à corrente francesa de Claude Aubert, que lançou, em 1977, a obra *L'Agriculture Biologique*. Aubert é herdeiro da tradição de Howard e Voisin, este último criador do Pastoreio Racional Voisin (ou Pastoreio Rotativo Voisin). No Brasil, destacam-se, como adeptos desse modelo: Luiz Carlos Pinheiro Machado (UFSC), Nilo Ferreira Romeiro e Humberto Soio, ambos da Universidade de Passo Fundo (UPF/RS).

(iii) Agricultura ecológica: surgiu na década de 1980, na Alemanha, influenciada pelo professor Hartmut Vogtmann e sua obra, *Ökologischer Landbau: Landbau mit Zukunft*, em que organiza textos de autores ligados à escola iniciada por ele. No Brasil, a denominação agricultura ecológica está ligada aos trabalhos de José Lutzemberger e do casal Primavesi (Artur e Ana Maria).

Na verdade, pode-se dizer que geralmente a agricultura ecológica procura maior equilíbrio com o ambiente, buscando desenhos agrícolas mais integrados, um manejo dos solos mais racional, mas é menos restritiva com relação ao uso de insumos do que a agricultura biológica e AO, assim é dirigida às propriedades médias e grandes e não apenas às pequenas propriedades (JESUS, 2005, p. 23).

(iv) Agricultura natural: está ligada a trabalhos desenvolvidos no Japão, principalmente vinculados a dois autores: Mokiti Okada e Fukuoka. O primeiro iniciou atividades em 1935, com a criação de uma religião, em defesa da purificação do espírito e do corpo, levando à necessidade de consumir produtos “naturais” e evitar os potencialmente tóxicos. Atualmente, existem organizações ligadas à religião e ao sistema agrícola defendido por Okada em 36 países. Na prática, a corrente se diferencia das demais, pela adoção de produtos especiais para a preparação do composto orgânico, chamados de microrganismo eficientes, tais como o *BYM* ou *Eokomit* (fungos, bactérias e actinomicetos especializados na decomposição da matéria orgânica) e o *Bayodo* (uma mistura fermentada de terra virgem e farelo de arroz). Já Fukuoka, faz uma abordagem filosófica, científica e ética, não tendo caráter religioso. A principal diferença dele frente aos demais autores é sua crítica à aração do solo.

(v) Permacultura: foi desenvolvida por Bill Mollison, na Austrália, e está

ligada a um sistema de manejo permanente, indicado a ecossistemas tropicais ou subtropicais, úmidos, subúmidos, semiáridos ou áridos.

Apresenta uma visão holística da agricultura, com forte carga ética, buscando a integração entre a propriedade agrícola e o ecossistema, com modelo de sucessão de cultivos na intenção de maximizar a produção, conservando os recursos naturais (JESUS, 2005, p. 23).

(vi) Agricultura regenerativa: o termo foi cunhado por Robert Rodale, filho de Albert Rodale. Um dos grandes defensores dessa corrente é o suíço Ernst Gosch, que, inicialmente, atuou em seu país como melhorista vegetal, passando a viver na América Central, onde entrou em contato com povos nativos. A partir daí, o autor originou a abordagem agroflorestal regenerativa, com a qual afirma obter rápida recuperação de áreas degradadas, bem como produção agrícola através de poda intensiva de árvores e controle de sucessão vegetal.

(vii) Agricultura sustentável: atualmente a designação é bastante controversa, podendo-se considerar um termo em disputa. Foi usado originalmente no documento Nosso Futuro Comum, elaborado em 1987. Acredita-se que há cerca de 60 definições para o termo, levando a corrente sustentável a ser criticada porque “[...] quer dizer muitas coisas e ao pretender servir a diferentes interesses, acaba por não dizer nada”.

Fonte: Jesus (2005)

3.2.3. Disputas entre Agroecologia e Agricultura Orgânica

Há divergências entre os atores sociais que defendem a utilização de práticas não convencionais em Santa Catarina. Especialmente entre os pesquisadores e extensionistas entrevistados, parte se mostra defensora da Agroecologia, definida como um novo paradigma na agricultura ou como uma área de conhecimento que possui uma abordagem holística, concernente não apenas às questões ambientais, mas, sobretudo, às questões humanas. Por outro lado, há os atores sociais que atuam em defesa da Agricultura Orgânica, que, através da legislação brasileira, tornou-se um conceito guarda-chuva, abrangendo os alimentos ecológicos, biodinâmicos, naturais, regenerativos, biológicos, agroecológicos, permacultura etc.. Tem como principal característica a não utilização de materiais sintéticos, organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização. Nas páginas subsequentes, estas duas correntes serão

apresentadas mais detalhadamente, fornecendo informações para que se compreendam os diferentes pressupostos que orientam propostas e ações dos atores sociais que atuam na EPAGRI.

3.2.3.1. Agroecologia

A Agroecologia firmou-se no interior do sistema de pesquisa estadunidense, no início dos anos de 1980. Apesar disso, uma parcela considerável do desenvolvimento da Agroecologia pode ser atribuída a Klages. Ainda no final dos anos de 1920, o autor passou a estudar as relações entre agricultura e os ecossistemas, embora, somente em 1941, incluiu componentes históricos, tecnológicos e socioeconômicos, que caracterizam os diferentes ambientes como determinantes para a produtividade das lavouras (LUZZI, 2007).

Decorridas quase três décadas, ocorreu uma considerável expansão da literatura agroecológica, apoiada por ecólogos que experimentaram listas de hipóteses em sistemas agrícolas com resultados significativos quanto ao conhecimento ecológico. Segundo Guivant (2010, p. 383), a ambiciosa proposta de reestruturação paradigmática do conhecimento científico chamada de Agroecologia tem como principal formulador Miguel Altieri, pesquisador da Universidade de Berkeley (EUA). Com uma proposta que abrange aspectos teóricos, metodológicos e empíricos, a Agroecologia tenta se aproximar à perspectiva antropológica da pesquisa agrônoma, de modo a formular um “novo paradigma”, centrado em uma perspectiva de agricultura que considera as interações entre o biológico, o técnico, o cultural e o socioeconômico. Para a autora, apesar de parte significativa da proposta agroecológica não ter saído das intenções (a interdisciplinaridade é um exemplo, pois tende a ser mais a somatória de itens disciplinares), passou a ser uma categoria que permitia aos críticos marxistas do modelo da agricultura moderna falar de sustentabilidade, mantendo o discurso político-ideológico sobre campesinato, independência do produtor rural, críticas ao mercado etc.

Portanto, diante da gama de autores que defendem a Agroecologia atualmente, optou-se por apresentá-la através de Altieri (2002), amplamente citado nas entrevistas, como o representante da Agroecologia seguida pelos atores, conforme demonstra o quadro abaixo:

Quadro 7 - Destaque dos entrevistados para Miguel Altieri

“Também há pessoas que disseram que agroecologia, em si, é definida como sendo uma ciência. É uma ciência e tem lá autores que trabalharam isso. [...] O mais conhecido é o **Miguel Altieri**, [...] agroecologia como ciência” (ENTREVISTA n.03).

“Para era produção agroecologia, dentro do **Altieri**, que é uma pessoa, um dos ícones aí, do próprio termo agroecologia. Surgiu aqui, nos Estados Unidos, no Brasil, na América Central, via **Altieri**” (ENTREVISTA n.08).

“Vou usar um dos clássicos da agroecologia, o **Miguel Altieri**, que diz, na Califórnia, a área dele lá, tem mil hectares de alface. É orgânico, supostamente limpo, mas não é agroecológico, não tem diversificação produtiva. Ou aqueles plantios de moranguinhos também têm nos Estados Unidos, ou aqui a soja orgânica. Vou usar mais uma vez o **Altieri**: a biodiversidade está entre e a planta de morango, a planta de soja e o tratorista, não tem outra biodiversidade. A agroecologia, nesse sentido, tem o princípio da biodiversidade, da combinação, por isso ela está muito ligada ao etnoconhecimento, com populações tradicionais” (ENTREVISTA n.09).

Fonte: entrevistas ao autor

Segundo Altieri (2002), a Agroecologia parte de uma crítica severa à agricultura convencional, resgatando, na história, uma série de episódios em que conhecimentos agronômicos desenvolvidos por povos e culturas nativas e sociedades não ocidentais foram obscurecidos e denegridos. Entre os processos, destaca: (i) a destruição dos mecanismos populares de codificação, controle e transmissão das práticas agrícolas; (ii) as modificações ocorridas em muitas sociedades indígenas não ocidentais e de seus sistemas produtivos, provocadas pelo colapso demográfico, pela escravidão e por processos de colonização e de mercado; e (iii) a ascensão da ciência positivista (ALTIERI, 2002, p. 20).

Para Altieri (2002), estes processos dificultaram a disseminação de um modelo mais holístico, na comunidade científica formal. Isso se verificou, tendo em vista que os primeiros contatos entre espanhóis e portugueses pós-Inquisição (que interferiram nas bases rituais e simbólicas da agricultura das sociedades não ocidentais) geraram consequências, que foram sentidas até o século XIX. Poder-se-ia resumir parte importante da história da agricultura, segundo o autor, da seguinte forma:

[...] a desintegração destes sistemas de conhecimento através da exportação de mão de obra para o trabalho, da erosão das bases culturais da agricultura indígena e da mortalidade associada

às lutas, estimuladas pela captura de escravos foi, mais tarde, completada pela integração destes sistemas residuais nas estruturas coloniais e mercantilistas (ALTIERI, 2002, p. 24).

Por fim, a ascensão do método positivista na ciência e a tendência do pensamento ocidental, associadas ao Iluminismo do século XVIII, alteraram drasticamente o discurso do naturalismo, substituindo a visão orgânica e viva da natureza por uma abordagem mecânica (ALTIERI, 2002, p. 25).

Para o autor, a redescoberta da Agroecologia está ligada à decisão de cientistas em estudar o que os agricultores “havia aprendido a fazer” e à influência de algumas correntes intelectuais com pouca relação com a Agronomia formal, como o estudo dos sistemas de classificação indígenas, das teorias do desenvolvimento rural, dos ciclos de nutrientes e das sucessões ecológicas. A palavra redescoberta é utilizada, levando-se em conta que a ciência e a prática da Agroecologia têm a idade da própria agricultura. A Agroecologia “contemporânea” (a partir dos anos de 1970), no entanto, num sentido normativo ou prescritivo, é uma abordagem agrícola que incorpora cuidados relativos ao ambiente, aos problemas sociais e à sustentabilidade ecológica do sistema de produção. Em sentido restrito, refere-se ao estudo de fenômenos puramente ecológicos que ocorrem na produção agrícola, tais como relações predador/presa ou competição cultura/vegetação espontânea (ALTIERI, 2002).

A base da Agroecologia encontra-se na concepção de que os cultivos agrícolas são ecossistemas, objetivando compreender a forma, a dinâmica e a função das relações ecológicas. Nesse contexto, pesquisadores começaram a conceber as plantações como um tipo particular de ecossistema, um agroecossistema, com vários graus de resiliência e estabilidade, porém, não determinados apenas por fatores ambientais ou bióticos. As diferenças nas funções ecológicas entre ecossistemas naturais e agrícolas dependem, de fato, da intensidade e da frequência de perturbações naturais, mas também das interferências humanas, destacando-se, assim, análises de fatores socioeconômicos.

Posteriormente à apresentação, em termos gerais, de alguns dos aspectos centrais da Agroecologia, vale apresentar as concepções e métodos de áreas do conhecimento que influenciam o pensamento agroecológico, quais sejam:

- ✓ Ciências agrícolas: a influência ocorre, especialmente, na passagem para a década de 1980, quando o componente social

passou a receber notoriedade, resultando em estudos de desenvolvimento rural e de críticas às estruturas de desenvolvimento agrícola dos EUA. A contextualização social e as análises agronômicas geraram avaliações complexas da agricultura, sobretudo em relação ao desenvolvimento regional. Pesquisas ligadas ao controle de pragas também contribuíram para o desenvolvimento de uma perspectiva ecológica na proteção de plantas, sobretudo, para o manejo ecológico de pragas, enfatizando o desenvolvimento de agroecossistemas.

- ✓ **Ambientalismo:** o maior contribuinte intelectual da Agroecologia foi o movimento de defesa ao ambiente, das décadas de 1960 e 1970. “À medida que assuntos ambientais eram incorporados à agroecologia, eles infundiam parte de seu discurso com uma visão crítica à agronomia voltada à produção e aumentavam a sensibilidade a uma ampla gama de temas” (ALTIERI, 2002, p. 36). Entre os autores que contribuíram nesse processo estão Paul Ehrlich (*The Population Bomb*) e Garret Hardin (*Tragedy of the Commons*), a publicação do Clube de Roma e, posteriormente, o livro de Schumacher (*Small is Beautiful*). Quanto aos problemas ambientais, destacam-se Rachel Carson (*Silent Spring*) e o estudo clássico de Pimentel (1973). No Terceiro Mundo, pode-se citar a obra editada por Milton e Farver, em 1968 (*The Careless Technology*), e o artigo de Janzen (1973), dentre outros.
- ✓ **Ecologia:** os ecólogos desempenharam um papel fundamental na evolução do pensamento agroecológico, pelos seguintes fatos: (i) a estrutura conceitual e a linguagem da Agroecologia são essencialmente ecológicas; (ii) os sistemas agrícolas se constituem em um interessante material de pesquisa, que possui amplas possibilidades de controlar, testar e manipular seus componentes, e compará-los com ecossistemas naturais; (iii) o aumento da pesquisa em ecossistemas tropicais direcionou as atenções aos impactos ecológicos da expansão dos sistemas de monocultura às regiões caracterizadas por extraordinária diversidade e complexidade; e (iv) um grupo de ecólogos voltaram sua atenção às dinâmicas ecológicas dos sistemas agrícolas tradicionais (ALTIERI, 2002)
- ✓ **Sistemas indígenas de produção:** consistem em outra influência importante no pensamento agroecológico. Originam-se dos esforços de antropólogos e geógrafos, preocupados em descrever e analisar as práticas agrícolas e a lógica dos povos indígenas e camponeses. Estes estudos estão centrados no uso do recurso e no

manejo de toda a base de subsistência (e não apenas nas parcelas agrícolas), de modo a compreender como povos locais explicam seus sistemas produtivos e como as mudanças socioeconômicas os afetam. Os estudos dos sistemas agrícolas indígenas forneceram grande parte da matéria-prima para o desenvolvimento dos sistemas alternativos de produção na Agroecologia (ALTIERI, 2002, p. 45). “A análise científica do conhecimento local tem sido uma força importante na reavaliação dos pressupostos do sistema agrícola colonial e dos modelos de desenvolvimento agrícola” (ALTIERI, 2002, p. 42).

- ✓ Estudos de desenvolvimento: especialmente os estudos acerca do desenvolvimento rural do Terceiro Mundo auxiliam a esclarecer a lógica das estratégias locais de produção em comunidades integradas com a economia regional, nacional e global, e também naquelas não integradas. Destacam-se as pesquisas sobre a Revolução Verde, pois, por meio delas, foi possível demonstrar os preconceitos que permeavam a agricultura e a área do desenvolvimento rural.

Nessa perspectiva, apresenta-se um contraponto entre as premissas da agricultura convencional e Agroecologia, conforme a perspectiva de Altieri (2002). Para ele, as premissas dominantes na agricultura convencional são: (i) Atomismo: os sistemas constituem partes imutáveis e são simplesmente a soma das suas partes; (ii) Mecanicismo: as relações entre as partes são fixas, os sistemas movem-se continuamente de um ponto de equilíbrio a outro e as mudanças são reversíveis; (iii) Universalismo: os fenômenos complexos e diversos são o resultado de princípios universais subjacentes, que são em número reduzido e não se modificam no tempo e no espaço; (iv) Objetivismo: podemos permanecer à parte do que tentamos estudar e pesquisar; (v) Monismo: nossas formas separadas e individuais de entender sistemas complexos estão se fundindo num todo coerente.

No caso da Agroecologia, as premissas são: (i) Holismo: as partes não podem ser compreendidas separadamente do todo e o todo é diferente da soma das partes. As partes podem desenvolver novas características ou podem surgir partes totalmente novas; (ii) Os sistemas podem ser mecânicos, mas também podem ser determinísticos, ainda que não previsíveis ou contínuos, por que são caóticos. Os sistemas também podem ser evolucionários; (iii) Contextualismo: os fenômenos dependem de um grande número de determinados fatores, especialmente ligados ao tempo e ao espaço. Fenômenos semelhantes podem ocorrer em tempos e lugares distintos, devido a diferentes fatores; (iv)

Subjetivismo: os sistemas sociais e, especialmente, os “naturais” não podem ser compreendidos separadamente de nossas atividades, de nossos valores e do modo como entendemos e como atuamos sobre eles no passado; (v) Pluralismo: os sistemas complexos só podem ser conhecidos mediante padrões múltiplos de pensamento, sendo cada um deles necessariamente uma simplificação da realidade. Padrões diferentes são intrinsecamente incongruentes.

Para Altieri (2002, p. 58), muitos cientistas agrícolas convencionais, e mesmo agroecólogos, não percebem a subordinação de suas pesquisas às premissas da agricultura convencional, nem como as instituições em que atuam se estruturam filosoficamente. O autor acredita, no entanto, que, ao surgirem os problemas metodológicos, o mais provável é que os agroecólogos estejam mais à vontade com pressupostos alternativos e mais inclinados a criticar as premissas dominantes. Para ele, “a diferença entre agrônomos convencionais e agroecólogos é que estes últimos tendem a ser, de forma geral, metodologicamente mais pluralistas”. Desta forma, podem recorrer a meios não científicos para a avaliação das possibilidades, adequando-se melhor às tomadas de decisões coletivas da comunidade diretamente afetada.

A Agroecologia é a interação entre o sistema social e sistema ambiental em que opera o agricultor. A relação entre ambos os sistemas é explicada pela perspectiva “coevolutiva”. O “sistema social”, como um conjunto de sistemas de conhecimento, valores, tecnologias e organizações, relaciona-se com os outros sistemas. Cada um deles exerce pressão seletiva sobre a evolução dos outros, de modo a gerar uma coevolução. Essa perspectiva coloca populações e suas formas de pensar no centro do processo e demonstra ser possível desenhar tecnologias agrícolas mais aperfeiçoadas, estando-se atento à interação entre os sistemas. Os cientistas, nesse contexto, devem se considerar agentes, com potencial de influenciar e acelerar o processo coevolucionário, introduzindo múltiplas mutações, das quais somente algumas são aprovadas. “Num mundo coevolutivo, os improvisadores são mais eficientes que os grandes planejadores”.

Para a Agroecologia, o desenvolvimento coevolutivo se dá por dois processos: (i) conceituando a agricultura como um processo que segue princípios ecológicos e que fornece novos conhecimentos sobre o comportamento e manejo de distintos agroecossistemas; e (ii) distribuindo o poder no sistema social, através de instituições descentralizadas e de participação popular.

Desta forma, agroecólogos buscariam diretrizes gerais e não

recomendações detalhadas para o planejamento e para o manejo de agroecossistemas. Agroecólogos teriam condições de traduzir, em cada circunstância, os princípios gerais que controlam a dinâmica de culturas e vegetações, transformando-os em recomendações apropriadas para as condições específicas nos agroecossistemas locais, desenvolvendo diretrizes flexíveis para o planejamento dos sistemas agrícolas. Essas diretrizes são obtidas, considerando o sistema agroecológico e social, no qual trabalham os agricultores e que tem sido pouco enfatizado em pesquisas realizadas nos centros experimentais e nos laboratórios.

Nessa perspectiva, instituições públicas ou corporações recebem menor destaque. Em seu lugar, Altieri (2002) destaca o papel das ONGs, que utilizam uma abordagem sistêmica, combinando o desenvolvimento e a divulgação tecnológica com atividades que objetivam melhorar as condições de vida dos agricultores (p.e: fornecimento de créditos e/ou da capacidade organizativa dos agricultores, serviços de saúde preventiva e orientações acerca das oportunidades de mercado, dentre outros).

As ONGs atuam como intermediárias entre agricultores e governo, de modo a focalizar o olhar nos cultivos de subsistência para agricultores de baixa renda que vivem em condições diversas em termos ecológicos e socioeconômicos. Geralmente, as ONGs têm sua referência metodológica na Agroecologia, conectada a um processo autossustentado de desenvolvimento, baseado na capacidade técnica e organizativa dos agricultores. Por fim, as ONGs atuam testando metodologias de pesquisa e de desenvolvimento participativos, combinando pesquisas realizadas em estações experimentais com aquelas realizadas nas propriedades rurais e com a difusão tecnológica. Nas palavras do autor, “[...] a proximidade das ONGs dos beneficiários tem permitido responder às necessidades da população pobre do meio rural” (ALTIERI, 2002, p. 76).

As ONGS, ao desenvolverem seus programas, repassam suas tecnologias para outros organismos, até mesmo os governamentais da extensão rural. Por exemplo: algumas ONGs promovem treinamento em método agroecológico, com equipes de órgãos governamentais, inserindo para-técnicos¹⁰ que antes não se encontravam incluídos nos programas de desenvolvimento. Em outros casos, ainda, ONGs tem se transformado em instituições em potencial, com capacidade de interceder em políticas públicas em nível nacional, regional e local. Elas

¹⁰ Trata-se de membros de comunidades, que são capacitados, porém não dispõem de diplomas de nível técnico superior.

têm, também, atuado na agenda de pesquisa de organizações agrícolas de experimentação nacionais e internacionais, nas prioridades de financiamento das agências doadoras internacionais e nos currículos universitários (ALTIERI, 2002, p. 77).

Para Altieri (2002), a atuação das ONGs contribui para que um conhecimento mais elaborado seja produzido sobre os sistemas agrícolas e informações sobre as condições locais específicas sejam geradas, contando com a maior interação entre agricultores, pesquisadores e extensionistas. Nessa perspectiva, agroecólogos buscam se relacionar com os agricultores de forma diferente, em relação à agricultura convencional. Os agricultores são considerados atores-chave, na adaptação de tecnologia para sua situação específica. Nesse sentido, são auxiliados pelas ONGs que desenvolveram metodologias facilitadoras, para sua participação na pesquisa e no desenvolvimento. A população rural de baixa renda é reconhecida como protagonista racional, capaz de formular estratégias de subsistência, como resposta às condições ecológicas e sociais que a rodeiam. Trata-se de um empoderamento dos agricultores, por meio de metodologias agroecológicas que possibilitam organizar seus conhecimentos agrícolas, melhorar suas habilidades técnicas e fortalecer suas capacidades de adaptação às novas tecnologias.

Os agroecólogos afirmam utilizar duas perspectivas para a participação dos agricultores em seus projetos: (i) envolver os agricultores ativamente: através da participação de agroecólogos e agricultores em ensaios de campo, promovendo contato direto e frequente entre os envolvidos; e (ii) adaptar inovações tecnológicas: agroecólogos trabalham, principalmente, através de organizações locais, proporcionando aos agricultores a possibilidade de influenciar na distribuição dos recursos do projeto. Para Altieri (2002), no entanto, objetiva-se que, gradativamente, o poder seja redistribuído entre os agricultores, fortalecendo sua capacidade de dirigir a coevolução local entre os sistemas ambientais e sociais, de maneira que seja mantida a retroalimentação qualitativa entre ambos (ALTIERI, 2002, p. 81).

3.2.3.2. Agricultura Orgânica

O conceito de Agricultura Orgânica foi proposto inicialmente por Albert Howard. O pesquisador dirigiu um instituto de pesquisa de plantas, na cidade de Indore, na Índia, onde realizou inúmeros estudos sobre compostagem e adubação, entre anos de 1925 e 1930. Considerado o “pai da Agricultura Orgânica”, Howard publicou

Manufacture of húmus by Indore process (1935), e *An agriculture testament* (1940), de modo a formular o conceito de Agricultura Orgânica. Além de ressaltar a importância da utilização da matéria orgânica nos processos produtivos, Albert Howard afirma que o solo não deve ser compreendido como um conjunto de substâncias, conforme tendência da química analítica, e sim, deve ser entendido como um componente em que ocorre uma série de processos vivos e dinâmicos, essenciais à saúde das plantas.

Baseado nessas ideias, Lady E. Balfour publicou *The Living Soil*, em 1943, reforçando a importância dos processos biológicos do solo. A obra se tornou ponto de aglutinação de ideias e debates que impulsionaram a criação da *Soil Association*, em 1946, que, por sua vez, contribuiu na difusão do pensamento de Howard nos países de língua inglesa (HOMEOPATIA VETERINÁRIA, 2012). Vale ressaltar que a *Soil Association*, fundada por fazendeiros, cientistas e nutricionistas britânicos, permanece em atividade. Com sedes em Bristol e Edimburgo (Inglaterra), conta com mais de 200 funcionários trabalhando com a inspeção e a certificação de alimentos orgânicos em todo o país (SOIL ASSOCIATION, 2012).

A recepção aos trabalhos de Howard sofreu certa recusa, sendo ele, inclusive, hostilizado em uma palestra proferida na Universidade de Cambridge, no ano de 1935, após seu retorno do Oriente. Tal recusa deu-se ao fato de as ideias do autor serem contrárias ao modelo quimicista, que predominava no meio agrônômico. Os trabalhos do autor foram aceitos por um pequeno grupo de dissidentes do padrão predominante, destaque para o empreendedor e editor Jerome Irving Rodale. Rodale passou a praticar os ensinamentos de Howard, em uma fazenda na Pensilvânia (EUA), adquirida em 1940. Posteriormente, lançou o livro *The Organic Front* e a revista *Organic gardening and farm* (OG&F), ambas com fracasso nas vendas (PLANETA ORGÂNICO, 2012).

Na década de 1960, a *The Soil Association* abriu sua primeira loja de produtos orgânicos na Inglaterra, ao mesmo tempo em que o “movimento orgânico” se expandiu na Europa e nos Estados Unidos. Foi também no início da década de 1960, que a bióloga Raquel Carsol lançou o livro *Silent Spring*. Com a publicação do livro, a autora foi denunciada como alarmista pela indústria química; porém, até o final de 1962, quatro milhões de cópias do livro haviam sido vendidas, causando profundas mudanças no curso da história da Ecologia no mundo todo (conforme foi visto anteriormente). Ainda na década de 1960, impulsionada, sobretudo, por movimentos de manifestações em defesa

de reservas florestais norte-americanas, as vendas da *Organic Gardening and Farm* ascenderam e, no início da década de 1970, atingiram a venda de 700 mil exemplares. Parte dos ganhos obtidos foi revertida em pesquisas e experimentos, na “fazenda orgânica” de Rodale, que se tornou um dos principais centros de referência e de divulgação da Agricultura Orgânica. Com sua morte, em 1971, seu filho, Robert, deu continuidade às pesquisas e às publicações, criando o *Rodale Institute* (PLANETA ORGÂNICO, 2012). Atualmente, o instituto apresenta-se como uma organização sem fins lucrativos, dedicado à agricultura orgânica, pesquisando e compartilhando práticas orgânicas com agricultores e cientistas de todo o mundo (RODALE INSTITUTE, 2012).

No final da década de 1970, o conceito de agricultura orgânica se difundiu definitivamente, e três estados estadunidenses definiram critérios reguladores da rotulagem dos alimentos com procedência orgânica. Na mesma década, foi fundada a IFOAM, que, sediada na Alemanha desde 1987, permaneceu como principal instituição ligada à Agricultura Orgânica no mundo. Já a década de 1980 destacou-se pelos escândalos relacionados aos alimentos. O “mal da vaca louca¹¹” e outros problemas foram responsáveis por um aumento na busca por alimentos orgânicos, de modo a intensificar a comercialização em grandes redes de supermercados. Ainda na década de 1980, foi fundada a Federação para o Cultivo de Orgânicos (AGÖL), que atualmente congrega importantes organizações¹², entre elas, a *Demeter*, *Bio-land*, *Naturland* etc.

¹¹ O “mal da vaca louca”, cientificamente denominado de *Encefalopatia Espongiforme Bovina* (EEB), é uma doença crônica degenerativa que afeta o sistema nervoso dos animais. Atribui-se a causa a um agente infeccioso denominado *prion*, derivado de uma proteína da membrana de células nervosas, que, quando se modifica, provoca um quadro degenerativo crônico e transmissível do sistema nervoso central dos bovinos. Os primeiros casos foram detectados em 1983, embora estudos apontem para casos existentes desde a década de 1970. A disseminação da doença se deu devido ao fornecimento de ração para bovinos contendo carne e ossos de carcaça de bovinos e ovinos.

¹² A origem da *Demeter* remonta aos anos de 1928, através da Cooperativa Demeter, na cidade alemã de Berlim. Atualmente, a organização é a maior certificadora de produtos biodinâmicos e uma das três maiores certificadoras de alimentos orgânicos do mundo (DEMETER, 2012). A *Bio-land* teve origem em 1982 e, atualmente, desenvolve produtos que seguem rigorosos padrões de controle ligados à questão ambiental. A empresa conta com uma linha de produtos alimentícios, que inclui barras de cereal, granola, bolos etc., e uma linha de produtos de higiene pessoal, com cremes, xampus, sabonetes etc. (BIO-

(HOMEOPATIA VETERINÁRIA, 2012).

A partir da década 1990, a produção e o consumo de orgânicos foram regulamentados pela legislação de inúmeros países da Europa e nos Estados Unidos. Em 1990, o congresso americano iniciou a regulamentação federal da produção de orgânicos no país, ocorrendo o mesmo, um ano após, na Europa. Em junho de 1991, a Comunidade Econômica Europeia regulamentou a produção e a venda de vegetais orgânicos, com base em critérios de certificação da *The Soil Association*. Em 1992, ocorreram dois grandes eventos no Brasil: o primeiro foi a Conferência Mundial ECO 92, no Rio de Janeiro (RJ), que contou com a participação de representantes de mais de 178 países que se comprometeram a promover o desenvolvimento sustentável de ambientes e recursos naturais. Em São Paulo (SP), ocorreu a 9ª Conferência Científica da IFOAM. Já no final da década de 1990, a Agricultura Orgânica deu mais um passo importante, com a regulamentação da produção de produtos orgânicos de origem animal na Europa, complementando a medida tomada em 1991. Tais iniciativas impulsionaram o surgimento dos primeiros processos de certificação no Brasil (selos verdes), culminando na publicação da Instrução Normativa 007, no ano de 1999, (APÊNDICE B) época em que foram apresentadas as primeiras normas para a produção, certificação e comercialização de alimentos orgânicos no país (PLANETA ORGÂNICO, 2012).

Segundo Medaets e Fonseca (2005, p. 45), a necessidade da regulamentação para os alimentos orgânicos no Brasil decorre do distanciamento entre agricultores e consumidores, gerado com o crescimento das grandes redes de fornecimento, bem como da frágil divulgação da imagem dos produtores, num contexto de mistura de produtos em prateleiras de supermercados, mercados e quitandas. Para os autores, inicialmente as normas foram estabelecidas pelas próprias organizações de agricultores, ONGs, cooperativas de consumidores e por técnicos, baseados em fontes das regras internacionais, como da IFOAM e *Organic Crops Improvement Association* (OCIA), ONG fundada em 1985, nos EUA. Com as primeiras tentativas de exportação de cacau e açúcar para a Alemanha, entre os anos de 1988 e 1989, no

LAND, 2012). A *Naturaland* também foi fundada em 1982, em Graefelfing, cidade próxima a Munique (Alemanha). Trata-se de uma ONG, sem fins lucrativos, que promove a agricultura orgânica em diversos países do mundo. Segundo dados da organização, na Alemanha, são 2.517 fazendas que seguem os padrões de produção estabelecidos pela *Naturaland*, totalizando uma área superior a 130 mil hectares (NATURALAND, 2012).

entanto, importadores e organismos certificadores (OCs) europeus e nacionais passaram a pressionar para o reconhecimento de uma regulamentação no Brasil. Em 1994, o MAPA realizou as primeiras reuniões com representantes de entidades do governo e da sociedade civil, ligadas à produção e ao consumo de alimentos orgânicos, incentivando a criação da Comissão Nacional da Produção Orgânica (CNPOrg), no ano seguinte. Naquele momento, a CNPOrg era composta por representantes das ONGs atuantes no segmento (AAO, ABIO, *Associação de Programas em Tecnologia Alternativa (APTA)*, IBD, Coolmeia) e por entidades como MAPA, EMBRAPA, Ministério do Meio Ambiente e universidades (MEDAETS; FONSECA, 2005).

Os debates acerca da regulamentação da produção e da venda de alimentos orgânicos inicialmente se mantiveram pautados na necessidade e na conveniência dessa regulamentação e no modelo de certificação adotado. Com o crescimento do mercado, porém, passou-se a admitir a exigência de um maior controle, sendo preterida a certificação participativa realizada por técnicos de ONGs que apoiavam projetos com enfoque na Agricultura Orgânica e Agroecologia. Em outubro de 1996, ocorreu uma nova rodada de discussões, evidenciando uma disputa, desta vez entre partidários da certificação por auditoria versus os partidários da certificação participativa. Em 1997, foi criado o Fórum Orgânico, que, após algumas reuniões, conseguiu definir um conjunto mínimo de normas técnicas (MEDAETS; FONSECA, 2005, p. 46-47).

Nessa ótica, em 16 de outubro de 1998, foi publicada, no Diário Oficial da União, a Portaria número 505, que, depois de conduzida à apreciação da sociedade, viria se transformar na Instrução Normativa 007 (IN 007), de 17 de maio de 1999. A IN 007 constituiu o primeiro considerável avanço na Agricultura Orgânica, ligada às ações do governo. Segundo o próprio Diário Oficial da União (DOU), a IN foi exarada devido à crescente demanda dos produtos, obtidos através dos sistemas biológico, ecológico, biodinâmico e agroecológico; devido à necessidade da criação de um mercado para produtos naturais; e dada à quantidade de sugestões oriundas de consulta pública. De maneira geral, o objetivo do documento consistiu em criar normas disciplinadoras para a produção, identificação e certificação da qualidade dos produtos orgânicos, tanto de origem animal quanto de origem vegetal.

Um aspecto importante, trazido no documento, refere-se à formulação da definição oficial de sistema orgânico. Conforme a IN 007:

Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária e industrial, todo aquele em que se adotam tecnologias que otimizem o uso de recursos naturais e socioeconômicos, respeitando a integridade cultural e tendo por objetivo a autossustentação no tempo e no espaço, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energias não renováveis e a eliminação do emprego de agrotóxicos e outros insumos artificiais tóxicos, organismos geneticamente modificados – OGM / transgênicos ou radiações ionizantes em qualquer fase do processo de produção, armazenamento e de consumo, e entre os mesmos, privilegiando a preservação da saúde ambiental e humana, assegurando a transparência em todos os estágios da produção e da transformação (PLANETA ORGÂNICO, 2012).

A referida legislação foi substituída somente em 2003, quando o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a Lei 10.831. De imediato, no artigo primeiro, o documento apresenta uma “nova” caracterização para a produção orgânica, muito semelhante àquela presente na Instrução Normativa 007. Os termos em negrito foram adicionados e os entre parênteses foram retirados do texto anterior, resultando a seguinte caracterização: considera-se sistema orgânico de produção agropecuária (e industrial), todo aquele em que se adotam (tecnologias) **técnicas específicas, mediante a otimização** (que otimizem) o uso de recursos naturais e socioeconômicos **disponíveis e o respeito** (respeitando) à integridade cultural das **comunidades rurais** (e), tendo por objetivo a **sustentabilidade econômica e ecológica** (a autossustentação no tempo e no espaço), a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energias não renováveis, **empregando, sempre que possível, métodos culturais biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos**, e a eliminação (do emprego de agrotóxicos e outros insumos artificiais tóxicos) **do uso de** organismos geneticamente modificados – OGM / transgênicos **e** (ou) radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, **processamento, distribuição e comercialização, e proteção ao meio ambiente** (e de consumo, e entre os mesmos, privilegiando a preservação da saúde ambiental e humana, assegurando a transparência em todos os estágios da produção e da

transformação).

A lei reafirma que os produtos orgânicos abrangem os alimentos ecológicos, biodinâmicos, naturais, regenerativos, biológicos, agroecológicos, de permacultura, dentre outros, desde que estejam de acordo com os princípios presentes no documento. Conforme se afirmou, a Lei 10.831 foi sancionada em dezembro de 2007; contudo, somente 725 dias posterior à promulgação é que o governo aprovou o decreto 6.323, que regulamenta a lei. Segundo Niza Souza (Estado de S. Paulo, 2008), um dos motivos da demora na aprovação foi o impasse criado sobre a forma com que o decreto deveria ser redigido. A Casa Civil preferia a regulamentação em texto único, enquanto a Câmara Setorial de Agricultura Orgânica propôs o detalhamento técnico em instruções normativas.

É possível afirmar que, transcorridos aproximadamente 70 anos desde que Albert Howard introduziu o conceito de Agricultura Orgânica, esta se modificou, se popularizou e se difundiu em vários países. Atualmente, alimentos orgânicos são produzidos em todos os continentes e a distribuição se expande e se globaliza a cada ano. Um número crescente de legislações é aprovado, em diversos países do mundo, com intuito de regulamentar a produção e a comercialização de produtos *in natura* e processados das mais variadas origens. Portanto, após mais de sete décadas de difusão do conceito, ainda representa um desafio responder o que é Agricultura Orgânica? Segundo o MAPA (2012a), os produtos orgânicos são aqueles cultivados sem o uso de agrotóxicos, adubos químicos e outras substâncias tóxicas e sintéticas. Com isso, busca-se evitar a contaminação dos alimentos e do meio ambiente e produzir alimentos mais saudáveis, nutritivos e com mais qualidade de produção. Segundo a mesma fonte, a Agricultura Orgânica busca criar ecossistemas mais equilibrados, preservar a biodiversidade, os ciclos e as atividades biológicas do solo; não fazendo uso, portanto, de transgênicos e evitando, assim, colocar em risco a diversidade que existe na natureza.

Segundo o MAPA (2012a), os sistemas orgânicos de produção priorizam o uso responsável dos recursos naturais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável, diversificando e integrando a produção de espécies vegetais e animais, com o objetivo de criar ecossistemas mais equilibrados. A ideia abaixo confirma a argumentação:

Ao consumir os orgânicos, você leva à mesa da sua casa produtos mais saborosos e com todas as

vitaminas e minerais preservados. Tal resultado decorre do manejo diferenciado que é dado às plantas e aos animais. A inserção dos produtos orgânicos nos cardápios de restaurantes tem sido uma forma de valorizar os pratos e marcar uma posição de responsabilidade dos estabelecimentos por estimularem o desenvolvimento sustentável (MAPA, 2012a).

Além das informações fornecidas pelo MAPA, o Brasil conta com uma legislação específica. Na lei 10.831, de 23 de dezembro de 2003, a agricultura orgânica é designada como um sistema:

[...] em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente. (BRASIL, 2003)

Uma das maiores promotoras do termo Agricultura Orgânica no mundo é a IFOAM. A formulação da definição de Agricultura Orgânica, por parte da IFOAM, teve início em 2005, na Assembléia Geral da organização, realizada em Adelaide (Áustria), onde foram adotados os Princípios da Agricultura Orgânica (discutidos subsequentemente). Naquela assembléia, foi aprovada a moção para estabelecer uma definição sucinta de Agricultura Orgânica, que, após três anos, foi apresentada pela Força Tarefa responsável. Segundo a IFOAM, agricultura orgânica é:

[...] um sistema de produção que promove a saúde dos solos, ecossistemas e pessoas. Tem como base os processos ecológicos, biodiversidade e ciclos adaptados às condições locais em alternativa ao uso de insumos com efeitos adversos. A agricultura orgânica combina a tradição, inovação e ciência de modo a ser benéfica para o espaço partilhado, promove relacionamentos justos assegurando uma boa qualidade de vida a todos envolvidos (IFOAM, 2012).

A IFOAM (2012) apresenta ainda quatro princípios básicos relacionados ao conceito acima: (i) o princípio da saúde; (ii) da ecologia; (iii) de justiça; e (iv) da precaução. O primeiro refere-se à melhoria da saúde do solo, das plantas, dos animais e dos seres humanos, considerando o planeta único e indivisível, cuja saúde dos indivíduos e das comunidades não pode estar dissociada da saúde dos ecossistemas. O segundo princípio defende que a Agricultura Orgânica deve basear-se em ciclos e sistemas ecológicos vivos, contribuindo na sustentação dos mesmos. Mais do que isso, a Agricultura Orgânica deve adaptar-se a tais ciclos, de forma a valorizar as condições locais, ecológicas e culturais, através da diminuição de *inputs* – por meio da reutilização, reciclagem e gestão eficiente de materiais e energia –, a fim de melhorar a qualidade e a conservação dos recursos. A Agricultura Orgânica, portanto, deve atingir o equilíbrio ecológico, por meio da concepção de sistemas de cultivo e de *habitat*, e por meio da manutenção da diversidade agrícola e genética, beneficiando o meio ambiente comum, incluindo paisagens, clima, *habitat*, biodiversidade, ar e água.

O princípio da justiça alude à construção de relações de igualdade, no uso do meio ambiente e nas oportunidades de vida. Segundo a IFOAM (2012), a ideia de justiça caracteriza-se pela igualdade, equidade, respeito e responsabilidade, pelo mundo compartilhado, tanto entre as pessoas, como na sua relação com os outros seres vivos. Este terceiro princípio enfatiza que a Agricultura Orgânica deve fornecer a todos os seres humanos envolvidos (agricultores, processadores, distribuidores, comerciantes e consumidores) boa qualidade de vida, contribuindo para a soberania alimentar e para a redução da pobreza. Acrescenta-se ainda que, aos animais, devem ser oportunizadas condições de vida, de acordo com seu comportamento natural, fisiologia e bem-estar, e que os recursos naturais utilizados na produção sejam manejados de maneira social e

ecologicamente justos.

Finalmente, no princípio da precaução defende-se que a agricultura orgânica seja gerida de forma a proteger o bem-estar das gerações atuais e futuras. Os praticantes da agricultura orgânica podem aumentar a produtividade e a eficiência, desde que tais ações não ofereçam riscos à saúde e ao bem-estar dos demais. Quanto às novas tecnologias, devem ser avaliadas e analisadas com precaução e responsabilidade, evitando riscos significativos e rejeitando aqueles imprevisíveis, tais como a engenharia genética. As decisões devem refletir os valores e as necessidades daqueles que possam ser afetados, por meio de processos transparentes e participativos. Enfim, admite-se a importância da ciência, no desenvolvimento da agricultura orgânica; contudo, são destacadas também as experiências práticas da sabedoria acumulada e de conhecimentos tradicionais e indígenas, testados ao longo do tempo.

Nesta abordagem acerca da agricultura orgânica, além das informações fornecidas pelo MAPA e pela IFOAM, foram buscadas, também, legislações de outros países, para se obter um quadro mais aprofundado dos significados e das especificidades da Agricultura Orgânica no mundo. Tomando-se por base as definições da Argentina (descrita na lei 25.127), Bolívia (encontra-se na lei nº 3.525), Chile (posta na lei nº 20.089), Costa Rica (na lei 8.591), Equador (localiza-se no Acordo nº 302), Canadá (está presente na lei nº 32.310), União Europeia (trata-se do Regulamento nº 834) e Estados Unidos (no Código de Normas Federais), é possível concluir que AO envolve quatro diferentes dimensões:

- (i) Social;
- (ii) Econômica;
- (iii) Da não utilização de insumos químicos;
- (iv) Ecológica (ou Ambiental e de Defesa da Biodiversidade), subdividida em: solo, bem-estar animal e água.

3.2.4. Separação da Agricultura Orgânica e da Agroecologia

Conforme mencionado no item anterior, o termo Agricultura Orgânica tem se tornado uma espécie de conceito “guarda-chuva”, que aglutina inúmeras correntes ou práticas agrícolas, que, antes, atendiam como alternativas, tais como a ecológica, biodinâmica, natural, regenerativa, biológica, agroecológica, permacultura etc. Essa substituição ou transferência da Agricultura Alternativa para a Agricultura Orgânica, no entanto, vem desencadeando debates

acalorados, que se manifestaram nas entrevistas realizadas com pesquisadores e extensionistas da EPAGRI. Por outro lado, ambas as terminologias também vêm sendo utilizadas como similares em matérias de revistas, programas de televisão, artigos científicos e, curiosamente, em muitas das entrevistas realizadas com atores sociais ligados à EPAGRI. Diante desse quadro difuso, propõe-se iniciar um debate acerca dos aspectos que diferenciam Agricultura Orgânica e Agroecologia, lembrando que esta temática será retomada posteriormente nas análises das entrevistas.

Para Assis e Romero (2002), a Agroecologia é uma ciência com limites teóricos bem definidos. Como tal, procura inter-relacionar saberes de diferentes áreas do conhecimento, com o objetivo de propor um encaminhamento que respeite as condicionantes ambientais na Agricultura. A Agricultura Orgânica, por sua vez, constitui-se de uma prática agrícola e um processo social, que apresenta alguns matizes, expressos em diferentes formas de encaminhamento tecnológico e de inserção no mercado, respeitados os limites teóricos da Agroecologia, em maior ou menor grau.

A distinção, contudo, não se encerra nessa conceituação. O aspecto que divide drasticamente Agroecologia e Agricultura Orgânica é a inserção no mercado. Os defensores da primeira, de maneira geral, veem com pessimismo as recentes transformações e a expansão do mercado de alimentos orgânicos, fato que, para eles, separa a Ciência Agroecológica da prática agrícola orgânica. Por outro lado, determinados autores mantêm um posicionamento intermediário, apontando aspectos tanto negativos quanto positivos, acerca das transformações deste mercado.

Para Assis e Romeiro (2002, p. 18), a Agricultura Orgânica formulada por Albert Howard, no início do século XX, apresentava uma diferenciação insignificante em relação à Agroecologia. Ao passo que, quando esta se apresenta como uma prática agrícola voltada para o mercado, de forma abrangente, e rompe com a relação de proximidade existente entre produtor e consumidor, estabelece uma ruptura entre o produto em si e a forma como é produzido. Este processo gera padrões de procedimentos que substituem uma perspectiva de equilíbrio do agroecossistema por outra focada naquilo que é ou não permitido.

Sob a perspectiva dos defensores da Agroecologia, produtores de alimentos orgânicos, inseridos no mercado de alimentos, passariam a se preocupar excessivamente com o consumidor, esbarrando, muitas vezes, na “[...] estreiteza dos gostos de consumo que determinam a necessidade de um abastecimento contínuo e a concentração do mercado

em alguns produtos”. Para os autores, esse cenário favorece produções orgânicas baseadas em tecnologias, que necessitam alto aporte de insumos alternativos, externos à propriedade. Desse modo, são privilegiados fatores econômicos, em detrimento de questões agrônômicas, ecológicas, sociais. Com base nessa crítica, a Agricultura Orgânica se afastaria do modelo de desenvolvimento endógeno, tendo em vista que o desenvolvimento ocorreria através da mera substituição de insumos.

Altieri e Nicholls (2003, p. 165) também se inserem na discussão, aproximando-se aos argumentos supramencionados. Os autores criticam o fato de que os produtos passam a ser comercializados, internacionalmente, como mercadoria (*commodities*). Sua distribuição passa a ser feita pelas mesmas corporações multinacionais que dominam o mercado convencional. Nesses termos, o movimento orgânico, inicialmente formado por pequenos agricultores familiares, atendendo ao mercado local, e “[...] com uma visão de que a produção agrícola é parte da comunidade estreitamente ligada ao ritmo de transformações da natureza”, estaria cedendo espaço para lojas e mercados de produtos naturais ou orgânicos, que se tornam redes nacionais e internacionais. Por fim, a crescente demanda de alimentos orgânicos mantém-se confinada aos ricos e, sobretudo, à população do mundo industrializado; enquanto que a produção do terceiro mundo é destinada principalmente à exportação (ALTIERI; NICHOLLS, 2003, p. 142).

Por outro lado, Guivant (2010, p. 383) afirma que muitas das críticas direcionadas à Agricultura Orgânica são decorrentes de uma perspectiva inegavelmente normativa. Para ela, as teorias sociais contemporâneas mostram a importância de entender o significado das ações sociais, ao invés de assumir posições dessa natureza. A autora acrescenta que é necessário entender os dilemas que os produtores rurais familiares enfrentam, diante dos padrões de consumo alimentar, altamente diversificados. Segundo ela, não é argumento óbvio o de que o mercado é corruptor de práticas sustentáveis. Para a autora, é necessário repensar a resistência a estudos que dizem respeito ao papel dos supermercados, na comercialização de alimentos orgânicos, e à crescente participação desses nos processos de certificação. “Devido ao caráter normativo de tal perspectiva (agroecologia), entender e analisar objetivamente o papel dos supermercados como agentes centrais na difusão do consumo e da produção orgânica parece quase uma anátema” (GUIVANT, 2010, p. 386).

As divergências apresentadas fundamentam parte importante das análises realizadas nos capítulos seguintes, pois permeiam o cotidiano

de pesquisadores e extensionistas da EPAGRI. Surgem nos discursos dos mesmos, especialmente em questionamentos frente ao crescimento do mercado de produtos orgânicos, dada a inserção destes em cadeias de distribuição, que contam com a participação de redes varejistas.

4. A EPAGRI E O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Neste capítulo, apresenta-se a instituição na qual a pesquisa está embasada, bem como as pesquisas e os relatórios que apresentam dados em relação à Agricultura Orgânica e à Agroecologia, em Santa Catarina.

4.1. A EPAGRI

A EPAGRI foi fundada em 1991, com base no Decreto número 1.080, de 20 de novembro do corrente ano, sob o nome de Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão de Tecnologia de Santa Catarina S.A.. Ao término de 1992, como resultado da fusão entre pesquisa e extensão, a instituição contava com 2.357 funcionários, atuando nas seguintes atividades: (i) formulação da política de geração de tecnologia e de assistência técnica e extensão rural; (ii) planejamento, coordenação e execução de planos, programas e projetos de geração e difusão de tecnologia agropecuária, florestal e pesqueira; (iii) promoção de desenvolvimento autossustentado da agropecuária catarinense, através da integração dos serviços de geração e difusão de tecnologia agropecuária, florestal e pesqueira, dentre outras atividades (SANTOS, 2001, p. 108).

Em três de agosto de 2005, com a aprovação da Lei número 9.904, artigo sétimo, inciso VII, a EPAGRI passou a ser denominada Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, denominação utilizada até os dias de hoje (SANTOS, 2001, p. 109). Atualmente, a missão da instituição consiste em gerar: “[...] conhecimento, tecnologia e extensão para o desenvolvimento sustentável do meio rural, em benefício da sociedade”. Os objetivos estão assim expressos:

Promover a preservação, recuperação, conservação e utilização sustentável dos recursos naturais. Buscar a competitividade da agricultura catarinense frente a mercados globalizados, adequando os produtos às exigências dos consumidores. Promover a melhoria da qualidade de vida do meio rural e pesqueiro (EPAGRI, 2012).

No tocante ao organograma da instituição, este é dividido em duas partes. O nível político-estratégico e o tático-operacional. O

primeiro é composto por: sede administrativa (integrada pelos órgãos deliberativos e de fiscalização), diretoria executiva, gerências estaduais e assessorias. A este grupo cabe a “[...] formulação de políticas, diretrizes, estratégias e o estabelecimento de prioridades; análise da gestão econômico-financeira; coordenação, avaliação, suporte institucional e articulação interinstitucional” (EPAGRI, 2012).

Já o nível tático-operacional inclui: gerências regionais (compostas por escritórios municipais); unidades de pesquisa (com seus campos experimentais); centros de treinamento. Ao segundo nível, compete “[...] o cumprimento das políticas, diretrizes, estratégias e prioridades; formulação e execução de projetos; administração dos recursos humanos, materiais e financeiros; articulação e suporte intrarregional; participação nos planos municipais de desenvolvimento rural e na articulação local” (EPAGRI, 2012).

A sede administrativa localiza-se na capital do Estado, enquanto 23 gerências regionais estão distribuídas em Santa Catarina, coordenando, de forma direta, 293 escritórios. Somadas a elas, existem ainda 14 unidades de pesquisa e dois campos experimentais, distribuídos segundo características edafoclimáticas (condições de solo e clima) da região. Nos campos experimentais existem 40 laboratórios, onde são desenvolvidos trabalhos nas áreas de sementes, solos, água, entomologia, fitopatologia, fisiologia, nutrição animal e vegetal, genética e melhoramento, cultura de tecidos, tecnologia e aplicação de defensivos, enologia, apicultura, imunologia, microbiologia, biologia molecular, sanidade animal, produção de larvas e alevinos, e produção de inseticida biológico (EPAGRI, 2012).

Dentre as unidades de pesquisa, são nove estações experimentais, localizadas em Caçador, Campos Novos, Canoinhas, Itajaí, Ituporanga, Lages, São Joaquim, Videira e Urussanga; o Centro de Pesquisa para a Agricultura Familiar (CEPAF), localizado em Chapecó; o Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola (CEPA), o Centro de Informações de Recursos Ambientais e de Hidrometeorologia (CIRAM), o Centro de Desenvolvimento em Aquicultura e Pesca (CEPAP) e o parque ecológico chamado de Cidade das Abelhas (PECA), todos com sede em Florianópolis. Além disso, existem três unidades de beneficiamento de sementes, localizadas em Campos Novos, Chapecó e Urussanga; e doze centros de treinamento, localizados nos municípios de Agronômica, Araranguá, Campos Novos, Canoinhas, Chapecó, Concórdia, Florianópolis, Itajaí, São Joaquim, São Miguel do Oeste, Tubarão e Videira. A figura apresenta a distribuição técnico-administrativa da EPAGRI:

A EPAGRI conta com 2.136 funcionários. Dentre eles, há 442 agentes administrativos, 497 agentes de apoio técnico, 410 agentes técnicos de nível médio e 787 de nível superior. Os profissionais atuam em quatro áreas do conhecimento:

- ✓ Produção animal, que inclui zootecnia, nutrição, manejo, reprodução, forrageiras, apicultura e aquicultura;
- ✓ Produção vegetal, que envolve tecnologia de sementes, genética e melhoramento, controle biológico, biologia molecular, nutrição, citogenética, biotecnologia, fitossanidade, botânica e fitotecnia;
- ✓ Recursos naturais e meio ambiente: com agrometodologia, essenciais florestais, saneamento/gestão/educação ambiental, fertilidade e classificação dos solos, sistemas de informação geográficos, manejo do solo e da água, sensoriamento remoto, cartografia e agroecologia;
- ✓ Áreas de suporte, que envolve extensão rural, sociologia rural, economia doméstica, métodos quantitativos, economia e administração rural, comunicação e difusão de tecnologia, desenvolvimento agrícola e rural, tecnologia de alimentos, sistema de produção, mecanização e armazenagem (EPAGRI, 2012).

Atualmente, a EPAGRI conta com três Macroprogramas: Fortalecimento do capital humano e social, Melhoria da gestão ambiental, Competitividade das cadeias arranjos produtivos.

O programa Fortalecimento do capital humano e social tem como objetivo atuar na inclusão e na autogestão social, levando em conta gênero, geração e etnia; e, organizar e fortalecer o capital humano, através da formação de competências técnicas, econômicas, sociais e culturais, de modo a promover a multifuncionalidade do meio rural e pesqueiro. Neste Macroprojeto, há dois projetos: (a) Capital Humano e Social e (b) Desenvolvimento de atividades não agrícolas e autossuficiência alimentar no espaço rural e pesqueiro.

Já o programa de Melhoria da gestão ambiental tem o objetivo de melhorar os processos e procedimentos de uso e conservação dos recursos naturais, no espaço rural e pesqueiro, bem como desenvolver a sensibilidade ambiental da família rural e pesqueira. Os programas que compõem esse segundo Macroprojeto são: (a) Tecnologia Social de Gestão Ambiental para a Sustentabilidade da Agricultura e dos Espaços Rural e Pesqueiro, e (b) Conhecimento e tecnologia para a melhoria do uso e o manejo dos recursos ambientais e dos resíduos agrícolas.

Por fim, o programa Competitividade das cadeias e arranjos produtivos tem, dentre os objetivos: (a) aumentar a eficiência técnica

das cadeias produtivas, visando à melhoria da produtividade, da renda, da qualidade, a agregação de valores e a diversificação dos produtos nos respectivos arranjos produtivos; (b) organizar e promover as redes sociotécnicas do meio rural e pesqueiro, por meio de informações de mercado e de metodologias de gestão de empreendimentos, e (c) identificar, recuperar e preservar a biodiversidade para o desenvolvimento de recursos genéticos. São sete os programas que compõem esse último Macroprograma. São eles: (i) Aquicultura e Pesca, (ii) Fruticultura; (iii) Melhoria de cadeias e arranjos produtivos, gestão de empreendimentos e acesso a mercados; (iii) Conhecimento, tecnologia e organização para melhoria da pecuária em Santa Catarina; (v) Pesquisa, desenvolvimento e transferência de tecnologia nas culturas de grãos em Santa Catarina; (vi) Olericultura; e (vii) Desenvolvimento dos Recursos Florestais no Estado de Santa Catarina.

4.1.1. O surgimento da EPAGRI

A EPAGRI constitui-se em uma instituição com duas décadas de atuação em Santa Catarina. Diante de sua abrangência, remontar a história da instituição em algumas páginas é uma tarefa um tanto complicada e extrapola os objetivos deste item. Diante disso, optou-se por destacar três aspectos da trajetória da EPAGRI: seu surgimento, sua atuação por meio de três programas e sua inserção na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). Vale lembrar que esses acontecimentos, por serem de grande importância na história da instituição, serão analisados também nos capítulos subsequentes.

A formação da EPAGRI está ligada a uma controversa fusão, envolvendo ACARESC, ACARPESC, EMPASC e IASC. A Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (ACARESC) foi constituída em 21 de junho de 1957. A instituição integrava o Sistema Brasileiro de Extensão Rural - representado pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) - e possuía a incumbência de promover a execução da extensão rural no Estado. Em Santa Catarina, tornou-se EMATER¹³-SC/ACARESC (ao invés de

¹³A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Santa Catarina (EMATER) originou-se por uma exigência do Governo Federal, em consequência da criação da EMBRATER. Segundo Souza (1996 apud SANTOS, 2001, p. 96), a maioria dos estados aderiu ao novo modelo proposto, extinguindo as ACAR e criando as EMATER. Santa Catarina, contudo, resistiu à criação da EMATER, por julgar que tal transformação não melhoraria os

EMATER-SC), dada sua natureza filantrópica, que incluía a obtenção de certos privilégios e isenções. Nos últimos anos de existência, a ACARESC possuía 1.639 funcionários, distribuídos em dezessete escritórios regionais, 199 escritórios locais e oito centros de treinamento (SANTOS, 2001, p. 90-94).

A Associação de Crédito e Assistência Pesqueira de Santa Catarina (ACARPESC) foi fundada em seis de janeiro de 1968, vinculada à Secretaria da Agricultura e do Abastecimento. Tal entidade objetivava executar um programa de assistência técnica, econômica e social, destinado aos profissionais da pesca (artesanal), buscando elevar a produtividade, melhorar as condições de vida e promover o desenvolvimento e progresso das comunidades pesqueiras do estado. Quando de sua extinção, a ACARPESC possuía bases físicas apenas no litoral catarinense (um escritório central, quatro escritórios regionais e uma estação de piscicultura), tendo em vista que a assistência da piscicultura de águas interiores havia sido transferida à ACARESC.

A Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária S.A. (EMPASC), por sua vez, foi criada em 30 de abril de 1975, por meio da Lei Estadual n. 5.089/75. Suas ações ancoravam-se na principal finalidade, que era a de executar a política de implantação e desenvolvimento do Sistema Estadual de Pesquisa Agropecuária (SEPA). Tratava-se de uma empresa vinculada à Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento, constituída sob a forma de sociedade por ações. Seus principais acionistas eram o Governo do Estado (com 60% do capital) e a EMBRAPA (com 40% do capital). Na ocasião de sua extinção, a EMPASC totalizava 810 funcionários, dentre pesquisadores, técnicos de nível superior e aqueles pertencentes às áreas de suporte à pesquisa. A receita anual da instituição alcançava cerca de US\$ 10 milhões, provenientes dos governos federal e estadual, da captação de recursos junto à iniciativa privada (empresas, associações, cooperativas etc.) e das atividades de prestação de serviços, venda de sementes, descartes da pesquisa e publicações técnicas (SANTOS, 2001, p. 87-90).

serviços e traria mais despesas operacionais e de pessoal ao Estado. Em 1997, o governo acabou cedendo, criando a EMATER-SC, baseada na Lei n. 5.347, com a condição de que a ACARESC não fosse extinta. Na prática, esta última continuou executando todos os serviços pertinentes à extensão rural, enquanto a EMATER contratava-lhe os serviços e repassava-lhe os recursos, tendo ambas as empresas a mesma diretoria. O único funcionário contratado pela EMATER era um contador, que assinava os balanços enviados à EMBRATER, em Brasília (SOUZA, 1996 apud SANTOS, p. 97).

Finalmente, o Instituto de Apicultura do Estado de Santa Catarina (IASC) foi instituído em 13 de outubro de 1981, por meio do Decreto Lei n. 15.227/81, enquanto parte integrante da estrutura da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento de Santa Catarina. A instituição possuía o objetivo de executar a política de desenvolvimento e aperfeiçoamento da produção apícola no Estado, e incentivar o consumo do mel (WIESE, 1996 apud SANTOS, 2001, p. 102). O quadro de pessoal era composto por um diretor, um secretário e três técnicos especialistas em apicultura, sendo que os demais funcionários eram cedidos pela Secretaria da Agricultura (um médico veterinário, um engenheiro agrônomo, um biólogo, dois técnicos agrícolas e dois apicultores profissionais). O IASC utilizava a estrutura de escritórios locais da ACARESC e das associações de apicultores, para a coordenação de trabalhos no interior. Os recursos da entidade provinham do Governo do Estado, embora, nos últimos anos, contribuições não permanentes tenham sido recebidas também do Banco do Brasil, da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e do governo estadunidense.

Quanto às razões que levaram à junção das instituições citadas, percebe-se que não existe um consenso. Simon (2003, p. 261) afirma que o processo teve início em meados de 1980, quando o então Ministro da Fazenda - Paulo Haddad - afirmou que a “mão invisível” atuaria incisivamente sobre a sociedade brasileira. Naquele momento, o Estado produziu mudanças no setor público agrícola, com base nos preceitos da ideologia neoliberal do Estado Mínimo, ou seja, de desestatização da economia e de redução do tamanho das estruturas governamentais.

Segundo Santos (2001, p. 58), razões para fusão podem ser encontradas no próprio Plano de Governo da época, mais especificamente num conjunto de mudanças chamado de Plano de Modernização da Agricultura, que tinha como foco: (i) a retirada gradativa do governo das atividades de competência da iniciativa privada; (ii) a diminuição de organismos e cargos de chefia; (iii) incentivo à municipalização dos serviços; e (iv) a criação de Centros de Tecnologia Agrícola (CTA), com intuito de desenvolver pesquisas agropecuárias e projetos importantes, tais como Microbacias, Irrigação e Drenagem, Sistema de Troca-Troca etc.

Seibel (1994), por sua vez, apresenta argumentos que justificam o processo de fusão. Um deles chama de “revanchismo político”. Segundo o autor, em 1983, o então Secretário da Agricultura, Wilson Pedro Kleinübing, teria entrado em choque com a nova diretoria da ACARESC. O futuro governador teria exigido uma ação mais comprometida com seu plano político e não teria encontrado a esperada

correspondência da direção da instituição. Diante deste fato, Kleinübing, eleito governador em 1989, assumiu o cargo, já com a intenção de extinguir a empresa, devido ao confronto anteriormente travado com a direção e com o corpo técnico. Uma segunda razão é denominada de tecnocrática. Para o autor, o ex-presidente da ACARESC, Glauco Olinger, concordava com a necessidade de um saneamento administrativo da empresa (embora não estivesse de acordo com sua extinção). Para Olinger, deveria ser reinstaurada a competência técnica e a neutralidade política na extensão rural, de modo a dismantelar o empreguismo e as práticas patrimonialistas, mantendo a autonomia em relação às forças políticas locais. Um terceiro motivo seria o clientelismo político. Com o reinício da atividade político-eleitoral no país, “[...] ficaram reavivadas as forças políticas fisiológicas no sentido de utilizar-se não somente da máquina administrativa, mas de sua reapropriação – ‘usurpada’ pelas forças tecnocráticas – com a finalidade de dispor dos cargos que estas empresas criavam” (SANTOS, 2001, p. 59). Conforme aponta Seibel (1995), soma-se ainda o fator mais importante, o ciclo institucional. Para o autor, o modelo de vinculação do produtor rural, como fornecedor de matéria-prima para a agroindústria teria tornado o serviço da ACARESC dispensável, não justificando a manutenção da empresa, para produtores não vinculados às agroindústrias ou às cooperativas.

Outras razões são apresentadas por diferentes autores. Entre eles destacam-se: (i) o desejo de Kleinübing, no sentido de agradar o recém-eleito Presidente da República Fernando Collor, indo ao encontro dos projetos federais de extinção de empresas estatais (OLINGER, 1996); (ii) a fusão pesquisa-extensão rural, em Santa Catarina, seguiu as tendências do modelo liberal de administração pública, nesse caso, objetivando racionalizar recursos e atividades e aproximar o trabalho dos pesquisadores e extensionistas (FRANCO, 1996); e (iii) a fusão das empresas se deu a partir de uma mudança do enfoque do trabalho do Setor Público Agrícola de Santa Catarina, resultado de um Planejamento Estratégico, objetivando implantar mudanças profundas na estrutura pública estatal (MUSSOI, 1998).

Santos (2001), por fim, aponta razões, a partir de dados coletados em entrevistas. O primeiro refere-se a um contexto mais amplo e a antecedentes econômicos e políticos organizacionais e pessoais. O entendimento da equipe de governo da época era de que o ambiente e as tendências do cenário estadual, nacional e internacional exigiam mudanças estruturais na agricultura e na estrutura de governo. No caso da estrutura do setor público agrícola, isso significava uma diminuição

no número de empresas, a atuação em pesquisa agrícola e em projetos de desenvolvimento, por meio dos Centros de Tecnologia Agrícolas, bem como a transferência da responsabilidade da execução de serviços públicos aos municípios. Para a autora, contudo, a maior parte dos entrevistados percebeu outras razões subjacentes ao discurso: (i) questões pessoais de relacionamento entre o governador e as empresas, especialmente a pretensão de Kleinübing de utilizar as estruturas da ACARESC, como instrumento para a realização de seu projeto político pessoal e a resistência que encontrou por parte desta; (ii) questões de ordem macro que se desenrolavam no Estado, como a tendência ao esvaziamento do campo, esgotamento do papel da extensão rural, necessidade de adequação das empresas às novas demandas da sociedade, contenção de gastos públicos, pressão dos prefeitos etc.; e (iii) questões de ordem macro que se desenrolavam no país e, até mesmo, no mundo, como a inadequação do modelo agrícola do final dos anos de 1980 às demandas da agricultura de Santa Catarina, a abertura comercial brasileira, a crise financeira do Estado, a extinção da EMBRATER e as próprias forças neoliberais (SANTOS, 2001, p. 219-20).

Segundo Mussoi (1998), a EPAGRI surgiu em um momento de confusão e preocupação, pois a fusão administrativa havia ocorrido em um ambiente demarcado: (i) pela perda de identidade para o segmento extensionista, em função da municipalização dos serviços de extensão rural; (ii) por um momento de indefinição, dados os rumores de extinção de empresas, a interiorização dos funcionários das sedes e regionais, as demissões generalizadas etc.; e (iii) pela necessidade de uma convivência repentina e desprovida de um preparo prévio de funcionários nos níveis estadual e regional. Santos (2001, p. 221) destaca, ainda, outro ingrediente complicador: o caráter autoritário com que projeto foi implantado. Para a autora, os entrevistados interpretaram o processo de negociação “vindo de cima para baixo”, omitindo consultas ou discussões com produtores rurais e funcionários.

Embora alguns entrevistados reconheçam que não teria havido disposição por parte das empresas em negociar mudanças, principalmente por parte da ACARESC, outros tantos asseguram, por outro lado, que o tempo que transcorreu até a estrutura nova ser digerida e internalizada teria sido bem menor se tivesse havido mais investimento de tempo na fase preliminar, de discussão (SANTOS, 2001, p. 222).

Neste contexto de indefinições, a fusão foi oficializada. Em 20 de abril de 1991, constituiu-se oficialmente a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão de Tecnologia de Santa Catarina S.A.

4.1.2. Pesquisa e extensão em microbacias

Segundo a EPAGRI, o início da atuação da pesquisa e extensão catarinense em microbacias está relacionado a uma mudança no discurso da extensão rural catarinense, tendo como marco referencial as enchentes ocorridas em 1983 e 1984. Essas enchentes resultaram em problemas ambientais sérios, para Santa Catarina, como a perda de 224 toneladas de solos férteis por hectare, em algumas regiões afetadas (SIMON, 2003, p. 248). Neste contexto, um grupo de técnicos foi deslocado para os municípios paranaenses de Cornélio Procópio e Alvorada do Sul, com objetivo de observar trabalhos em manejo de solos em microbacias hidrográficas, realizados naqueles locais. Aproximadamente um mês após a viagem dos técnicos da ACRESC, elaborou-se o Projeto de Manejo Integrado dos Solos (PMIS), dirigido, especialmente, para a bacia hidrográfica do Rio Itajaí, grande afetada nas enchentes acima mencionadas. Em 1986, o conceito de microbacias iniciou sua consolidação como unidade de planejamento, por meio do Programa de Conservação e Manejo Integrado do Solo e da Água (PECMISA). Evidenciou-se, desse modo, que a ação integrada da extensão rural, na microbacia hidrográfica, produziria melhores resultados na contenção da degradação ambiental. Apesar das dificuldades na implementação do projeto, sobretudo devido à deficiência da capacitação dos técnicos, acostumados a agirem sob outras orientações, o projeto se expandiu para 16 microbacias piloto, uma em cada rede administrativa da ACARESC (SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL DE SANTA CATARINA, 2009, p. 05).

Antes do pleito de novembro de 1986, resultados parciais do PECMISA foram apresentados aos candidatos ao Governo do Estado, com o intuito de obter deles o compromisso com o processo em implantação. Com a vitória do peemedebista Pedro Ivo Campos, praticamente todas as recomendações do PECMISA foram absorvidas nos projetos posteriores. No ano seguinte, o projeto deu lugar ao Projeto Nacional de Microbacias Hidrográficas (PNMH), lançado pelo presidente da época, José Sarney. O PNMH objetivava ampliar as experiências realizadas nos estados do Sul, buscando reordenar o espaço rural sob um novo padrão de desenvolvimento. A intenção era obter o

aumento sustentável da produção e da produtividade agrosilvopastoril, bem como o incremento na renda familiar e nas condições de vida da população brasileira.

Para Seibel (1994, p. 03), o processo não alcançou os objetivos esperados, principalmente, por manter a característica clientelista e concentradora de renda, e por fomentar uma política pública favorável à utilização de insumos poluentes no meio rural. Além disso, outros entraves prejudicaram o projeto: (i) descapitalização dos agricultores; (ii) falta de capacitação dos técnicos para trabalhar metodologias integradoras; e (iii) pouco tempo para os extensionistas se dedicarem a trabalhos coletivos nas microbacias (SIMON, 2001, p. 288).

Em agosto de 1987, a ACARESC elaborou um segundo projeto, novamente denominado Programa de Conservação e Manejo Integrado do Solo e da Água (PECMISA). Segundo Simon (2003, p. 289), apesar de a extensão rural catarinense ter assumido a microbacia como unidade de planejamento, em seu discurso, grande parte dos extensionistas permaneceu atuando do modo “clássico”, ou seja, atendendo aos agricultores com metodologias convencionais e com processos pseudoparticipativos. Além deste motivo, a desativação do PNMH, em 1987, foi determinante para que o projeto não alcançasse suas metas. Apesar disso, naquele ano foi lançado o Plano Agropecuário Catarinense (PLANAC). A instituição do plano desencadeou uma série de reuniões e seminários, que resultou na implantação do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH). Esse programa teve curta duração, devido a conflitos políticos e de interesse, bem como pela escassez de verbas. Com o término do PEMH, uma nova proposta passou a ser gestada, desta vez através de negociações com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Tratava-se do Programa de Recuperação, Conservação e Manejo dos Recursos Naturais em Microbacias Hidrográficas, conhecido como Projeto Microbacias / BIRD I (ou simplesmente Microbacias I).

✓ **Microbacias I**

Segundo Navarro (2007, p. 6-10), a implantação do projeto Microbacias I, em Santa Catarina, respondeu, inicialmente, a um contexto que envolvia: (i) a expansão da produção de pequenos animais, sobretudo, a suinocultura, que acarretou resultados ambientais negativos, como a contaminação dos cursos d'água com os dejetos dos animais; (ii) as enchentes ocorridas em 1983 e 1984, que provocaram inundações e considerável destruição em áreas produtivas da agricultura;

(iii) crises envolvendo a agricultura familiar, responsável notória pela oferta de muitos alimentos e matérias-primas; e (iv) as trajetórias institucionais dos serviços de extensão rural e das organizações de profissionais das Ciências Agrárias.

O programa Microbacias I foi implantado entre os anos 1991 e 1999¹⁴, com a possibilidade de estabelecer uma segunda etapa, o que ocorreu com o Programa de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor (PRAPEN) / Microbacias II. Segundo Dalmolin (2009, p. 34), a estratégica técnica do programa Microbacias I “[...] era aumentar a cobertura vegetal, controlar o escoamento superficial e melhorar a estrutura física dos solos”. A obtenção dos resultados previa a participação de diversos segmentos, representando uma filosofia participativa global, tanto no planejamento das ações como na motivação dos agricultores, para que investissem coletivamente em práticas conservacionistas. A ideia incluía ainda uma mudança gradual no comportamento dos técnicos, de modo a buscar uma perspectiva mais conservacionista e menos produtivista.

Quanto aos resultados do projeto, as análises apontam para diversas direções. Para Dalmolin (2009, p. 35), algumas tecnologias, de fato, melhoraram tanto os aspectos sanitários e ambientais, quanto os de produção nas propriedades (como murundum, cultivo mínimo, proteção de fontes e nascentes, reflorestamento etc.). Em contrapartida, houve um aumento na utilização de agrotóxicos, nas principais culturas agrícolas, embora os agricultores tenham se voltado àqueles menos nocivos ao meio ambiente e ao ser humano. Navarro (2007, p. 12) concorda que o Projeto Microbacias I foi mais conservacionista e tentou disseminar as atividades relacionadas ao campo ambiental, em consonância com as particularidades de cada região do estado. Além disso, deve-se destacar a continuidade de sua gerência geral, substituída por um período reduzido e retomada, de imediato, sem novas interrupções; e a ação extensionista, formada por profissionais não somente competentes, mas comprometidos com as atividades da empresa pública de extensão rural em Santa Catarina. Por outro lado, o autor afirma que alguns componentes tiveram desempenho sofrível (como a Pesquisa), enquanto outros enfrentaram idas e vindas (como o componente Readequação de

¹⁴ O Projeto Microbacias I compôs-se da seguinte forma: (i) Extensão rural e assistência técnica; (ii) Pesquisa agropecuária e planejamento conservacionista; (iii) Desenvolvimento florestal; (iv) Estradas municipais; (v) Treinamento e marketing; (vi) Administração do projeto; (vii) Fundo de conservação do solo; e (viii) Crédito rural e FUNDEPROR.

Estradas, tendo em vista que não havia empresas preparadas para seguir a lógica prevista no projeto). Acrescenta ainda que o projeto apresentou certa inércia em relação a alguns objetivos, destacadamente o aumento do nível de renda dos agricultores participantes e a animação de formas organizativas duradouras, após a conclusão das atividades do projeto. Além disso, falhou ao manter uma cultura institucional centralizadora e que, tradicionalmente, desenvolvia uma extensão rural “de cima para baixo”.

Por fim, o EPAGRI/CEPA (1999) avalia o projeto, destacando que alguns agricultores aprimoraram a percepção de que estavam inseridos em uma microbacia e em uma comunidade, e da inter-relação e interdependência entre seu trabalho e o local de residência. Além disso, destacou-se: (i) o bem-estar da família rural, sobretudo, pela melhora do saneamento básico e do ambiente da propriedade; (ii) o aumento de renda; (iii) o surgimento de diversas formas de associativismo; (iv) a humanização do trabalho; (v) a diminuição do custo de trabalho; (vi) a diminuição do custo de produção; (vii) a reorganização do custo de mão de obra, disponibilizando um tempo para o lazer; e (viii) as melhorias específicas no solo e na água. Por outro lado, a mesma instituição critica: (i) a falta de um trabalho persuasivo de integração entre as várias instituições que participavam do projeto; (ii) reduzida capacitação em áreas importantes, como na comercialização e na agregação de valor dos produtos; (iii) falta de ações que promovessem a motivação e o crescimento pessoal de todos os envolvidos no projeto, e (iv) manutenção da percepção de que o ambiente rural era apenas um espaço produtivista e de que a extensão rural seria desenvolvida de “cima para baixo” (INSTITUTO CEPA, 1999, p. 35).

✓ **Microbacias II**

Segundo Simon (2003), desde o início, a intenção do Projeto Microbacias II foi ampliar o enfoque do Microbacias I, uma vez que o conceito de desenvolvimento sustentável foi intensamente criticado, quanto ao seu reducionismo agrônomico. O projeto Microbacias II possuía dois desafios, que surgiram como barreiras marcantes no primeiro programa: (i) promover a participação dos agricultores mais desfavorecidos e excluídos do processo de modernização; e (ii) mudar a postura da EPAGRI, tanto dos técnicos, formados na visão produtivista e, geralmente, percebendo-se como únicos detentores do conhecimento, como das estruturas gerenciais das empresas participantes, em geral centralizadas e burocratizadas (SIMON, 2003, p. 38).

Segundo dados da Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural (2009, p. 06), diante dos resultados qualitativos alcançados no Projeto Microbacias I e da ciência de que muitos problemas ainda deveriam ser trabalhados nas áreas rurais, o Governo de Santa Catarina aprovou, junto à Comissão de Financiamentos Externos (COFIEEX), uma carta consulta¹⁵, no valor de US\$ 107 milhões. Em 1996, a Secretaria de Estado da Agricultura mobilizou um grupo-tarefa para preparar um novo projeto. Em 2001, o BIRD enviou uma missão, ao estado, que trabalhou junto a esse grupo, na preparação do projeto. Em janeiro de 2002, foi firmado o Acordo de Empréstimo 4660-BR, no valor de US\$ 62,8 milhões, junto ao BIRD, com uma contrapartida do Governo do Estado, de US\$ 44,7 milhões, a serem aplicados entre os anos de 2002 a 2008. Desta forma, teve início o PRAPEN/ Microbacias II¹⁶. O objetivo nuclear do programa foi:

[...] contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população rural de Santa Catarina, por meio da preservação, recuperação e conservação dos recursos naturais, do aumento da renda, das condições de moradia e estimulando uma maior organização e participação no planejamento, gestão e execução das ações (PROGRAMA SC RURAL, 2012).

O Microbacias II foi projetado para envolver todo o Estado de Santa Catarina, atingindo 879 microbacias hidrográficas e 105 mil famílias, prioritariamente agricultores familiares com renda inferior a dois salários mínimos por mês, empregados rurais e populações indígenas.

¹⁵ Documento que descreve ações e custos previstos, para a execução dos projetos que contam com recursos externos, bem como a contrapartida, que é oferecida pelo mutuário pretendente.

¹⁶ O Projeto PRAPEN / Microbacias II foi dividido em quatro componentes: (i) Componente de Organização e Desenvolvimento Institucional; (ii) Inversão Rural; (iii) Componente Gestão Ambiental; e (iv) Administração, Monitoramento e Administração .

Quadro 8 - As metas do Microbacias II

Manejo e conservação de recursos naturais: (i) implantação da estrutura de gestão em três bacias hidrográficas abrangendo uma área de 8,4 mil km²; (ii) implantação de dois corredores ecológicos abrangendo uma área de 4,2 mil km²; (iii) implantação de sistemas de coleta de dejetos animais em 16.500 propriedades; (iv) manejo e conservação do solo e água em 250.000 hectares, beneficiando 50.000 famílias; (v) implantação de mata ciliar em 2.000 km; (vi) implantação do Programa de Educação Ambiental em 1.000 escolas rurais, atingindo 92.850 pessoas entre agricultores, professores e escolares; (vii) consolidação da Unidade de Conservação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro;

Em melhoria de renda: (i) implantação de 2.350 projetos de agregação de valor, beneficiando 50.000 famílias; (ii) melhoria do sistema de produção em 40.000 propriedades; (iii) implantação e aquisição de insumos e serviços;

Em melhoria de habitação: (i) implantação de sistemas de captação, armazenamento e distribuição de água, beneficiando 30.000 famílias; (ii) destinação adequada de efluentes domésticos, beneficiando 14.500 famílias; (iii) reforma de moradias, beneficiando 15.000 famílias.

Fonte: Secretaria de Estado da Agricultura e de Pesca (2012)

Quanto aos resultados do Projeto, uma série de documentos foi publicada, visando analisar componentes e subcomponentes, no início da execução (*ex-ante*), no terceiro ano (meio prazo) e imediatamente após o término da implantação do programa, no sexto ano (avaliação final). Como exemplo desses documentos, pode ser citados: Uso e proteção do solo (INSTITUTO CEPA, 2005a); Organização e participação dos atores (INSTITUTO CEPA 2005b); Qualidade e disponibilidade de água (INSTITUTO CEPA 2005c); Autogestão comunitária (EPAGRI, 2008a); Avaliação dos indicadores de resultado e impacto relacionados ao meio ambiente e recursos naturais (BASSI, 2009¹⁷); dentre outros. Embora o objetivo neste item não seja o de avaliar o Microbacias II, vale considerar que os relatórios, em sua maioria, têm um discurso otimista, em relação às ações desenvolvidas (com exceção para alguns componentes, como avaliação de autogestão comunitária). Uma análise do projeto como um todo pode ser encontrada no documento de aprovação do SC RURAL, em que o

¹⁷ Com a pesquisa, constatou-se a adoção de melhores práticas, por parte dos beneficiários do Projeto, no que se refere: ao manejo e à conservação do solo, ao manejo de dejetos animais, ao destino adequado de dejetos humanos, à proteção de fontes de água e à recuperação de matas ciliares etc. Acredita-se, porém, que tais práticas são insuficientes para neutralizar as externalidades negativas sobre a qualidade da água e do solo (BASSI, 2009, p. 41).

Banco Mundial se refere aos resultados do programa, como: “[...] o progresso da implementação nos termos do projeto anterior (Microbacias II) foi classificado sistematicamente como satisfatório durante os últimos 30 meses, incluindo a última missão de supervisão em julho de 2009”.

✓ **Microbacias III**

No dia 30 de setembro de 2010, foi assinado o contrato de financiamento de US\$ 90 milhões para a implementação do *Programa Santa Catarina Rural* (chamado de Microbacias III), a ser executado entre 2010 e 2016. Segundo a Secretaria de Estado da Agricultura e de Pesca (2010), o valor do empréstimo tem amortização em 30 anos, incluindo 10 anos de carência. O total de investimento do Projeto Microbacias deve alcançar os US\$ 189 milhões, sendo US\$ 99 milhões provenientes do Governo Estadual e o restante proveniente do empréstimo com o BIRD.

Segundo a Secretaria de Estado da Agricultura e de Pesca (2010), entre os objetivos do SC RURAL está o de aumentar a competitividade das organizações dos agricultores familiares, em Santa Catarina, através de um enfoque amplo. Isso deve ser feito, com um conjunto de ações, que crie um ambiente favorável à cooperação e à inovação para o desenvolvimento de atividades produtivas, agrícolas e não agrícolas, agroindustriais ou de serviços. As áreas trabalhadas serão: crédito, logística, transporte, comunicação, capacitação tecnológica e gerencial, defesa sanitária, gestão de qualidade, prestação de serviços, gestão ambiental, dentre outras. Outros objetivos previstos são: Estruturação dos Corredores Ecológicos de Chapecó e Timbó e fortalecimento da gestão dos recursos hídricos no âmbito estadual e de bacias hidrográficas. Além disso, o SC RURAL pretende aumentar a produtividade da terra, melhorar a qualidade dos produtos agropecuários, oriundos da agricultura familiar e aumentar a capacidade e efetividade dos serviços públicos.

Entre os beneficiários do SC RURAL, podem ser citadas as organizações de agricultores, em grupos de, no mínimo, 10 participantes composição de, no mínimo, 90% de agricultores familiares (de acordo com o PRONAF); agricultores moradores em áreas dos Corredores

Ecológicos Chapecó e Timbó¹⁸; jovens rurais; organizações dos povos indígenas; comitês de bacias hidrográficas; usuários de água, prefeituras municipais e escolas rurais.

Ainda conforme a Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca (2010), entre as principais ações apoiadas pelo SC RURAL, incluem-se: assistência técnica e extensão rural; pesquisas, estudos e inovações; monitoramento da produção orgânica; implantação de projetos pilotos de erradicação da tuberculose e brucelose; reestruturação do serviço de vigilância sanitária; projetos de educação ambiental nas escolas; validação e difusão de tecnologias; e monitoramento e avaliação do programa.

Quadro 9 - Metas do SC RURAL

<ul style="list-style-type: none"> ✓ Estruturação de 138 redes de cooperação e comercialização; ✓ Melhoria dos sistemas de produção de 20 mil famílias rurais; ✓ Certificação, do ponto de vista sanitário, de 2.5 mil propriedades, envolvendo as culturas da maçã, banana, citrus e a produção de pinus; ✓ Regulamentação, sob o ponto de vista fundiário, de três mil propriedades rurais; ✓ Capacitação de 45 mil famílias rurais, 1.800 jovens como protetores rurais e 800 técnicos; ✓ Capacitação de 2.400 agricultores em padronização e melhoria da qualidade dos produtos de origem vegetal; ✓ Apoio à educação ambiental em 600 escolas; ✓ Implantação de 500 projetos estruturantes, envolvendo a melhoria ou construção de empreendimentos agroindustriais, agrícolas e não agrícolas, incluindo a conexão de internet; ✓ Reabilitação de 1.3 mil quilômetros de estradas rurais terciárias (quando incluídas nos projetos estruturantes); dentre outros.

Fonte: Secretaria de Estado da Agricultura e de Pesca (2010)

4.1.3. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

Ao longo da trajetória da extensão rural brasileira, muitos autores vêm criticando a atuação das instituições responsáveis pela pesquisa, assistência técnica e extensão rural. A maioria das críticas censura essas instituições, pelo fato de elas reproduzirem um modelo de desenvolvimento excludente, que desvaloriza as necessidades e o

¹⁸ Segundo a Secretaria do Estado da Agricultura e Pesca (2010), o SC RURAL não apoiará projetos individuais, somente aqueles oriundos de famílias moradoras nos Corredores Ecológicos de Chapecó e Timbó.

conhecimento do agricultor e que gera graves consequências ao meio ambiente. Diante dessa avaliação, os autores sugerem a construção de uma nova extensão rural, baseada em paradigmas que vão ao encontro das “necessidades” dos agricultores e da defesa dos recursos naturais, passando por um processo de transição (ABRAMOVAY, 1998; MUSSOI, 2011; CAPORAL; COSTABEBER, 2000).

Para os autores, instituições públicas reproduzem um modelo iniciado a partir da II Guerra Mundial¹⁹ e que, atualmente, envolvem mudanças na base genética de várias espécies de plantas e de animais. Esse modelo inclui ainda o uso de um conjunto integrado de técnicas que incluem sementes, fertilizantes, praguicidas, herbicidas, mecanização etc. A crítica central reside no fato de este modelo gerar concentração de riqueza e de poder político, além de excluir agricultores e agredir o meio ambiente. Desconsidera-se, portanto, as necessidades básicas da maioria da população, a favor da produção da exportação e da produção industrial (MUSSOI, 2011).

O Estado, nesse contexto, vem organizando e expandindo a geração e a gestão da ciência e da tecnologia agrícola, de forma a responder às demandas deste modelo de desenvolvimento econômico. As agências de pesquisa e extensão surgiram como facilitadoras da “modernização” baseada na Revolução Verde, parte com responsabilidade pela geração/adaptação da tecnologia e parte difundindo pacotes tecnológicos. As funções iniciais permaneceram inalteradas e a lógica que vem apoiando as estruturas é a mesma desde o início: a de superioridade do conhecimento científico, que deve ser gerado (ou adaptado) em centros de pesquisa e repassado para os serviços de assistência técnica e divulgação, obedecendo a uma estrutura organizacional piramidal.

Para muitos autores, a superação desse modelo reside na Agroecologia e na sustentabilidade, que conduziria a pesquisa e a extensão rural, no sentido de contribuir na promoção de um

¹⁹ A partir da II Guerra Mundial, intensificou-se um processo de urbanização nos países da América Latina. Neste contexto, chamado de “urbano industrial”, coube à agricultura produzir alimentos (para o mercado inteiro e para exportação) e energia (especialmente álcool a partir da cana de açúcar). Além disso, esperava-se que agricultores se tornassem consumidores de produtos industriais e mão de obra para os complexos industriais. Para cumprir tais objetivos, a agricultura devia modernizar-se, através da incorporação da tecnologia, processo que veio a ser implantado definitivamente no final da década de 1960, recebendo o nome de Revolução Verde.

desenvolvimento rural, baseado na agricultura sustentável, em direção a processos ecológicos. Para Mussoi (2011, p. 22), este desafio exigiria o estabelecimento de diferentes relações de compromisso e proximidade, entre pesquisa, extensão e sociedade, para que, de maneira participativa, se possa gerir, ajustar e universalizar conhecimentos que auxiliem a população, sem prejudicar o meio ambiente.

Caporal e Costabeber (2000) sugerem uma nova extensão rural, a qual denominam de Extensão Rural Agroecológica²⁰, que envolve:

[...] esforço de intervenção planejada para o estabelecimento de estratégias de desenvolvimento rural sustentável com ênfase na participação popular, na agricultura familiar e nos princípios da agroecologia como orientação para a promoção de estilos de agricultura socioambiental e economicamente sustentáveis²¹ (CAPORAL E COSTABEBER, 2000, p. 17).

²⁰ “Um processo de intervenção de caráter educativo e transformador, baseado em metodologias de investigação-ação participante que permitam o desenvolvimento de uma prática social mediante a qual os sujeitos do processo buscam a construção e sistematização de conhecimentos que os leve a incidir conscientemente sobre a realidade” (CAPORAL; COSTABEBER, 2000, p. 33).

²¹ A proposta de uma extensão rural baseada na Agroecologia (Extensão Rural Agroecológica) foi levada a cabo no Rio Grande do Sul pela EMATER/RS-ASCAR, entre os anos de 1999 e 2002. Segundo Lima (2004), a proposta se consolidou quando o Partido dos Trabalhadores (PT) assumiu o governo do estado, dando início a uma série de mudanças no extensionismo rural do Estado. No início do mandato petista, Francisco Roberto Caporal e José Antônio Costabeber (2000), ambos na direção da EMATER/RS-ASCAR, escreveram um artigo apresentando os elementos teóricos e conceituais que deram suporte para a proposta da nova Extensão Rural. Segundo Kreutz e Pinheiro (2007), a proposta agroecológica deparou-se com limitações que dificultaram seu avanço, tais como: (i) estrutura institucional inadequada; (ii) cultura imediatista, tendendo a uma perspectiva de permanente procura por informações sobre novos programas; (iii) a falta de processos pedagógicos construtivistas; (iv) o despreparo em trabalhar com agroecossistemas e saberes locais; e (v) a dificuldade de consolidar redes entre as entidades parceiras. Para os autores, a somatória destes fatores resultou na “[...] tendência de esperar as receitas dos superiores hierárquicos, agora na linha ecológica, sem valorizar os aspectos locais capazes de impulsionar o desenvolvimento e um forte apego ao corporativismo” (KREUTZ; PINHEIRO, 2007, p. 04).

Para estes pensadores, o referido enfoque de intervenção rural contrapõe-se ao difusionismo reducionista (descrito acima), o mesmo que contribuiu para a implantação da Revolução Verde (CAPORAL; COSTABEBER, 2000, p. 17).

O surgimento de uma proposta para extensão rural, baseada nos moldes apresentados acima, teve um forte impulso no ano de 2003, com a publicação da PNATER, implementada pelo MDA, por meio do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER). Para o MDA (2004, p.03), a nova ATER foi concebida a partir da análise crítica dos resultados negativos da Revolução Verde e dos modelos convencionais de ATER, baseados no difusionismo. A partir daí, foi proposta a construção de estilos de desenvolvimento rural e de agricultura sustentáveis, de tal forma que possam assegurar a produção qualificada de alimentos e melhores condições de vida para a população rural e urbana. Segundo MDA, a Política Nacional de ATER foi construída de forma participativa, contando com apoio de esferas do governo federal e estadual, bem como de segmentos da sociedade civil, de movimentos sociais e de lideranças das organizações de representação dos agricultores familiares. Embora a política envolva toda a sociedade, deu-se especial atenção às pessoas que vivem e produzem em regime de economia familiar, de modo a buscar consolidar estratégias de desenvolvimento rural sustentável e a estimular a geração de renda e de postos de trabalho para este grupo.

Ainda segundo dados do MDA, o desenvolvimento sustentável almejado supõe o estabelecimento de estilos de agricultura, extrativismo e pesca, igualmente sustentáveis, emergindo a ideia da transição agroecológica. Este processo, que, segundo o MDA, vem ocorrendo em diversas regiões do país, indica a necessidade de resgatar e construir conhecimentos sobre distintos agroecossistemas e variedades de sistemas culturais e condições socioeconômicas. Nesse contexto, as ATERs devem privilegiar o potencial endógeno das comunidades e territórios; resgatar e interagir com os conhecimentos dos agricultores familiares e com os demais povos que vivem e trabalham no campo, em regime de economia familiar; e estimular o uso sustentável de recursos locais.

A nova ATER organiza-se como um Sistema Nacional Descentralizado de ATER Pública, coordenado pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER), do qual participam entidades estatais e não estatais, com interesse e protagonismo no campo da Assistência Técnica e Extensão Rural e que apresentam as condições mínimas estabelecidas. Dentre as instituições que podem compor o

Sistema, estão: (i) instituições públicas estatais de ATER (municipais, estaduais e federais); (ii) empresas de ATER vinculadas ou conveniadas com o setor público; (iii) serviços de extensão pesqueira; (iv) organizações dos agricultores familiares que atuam em ATER; (v) organizações não governamentais que atuam em ATER; (vi) cooperativas de técnicos e de agricultores que executam atividades de ATER; (vii) estabelecimentos de ensino que executem atividades de ATER na sua área geoeducacional; (viii) Casas Familiares Rurais (CFR), Escolas Família Agrícola (EFA) e outras entidades que atuem com a Pedagogia da Alternância e que executem atividades de ATER; (ix) redes e consórcios que tenham atividades de ATER; (x) outras, que atuem dentro dos princípios e diretrizes desta Política.

O sistema possui um conjunto de princípios e diretrizes, que pauta suas ações em uma missão, assim como tem objetivos, orientações estratégicas e metodológicas que se constituem em elementos-chave para o novo serviço de ATER. Alguns destes itens estão listados abaixo:

Quadro 10 - Missão e objetivos dos serviços públicos da ATER

Missão:

- ✓ Participar na promoção e animação de processos capazes de contribuir para a construção e execução de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, centrado na expansão e fortalecimento da agricultura familiar e das suas organizações, por meio de metodologias educativas e participativas, integradas às dinâmicas locais, buscando viabilizar as condições para o exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da sociedade.

Objetivos

Objetivo Geral:

- ✓ Estimular, animar e apoiar iniciativas de desenvolvimento rural sustentável, que envolvam atividades agrícolas e não agrícolas, pesqueiras, de extrativismo, e outras, tendo como centro o fortalecimento da agricultura familiar, visando a melhoria da qualidade de vida e adotando os princípios da Agroecologia como eixo orientador das ações.

Objetivos Específicos:

- ✓ Contribuir para a melhoria da renda, da segurança alimentar e da diversificação da produção, para a manutenção e geração de novos postos de trabalho, em condições compatíveis com o equilíbrio ambiental e com os valores socioculturais dos grupos envolvidos.
- ✓ Potencializar processos de inclusão social e de fortalecimento da cidadania, por meio de ações integradas, que tenham em conta as dimensões: ética, social, política, cultural, econômica e ambiental da sustentabilidade.
- ✓ Estimular a produção de alimentos saudáveis e de melhor qualidade biológica, a partir do apoio e assessoramento aos agricultores familiares e suas organizações para a construção e adaptação de tecnologias de produção ambientalmente amigáveis, e para a otimização do uso e manejo sustentável dos recursos naturais.
- ✓ Desenvolver ações que levem à conservação e recuperação dos ecossistemas e ao manejo sustentável dos agroecossistemas, visando assegurar que os processos produtivos agrícolas e não agrícolas evitem danos ao meio ambiente e riscos à saúde humana e animal.
- ✓ Incentivar a construção e consolidação de formas associativas que, além de criar melhores formas de competitividade, sejam geradoras de laços de solidariedade e fortaleçam a capacidade de intervenção coletiva dos atores sociais como protagonistas dos processos de desenvolvimento rural sustentável.
- ✓ Fortalecer as atuais articulações de serviços de ATER e apoiar a organização de novas redes e arranjos institucionais necessários para ampliar e qualificar a oferta de serviços de ATER, visando alcançar patamares crescentes de sustentabilidade econômica e socioambiental.
- ✓ Promover a valorização do conhecimento e do saber local e apoiar os

agricultores familiares e demais públicos da extensão rural, no resgate de saberes capazes de servir como ponto de partida para ações transformadoras da realidade.

Fonte: MDA (2004)

Conforme argumentam Caporal e Ramos (2006), desde 2003, ficou evidente o esforço das entidades públicas de ATER, no sentido de se adequarem às proposições da nova prática de Assistência Técnica e Extensão Rural. Segundo os autores, entre 2003 e 2006, foram consideráveis os investimentos em capacitação, aumentando em mais de três mil o número de profissionais nas ATERs. Acrescentam que foram efetuados convênios e contratos com mais de 200 entidades, para a execução de ações de ATER, baseadas nas diretrizes da PNATER. Além disso, foram realizadas centenas de eventos de capacitação de agricultores e técnicos, em metodologias participativas, Agroecologia e tipos de agricultura de base ecológica, além de centenas de Encontros de Nivelamento Conceitual sobre os eixos da PNATER.

Mussoi (2011) reforça que os investimentos no Projeto saltaram de R\$ 42 milhões, em 2003, para R\$ 626 milhões em 2010. Além disso, percebe-se a atuação de processos diferenciados de formação e capacitação, com o intuito de modificar o perfil extensionista. Em 2004, foram 1.137 agentes de ATER, diretamente formados pela DATER-MDA e por parcerias e convênios com entidades estaduais de ATER. Em 2007, esse número alcançou a cifra de 29.743 agentes, e, em 2010, alcançou 45 mil. Por fim, a PNATER foi oficializada pela lei n. 12.188, de 11 de janeiro de 2010, tornando-se, portanto, uma imposição legal. Por isso, ATERs deveriam se tornar refratárias às alterações e às inconstâncias das mudanças de governo. Neste caso, as alterações e os princípios e objetivos desta política passaram a depender de processos legislativos.

Segundo Caporal e Ramos (2006), apesar da oficialização da PNATER, observa-se uma enorme “força de inércia”, que direciona os envolvidos a agirem pautados por anacrônicas técnicas difusionistas, ineficientes e inadequadas à necessidade de uma extensão rural baseada no enfoque agroecológico. Em outros termos, apesar da tentativa das organizações no sentido de reorientar suas práticas, acaba-se reproduzindo o modelo relacionado à difusão de pacotes tecnológicos, conduzindo os autores a afirmarem que as ATERs carecem de uma gestão compatível aos novos desafios. Assim, precisam de estratégias diferenciadas, para atuarem junto ao público beneficiário e assumir uma nova visão do papel e do perfil dos extensionistas.

Mussoi (2011) afirma que não há dúvidas, entre seus entrevistados, de que, a partir de 2003, ocorreu um avanço qualitativo com a construção da PNATER, que assumiu a Agroecologia como um dos modelos básicos de atuação. Alguns desses resultados envolvem universidades, que passaram a discutir temas pertinentes à agricultura familiar e à extensão rural, envolvendo seus docentes e discentes, e a realizar seminários sobre temas ligados às questões agroecológicas. As instituições estaduais não assumiram, com a mesma intensidade e prioridade, a transição institucional e técnica a favor da extensão agroecológica. Algumas delas vêm se valendo de projetos maquiados, ou seja, utilizando o discurso e os planos de trabalhos, que apenas mencionam as prioridades para obterem recursos que, no final, não são aplicados nas prioridades estabelecidas.

Ainda segundo Mussoi (2011), apesar de os esforços do MDA, as contradições entre a proposta do PNATER e os interesses particulares dos estados e/ou das diretorias mostram que as ATERs limitaram a oportunidade que lhes foi concedida. Mantiveram seu padrão de hierarquia descendente e autoritário, sendo o mesmo utilizado desde a década de 1960, no contexto de difusão de pacotes tecnológicos da Revolução Verde. Assim, as ATERs persistiram num “ranço” autoritário, sobretudo no corpo diretivo e na alta gerência, pois seus integrantes veem a proposta agroecológica com certo preconceito. Além disso, esses mesmos atores que compõem as chefias “deixam a desejar” e possuem limitadas condições de dirigir projetos de desenvolvimento, em uma perspectiva interdisciplinar, intercultural, territorial e que implique em construção de conhecimentos e respeito às potencialidades locais.

Os projetos Microbacias I e II, a proposta agroecológica de extensão rural no Rio Grande do Sul e o PNATER mostram de que forma discursos ambientais vêm penetrando nas instituições públicas de pesquisa agrícola e extensão rural. Em 1991, com o projeto Microbacia I, o foco manteve-se na recuperação do solo, enquanto, na segunda edição, buscou-se ampliar o enfoque, atendo-se ao conceito de desenvolvimento sustentável, criticado pelo seu reducionismo agrônomico na primeira edição. Nos outros casos, nota-se que, paralelamente ao discurso de proteção ao meio ambiente, a Agroecologia emerge como modelo (ou ferramenta) para se obter avanços na questão ambiental. Não se busca aqui investigar cada um dos projetos, quanto aos seus resultados e/ou viabilidade; porém, a crescente preocupação com a proteção dos recursos naturais e com o avanço de propostas baseadas na agricultura não convencional em ATERs fortalece

a necessidade de se analisar as diferentes práticas levadas a cabo na EPAGRI.

4.2. AGRICULTURA ORGÂNICA E AGROECOLÓGICA EM SANTA CATARINA

Em Santa Catarina, muitos entrevistados têm seu discurso bastante afinado com o DRS, relacionando-o, por sua vez, com a Agricultura Orgânica e com a Agroecologia. Tal fato conduziu à elaboração de um panorama acerca destas ações no estado, sobretudo, levando-se em conta que tais discussões fatalmente se direcionam à EPAGRI, pois, embora a quantidade de publicações acerca do tema seja, de certa forma, reduzida, grande parte dessas publicações é de autoria de técnicos ligados à instituição.

Preliminarmente, merece destaque um conjunto de autores (OLTRAMARI; ZOLDAN; ALTMANN, 2002; ALTMANN; OLTRAMARI, 2004; ZOLDAN; KARAN, 2004) que publicaram uma série de pesquisas, sobretudo até metade dos anos 2000, através do Instituto CEPA²². Com a notável diminuição na quantidade dessas publicações, a RAC destacou-se pela atuação do Engenheiro Agrônomo Paulo Tagliari²³, sendo que, frequentemente, são apresentadas matérias ligadas à produção orgânica e/ou agroecológica nas edições da revista. Atualmente, com exceção às publicações citadas acima, pequenas menções são realizadas em outros documentos²⁴, especialmente na

²² O Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola (EPAGRI/CEPA) foi incorporado à EPAGRI em 22 de junho de 2005. O EPAGRI/CEPA substituiu o Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina (Instituto CEPA/SC), inaugurado em 1982. Segundo dados da instituição, o EPAGRI/CEPA é um centro especializado em informação e planejamento para o desenvolvimento agrícola, pesqueiro e florestal de Santa Catarina (EPAGRI/CEPA, 2012a).

²³ Atualmente ocupa o cargo de Chefe da Divisão de Comunicação Social e Coordenador de Difusão de Tecnologia.

²⁴ Entre os documentos estão: Fatores que afetam a qualidade da cebola na agricultura familiar catarinense (BOEING, 2002), Estudo da Competitividade da Piscicultura no Alto Vale do Itajaí (SOUZA FILHO et al., 2002), publicado em novembro de 2002, e, em 2009, no documento lançado pela CEASA e pela EPAGRI/CEPA, intitulado Boletim Anual: Edição Especial 2009, onde foi informado o comportamento do mercado atacadista na CEASA/SC – Unidade de São José (SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA, 2009).

Síntese Anual de Santa Catarina, texto lançado anualmente.

✓ **Relatórios técnicos**

Alguns documentos citados acima serão retomados aqui, visando a constituir um panorama da Agricultura Orgânica e/ou Agroecologia no Estado. Entre os documentos, está a pesquisa intitulada Agricultura Orgânica em Santa Catarina, efetivada através de uma parceria entre o EPAGRI/CEPA, prefeituras municipais, certificadoras e organizações não governamentais ligadas à agricultura orgânica. A pesquisa envolveu produtores orgânicos e/ou agroecológicos que produziram e comercializaram seus produtos entre janeiro e dezembro de 2001, em todo o Estado.

O levantamento identificou 706 produtores de alimentos orgânicos, grande parte deles localizados na região Oeste (307), seguido da região Sul (113), Norte (104), Vale do Itajaí (78), Grande Florianópolis (58) e região Serrana (46). A área ocupada naquele momento era de 5.922 hectares, sendo 3.129,43 destinados ao cultivo de produtos agrícolas diversos e 2.792,81 hectares à pastagem. Do total de produtores, 563 possuíam lavouras temporárias, que ocupavam 70,8% da área total cultivada, enquanto 441 cultivam olerícolas, representando 10% do total da área. O restante da área era ocupado por lavouras permanentes e uma quantidade ainda menor por plantas medicinais.

A produção catarinense de olerícolas possuía valor bruto estimado de R\$ 4.072.265,55, com destaque para a alface, comercializada e produzida por 45,6% dos produtores. No que tange às frutas orgânicas, a banana era a mais cultivada no estado, com uma produção superior a 2,5 toneladas, seguida pela laranja, principalmente na fabricação de suco orgânico. Os produtos orgânicos “transformados” ainda eram produzidos em pequena escala. Apesar disso, destacava-se o açúcar, atividade de 98 produtores, sobretudo na região Oeste (83%), com faturamento de R\$ 2.131.621,02. No que tange à produção orgânica animal, 55,66% dos produtores orgânicos criavam bovinos de leite, seguidos por bovinos de corte e suínos. A produção de frango orgânico era realizada por 177 produtores, tendo um efetivo anual de pouco mais de 20,7 mil aves. Vale ressaltar que outros 15 tipos de animais eram criados em sistemas orgânicos no estado, destaque para as abelhas e peixes²⁵. A carne de aves orgânicas era o derivado de maior produção

²⁵ Em novembro de 2002, a EPAGRI/CEPA publicou o relatório intitulado Estudo da Competitividade da Piscicultura no Alto Vale do Itajaí. Elaborado por

(122.271,75 quilos), representando uma renda bruta de R\$ 619.594,41 e envolvendo 123 produtores.

Segundo Oltramari et al. (2002), existiam 241 produtores certificados em 2001, ou seja, pouco mais de 34% do total pesquisado. Grande parte destes produtores (68,04%) recebia certificados da Rede Ecovida de Agroecologia, que, baseada na IN 007, utilizava o sistema de certificação participativa. O Instituto Biodinâmico (IBD) certificava outras 34 propriedades, enquanto a FUNDAGRO certificava 30 e as demais certificavam um menor número de produtores (Associação de Agricultura Orgânica (AAO), Associação Orgânica (AO), ECOCERT, BIOCERT (*Associazione Biocert*), FVO (*Farm Verified Organic*) e OCIA (*Organic Crop Improvement Association*)) (OLTRAMARI et al., 2002 p. 29).

Outro documento publicado pela EPAGRI/CEPA que contribui na compreensão da produção orgânica em Santa Catarina é a pesquisa intitulada Estudo da dinâmica da comercialização de produtos orgânicos em Santa Catarina. Publicada em 2004, a pesquisa objetivava identificar e conhecer os canais e as estratégias de comercialização de alimentos orgânicos nas regiões Oeste, Sul e Norte do estado. Na pesquisa, foram identificados 86 pontos de venda de alimentos orgânicos, nas três regiões investigadas. Quanto ao faturamento, as hortaliças surgiram como carro-chefe, tendo sido mencionadas por 19 supermercados (de um total de 29) e 47% das feiras como a principal fonte de renda.

Os alimentos processados ou com algum grau de industrialização, tais como açúcar, alimentos artesanais, sucos, outras bebidas e produtos industrializados eram fornecidos, predominantemente, por associações que estabeleciam relações comerciais com o varejo; ao passo que a venda de produtos *in natura*, ou com baixo grau de processamento, delegava aos próprios produtores a função de agentes de comercialização. Vale ressaltar que os supermercados afirmaram não possuírem produção própria, sendo o fornecimento realizado por produtores individuais.

Na pesquisa, foram investigados, ainda, os principais entraves

Souza Filho et al. (2002), o documento indica a piscicultura orgânica como uma das grandes responsáveis pelo sucesso da piscicultura catarinense de águas mornas. Especialmente na região Alto Vale do Itajaí, o crescimento da piscicultura orgânica devia-se à organização de associações de produtores, além da disponibilidade de técnicos da EPAGRI e de prefeituras, na prestação de assistência técnica específica, bem como à característica de administração familiar das propriedades (SOUZA FILHO et al., 2002, p. 61).

encontrados pelos comerciantes na aquisição dos produtos. Supermercadistas e pequenos varejistas reclamaram da falta de regularidade e da pouca diversificação na oferta dos produtos, enquanto o excesso de perdas, gerado pela perecibilidade, foi a principal reclamação dos feirantes. Quanto à venda de produtos orgânicos, tanto nos supermercados quanto nas feiras, a baixa rotatividade e baixa escala foram citadas como entraves, enquanto, nas feiras, o baixo retorno também foi mencionado.

A terceira publicação salientada intitula-se: A agricultura orgânica na Região da Grande Florianópolis: indicadores de desenvolvimento. A pesquisa possuía, como objetivo, caracterizar o estado de desenvolvimento da cadeia produtiva de alimentos orgânicos, em comparação com a de alimentos convencionais. Tendo como base o cadastro de produtores, realizado em 2002, para a primeira pesquisa descrita, foram selecionados 40 produtores, e, para cada produtor selecionado, escolheu-se um agricultor convencional “espelho”, indicado pelo próprio entrevistado, para efeito de comparação.

A amostra pesquisada era formada majoritariamente por produtores rurais familiares, sendo 67,5% dos chefes de família com idade entre 30 e 50 anos, 25% com idade superior a 50 anos e 7,5% com idade inferior a 30 anos.

Entre a amostra pesquisada, 72,5% dos praticantes da agricultura orgânica eram proprietários de suas terras, enquanto esse valor aumentava para 77,5%, no caso dos produtores de alimentos convencionais. Enquanto este segundo grupo possuía média de 27 anos de experiência, nas atividades agrícolas, os agricultores orgânicos possuíam 20 anos de experiência, sendo pouco mais de quatro deles destinados exclusivamente à produção orgânica. Indagados quanto aos motivos que os conduziram à adoção da agricultura orgânica, os entrevistados assim se expressaram: a preocupação com a saúde dos familiares foi a mais citada (25%), seguida da questão econômica (“dá mais renda”) (22,5%), da questão ecológica (20%) e da demanda de mercado, apontada por 17,5% dos entrevistados.

Uma das principais dificuldades encontradas pelos produtores familiares, naquele momento, encontrava-se na pós-produção dos alimentos orgânicos, sobretudo, devido à relativa incipiência do mercado e ao fato de o agente ser o próprio produtor. Outros entraves citados foram: (i) a falta de mão de obra, (ii) a falta de crédito específico para orgânicos e (iii) as dificuldades para comercializar a produção. Quanto às dificuldades para gerenciar seus empreendimentos, constatou-

se que as dificuldades residem: (i) na falta de capital de giro, (ii) na escassez de mão de obra e (iii) na falta de recursos para investimentos.

✓ **Revista Agropecuária Catarinense (RAC)**

Na segunda metade dos anos 2000, houve uma diminuição na quantidade de publicações do Instituto CEPA. Desde então, a RAC passou a dar destaque à produção orgânica e agroecológica. A revista teve sua primeira edição lançada em 1988. Na época, os diretores da revista saudaram seus leitores, ressaltando a importância do novo veículo de comunicação, apresentando-o como “[...] uma porta que se abre, um canal que se constitui, para fluir em direção dos interessados, de maneira direta e absoluta, os resultados da pesquisa agropecuária realizada em Santa Catarina” (RAC, 1988, v. 1. p. 3).

Ao lançar-se um olhar mais atento às edições da revista, observa-se que são mais de duas décadas de publicações, acerca da produção orgânica e/ou agroecológica. A tabela abaixo remonta essa trajetória, por meio de uma listagem das matérias cujas temáticas se relacionam ao assunto pesquisado.

Quadro 11 - Listagem das reportagens da Revista Agropecuária Catarinense (RAC)

Título	Vol.	Nº	Mês	Ano
- A agricultura que não envenena	7	3	Setembro	1994
- Agricultor ecológico vende diretamente ao consumidor	8	3	Setembro	1995
- Receptividade do Consumidor de Florianópolis a hortigranjeiros sem agrotóxicos	9	4	Dezembro	1996
- Produção agroecológica: uma ótima alternativa para a agricultura familiar.	10	1	Março	1997
- Produção de leite orgânico promete reduzir custos.	13	2	Julho	2000
- O crescimento da agroecologia em SC - Agricultores familiares produzem a maçã agroecológica	14	2	Julho	2001
- Alho ecológico entusiasma produtor - Produção de morango orgânico na Chapada Diamantina - Agricultores organizados avançam na produção e comercialização de orgânicos	14	3	Novembro	2001
- Agroecologia, busca por um estilo de vida - Do “padrão moderno” à agricultura alternativa: possibilidades e desafios para a transição	15	1	Março	2002
- Merenda Orgânica chega nas escolas catarinenses	15	2	Julho	2002
- Brasil tem melhor soja orgânica do mundo - Manejo agroecológico de pragas e doenças, conceitos e definições - Produção orgânica de frutas	15	3	Novembro	2002
- Produção Agroecológica de morango no oeste Catarinense - Arroz agroecológico: tecnologias atraem produtores e técnicos	16	1	Março	2003
- Quivi orgânico - Cebola agroecológica	17	2	Julho	2004
Agroecologia, o sucesso das hortaliças	17	3	Novembro	2004
Cultivares de morangueiro para sistema de produção orgânica	18	2	Julho	2005

- Produção orgânica de uva na região de Videira - Aumento da biodiversidade em áreas de cultivo orgânico de cana - Alimentos orgânicos: alternativa para a agricultura familiar catarinense - Percepção do agricultor frente à mosca de frutas na produção orgânica de pêssegos	19	2	Julho	2006
- Técnicos e agricultores catarinenses desenvolvem tomate orgânico - Produtividade e resistência a podridão negra de cultivares de repolho em cultivo orgânico no verão do Litoral Sul Catarinense	20	1	Março	2007
- Divergências e implicações da legislação apícola para a produção orgânica de mel	20	2	Julho	2007
- As feiras livres e a produção agroecológica	20	3	Novembro	2007
- Cultivo protegido da mais qualidade ao tomate orgânico - Estudo revela complexidade do trabalho na agricultura orgânica - EPAGRI discute comercialização e certificação de alimentos orgânicos - Agricultores formam grupo para produzir e comercializar orgânicos	22	1	Março	2009
- Produção orgânica deve adequar-se a novas regras - Cor, sabor e saúde na mesa	22	2	Julho	2009
- SC lança primeiro vinho orgânico registrado	23	1	Março	2010
- Agricultura de base ecológica como instrumento para o desenvolvimento sustentável - Características agrônômicas de 21 cultivares de banana em sistema orgânico	23	3	Novembro	2010

Fonte: Revista Agropecuária Catarinense – RAC (1988-2010).

As matérias relacionadas acima contribuem para a elaboração do panorama da Agricultura Orgânica e/ou Agroecológica, em Santa Catarina, ao longo dos anos. Objetivando a síntese do debate, no entanto, foram selecionadas matérias consideradas mais relevantes para a presente pesquisa e para os objetivos do capítulo.

Em setembro de 1994, foi publicada a primeira reportagem, com o tema Agricultura Orgânica, sendo que, anteriormente, eram feitas

referências apenas a algumas técnicas ligadas ao referido modelo de produção agrícola (p. ex.: Adubos Verdes de verão para o Oeste catarinense (v. 4, n. 3, p. 36-40) e Adubos Verdes de inverno para o Oeste catarinense (v. 5, n. 1, 1992, p. 3-6)).

Na reportagem Agricultura que não envenena, Franco e Tagliari afirmam: “[...] poderia parecer cedo demais falar em agricultura alternativa para os catarinenses”, pois “[...] a ideia de agricultura orgânica, totalmente ecológica, que não utiliza agrotóxico nem adubação química, ainda é tabu para muitos agricultores” (RAC, v.7, n. 3, 1994, p. 11). Contrariando esta afirmação, no entanto, apresentava-se a iniciativa de produtores rurais que iniciavam a produção orgânica em Santa Catarina, no município de São Ludgero.

Nessa perspectiva, em 1997, foi publicada a matéria intitulada Produção agroecológica: uma ótima alternativa para a agricultura familiar (v. 10, n. 1, 1997, p. 29-39). Dentre outros assuntos contidos na edição, Tagliari narra o Projeto Manejo Agroecológico da Cultura da Cebola, desenvolvido através de uma parceria entre EPAGRI e CCA/UFSC. Segundo o autor, o projeto de pesquisa pretendia “[...] revolucionar os métodos tradicionais de produção de cebola na região do Alto Vale do Itajaí”, tendo em vista que mais de 50% dos produtores rurais estavam contaminados por inseticidas do grupo dos organofosforados e carbamatos. As pesquisas envolviam testes com formulações caseiras para combater as principais pragas e doenças da cebola, práticas de manejo, avaliação de variedades de cebola, rotação de culturas utilizando adubos verdes, culturas consorciadas, uso de adubos orgânicos, dentre outras investigações. Vale ressaltar também que, naquele momento, noticiava-se que a rede catarinense de supermercados Santa Mônica iniciava a compra da produção orgânica dos produtores da região, revendendo nas lojas de Florianópolis, Itajaí (SC) e Joinville (SC).

Em 2001, foi publicada a matéria intitulada O crescimento da Agroecologia em Santa Catarina. Segundo os editores da revista, “efetivamente este é o modelo adequado a Santa Catarina”, sobretudo, porque a Agroecologia “[...] vem ao encontro das necessidades econômico-sociais do estado, que pelas suas características fundiárias possui uma vantagem comparativa na luta por mercados cada vez mais exigentes” (RAC, v. 14, n. 2, 2001, p. 02). Tais afirmações justificavam as ações que vinham sendo tomadas pelo governador da época, Esperidião Amin. No final do ano de 2000, Amin havia proposto o desafio de transformar Santa Catarina num estado livre de agrotóxicos. Para os autores, naquele momento, a EPAGRI mostrava-se atenta àquela

realidade, incrementando seus trabalhos na área ambiental e agroecológica, de modo a intensificar a capacitação de técnicos e agricultores.

Ainda na edição de 2001, Tagliari assina uma reportagem acerca da produção de maçã agroecológica. Para ele, Santa Catarina estaria preparada para ser líder nacional na produção de alimentos orgânicos, sobretudo levando em conta as ações empreendidas na EPAGRI em Ituporanga, em relação à produção de cebola e ao novo projeto da instituição, em parceria com as Prefeituras de São Joaquim (SC) e Urupema (SC) e com os grupos organizados de agricultores. Em Urupema, a Associação de Produtores Orgânicos (APOU) estava cultivando produtos agroecológicos, havia dois anos (batata, cebola, cenoura, morango, moranga etc.), e iniciava o cultivo de maçã, naquele momento. Em São Joaquim, pequenos fruticultores se uniram, formando a Cooperativa Ecológica de Agricultores e Consumidores (ECONEVE), em fevereiro de 2001. Os 34 sócios da ECONEVE se dedicavam à produção de maçã, pera, pêssego, ameixa e batata inglesa, sendo que, do total de sócios, oito produziam especificamente as maçãs orgânicas.

Tagliari ressalta, ainda, a adesão das estações experimentais da EPAGRI, em São Joaquim (SC) e Caçador (SC), ao projeto de produção da maçã agroecológica. Segundo o autor, isso ocorreu, pois as estações pretendiam iniciar um trabalho de pesquisa em parceria com a EMBRAPA e com colaboração direta de produtores das Cooperativas ECONEVE e SANJO, sobretudo no desenvolvimento de ações experimentais e acompanhamento de pomares (RAC, v. 14, n. 2, 2001, p. 30).

Por fim, ainda na edição de novembro de 2001, Tagliari publica outra reportagem similar, inclusive compondo a capa daquela edição, com o título *Agricultores organizados na produção e comercialização de orgânicos*. Em quatro páginas, o autor apresenta uma feira de produtos orgânicos formada por duas associações catarinenses, a Verde Serra e o Recanto da Natureza, que, naquele momento, agregavam 10 famílias oriundas da comunidade de Vargem do Braço, no interior da Reserva Ecológica da Serra do Tabuleiro, em Santo Amaro da Imperatriz (SC). A feira ocorria aos sábados, na Avenida Beira Mar Norte, em Florianópolis, somando-se a outras já existentes na capital, como a que ocorria no bairro Lagoa da Conceição.

Em julho de 2002, Tagliari publicou uma reportagem acerca do projeto Sabor e Saber. Naquele ano, Santa Catarina surgia como um dos estados pioneiros, no projeto de merenda orgânica, através de um convênio estabelecido entre a Secretaria de Estado da Educação e do

Desporto e a Agreco. Conforme Tagliari, do convênio firmado resultou o programa Sabor e Saber, que beneficiava 26 escolas básicas estaduais de Florianópolis e outras 15 de Criciúma, por meio da entrega de merenda orgânica, uma vez por semana (o suficiente para atender dois dias). Wilson Schmidt, na época coordenador geral da Agreco, afirmou: “estamos atendendo 30 mil crianças, e a nossa expectativa é chegar a 100 mil este ano e abrir caminho para que outras associações de produtores orgânicos do Estado também invistam neste mercado e, quem sabe, atingir todas as escolas catarinenses” (RAC, v. 15, n. 2, 2002, p. 32).

Outra faceta do Programa Sabor e Saber, segundo a revista, consistia em promover a união entre o urbano e rural, por meio do intercâmbio cultural entre crianças do interior e crianças da cidade. Na prática, os alunos das diversas escolas beneficiadas pelos alimentos orgânicos visitariam os locais de produção, possibilitando-lhes conhecerem também as nascentes de rios, que abastecem as principais cidades do litoral catarinense. Em contrapartida, as crianças, que eram filhos dos agricultores, iriam conhecer o litoral, sobretudo, o destino final das águas dos rios que nascem em sua região.

Para Tagliari, o sucesso da merenda escolar, em Florianópolis e Criciúma, chamava atenção de todo o Estado e também de outras regiões do país. Em 2002, a implantação de projetos análogos ao Sabor e Saber era discutida nos Estados de Mato Grosso, Pernambuco etc., assim como nas cidades catarinenses de Blumenau e Chapecó. Blumenau já contava com algumas associações para o fornecimento de alimentos (Associação de Produtores Agroecológicos de Blumenau (ECOBLU) e a Cooperativa Prove de Blumenau (COOPERPROVE), além de duas outras localizadas nas cidades vizinhas de Dona Emma (SC) e Presidente Getúlio (SC)). Chapecó, por sua vez, possuía uma boa produção local de feijão orgânico e passava a planejar a inserção de hortaliças orgânicas no cardápio das escolas.

✓ Pesquisas acadêmicas

Apesar de relatórios oficiais com dados referentes à EPAGRI e à Agricultura Orgânica e/ou à Agroecologia serem praticamente inexistentes, vale destacar alguns documentos. Werner (2001) apresenta um trabalho de modo a ressaltar algumas ações realizadas especificamente na Estação Experimental de Ituporanga. Segundo o autor, a utilização intensiva de mecanização inadequada, o uso indiscriminado de agrotóxicos, corretivos e adubos químicos solúveis,

somado ao monocultivo e à falta de práticas adequadas de combate à erosão, trouxeram graves consequências às lavouras dos cebolicultores da região de Ituporanga, no início da década de 1990. Estes e outros problemas, gerados pelo sistema convencional de produção, conduziram o corpo técnico da Estação Experimental a desenvolver pesquisas com enfoque orgânico e/ou agroecológico, em 1992. Entre as pesquisas, o autor destaca: (i) Aceleração da humificação do composto inoculado com aditivos biológicos FCE-NH-84 (Nutri-Húmus), em 1992; (ii) Efeito composto termófilo na incidência de doenças durante a fase de produção de mudas de cebola, entre 1993 e 1994; (iii) Melhoramento de cultivares de cebola adaptadas ao cultivo orgânico, entre 1996 e 1997, dentre outras.

Para Werner (2001), os técnicos da EPAGRI de Ituporanga são considerados os pioneiros, entre as instituições oficiais do Estado a desenvolverem essa modalidade de pesquisa. Esse fato gerou um convênio interinstitucional entre a Estação de Ituporanga e o Centro de Ciências Agrárias da UFSC, em 1996. O autor enumera, ainda, uma série de pesquisas resultantes daquele convênio, tais como: Infectividade e diversidade de fungos micorrízicos em cebola (*Allium cepa* L.), cultivada em sistema de manejo alternativo e convencional (dissertação de mestrado); Controle biológico natural de tripes, *Thrips tabaci* Lindeman 1888 (Thysanoptera: Thripidae) por sirfídeos predadores em cebola (*Allium cepa* L.) pelo cultivo de bordaduras ou estrelinhas (dissertação de mestrado), dentre outras.

Paralelamente, o corpo técnico da Estação Experimental participou de diversos eventos e cursos, relacionados à Agroecologia, como a Conferência Brasileira de Biodinâmica (PR) (1994 e 96), o Seminário Estadual de Tecnologia e Desenvolvimento Sustentável (Lages) (1996), I Seminário Estadual sobre Agroecologia (Rio do Sul) (1999), dentre outros. A equipe também promoveu eventos para capacitação de técnicos e agricultores em parceria com outras instituições, tais como o II Encontro sobre Experiências Agroecológicas do AVI Atalanta (1996), o Treinamento Prático em Agroecologia para Técnicos EE Ituporanga (1998), o Seminário Regional sobre Desenvolvimento da Agroecologia no Alto Vale do Itajaí, em Rio do Sul (2000), etc.

Segundo Werner (2001), devido à capacitação de agricultores, em cursos realizados na EPAGRI, formou-se a Associação de Agricultores Ecologistas em Ituporanga, que, na época, comercializavam seus produtos em feiras em Florianópolis e Blumenau. Em 2001, a EPAGRI contava com 18 grupos de agricultores organizados na prática da

Agroecologia em 12 municípios da região do Alto Vale do Itajaí. Outra importante ação ocorreu entre 1999 e 2000, por meio do Projeto de Educação Ambiental, desenvolvido pela EPAGRI. O projeto promoveu a capacitação de 660 professores do Ensino Fundamental da rede pública municipal de 22 municípios do Alto Vale do Itajaí, incluindo visitas aos experimentos desenvolvidos na EPAGRI de Ituporanga.

Nessa perspectiva, outros profissionais se inseriram no debate, quais sejam: Gelinski Neto (2002) e Matos Filho (2004). O primeiro afirma: “graças ao trabalho da EPAGRI e também as instituições não governamentais”, houve a inserção de cerca de duas mil famílias no cultivo orgânico em Santa Catarina naquele ano (GELINSKI NETO, 2002, p. 14). Já Matos Filho (2004, p. 47) destaca o Plano Anual de Trabalho (PAT) da EPAGRI, referente ao ano de 2004. Para ele, além de objetivar que a perspectiva agroecológica permeasse todos os 23 projetos desenvolvidos, havia um projeto específico, que chama a atenção pela abrangência de suas ações, denominado Desenvolvimento de Sistemas Agroecológicos para a Agricultura Familiar de Santa Catarina. O autor acrescenta que, baseado no PAT referente ao projeto mencionado, foram desenvolvidos treze subprojetos, com 46 experimentos concentrados nas estações experimentais de Ituporanga, Campos Novos, Chapecó e Canoinhas. No tocante à extensão, destaca-se o Programa de Profissionalização de Produtores Rurais, iniciado em 1988, que passou a incorporar cursos de Agroecologia, em 1998, promovendo participação de 1.489 produtores em 95 cursos, até 2003. Naquele momento, segundo o autor, os cursos de Agroecologia se disseminaram por todas as regiões do estado (MATOS FILHO, 2004, p. 47).

Em sua pesquisa, Tagliari (2012) destaca o pioneirismo das ONGs, no apoio ao desenvolvimento da Agricultura Orgânica, em Santa Catarina; porém, ressalta que “[...] instituições governamentais, universidades e serviços de pesquisa e extensão rural também acordaram para a importância da produção agroecológica”. Para ele, prova disso foram as ações desenvolvidas pela EPAGRI, tais como:

(i) o lançamento da cebola orgânica da Estação Experimental de Ituporanga, a partir de um convênio de pesquisa entre a EPAGRI e o CCA da UFSC;

(ii) a maçã agroecológica, produzida por pequenos agricultores do município de São Joaquim e Urupema, orientados por técnicos da EPAGRI, em parceria com prefeituras e associações de produtores;

(iii) trabalhos desenvolvidos há mais tempo com adubos verdes e controle biológico, conservação do solo do Projeto Microbacias e os

estudos com dejetos de suínos e aves, entre outros;

(iv) a formação de um curso profissionalizante em Agroecologia em 1998, a promoção de cursos básicos de Agroecologia (sediados em cinco Centros de Treinamento da EPAGRI) e cursos isolados ministrados por extensionistas em vários municípios do estado;

(v) a certificação orgânica (o selo verde), em parceria com a FUNDAGRO;

(vi) a constituição do Projeto de Desenvolvimento de Sistemas Agroecológicos para a Agricultura Familiar de Santa Catarina (Projeto de Agroecologia), em 1999, subdividido em subprojetos de pesquisa nas áreas de cereais, hortaliças, pastagens, aves, adubos verdes e fruticultura de clima temperado.

O autor destaca ainda ações que vinham sendo ou seriam realizadas, tais como:

(i) a produção orgânica de batata e de morango, com as quais vinham sendo realizados testes preliminares com resultados animadores;

(ii) produção de sementes orgânicas de cereais e adubos verdes, na Estação Experimental de Campos Novos;

(iii) a capacitação de mais 300 produtores e 150 técnicos, além de projetos com cereais, frutíferas, outras hortaliças e pastagens orgânicas.

Tais dados dão início à configuração do panorama do DRS, baseado na Agroecologia e/ou AO, em Santa Catarina, ponto de partida para as análises realizadas nos próximos capítulos. Tem-se, assim, uma descrição da instituição, bem como de parte das ações levadas a cabo por ela, em relação ao tema central da presente pesquisa.

5. ATORES, REDES E INTERFACES

Neste capítulo, são apresentados os atores sociais que atuam na EPAGRI, com práticas ligadas à Agricultura não convencional, e em como ONGs, cooperativas e universidades, que estabelecem diferentes relações com o primeiro grupo. O debate proposto inicia-se com a apresentação de redes internas, ou seja, formadas por atores sociais que se associam na EPAGRI, deslocando-se para a apresentação dos atores externos, que, direta ou indiretamente, interferem na trajetória da instituição, no tocante às disputas em relação aos modelos de agricultura que devem conduzir o DR no meio rural de Santa Catarina.

5.1 REDES INTERNAS: ENTRE AGRICULTURA ORGÂNICA OU AGROECOLOGIA?

Neste primeiro item, propõe-se caracterizar o que será denominado **rede** de Agroecologia e/ou Agricultura Orgânica (ou simplesmente Rede II²⁶), bem como a atuação dos atores que a compõem. A caracterização e a análise baseiam-se em informações extraídas de entrevistas realizadas com técnicos da EPAGRI, tendo como aporte teórico-metodológico os conceitos apresentados no capítulo inicial.

Conforme se afirmou anteriormente, de maneira geral, os indivíduos que compõem a Rede II têm em comum a crítica à Agricultura convencional, gerando um reconhecimento mútuo entre eles. Os entrevistados não encontraram dificuldades para citar os nomes dos demais atores que compõem a rede ou para mapeá-la, quando solicitados. Mais do que isso, os demais técnicos da EPAGRI identificam, sem vacilar, pesquisadores e extensionistas que atuam com Agricultura orgânica ou Agroecologia na instituição. Vale ressaltar, no entanto, que nem todos os entrevistados consideram a rede como tal, pois, com a extinção do Projeto de Agroecologia, que fortalecia a concepção de rede, através da organização e do apoio institucional, abriu-se espaço a um sentimento de isolamento e desunião.

Conforme observado anteriormente, para Long (2007), as redes de relacionamento social não são compostas por conjuntos de relações equilibradas e baseadas em princípios de solidariedade. Ao contrário, nelas são comuns as divergências de interesses, valores e intenções, originando arenas de competição e situações de interface, cujas

²⁶ Considera-se Rede I a que atua com agricultura convencional.

descontinuidades se evidenciam. Neste capítulo, inicia-se a discussão acerca das **diferenças sociais** internas à rede, partindo da distinção entre Agricultura Orgânica e Agroecologia. Mais à frente, este debate é retomado e aprofundado, com análises das relações estabelecidas entre outras redes na EPAGRI, bem como com outros atores externos ligados à instituição.

Ao lançar um olhar mais atento às ideias expressas pelos entrevistados, nota-se que os atores que integram a Rede II podem ser divididos em quatro grupos, sendo três deles apresentados nesse item: Agroecológicos, Agroecológicos orgânicos e Irresolutos.

- ✓ Agroecológicos: fortemente apoiados nas propostas da Ciência Agroecológica, de Miguel Altieri (2002). Caracterizam-se por manter uma crítica acentuada ao modelo de Agricultura orgânico, considerado essencialmente mercadológico e visto como uma “simples substituição de insumos”. Foram extraídos trechos de entrevistas, para exemplificar a posição dos membros deste primeiro grupo:

Na EPAGRI, tem grupos que entendem muito claramente o que é Agroecologia, que é um conceito para mim muito mais complexo, [...] e outros grupos que entendem que a Agricultura Orgânica dá conta dessa necessidade toda. Por que eu faço essa diferenciação? Porque a Agricultura Orgânica, ela, em um primeiro momento, ela é uma simples substituição de insumos, ou eliminação de insumos sintéticos. E tu não entra em outros princípios que a Agroecologia entra, que são fundamentais na mudança de modelo que está se propondo. [...] Se a Revolução Verde pregou a especialização e a monocultura, **a Agricultura Orgânica não supera isso.** [...] A Agroecologia, nesse sentido, tem o princípio da biodiversidade, da combinação; por isso, ela está muito ligada ao etnoconhecimento, como as populações tradicionais fazem. Então é um processo [...] muito mais complexo. [...] A Agroecologia não é só uma alternativa para a Agricultura clássica. Não, é uma forma de análise que, a partir dos seus princípios, você consegue analisar a agricultura clássica, do Agronegócio, da monocultura. **Então, a Agroecologia é muito mais complexa que a Agricultura Orgânica e**

muito mais que a Agricultura clássica. A biodiversidade é outra, produção de conhecimento, é outra perspectiva [...] em que o conhecimento do camponês é [...] extremamente válido [grifo do pesquisador] (ENTREVISTA n.02).

[...] [agricultura alternativa] foi um termo utilizado por muitas décadas, enquanto se garimpava outros termos mais adequados, e que culminou com o desenvolvimento do termo de Agricultura Orgânica pela IFOAM. A IFOAM, ela acabou adotando esse termo, [...] sendo que agricultura orgânica não era apenas agricultura orgânica baseada na escola do Albert Howard, ela englobava todas as escolas, que tinham os mesmos princípios: excluir os adubos solúveis, agrotóxicos e recentemente os transgênicos. [...] Engloba tudo isso, **mas me parece que, ainda assim, eles estão muito voltados ao mercado, [...] enquanto a Agroecologia é mais abrangente, trabalha com questões de cunho mais ecológico, social, mais profundamente, não apenas tecnológico ou mercadológico.** [...] Então acho que Agroecologia é mais abrangente, porque Agricultura Orgânica está dentro da Agroecologia [grifo do pesquisador] (ENTREVISTA n.14).

Ele é muito diversificado. Você pode ter Agroecologia. Quem está mais no dia a dia, comprometido com a causa ou oitenta, noventa, cem por cento com a Agroecologia, mente, pensando Agroecologia. Esses, você pode dizer que é Agroecologia. **Os que eventualmente utilizam Agroecologia, como referência no trabalho, inserem a Agroecologia em um contexto maior ou menor, num trabalho de extensão ou mesmo pesquisa, eventualmente. Aí eu diria que há muita relação da Agricultura Orgânica, como se fosse base tecnológica, não como Ciência.** Hoje você tem um corpo funcional relativamente grande, que pensa Agroecologia e atua na Agroecologia, e outro corpo relativamente majoritário que utiliza o

conceito restrito, contextualiza em certos aspectos, em microbacias, ou mesmo em nível de pesquisa, a Agroecologia na sua base tecnológica mais no sistema produtivo [grifo do pesquisador] (ENTREVISTA n.01).

- ✓ Agroecológicos orgânicos: também são adeptos ao modelo de agricultura defendido por Miguel Altieri (2002); porém, admitem atuar com Agricultura orgânica. Em outras palavras, mostram nítida preferência pela Agroecologia, embora não se oponham à AO. As justificativas para a escolha da terminologia AO se apoiam em questões práticas (ou pragmáticas), como a legislação ou a popularidade do termo. Para exemplificar tal grupo, foram extraídos trechos de algumas entrevistas:

Para acontecer de fato, no campo, eu acredito que a **produção orgânica**, ela está mais **acessível ao consumidor**. A sociedade em geral, os formadores de opinião **conhecem mais o termo produção orgânica**. Você pode ter uma propriedade e uma parte da propriedade você ter orgânica. Quando você fala em agroecológica, já tem que fechar toda a produção, de animais, vegetais, o rio... [grifo do pesquisador] (ENTREVISTA n.11).

Em nível de definição, nós temos utilizado o termo **Agroecologia**, [...] por ser mais abrangente, por ser adotado tanto pela Academia como pelos movimentos sociais. **Embora a questão da Agricultura Orgânica, por ter a instrução normativa do Ministério, a gente também utiliza o termo**. A gente, mais corriqueiramente, mais convencionalmente, o termo utilizado é **Agroecologia**, como uma coisa mais ampla. Mas trabalhamos também com a questão do enfoque **orgânico**. [...] Mas a gente prefere um termo mais amplo, a gente trabalha com a Revista Brasileira de Agroecologia e entende como, para Academia, é como uma Ciência e, para os movimentos sociais, como uma coisa que vai além da Ciência, na questão da gestão mesmo, do sistema ecológico de produção [grifo do pesquisador] (ENTREVISTA n.15).

São várias correntes ali, mas, diríamos assim, nós falávamos muito aqui em Santa Catarina de Agricultura Agroecológica. E aí, no consenso que se chegou em [cita evento], na discussão, é que não existe Agricultura Agroecológica. Na verdade, Agroecologia é uma Ciência, é a Ciência que trata do tema, é um instrumento. Talvez Agricultura Orgânica ou produção orgânica seja a linguagem mais aceita mundialmente, então [...] começamos a rever algumas coisas. **Para mim, era Agricultura Agroecológica, dentro do Altieri, que era uma pessoa, é um dos ícones do próprio termo Agroecologia que surgiu aqui, nos Estados Unidos, no Brasil, América Central, via Altieri, desde a Primavera Silenciosa [...]. Mas a gente está falando agora, ainda, o termo, falando em produção orgânica, eu acho que é a linguagem mais, em nível internacional.** Porque é orgânica não porque tem... Seguidamente as pessoas perguntam: o que é convencional não é orgânico também? Primeira pergunta: é orgânica de organismo? Então uma unidade agrícola que funciona como um organismo [...] que tem seus órgãos, tudo tem que ser sincronizado. É orgânica nesse sentido. Não é orgânica porque tem carbono, tudo tem carbono [grifo do pesquisador] (ENTREVISTA n.09).

- ✓ Irresolutos: caracteriza-se por não assumir uma posição clara no debate, optando por utilizar os termos como sinônimos. Vale considerar que a utilização de ambas as terminologias pode representar uma estratégia para não assumir posição e, conseqüentemente, não se indispor com as partes envolvidas no debate. O exemplo abaixo ilustra como se posicionam os atores deste grupo:

A Agricultura Alternativa, acho que é um termo já, não digo ultrapassado, mas que se usou em uma determinada época, na década de 1970. Eu nem sei se na EPAGRI chegou a ser usado muito esse termo, talvez alguns colegas, mas quando na EPAGRI se começou a falar nesse assunto, já se falava em **Agroecologia**. Tanto é que o primeiro projeto..., nós já tivemos aqui na EPAGRI, um

projeto chamado Projeto de Agroecologia [...]. Agroecologia também é um termo bastante usado, também em organizações não governamentais, é o termo mais usado. Hoje, parece que o termo acompanha, algumas pessoas atribuem a esse termo a algumas outras conotações, além de meramente um trabalho na Agricultura. Também tem a definição..., a Agroecologia em si é definida como sendo uma Ciência. Têm lá autores que trabalharam isso, [...] o mais conhecido é o Miguel Altieri [...]. Agora, no momento atual, eu, [...] pessoalmente, prefiro **Agroecologia barra Agricultura Orgânica. Eu uso isso para evitar confusão.** Tem algumas pessoas que não gostam, principalmente de organizações não governamentais, até alguns têm restrição ao termo Agricultura Orgânica, porque entendem que esse é muito técnico, que não respeita alguns outros itens. Está com o tripé, ambiental, social e econômico, e algumas pessoas entendem que então não. A agricultura orgânica pode até ser tecnicamente, mas que, às vezes, socialmente e economicamente não é tão, não respeita tão bem alguns itens [...] [grifo do pesquisador] (ENTREVISTA n.12).

O grupo que assume a AO como um modelo de produção útil e presente nas ações da instituição é bastante reduzido. No geral, preponderam os Agroecológicos, tendo estes diferentes posicionamentos frente à AO. Esses posicionamentos podem ser definidos como um estágio de evolução ou como adversários.

- ✓ Estágio de evolução: a Agricultura Orgânica é uma espécie de fase intermediária entre a Agricultura convencional e a Agroecologia, ou seja, não deve ser completamente desprezada, mas superada em curto ou médio prazo. Apesar disso, tais atores empreendem fortes críticas ao modelo de produção orgânica, por considerá-lo incompleto e incapaz de enfrentar os desafios da sociedade contemporânea. Alguns trechos extraídos de entrevistas contribuem na compreensão desta percepção:

Nós temos uma matriz para ser modificada, do clássico para o agroecológico. Se quiser colocar o orgânico, pode colocar, eu não me incomodo. Eu

acho que é uma transição, se a gente souber. Não existe dúvida que o **orgânico é uma transição, mas não pode parar nele**. A agricultura agroecológica é orgânica, o contrário não é verdadeiro. É uma transição, não tenho dúvida; para mim, insuficiente. No momento que os caras chegam na orgânica, já é... Agora, dizer que orgânica, dizer que a agricultura familiar precisa se especializar em Agricultura Orgânica e produzir um ou dois produtos, opa, tu quebra a estrutura da agricultura familiar, que é diversificada por natureza [grifo do pesquisador] (ENTREVISTA n.02).

Mas institucionalmente, como reconhecido, Ituporanga teve um certo pioneirismo disso, 90, 92, 93, como capitalizou institucionalmente a Agroecologia, ainda **primitivamente na forma de Agricultura Orgânica**, na técnica e assim por diante [grifo do pesquisador] (ENTREVISTA n.01).

- ✓ Adversários: possuem uma visão negativa da AO. A maioria dos pesquisadores e extensionistas criticam, sobretudo, o que consideram um excesso de preocupação com a produção, com o mercado e com a lucratividade, resultando em um descuido com aspectos sociais e ambientais.

Então, hoje, para ele, Agricultura Orgânica engloba tudo isso. Mas me parece que ainda assim eles **estão muito voltados ao mercado**, [...] enquanto a Agroecologia, ela é mais abrangente, com questões de cunho mais ecológico, social, mais profundamente, não apenas tecnológico ou mercadológico [grifo do pesquisador] (ENTREVISTA n.14).

Porque a agricultura orgânica, ela, em um primeiro momento, ela é uma simples substituição de insumos, ou eliminação de insumos sintéticos. E tu não entra em outros princípios que a Agroecologia entra, que são fundamentais na mudança de modelo que está se propondo. [...] **Se a Revolução Verde pregou a especialização e a**

monocultura, a agricultura orgânica não supera isso [grifo do pesquisador] (ENTREVISTA n.02).

As afirmações expressas pelos atores entrevistados possibilitam a elaboração de uma caracterização, de modo a considerar suas posições frente à AO.

Quadro 12 - Caracterização segundo os atores sociais entrevistados

	Agroecologia	Agricultura orgânica
Agroecológicos	Ciência (Altieri)	Adversários e “estágio de uma evolução”
Agroecológico orgânico	Ciência (Altieri)	“Estágio de uma evolução”
Irresolutos	Nenhuma crítica	Sinônimo de Agroecologia

A esse quadro, é necessário fazer uma ressalva: apesar de cada entrevistado assumir uma posição acerca da distinção entre Agricultura Orgânica e Agroecologia e, desta forma, compor um subgrupo, no desenrolar das entrevistas, grande parte utiliza as terminologias em novos contextos, mesclando-as e, muitas vezes, contradizendo afirmações anteriores. Casos desta utilização equivocada das terminologias surgem em número considerável. Um dos pesquisadores entrevistados, por exemplo, inicialmente apresenta uma diferenciação etimologicamente apropriada entre Agroecologia e AO; porém, quando discute o Programa de Agroecologia da EPAGRI, afirma:

O assunto, **Agricultura Orgânica**, ele transpassa todos os projetos, eles se fundem. Ele devia estar presente em todos os projetos existentes dentro da empresa. [...] Mas nós, particularmente fomos contra quando foi extinto o projeto, um grupo forte, a maioria que estava [...], essa extinção foi contrária aos interesses do grupo que trabalhava com **Agroecologia** [grifo do pesquisador] (ENTREVISTA n.16).

Outro pesquisador, que também diferenciou as terminologias, afirma: “a estação experimental aqui começou a pesquisar na área de **Agroecologia** e **produção orgânica** lá por [cita a data], um pouquinho antes. [...] Nós estamos fazendo **produção orgânica** aqui com uma

lógica científica, com uma lógica da nutrição do equilíbrio” [grifo do pesquisador]. Por fim, um terceiro entrevistado afirma: “aí a EPAGRI então criou, dentro da EPAGRI, um Programa Estadual de **Agroecologia**. Tinha um programa de Agroecologia. Então, esse programa agregava tudo que tinha de pesquisa, extensão, cursos, entende, dentro dessa linha de **produção orgânica** [...]” [grifo do pesquisador].

Agroecologia e AO surgem em um contexto, de certa forma, equivocado, ou seja, como conceitos distintos. Em outras situações, são referidos como modelos de Agricultura que compõem um mesmo grupo, contrários à Agricultura convencional, baseada nos preceitos da Revolução Verde. Os próprios fatos históricos ligados ao tema recebem diferentes interpretações, ao longo dos discursos:

- ✓ O Projeto de Agroecologia é chamado também de Projeto de Produção Orgânica;
- ✓ A “cebola orgânica”, em alguns casos, é denominada também de “cebola agroecológica”;
- ✓ “Merenda orgânica” foi também chamada de “merenda produzida por agricultores agroecológicos”, dentre outros exemplos.

Desta forma, as análises das ações levadas a cabo por grupos contrários à Agricultura convencional, na EPAGRI, se assentam em um contexto de ambiguidade. Em alguns momentos, estas ações são direcionadas à Agricultura Orgânica, enquanto, em outros, voltam-se à Agroecologia.

O quadro amplia-se, ao serem analisadas as publicações oficiais da instituição. Esta análise foi realizada a partir dos documentos oficiais, publicados pelo Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola (EPAGRI/CEPA). Os resultados conduzem ao seguinte quadro:

- ✓ Praticamente metade dos documentos (18) não faz alusão às terminologias analisadas;
- ✓ Entre os demais, nota-se a predominância do termo Agricultura Orgânica (12), incluindo variações de gênero e número, embora seja possível ainda subdividir os documentos da seguinte forma:
 - Adoção do termo Agricultura Orgânica: abaixo, estão dispostos trechos extraídos dos diversos documentos em que o discurso oficial prioriza a terminologia AO:

A tendência, em nosso estado, é de crescimento da utilização de sistemas de **cultivo orgânico**, tal como preconizado no modelo Alto Vale do Itajaí, pela utilização de insumos produzidos na

propriedade, prática que poderá ajudar na redução do custo de produção e no aumento da margem de lucro do piscicultor [grifo do pesquisador] - Estudo da Competitividade da Piscicultura na Região Oeste de Santa Catarina (SOUZA FILHO et al., 2004, p. 86)

Apoiar o desenvolvimento da **agricultura orgânica** em Santa Catarina constitui, portanto, uma resposta concreta aos anseios dos consumidores e um indicativo, para os produtores, de uma oportunidade estratégica para agregar renda [grifo do pesquisador] - A Agricultura Orgânica na Região da Grande Florianópolis: Indicadores de Desenvolvimento (ALTMANN; OLTRAMARI, 2004, p. 15).

O presente estudo parte da necessidade de suprir a precariedade de conhecimento e informações sobre a dinâmica da comercialização de **produtos orgânicos** no estado de Santa Catarina [grifo do pesquisador] - Estudo da Dinâmica da Comercialização de Produtos Orgânicos em Santa Catarina. (ZOLDAN; KARAN, 2004, p. 11).

Restará, destarte, aos pequenos produtores familiares de Santa Catarina apostar forte na conquista do mercado nacional e direcionar seus esforços para atividades de alta densidade econômica que possibilitem agregação de valor e de renda, tais como os produtos típicos (produtos ou alimentos locais ou de território, com tecnologia artesanal, estreitamente vinculados à cultura e às condições edafoclimáticas regionais), **os alimentos orgânicos**, as ervas medicinais e as essências aromáticas, entre outros [grifo do pesquisador] - Perspectivas para a Agricultura Familiar: Horizonte 2010 (ALTMANN et al, p. 2003, p. 21).

A demanda por alimentos chamados "produtos ecológicamente corretos" deverá ampliar o comércio para a **banana orgânica**, produzida neste sistema de cultivo [grifo do pesquisador] - Fatores que afetam a Qualidade da Banana na

Agricultura Familiar Catarinense (SOUZA; CONCEIÇÃO, 2002, p. 31).

Produtores orgânicos - Número de estabelecimentos agropecuários informantes, cujo produtor declarou possuir certificação para produtos orgânicos, por abrangência geográfica: Estado e Município - Santa Catarina – 2002-2003 [grifo do pesquisador] - Levantamento Agropecuário de Santa Catarina 2002-2003 - Dados Preliminares (INSTITUTO CEPA, 2005d)).

- Terminologias sinônimas: relatórios apresentam também Agricultura Orgânica e Agroecologia como sinônimas, conforme é possível perceber nos trechos abaixo:

No Brasil, em virtude da Instrução Normativa N° 007, de 17/5/1999, que estabelece normas para a produção vegetal e animal da **produção orgânica, os produtos são mais conhecidos pela designação de orgânicos. Contudo, na Região Sul do País, onde predomina a produção de agricultura familiar, os produtos são também conhecidos como agroecológicos**, sendo esta a designação adotada neste trabalho [grifo do pesquisador] -Comercialização e Consumo de Produtos Agroecológicos - Grande Florianópolis (KARAN; ZOLDAN, 2003, p. 01).

Concomitantemente ao crescimento da produção de alimentos pelos sistemas de produção sustentável - **agroecologia, agricultura orgânica**, biodinâmica, permacultura, entre outras -, pesquisas indicam que o consumidor vem acompanhando esta tendência, buscando sistematicamente os alimentos sem agrotóxicos ou insumos sintéticos, pelos muitos males que provocam à saúde humana e ao meio ambiente [grifo do pesquisador] - Comercialização e Consumo de Produtos Agroecológicos - Grande Florianópolis. (KARAN; ZOLDAN, 2003, p. 01).

[...] a produção **agroecológica ou orgânica**, que,

além do controle ambiental, proporciona produtos de melhor qualidade, com maior valor agregado [grifo do pesquisador] - Avaliação do Valor Bruto da Produção Agropecuária nas Microrregiões Geográficas de Santa Catarina. (ICEPA, 2002, p. 30).

[...] direcionar a pesquisa e a assistência técnica para a produção de cebolas através de métodos agroecológicos ou orgânicos, livres de agrotóxicos, visando atender a nichos específicos de consumidores, assim como para suprir a demanda cada vez maior deste tipo de produto - Fatores que afetam a Qualidade da Cebola na Agricultura Familiar Catarinense (BOEING, 2002, p. 48).

- Finalmente, em menor número, documentos utilizam ambas as terminologias, indicando haver diferenças entre elas, embora não sejam mencionadas tais distinções:

Tal complexidade se amplia ainda mais nos casos que envolvem novos produtos ou sistemas de produção (**orgânicos e agroecológicos**, por exemplo) que necessitam de novas competências, importantes tanto para quem as fomenta quanto para os empreendedores familiares [grifo do pesquisador] - As Agroindústrias Rurais da Agricultura Familiar de Santa Catarina. (EPAGRI, 2011, p. 15).

Diante deste panorama, obtém-se novamente um quadro confuso, pois, por um lado, a maioria dos entrevistados afirma aderir à Agroecologia. No decorrer das entrevistas, no entanto, os termos são utilizados indistintamente, como se fossem sinônimos. Já nos documentos oficiais, há predominância do termo AO, embora outros também apresentem os termos como sinônimos. Este quadro indica que a Agricultura não convencional, na EPPAGRI, é um tema em construção, levando a utilização de ambas as terminologias juntas (Agroecologia e/ou Agricultura Orgânica), em alguns momentos da pesquisa, embora, seja importante lembrar, a existência de relações e disputas envolvendo ambas as terminologias e entre os atores que

compõem a Rede II. Sequencialmente, parte-se para a apresentação dos atores externos, que se relacionam com a Rede II, apresentada acima.

5.2 ATORES EXTERNOS

Entende-se por atores externos aqueles que, embora não atuem diretamente na EPAGRI, interferem na trajetória da Agricultura Orgânica e/ou da Agroecologia na instituição. A análise documental e o discurso dos entrevistados direcionam o olhar reflexivo para dois atores externos²⁷: a Universidade Federal de Santa Catarina, especialmente em ações ligadas ao Mestrado em Agroecossistemas, e o Banco Mundial, referente aos programas Microbacias I e II e ao SC Rural.

5.2.1 Mestrado em Agroecossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina

O curso de Pós-Graduação em Agroecossistemas (PGA) foi criado em 22 de dezembro de 1994, através da Resolução n. 068, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFSC. O PGA, vinculado ao CCA, surgiu através de um esforço conjunto entre os departamentos de Engenharia Rural, Zootecnia e Desenvolvimento Rural, e de parte do Departamento de Fitotecnia, sendo o primeiro curso de Pós-Graduação em Agronomia do Estado de Santa Catarina. Segundo dados do PGA, “[...] o desafio epistemológico [...] é a busca pela abordagem interdisciplinar das relações homem-meio agrícola, através da percepção da significação de todo e qualquer conhecimento especializado no contexto do complexo cultural em que pode ser relevante” (PGA, 2012).

Para compreender a natureza do curso, vale apresentar a noção de agroecossistema que o orienta. Baseado em dados do PGA/UFSC (2012), agroecossistemas são ecossistemas modificados pelo homem para a produção de alimentos, matérias-primas, bens e utilidades. As propriedades mais importantes destes sistemas são resultados de interações complexas entre um meio físico, com variabilidade contínua no espaço e no tempo, organismos domesticados e não domesticados, e os agricultores, com suas práticas de manejo. Diante destas interações,

²⁷ Vale destacar que outros atores externos foram mencionados pelos entrevistados, principalmente no quesito financiamento, tais como a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), CNPq, EMBRAPA etc. Esses atores, porém, ocuparam um papel secundário, na trajetória da rede analisada na pesquisa.

acredita-se que o reconhecimento e o estudo dessas propriedades “emergentes” de agroecossistemas requerem uma integração entre áreas de conhecimento, que não seria encontrada em cursos tradicionais de pós-graduação. Em meio ao contexto de perda de rentabilidade e de degradação ambiental que ameaça a pequena propriedade rural, propõem-se ações que, baseadas no conhecimento das complexas interações ao nível de agroecossistemas, representam os instrumentos mais eficientes e econômicos, para dar viabilidade à propriedade rural. Entre eles: o manejo agroecológico de animais e de plantas, o planejamento de microbacias hidrográficas, a coordenação de agricultura de grupo, dentre outros. Portanto, segundo o PGA (2012), evidencia-se uma proposta baseada em alternativas de desenvolvimento do modelo agropecuário, sintonizadas com as particularidades regionais e com a atual significação da qualidade da relação homem-meio no processo produtivo.

O curso foi criado a partir de uma demanda identificada externamente à universidade. Conforme Fantini et al. (2006, p. 256), no início dos anos de 1990, lideranças da EPAGRI colocaram um desafio ao CCA/UFSC:

[...] criar circunstâncias acadêmicas para profissionais desenvolverem a sua capacidade de construir conhecimento contextual, tornando-se capazes de promover uma intervenção transformadora nas relações presentes no espaço rural, e garantindo efetividade às políticas de desenvolvimento a ele dirigidas (FANTINI et al., 2006, p. 256).

A partir daí, surgiu o PGA, buscando formar um profissional capaz de encaminhar soluções para as complexas situações-problema do dia a dia. Segundo os autores, naquele momento, a EPAGRI percebia que o alto nível de formação essencialmente técnica dos seus extensionistas e pesquisadores não era suficiente para que fosse desempenhada sua missão. Por outro lado, para a universidade tratava-se de uma oportunidade de se aproximar do “mundo exterior”, estreitando laços com uma das mais importantes instituições do setor rural de Santa Catarina (FANTINI et al., 2006, p. 256-7).

Embora esse capítulo intencione tão somente apresentar os atores externos, vale considerar que as relações estabelecidas entre EPAGRI e UFSC beneficiaram, sobretudo, a Rede II. Esse tema será discutido no

capítulo subsequente; porém, trechos de entrevistas fornecem pistas desta aliança interinstitucional que interferiu na trajetória da EPAGRI.

O que marca, institucionalmente, forte, a Agroecologia na EPAGRI é a vinda [...] efetiva do convênio da Universidade Federal com a Estação de Ituporanga, com Mestrado em Agroecossistemas. Daí tem as primeiras dissertações. Bom, aí os caras que estão meio reticentes, que estão com medo de se mostrar, se mostram, já começam a propor ações [...] [grifo do pesquisador]. (ENTREVISTA n.01).

O primeiro, que ficou muito bem, assim, caracterizado [...] foi a partir dos de 94, 95, **quando abriu o mestrado de Agroecossistema em Florianópolis, que foi uma parceria EPAGRI/UFSC, com CCA mais precisamente,** [...] que a EPAGRI começou, e não mais ACARESC ou EMPASC. EPAGRI já, a partir de 94, 95... Então, diríamos, um corpo técnico, uma equipe, principalmente de extensionistas, que eram extensionistas rurais, foram convidados para fazer o mestrado em agroecossistemas, e eu, por exemplo, fui em 97 e em 99 terminei meu mestrado em Agroecossistemas. **Se há um marco claro dentro da EPAGRI, do início do trabalho com a Agroecologia, é a partir do momento que a empresa decidiu enviar seus funcionários fazerem um mestrado dentro desta área** [grifo do pesquisador]. (ENTREVISTA n.09).

Eu acho que facilitadores da UFSC, os que apareciam, embora com tendências não coincidentes com as pessoas que estavam questionando isso lá em Ituporanga, não eram coincidentes, mas de certo modo se aproximavam bastante. E, nesse particular, não me recordo quem, de início, esteve liderando o agroecossistemas, mas o (nome) e (nome) [...] e em seguida, não tardou muito, com o convênio, o pessoal do recurso genético, na figura do (nome) e (nome). Eles não se faziam muito presentes lá, mas de qualquer maneira se sabia que havia [...] uma certa identificação com o grupo dos recursos

genéticos [grifo do pesquisador] (ENTREVISTA n.01).

A EPAGRI, a partir desse momento, formou um quadro, que talvez seja, em torno, de **15, acreditado, 15 profissionais, 15 a 20, no máximo, ficou uns cinco, seis anos mandando para o Agroecossistemas**, e o pessoal voltava para o campo. Uma boa parte voltou para a extensão rural, como era a origem, e alguns voltaram, foram para a pesquisa [grifo do pesquisador] (ENTREVISTA n.09).

A estação experimental da EPAGRI, em parceria com a Universidade Federal, o Centro de Ciências Agrárias, desenvolveu a cebola agroecológica. Então o primeiro produto, o primeiro sistema de produção que surgiu para atender aos reclames dos produtores familiares, num processo entre pesquisa, extensão e universidade, foi a cebola agroecológica da Estação Experimental de Ituporanga, nos idos de 98, 99 e 2000 [grifo do pesquisador]. (ENTREVISTA n.15).

Outro importante ator externo, citado nas entrevistas, foi o Banco Mundial, instituição financiadora dos projetos Microbacias I e II, e do SC Rural.

5.2.2 Banco Mundial nos Programas Microbacias I e II

O Banco Mundial foi criado em 1944, atuando inicialmente com um corpo de engenheiros e analistas financeiros na cidade de Washington. Sua missão era contribuir com a reconstrução e com o desenvolvimento dos países, após a II Guerra Mundial, transformando-se, segundo dados do próprio Banco, em uma entidade que trabalha no intuito de diminuir a pobreza no mundo, através de um processo de globalização, inclusivo e sustentável. Atualmente, o Banco Mundial é dividido em cinco instituições de desenvolvimento, com profissionais atuando em inúmeros campos de conhecimento.

Quadro 13 - As instituições que compõem o Banco Mundial

Banco Internacional de Reconstrução e Fomento (BIRD): fundado em 1944, foi a primeira instituição do Banco Mundial e, atualmente, atua como uma cooperativa, de propriedade dos 187 países membros. Obtém a maioria dos seus fundos nos mercados financeiros globais, tendo se tornado um dos maiores mutuários desde a emissão de seu primeiro título em 1947 (BIRD, 2012).

Associação Internacional de Fomento (IDA): criada em 1960 com o objetivo de reduzir a pobreza dos países mais pobres do mundo através de empréstimos e doações para programas que fomentam o crescimento econômico, reduza as desigualdades e melhorem as condições de vida da população. A AIF complementa o trabalho do BIRD, auxiliando os 79 países mais pobres do mundo. O empréstimo de dinheiro se dá mediante reembolso em prazos que se estendem entre 35 a 40 anos, incluindo um período de carência de 10 anos.

Corporação Financeira Internacional (IFC): criada em 1956, é considerada a primeira iniciativa da comunidade internacional de promover investimentos do setor privado nos países em desenvolvimento. O objetivo do IFC é promover o crescimento econômico nos países membros através do incentivo em empresas produtivas e mercados de capitais. Os investimentos em empresas e instituição financeiras objetivam gerar empregos, fortalecer as economias e gerar receitas fiscais, privilegiando o crescimento econômico sustentável e racional do ponto de vista ambiental e social.

Organismo Multilateral de Garantia de Risco (MIGA): fundada em 1988, com a missão de promover investimentos diretos em países em desenvolvimento visando apoiar o crescimento econômico, reduzir a pobreza e melhorar a vida das pessoas. O MIGA visa proteger os investimentos contra riscos políticos para investidores do setor privado e credores. A força da organização está em sua posição como membro do Banco Mundial, sendo que já emitiu mais de US\$ 24 milhões em seguro de risco político para projetos desde sua fundação.

Centro Internacional de Arbitragem de Disputas sobre Investimentos (ICSID): fundada em 1965, trata-se de uma instituição com mais de 140 Estados membros. Possui como objetivo proporcionar meios de conciliação e arbitragem de disputas sobre investimentos internacionais. Em outros termos, busca eliminar os obstáculos para fluxos de investimento internacionais atuando como uma organização internacional imparcial.

Fonte: *World Bank* (2012).

A primeira aprovação de um projeto brasileiro, pelo Banco Mundial, ocorreu em 29 de janeiro de 1949, quando se buscava melhorar as áreas de fornecimento de energia e telecomunicações. Essa iniciativa impulsionou a continuidade de outros empréstimos, realizados nas mais variadas áreas, totalizando 408 projetos até 2002 (MEDVEDEV; OLIVEIRA, 2002). Especialmente em Santa Catarina, foram aprovados projetos a partir 1971, tendo sido investidos cerca de 485 milhões no Estado, desde então, incluindo o SC RURAL, em

parceria com o BIRD (SECRETARIA EXECUTIVA DE ARTICULAÇÃO NACIONAL, 2010).

Conforme será possível perceber, nas análises empreendidas no capítulo 6, não há consenso entre os entrevistados, em relação aos resultados dos projetos Microbacias I e II. Apesar disso, no entanto, não resta dúvida quanto à influência desses projetos no meio rural catarinense, e, por consequência, do Banco Mundial como principal financiador. Diante disso, propõe-se apresentá-lo, salientando as ações de controle desempenhadas ao longo do processo de implementação dos projetos. Dada a quantidade e a complexidade de ações, passíveis de serem analisadas no documento de aprovação do projeto, optou-se por apresentar o modelo utilizado na primeira edição do Projeto, sendo que, em termos gerais, este foi recorrente, nas edições subsequentes do projeto.

No projeto Microbacias I, o Governo do Estado nomeou uma equipe composta por dois técnicos da ACARESC e dois pesquisadores da EMPASC, sendo um deles também professor do CCA da UFSC e outro também técnico do instituto CEPA. O referido grupo, chamado de Equipe Básica, elaborou um anteprojeto, que explicitou os objetivos do projeto e dimensionou os custos. O Governo do Estado, ao negociar com o Governo Federal, no sentido de que o projeto fosse incluído entre os prioritários, na obtenção do aval, simultaneamente, negociou com o Banco Mundial para a adequação do projeto às normas e exigências deste último, resultando em quatro anos de conversações. Segundo Dorigon (1997, p. 75), baseado nas palavras de um dos técnicos da Equipe Básica, as razões que levaram o Banco Mundial a financiar projetos no Sul foram: (i) pressão internacional, pelo fato de a organização ter financiado projetos que geraram impactos ambientais na região Norte e Nordeste, tal como o aceleramento da devastação da Amazônia, e (ii) pelo fato de os estados do Nordeste terem esgotado sua capacidade de endividamento, restando os Estados do Sul para receberem empréstimos.

Frente à preocupação em promover a recuperação e a conservação dos recursos naturais, já no início das negociações, o Banco Mundial contratou os serviços do Centro de Investimento da FAO, para assessorar a equipe que estava elaborando o projeto. A cada três ou quatro meses, uma equipe da FAO e do próprio Banco Mundial visitava a Equipe Básica para acompanhar a elaboração e discutir aspectos do gerenciamento e de enfoque do anteprojeto do Microbacias I.

Com a aprovação do projeto, o Banco Mundial passou a acompanhá-lo, basicamente, sob três formas:

- ✓ Relatórios financeiros: elaborados pela Gerência Administrativa Financeira, que compõe a Secretaria Executiva, e que eram remetidos ao Banco Mundial;
- ✓ Relatórios de alcances do Projeto: elaborados e remetidos pela Secretaria Executiva, com base em informações dos relatórios de cada um dos componentes. Estes relatórios subdividiam-se em dois tipos:
 - Trimestrais: relatórios com dados quantitativos;
 - Semestrais: com informações quantitativas e avaliações qualitativas da evolução do projeto naquele período;
- ✓ Missões do Banco Mundial: não seguiam um cronograma previamente definido; porém, ocorriam entre três a quatro vezes por ano e duravam cerca de uma semana. As missões, geralmente, eram compostas por um técnico do Banco Mundial e por um membro da FAO, com a possibilidade da presença de consultores, variando de acordo com os objetivos específicos de cada Missão. Ao concluir o trabalho, a *Missão* elaborava uma “minuta de entendimento”, com os encaminhamentos que o projeto deveria doravante assumir.

Ao final do Projeto, o Banco pontuava as ações desenvolvidas, com uma nota por componente, que variava entre zero e dez. Os componentes eram em número de oito; portanto, foram oito notas, sendo que média dessas notas era a nota geral do projeto.

5.3 ONGS E COOPERATIVAS ONGS E COOPERATIVAS

Ao longo das entrevistas, repetidas vezes as ONGs atuantes no Estado foram mencionadas. As verbalizações apontavam essas entidades como pioneiras na promoção da Agricultura Alternativa, no Estado, exercendo pressão e criticando as ações da pesquisa e extensão rural, ou mesmo realizando parcerias com atores sociais da EPAGRI. Assim, estas organizações foram conquistando espaço nos discursos dos entrevistados, justificando a realização de entrevistas também com representantes de algumas das principais organizações de Santa Catarina, visando complementar as análises e, principalmente, obter diferentes posicionamentos acerca da atuação da EPAGRI. Embora as interfaces de disputa envolvendo tais organizações sejam analisadas mais à frente, vale apresentar as ONGs e as cooperativas pesquisadas.

5.3.1 Centro Vianeí de Educação Popular

Uma das organizações destacadas entre os entrevistados é o Centro Vianeí de Educação Popular. Trata-se de uma ONG, sem fins lucrativos, fundada em 1983, na cidade de Lages (CENTRO VIANEI, 2012). Segundo um dos membros da organização, o Centro Vianeí surgiu a partir de um projeto estruturado na década de 1970, com foco na educação no campo. O Instituto São João Batista Vianeí, proprietário da estrutura de funcionamento do Seminário Diocesano (posteriormente transformada em colégio), abrigou o Projeto Vianeí, de modo a ocupar uma sala naquele local. No final dos anos de 1980, o projeto se instituiu na forma de uma associação, nomeada de Associação Vianeí de Cooperação, Intercâmbio no Trabalho, Educação e Saúde (AVICITECS), nome jurídico utilizado até os dias de hoje²⁸.

Segundo o entrevistado (ENTREVISTA n.08), em vista ao perfil dos profissionais que atuavam na instituição, até meados de 1998, a atuação se deu com educação no campo e estruturação de movimentos e organizações populares, tais como a oposição sindical, o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MBA) e o Movimento Sem-Terra (MST). Apesar do foco inicial, o entrevistado recorda que, em meados de 1992, já se promoviam debates acerca das tecnologias que deveriam ser adotadas para “pensar uma agricultura diferente”. Além disso, já se faziam experimentos de produção de sementes de milho crioula e resgate de variedades de sementes crioulas, pela organização na região sul e sudeste. Tais experimentos, segundo o entrevistado, eram contestados pelas instituições de pesquisa oficiais, porém, “[...] o pessoal conhecia bem que isso provavelmente aconteceria, [então] se fez no modelo de experimentação mais convencional possível” (ENTREVISTA n.08). Segundo o entrevistado, estas experiências fomentavam discussões em associações, cooperativas e entre os agricultores, sobretudo, entre os “curiosos” presentes nos dias em que ocorria a avaliação dos experimentos. O entrevistado expressa que a EPAGRI também trabalhava com variedades crioulas, no final dos anos de 1990, e “[...] sempre teve gente muito sensível para essa questão”. Mas pondera: “[...] não é que a gente tinha apoio da EPAGRI, mas não tinha uma crítica severa, porque dentro da própria instituição [...] já tinha gente que mexia com isso” (ENTREVISTA n.08).

²⁸ Vale destacar a análise crítica acerca da atuação do Instituto Vianeí, realizada por Perez (1997).

A partir da metade da década de 1990, conforme o entrevistado, ocorreu uma mudança na equipe que havia dado início aos trabalhos, no Centro Vianeí. Passou-se a focalizar mais a produção, em detrimento da educação no campo. Isso fortaleceu o desafio, no sentido de avançar na experimentação para a lavoura e, posteriormente, ao mercado. Nas palavras do entrevistado: “[...] se discutiu muito, na época, de que não adiantava a gente ter aí uma produção agroecológica e a gente não ter estruturas organizativas” (ENTREVISTA n.08).

Com ênfase na produção, em dezembro de 1999, foi formada em Lages a Cooperativa Ecológica Ecoserra, com atuação restrita a agricultores que atuassem com Agroecologia. Uma das primeiras ações da cooperativa consistiu na criação da Feira Regional, no bairro Coral (Lages), em 2000. Inicialmente, a feira recebia produtores dos municípios catarinenses de Frei Rogério, Curitibaanos, Lages, São José do Cerrito, dentre outros. A distância e, principalmente, as exigências da vigilância sanitária no tocante a alimentos de origem animal, no entanto, levaram ao fechamento dessa cooperativa, no ano de 2010. O entrevistado recorda: “quando a gente começou a fazer contas: bom, montar uma agroindústria para processar leite, quanto custa? Quanto é a produção da turma? Então não é viável. [...] E a característica ia ser outra, não ia ser queijo colonial, ia ser queijo industrial” (ENTREVISTA n.08).

Em 2004, a Cooperativa Ecoserra centralizou suas ações no mercado institucional com o desenvolvimento do primeiro Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)²⁹ de Santa Catarina. Esse programa permitia que os agricultores de Lages organizassem o sistema de produção, com a garantia do recebimento dos recursos financeiros. No ano seguinte, duas propostas foram formuladas, uma delas envolvendo produtores agroecológicos e outra beneficiando aqueles em processo de transição. Com a pretensão de envolver outras cidades, e não apenas Lages, outros projetos foram elaborados posteriormente. Segundo o entrevistado, atualmente existem 13 projetos em execução, sendo:

²⁹ Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (2012), o PAA é uma das ações do Programa Fome Zero e promove: acesso a alimentos, às populações em situação de insegurança alimentar, e a inclusão social e econômica no campo, por meio do fortalecimento da agricultura familiar. Acrescenta-se que o programa contribui para a formação de estoques estratégicos para o abastecimento do mercado institucional de alimentos, por meio de compras governamentais de gêneros alimentícios, permitindo, aos agricultores familiares, estocarem seus produtos, para serem comercializados a preços mais justos.

[...] mais ou menos R\$ 1,5 milhão de projetos, que está protocolado na CONAE [Conferência Nacional de Educação], e todos os projetos têm a cara do seu município. A organização local administra o projeto, faz as entregas, tem os controles lá e manda para cooperativa aqui a parte da negociação (ENTREVISTA n.08).

Apesar de as negociações com o mercado institucional terem avançado, foram mantidas relações comerciais com a iniciativa privada. Isso ocorreu de tal forma, que “[...] em 2004, 2005 se vendeu muito produto para São Paulo, para atravessador. Ia caminhão toda semana com produto para São Paulo, principalmente hortaliças”. O entrevistado lembra, no entanto, que o volume de desperdício de produtos e a inadimplência resultaram no abandono das vendas nas grandes capitais.

No ano de 2008, outro passo importante foi dado com a formação de um “circuito de comercialização”, envolvendo as entidades da Rede Ecovida de Agroecologia. Nesse circuito, cada uma das “estações”, ou seja, cada um dos pontos de carga e descarga recebia e enviava seus produtos para todo o Sul do Brasil e para parte de São Paulo.

Apresentados os principais acontecimentos, envolvendo o Centro Vianei, o entrevistado respondeu acerca da terminologia utilizada pela organização. Para ele, trata-se de uma discussão presente na instituição, pois existe uma diferença “gigante”, entre Agricultura Orgânica e Agroecologia, separando o modelo apresentado por Howard, denominado por ele de “agricultura orgânica original” e próximo da Agroecologia, do modelo assumido pelo MAPA, centrado no sistema de produção. Frente a tais questões, o Centro Vianei defende um modelo com vistas a transformar os sistemas de produção, agregando relações sociais e culturais. Segundo o entrevistado, gradativamente, o agricultor compreende a necessidade de promover modificações em diversos aspectos. Em sua verbalização, justifica:

Por que eu opto por um mercado institucional, mais próximo do consumidor e não vou para o supermercado? **Essa é uma opção da agricultura agroecológica.** Por que eu não faço a monocultura de 300 hectares de soja orgânica? [...] Se você faz a opção de lidar com o PAA e não com o Pão de Açúcar, essa para nós é a grande matriz da nossa discussão da agroecologia. [...] A gente trabalha

com estoques públicos, nós trabalhamos com banco de alimentos, com restaurante popular, com cozinha comunitária [...] [grifo do pesquisador]. (ENTREVISTA n.04).

Apresentado o Centro Vianeí, em termos gerais, parte-se para a descrição de uma segunda ONG, mencionada entre os pesquisadores e extensionistas. Desse modo, transfere-se a análise das relações estabelecidas entre EPAGRI e Vianeí para o capítulo seguinte, cujas situações de interface apresentadas contribuem para a compreensão das relações de poder, que envolvem as redes internas já mencionadas.

5.3.2 Associação dos Agricultores Ecológicos da Serra Geral (AGRECO)

A Associação dos Agricultores Ecológicos da Encosta da Serra Geral (AGRECO), sediada no município de Santa Rosa de Lima (SC), é uma organização solidária, que zela pela preservação da vida e da natureza (AGRECO, 2012). Foram entrevistados dois atores ligados à organização: o presidente da associação e o coordenador da COOPERAGRECO, denominada por ele de “braço comercial e de produção da Agreco”. Segundo o coordenador da COOPERAGRECO (ENTREVISTA n.05), a associação foi fundada em 1996, com o intuito de trabalhar com a produção de alimentos sem agrotóxicos, sendo, posteriormente, utilizado o termo orgânico. O diretor da Agreco (ENTREVISTA n.04), por sua vez, ressalta que o lançamento (extraoficial) ocorreu ainda em 1990, com 1ª Gemüse Fest. Nesse evento, os agricultores decidiram que poderiam formar uma entidade organizada que beneficiasse a todos, embora formalmente a fundação tenha ocorrido em 1996, conforme já foi mencionado.

Quanto à terminologia utilizada pela Agreco, o coordenador da COOPERAGRECO afirma que as mais variadas práticas estão presentes na associação, como permacultura, agricultura natural, biodinâmica, homeopatia animal e vegetal; porém, devido à norma brasileira, o termo mais indicado é agricultura orgânica. Ele acrescenta:

[...] se a gente for assumir um princípio radical, que vai à raiz da Agroecologia, pressupõe que um agricultor não poderia produzir orgânico e convencional, em uma área só. Já fomos assim, a Agreco já foi assim, [...] o regimento interno da associação já tinha isso bem claramente colocado.

[...] Hoje nós já mudamos isso, pelo critério da norma. O nosso respaldo é todo na norma de produção orgânica. Dá mais autonomia para o nosso trabalho. Foi uma situação de conflito imenso, esse princípio de assumir a Agroecologia. Porque algumas famílias não cumpriam, outras denunciavam, e tinha uma comissão de ética que tinha que atuar. E aí, de dois em dois anos, ou tem campanha para prefeito ou... aí a coisa começa a se confundir. [...] Então, hoje a gente não pune mais nada, a certificadora pune (ENTREVISTA n.05).

Por outro lado, o presidente da associação afirma que vem se desenvolvendo um trabalho que utiliza uma tecnologia inovadora, na busca de um processo agroecológico de produção. “A gente já desenvolve com bastante sucesso a produção orgânica e com um pouco mais de pesquisa a gente pode chegar num ambiente que obedeça a essa questão sustentável [...]”. Para ele, a Agroecologia está presente, embora o foco da produção seja a orgânica. “Precisa dar um passo a mais. Eu diria que, talvez, a geração seguinte vai dar conta disso [...]” (ENTREVISTA n.04).

Atualmente, a Agreco vende produtos no varejo nacional e no mercado institucional, por meio da COOPERAGRECO. A organização congrega 300 famílias, certificadas, por “auditoria de grupo”, pela ECOCERT. O Coordenador da COOPERAGRECO admite que esse modelo de certificação pode gerar um processo de exclusão de produtores; porém, exime-se da responsabilidade, ao afirmar que a determinação vem de um órgão externo, isento e que não sofre questionamento. Sobre esta questão, acrescenta:

Ficou muito bom de trabalhar, porque é preciso ter objetividade e tratar como negócio, também, a produção orgânica. No início, a gente não tinha muito isso, era muita filosofia. Hoje se mantém a filosofia, é claro, mas [...] existe um foco muito grande no negócio, na viabilidade dos empreendimentos. É muito bom de trabalhar com Agroecologia, quando se tem resultado favorável, porque é agricultura familiar, é o sustento da família (ENTREVISTA n.05).

Conforme se observa no discurso de ambos os entrevistados, a Agreco vem mudando seu foco. No início, a organização priorizou a produção de hortaliças; entretanto, com a falência do Supermercado Santa Mônica, na capital do Estado (até então o principal parceiro comercial) e com surgimento de concorrência na região Grande Florianópolis, a organização foi obrigada a diversificar mais sua produção. Passou, então, a transformar alimentos perecíveis em produtos de “prazo de prateleira alongado”, como, por exemplo, tomate em badeja, que possuía validade de sete dias, e passou a ser comercializado de forma industrializada em molho ou *ketchup*, com validade de 24 meses. Ainda segundo os gestores, atualmente as vendas ocorrem, em sua maioria, em supermercados da Grande Porto Alegre. O Coordenador da COOPERAGRECO afirma: “nós temos uma clientela muito extensa, mas quem realmente concentra faturamento são as redes de supermercado. E é no litoral, no Brasil inteiro, principalmente nas capitais. Tem esse mapa muito claro”.

Quando questionados acerca das dificuldades enfrentadas pela organização, o presidente da COOPERAGRECO afirmou que estas mudam a cada momento. Segundo ele, atualmente, é possível destacar entraves de investimentos na estrutura, no capital de giro, bem como necessidade de assistência técnica regular, dentre outros. Apesar disso, as expectativas da Agreco residem em viabilizar a existência técnica regular, para acompanhar, principalmente, o processo de produção das agroindústrias, e, em longo prazo, “tornar a encosta da serra geral, quem sabe no futuro de dez, vinte anos, um [...] santuário, uma área livre de transgênicos e agrotóxicos³⁰” (ENTREVISTA n.05).

Na opinião do presidente da Agreco, um dos principais entraves para o avanço da ONG é a existência de conflitos entre adeptos da Agricultura Orgânica e/ou Agroecológica e os não adeptos, na região. Ele mencionou, ainda, os conflitos internos na Agreco, entre grupos em processo de transição e aqueles já certificados, muitas vezes, agregando-se a disputas eleitorais dos municípios.

Questionado sobre os parceiros da Agreco, o coordenador da cooperativa enumerou uma série deles, desde a fundação da organização, acrescentando que “agricultura familiar, para se viabilizar e para a cooperativa nossa ter o nível que tem hoje, fazer tudo isso sozinho, eu não sei se seria possível” (ENTREVISTA n.05). Dentre as parcerias, estão: (i) inspeção da área animal fornecida pelo município;

³⁰ O entrevistado ressalta que esse intento surgiu em 2001, como sugestão do governador da época, Espiridião Amin.

(ii) um técnico cedido pela prefeitura, em tempo integral, para auxiliar as agroindústrias; (iii) a UFSC³¹, que auxilia em programas, na elaboração de projetos etc.; e (iv) chamadas públicas do MDA, nas quais executam-se, frequentemente, programas para assistência técnica, desenvolvimento de rotulagem, dentre outros.

Igualmente, o presidente da Agreco foi indagado acerca das parcerias firmadas pela entidade. Segundo ele, em um primeiro momento, é necessário destacar o apoio de pessoas ligadas à história da região e que se mudaram para o meio urbano, tais como investidores, empresários e donos de supermercados. Posteriormente, o apoio veio de instituições como: Universidade Federal de Santa Catarina, “[...] não formalmente enquanto instituição, mas enquanto pessoas, professores, que esteve muito presente”; bancos, principalmente Banco do Brasil; os ministérios, especialmente a Secretaria da Agricultura familiar e, recentemente, o Ministério do Desenvolvimento Regional; prefeituras; universidades regionais; EMBRAPA Clima Temperado; SANTUR; e instituições ligadas à iniciativa privada, como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

Prosseguindo, ambos foram questionados acerca da relação entre a organização e a EPAGRI. Nos discursos, emergiu a existência de disputas, que oferecem mais elementos para compreender a complexidade das ações que envolvem a Agroecologia e Agricultura Orgânica, em Santa Catarina. Tais informações serão trazidas no capítulo vindouro, abrindo agora espaço para a apresentação de outra organização pesquisada.

5.3.3 Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (APACO)

A APACO é uma ONG, sem fins lucrativos, fundada em 20 de novembro de 1989, na cidade de Chapecó. A organização possui como objetivo “estimular e assessorar o desenvolvimento da agricultura de grupo na região Oeste de Santa Catarina” (APACO, 2012). Segundo a atual coordenadora (ENTREVISTA n.06), a APACO surgiu para prestar assistência técnica aos grupos de agricultores excluídos, passando a promover a agregação de valor aos produtos, fato que influenciou o

³¹ A partir dessa parceria, viabilizou-se a abertura de um edital de licitação para distribuição de alimentos orgânicos, no Restaurante Universitário da UFSC, em 2011. A Agreco fornece frango, salada, batata e outros itens prontos para consumo ou preparo.

surgimento de agroindústrias. Estas agroindústrias, por sua vez, trouxeram uma série de demandas para a organização, que, finalmente, passou a oferecer uma base de serviços para atender às diversas necessidades das mesmas, tais como rotulagem, contabilidade e exigências ligadas ao processo de legalização.

Conforme a entrevistada, atualmente a organização auxilia cerca de três mil famílias e desenvolve diversos programas. Entre eles: o de agroindústrias e de agroecologia. O segundo programa abrange os municípios de Pinhalzinho, Coronel Freitas, Itá, Seara, Xavantina, Paial, Chapecó e Concórdia, sendo que cada unidade conta com a colaboração de um técnico (da EPAGRI ou CRESOL), que auxilia os agricultores. Na entrevista, a coordenadora da APACO afirma que a organização se ocupa de questões burocráticas e referentes à certificação, tendo em vista a parceria firmada com a Rede de Agroecologia Ecovida, que certifica, de forma participativa, os alimentos produzidos na região.

Segundo a gestora, atualmente 150 famílias atuam com Agroecologia, considerada por ela uma importante alternativa para pequenos agricultores excluídos. Apesar disso, alguns entraves impedem um maior avanço da APACO e da agricultura agroecológica na região. Dentre eles, a entrevistada destaca o fato de que parte da produção é absorvida no PAA, porém, é comercializada como convencional. O mesmo ocorre com a iniciativa privada, como a Indústria Ceval, que paga pelos alimentos agroecológicos o mesmo valor dos convencionais.

Ao ser questionada, em relação aos parceiros e colaboradores da APACO, a entrevistada destaca parcerias com outras ONGs, tais como: Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (CEPAGRO), Centro Vianeí, Ecoserra, Associação de Colonos Ecologistas do Vale do Mampituba (ACEVAM), Biorga, dentre outras. Ela refere, ainda, parceria com outras entidades e organizações, como CRESOL, a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF), UFSC e a Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ). Por fim, no âmbito federal, relata a parceria com a Associação de Empreendimentos no Comércio Justo e Solidário (ECOJUS), uma articulação nacional entre as ONGs ligadas com comércio justo, solidário e à agricultura orgânica.

Nessa ótica, ainda indagada acerca de parcerias com poder público estadual, a entrevistada afirma que convênios com algumas prefeituras são mantidos, enquanto com o governo estadual:

[...] a gente tem tentado sentar junto, essa briga do PNAE³², dos 30%, da privatização da merenda, por que para nós é importante. [...] Daí tem a questão do MDA no estado. A gente tem essa conversa, a participação nos territórios, a gente vem até executando alguns projetos aqui no território Oeste, estamos no território do Alto Uruguai, estamos no Território da Cidadania, lá do outro lado, com projeto, trabalhando a questão da agregação de valor (ENTREVISTA n.06).

Conforme se pode observar, a EPAGRI não foi mencionada entre os parceiros da ONG. Quando questionada acerca da instituição de pesquisa e extensão, a entrevistada relatou uma série de disputas, envolvendo APACO e EPAGRI, que serão abordadas no capítulo 6. Antes, contudo, vale destacar a atuação da CRESOL, em Santa Catarina.

5.3.4 Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL)

A CRESOL, sediada em Chapecó, é um sistema de cooperativas de crédito rural com interação solidária, que surgiu com o objetivo de oferecer crédito e desenvolvimento, e promover a inclusão social. A organização possui 60 cooperativas afiliadas, 94 Unidades de Atendimento Cooperativo (UACs) e oito Bases Regionais de Serviços (CRESOL, 2012). Segundo o coordenador da unidade de Seara (ENTREVISTA n.07), por ser uma cooperativa de crédito, trata-se de uma instituição financeira regulada pelo sistema financeiro nacional, e,

³² O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) teve sua origem na década de 1940; porém, com a promulgação da nova Constituição Federal, em 1988, o direito à alimentação alimentar foi garantido para todos os alunos do Ensino Fundamental (CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - CONSEA, 2010). Em 2009, foi aprovada a lei n. 11.947, em que se prioriza a compra de alimentos da agricultura familiar. Segundo o artigo 14, trinta por cento do total dos recursos financeiros repassados ao PNAE devem ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou suas organizações, priorizando os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. Finalmente, com a publicação da resolução n. 38, de 16 de julho de 2009, passou-se a priorizar também a compra de produtos orgânicos e/ou agroecológicos, conforme o artigo n. 20 do referido documento (BRASIL, 2009).

ao mesmo tempo, constitui-se em uma organização política de agricultores. Para o entrevistado, os objetivos da instituição são: (i) prestar assessoria financeira aos seus associados, para que pessoas possam investir e obter mais recursos e (ii) promover o associativismo e o cooperativismo, ou fomentar formas associativas, visando: reduzir custos, promover a compra e venda em conjunto, bem como comercializar, industrializar e agregar valor aos produtos.

Segundo ele, o surgimento da Cooperativa de Crédito de Seara remonta os anos de 1980. Naquele período, a Igreja Católica, preocupada com a situação dos agricultores, sobretudo, com relação ao êxodo rural, iniciou a criação das pastorais, e, partir delas, surgiu um movimento de associativismo no meio rural no Oeste do Estado. Este movimento, por sua vez, gerou a APACO, com intuito de: fornecer alternativas para a produção (inclusive já focada na Agroecologia) e fomentar a constituição de agroindústrias e a comercialização organizada por meio de cooperativas e de um programa de crédito. Foi do planejamento de ação da APACO que surgiu a proposta da constituição de uma cooperativa de crédito, visando organizar os recursos dos agricultores locais que possuíam suas economias depositadas nos grandes bancos ou com agiotas.

No município de Quilombo, foi criada a primeira cooperativa de crédito e, posteriormente, foram instaladas outras unidades nos municípios de Seara, Abelardo Luz, Dionísio Cerqueira etc. Inicialmente, a central de crédito filiou-se ao Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (SICOOB). Devido a divergências quanto ao plano da SICOOB em abrir agências bancárias, no entanto, a cooperativa uniu-se à CRESOL³³. Segundo o entrevistado, algumas cooperativas filiadas ao sistema vêm trabalhando com Agroecologia. Do total de 2.200 associados, entre 40 e 50 produtores são agroecológicos, sendo 12 recebedores de selos de certificação. Ainda sobre a Agroecologia, o entrevistado afirma:

É um processo lento, porque Agroecologia não é uma mudança tecnológica, é uma mudança de cultura. Se a cabeça não mudar [...] ninguém vira agroecologista, porque dá mais dinheiro ou menos dinheiro. Não é dinheiro que leva o cara até a

³³ A CRESOL, por sua vez, surgiu em 1996, através da união de uma série de cooperativas do estado do Paraná (ENTREVISTA n.07).

Agroecologia. Se for dinheiro, o cara não vai aguentar muito tempo. [...] Agroecologista é um cara que se convence por questões de saúde, por questões de visão de mundo e diz: eu vou assumir os riscos e o econômico vai ser consequência (ENTREVISTA n.07).

A CRESOL/Seara possui quatro técnicos agrícolas (um deles formado em Agroecologia), sendo que dois deles atuam internamente, concedendo a carteira de crédito, e dois atuam externamente, visitando os projetos. Parte desse trabalho no campo envolve o fomento de sementes crioulas, agricultora orgânica etc.

Com relação à terminologia utilizada, o entrevistado considera-se um defensor da Agroecologia, devido à perspectiva de produção e ao modo de vida. Segundo ele, a Agricultura Orgânica, muitas vezes, resume-se a uma substituição de insumos, ao passo que o comportamento permanece o mesmo. Conforme será visto no capítulo seguinte, o representante da CRESOL/Seara oferece uma perspectiva diferente, em relação à atuação da EPAGRI na região. Ele opina, também, em relação a situações de interface em que a instituição está envolvida.

6. TRAJETÓRIAS DOS ATORES

Retomando alguns pontos já discutidos em capítulos anteriores, destaca-se a existência de projetos, propostas e ações, baseados em diferentes modelos de agricultura (ou áreas de conhecimento) na EPAGRI. Por um lado, a atuação de uma rede de atores com a Agricultura convencional, ligada, por sua vez, ao desenvolvimento exógeno e a preceitos preconizados na Revolução Verde. Por outro lado, uma rede ligada à Agricultura não convencional, conectada aos pressupostos do DRS e do desenvolvimento endógeno. Observa-se, também, que disputas entre os defensores da segunda rede separam defensores da Agroecologia e defensores da AO, resultando na formação de sub-redes ou, conforme Long (2007), coalizões de atores. Nessa perspectiva de análise é que se baseia este capítulo. As entrevistas com pesquisadores, extensionistas e atores externos possibilitaram remontar a trajetória da instituição em fases, destacando-se situações de interface que evidenciaram descontinuidades sociais.

A história da extensão rural catarinense, incluindo o período que antecede a formação da EPAGRI, vem sendo documentada nos últimos anos em diversos trabalhos acadêmicos (SEIFERT, 1990; SEIBEL, 1994; SANTOS 2001; SIMON, 2003; NAVARRO, 2007; DALMOLIN, 2009). Simon (2003), Seibel (1994) e Seifert (1990) são alguns dos pesquisadores que, além de descreverem e analisarem a extensão rural no Estado, buscam organizá-la em fases (ou estágios).

Seibel (1994) caracteriza a extensão rural catarinense, através de três fases: (i) a partir da sua origem, em 1957, até o esgotamento do ciclo econômico e político-administrativo, em meados de 1970; (ii) até o ano de 1991, expressando o retraimento das funções econômicas da extensão rural e a ascensão de uma direção político-administrativa fortemente clientelista, o que desenvolveu a noção de “obsoletização” planejada da instituição; e (iii) a denominada de “tecnocrata-neoliberal”, quando as ações e os resultados das funções econômicas da Empresa foram transferidos aos municípios. Na primeira fase, o autor afirma que a ACARESC proporcionava as assistências (técnica, econômica e social) aos pequenos e médios produtores, por meio de: (i) programas e projetos agrícolas e agropecuários; (ii) economia doméstica rural; e (iii) organização de associações e do Crédito Rural (através das agências de financiamento federal e estadual). Na segunda fase, a instituição passou por uma queda na qualidade do trabalho oferecido aos agricultores, resultado da interferência das oligarquias políticas no respectivo corpo administrativo, sob a forma de empreguismo e de participação político-

partidária de seus funcionários.

Nesse contexto, o serviço de extensão rural prestado pela ACARESC deixou de ser interessante, para um grupo de agricultores mais estruturado, que passou a ser atendido por departamentos técnicos de cooperativas e agroindústrias. Segundo Dalmolin (2009, p. 15-6), no final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, o serviço de extensão rural trocou de público e:

[...] fez com que as empresas agroindustriais, inclusive as cooperativas, organizassem seus departamentos técnicos e passassem a fornecer diretamente assistência técnica aos seus integrados [sobretudo no Oeste do Estado] em função de assegurar a regularidade e qualidade no suprimento de matéria prima, baixando custos de produção para atender mercados cada vez mais sofisticados e exigentes em qualidade (DALMOLIN, 2009, p. 15-6).

O resultado de tais ações foi sintetizado por Mior (2005) Segundo o autor, essa mudança de estratégia das agroindústrias conduziu a ACARESC à perda da elite dos agricultores, restando-lhe apenas dedicar-se àqueles menos capitalizados, comumente em processo de descapitalização, e a uma parcela significativa de marginalizados.

Este processo convenceu lideranças políticas, no sentido de que os produtores desvinculados das indústrias não justificariam a manutenção de um aparato estatal de apoio, resultando na municipalização dos serviços públicos agrícolas. Para Seibel (1994), a municipalização foi uma forma de transferir a responsabilidade do governo estadual aos municípios, no que se referia à prestação de serviço gratuito à agricultura familiar. Esta última fase foi caracterizada pelas transformações nas instituições públicas agrícolas, envolvendo a extinção da ACARESC, da EMPASC, do IASC e da ACARPESC, e a geração da EPAGRI.

É indubitável a importância dos trabalhos desenvolvidos, com o intuito de analisar a trajetória da pesquisa e a extensão rural em Santa Catarina. Em função dos objetivos da pesquisa, as fases aqui propostas diferem daquelas citadas anteriormente e têm, como marco, acontecimentos também distintos e raramente mencionados em outras investigações. Com base na análise de documentos e nas entrevistas realizadas, foi possível resgatar episódios referentes à atuação dos atores

sociais ligados à Agricultura não convencional e organizá-los em fases. São elas:

- ✓ **Fase Zero** - Os primórdios da pesquisa e extensão em Santa Catarina: que contextualiza as ações ligadas à agricultura não convencional antes da fusão que originou a EPAGRI, em 1991.
- ✓ **Primeira Fase** - Disputa por espaço: compreende o período entre 1991 e 1998, ano da criação do Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas na UFSC. Vale considerar que, nessa primeira fase, propõe-se analisar interfaces envolvendo redes e coalizões formadas por pesquisadores e extensionistas da EPAGRI, assim como ONGs e os demais atores externos.
- ✓ **Segunda Fase** - Busca pelo equilíbrio de forças: tem início com a criação do Programa de Agroecologia e conclui com a realização do Congresso Brasileiro de Agroecologia, no ano de 2005. Neste momento da pesquisa, proporciona-se uma especial atenção para situações de interface que emergem no interior da Rede II.
- ✓ **Terceira Fase** - Desequilíbrio de forças: envolve, principalmente, os encerramentos do Projeto de Agroecologia e do Programa de Merenda Orgânica. Nesse momento, atenta-se aos conflitos envolvendo, por um lado, os atores da Rede II e, por outro, a direção da EPAGRI.
- ✓ **Quarta Fase** - Atual: são considerados os últimos anos da instituição (até 2011), enfatizando a atuação de novas redes ou as coalizões de atores que, em alguns casos, atuam de maneira informal.

6.1. FASE ZERO: OS PRIMÓRDIOS DA PESQUISA E EXTENSÃO EM SANTA CATARINA

As discussões efetuadas anteriormente ilustram que as ações desencadeadas em relação à Agroecologia e/ou à AO não surgem como em um “passe de mágica” na EPAGRI. Compreender a inserção destas práticas no Estado envolve o resgate da atuação de diversos atores (dentre eles, organizações públicas, ONGs, associações etc.), uma tarefa um tanto longa e complexa. Ciente da limitação das informações, no entanto, buscou-se retomar, junto aos entrevistados, ações desenvolvidas localmente, com intuito de contextualizar a fase seguinte, em que pesquisa e extensão atuam em Santa Catarina sob uma única instituição: a EPAGRI.

Um dos entrevistados (ENTREVISTA n.13) recorda que, entre os anos de 1956 e 1957, discutia-se a utilização de técnicas, como a

adubação verde e a compostagem, na pesquisa e na extensão rural. Acrescenta que tais práticas foram trazidas por imigrantes italianos, alemães, poloneses, austríacos, ucranianos etc., e posteriormente, reproduzidas por seus descendentes (“[...] que formam o grosso da agricultura familiar do Sul do Brasil”). Mais do que isso, “o composto”, o uso de esterco, a rotação de cultura, o cultivo mínimo e outras técnicas, utilizadas atualmente na produção agroecológica e orgânica, foram estimuladas no período que esse entrevistado denomina “primórdios da extensão”³⁴. Segundo ele, essas técnicas caíram no esquecimento, pela maioria dos técnicos de extensão anos depois.

O esquecimento a que se refere o entrevistado ocorreu nas décadas de 1970 e 1980, com o avanço da Revolução Verde no Estado. Conforme foi discutido anteriormente, naquela época, optou-se pela substituição de práticas agrícolas afirmadas atrasadas ou antigas, por outras consideradas modernas. Para o entrevistado, no entanto, as técnicas trazidas pelos imigrantes europeus não caíram em completo desuso, devido à atuação de:

[...] alguns técnicos, por pendão e decisão própria, continuaram trabalhando a questão das tecnologias sustentáveis, [que] hoje chamamos de sustentáveis. Alguns [...] mantiveram, estudaram mais a fundo a questão da compostagem, a questão da adubação verde. Então, na extensão e, mais tarde, depois na pesquisa, também algumas tecnologias existiam isoladas, sustentáveis, que hoje formam o chamamos de produção agroecológica, produção orgânica; técnicas, sistemas de produção agroecológico, sistemas de produção orgânica. Então, já existia antes da fusão esse histórico [...], quer dizer, não surgiu de uma hora para a outra (ENTREVISTADO n. 13).

Corroborando a afirmativa supramencionada, Simon (2003) salienta que a extensão catarinense passou por um período de desvalorização da população rural, considerada inferior e atrasada. Com intuito de “desenvolver” esse contingente populacional, foram indicadas tecnologias trazidas pela Revolução Verde, impulsionando a formação

³⁴ O entrevistado também cita a técnica de utilização do *Baculovirus erinnyis*, no controle do marandová da Mandioca, trabalho pioneiro desenvolvido pela EMPASC de Itajaí.

de projetos educativos voltados à garantia de que o homem do meio rural se inserisse no ritmo e na dinâmica da sociedade de mercado. Assim, foram formados os serviços de extensão rural em Santa Catarina, por meio do ETA - Projeto 17, proveniente de um acordo entre o Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria da Agricultura e da Federação das Associações Rurais do Estado de Santa Catarina (FARESC) - com o Escritório Técnico de Agricultura (ETA), assinado em 29 de fevereiro de 1956 (SIMON, 2003 p. 221).

Em junho de 1957, surgiu a ACARESC, associando-se também ao Sistema Brasileiro de Extensão Rural (SIBER). Embora já houvesse debates crescentes em relação à reforma agrária, a extensão defendia a tese de que o desenvolvimento rural realizar-se-ia por meio da adoção de novas tecnologias, viabilizada via crédito rural supervisionado, assistência técnica e cooperativismo. Nesse contexto, as práticas conservacionistas eram consideradas como um “custo extra” e eram responsáveis pelo aumento do esforço nos trabalhos dos agricultores (SIMON, 2003).

Apesar disso, relatórios de trabalho da ACARESC, de 1957/58, já mencionavam algumas práticas que se consolidariam mais tarde dentro da Agricultura Orgânica, destacando a adubação orgânica e o uso de vegetais nas curvas de nível (cordão vegetal). Corroborando o depoimento do entrevistado acima, Simon (2003, p. 223) afirma que tais práticas eram repassadas, de acordo com a sensibilidade do extensionista, pois “o objetivo produtivista se sobrepunha à preservação ou conservação dos recursos naturais e os problemas ambientais ainda não haviam sido questionados”.

Outro entrevistado (ENTREVISTA n.11), que atua na instituição desde o final da década de 1970, compartilha da opinião de que as práticas hoje afinadas à Agricultura não convencional existiam antes da fusão que originou a EPAGRI. O entrevistado lembra que, quando atuava no município de Campo Erê (SC), em 1980, havia uma equipe que utilizava a compostagem e iniciava a substituição de adubos químicos por adubos verdes, tais como o tremoço e a ervilhaca. No mesmo período, segundo outro entrevistado (ENTREVISTA n.10), realizaram-se experiências com práticas alternativas na Estação Experimental de Itajaí. Naquele momento, reuniu-se um grupo de pesquisadores, preocupados com o uso abusivo de agrotóxicos, a fim de realizar pesquisas e participar de cursos na área. Nas palavras do entrevistado: “[...] de lá para cá, no setor de hortaliças [...] nós não desviamos mais o foco no nosso trabalho. Então, o foco do trabalho, dentro dessa visão de Agroecologia, vem desde 1980. [...] E aí fomos

fazendo cursos e aqui virou referência [...] nessa área de Agroecologia”.

Outro entrevistado (ENTREVISTA n.02) recorda a existência de grupos informais, atuando desde o final da década de 1970. Os grupos, segundo ele, surgiram no bojo da luta contra a opressão e a ditadura, num cenário de maior militância política e de atuação de movimentos sociais. Ressalta ainda que, no início, o objetivo consistia em “[...] fazer com que os agricultores se organizassem e ganhassem mais dinheiro dentro do modelo da Revolução Verde, não se falava em mudança”. Com o transcorrer do tempo e com o contato com os agricultores, foram introduzidas tecnologias ecológicas. Finaliza: “[...] não se falava em Agroecologia, mas você já ia incorporando outra matriz tecnológica, que ia desmistificando aquela [da Revolução Verde]”.

Parte dos entrevistados recorda práticas desenvolvidas desde o início da extensão rural em Santa Catarina e que hoje estão ligadas às práticas da Rede II. As entrevistas revelaram também a atuação de outros atores sociais na promoção de tais práticas, sobretudo, as ONGs, consideradas por um dos entrevistados (ENTREVISTA n.13) como a “mola propulsora” que levou as práticas não convencionais a serem discutidas na EPAGRI. Outro entrevistado (ENTREVISTA n.09) destaca a atuação da APACO, do Centro Vianei e da Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida (APREMAVI³⁵). Para ele, a atuação dessas ONGs contribuiu para que a EPAGRI efetivasse o convênio com a UFSC, o que será visto subsequentemente. Em sua afirmativa, argumenta:

E a EPAGRI, claro, a partir desse momento [pressão das ONGs], formou um quadro, talvez seja em torno de pelo menos quinze, acredito que quinze profissionais, quinze a vinte, no máximo. Ficou uns cinco, seis anos mandando para o curso de agroecossistema e o pessoal voltava para o campo. Uma boa parte voltou para a extensão rural, como era a origem, e alguns voltaram para a pesquisa (ENTREVISTA n.09).

³⁵A Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida (APREMAVI) é uma ONG, fundada em 09 de julho de 1987, na cidade de Ibirama (SC). Em 1990, a APREMAVI mudou-se para a cidade de Rio do Sul, onde está localizada até hoje. Segundo dados da organização, sua finalidade é trabalhar na defesa, preservação, recuperação e manejo do meio ambiente, dos bens e valores culturais, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida humana (APREMAVI, 2002).

Por fim, um terceiro pesquisador destaca a pressão que as ONGs exerceram na EPAGRI naquele momento:

[...] eu acredito que, antes da EPAGRI, algumas ONGs, tipo CEPAGRO³⁶, Instituto Vianei, lá em Lages, e outras ONGs já estavam começando a mexer com a produção orgânica, fazendo feiras ecológicas e coisas assim. **Então, a EPAGRI começou a vir mais, nessa época, junto e até um pouco pressionada por essas ONGs e agricultores que estavam querendo fazer um produto diferente** [grifo do pesquisador] (ENTREVISTA n.10).

Outros atores destacados pelos entrevistados são pouco citados e até esquecidos em pesquisas científicas, produzidas acerca da pesquisa agrícola e da extensão rural, em Santa Catarina. Trata-se das mulheres, das extensionistas chamadas de “extensionistas domésticas”. Um dos entrevistados (ENTREVISTA n.02) recorda que tais profissionais utilizavam técnicas como água de sabão e água de fumo, para combater diversas pragas, como, por exemplo, o pulgão. Segundo ele, “[...] a agronomada ficava arrepiada com aquelas mulheres”. Vale ressaltar que a atuação delas ocorria num momento de implantação da Revolução Verde, em que:

Tu era avaliado pelo número de toneladas de calcário, de adubo que entrava no município. [...] Por esforço também, quantos cursos você fazia nessa área, pelas unidades demonstrativas, pelas lavouras demonstrativas, pela média de produtividade. Tanto é que tinha concurso de produtividade que os agricultores competiam, e a gente ia no vácuo, vamos dizer assim, o extensionista. [...] Era apologia à produtividade, mas a gente, alguns de nós, começamos a

³⁶ O Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (CEPAGRO) é uma ONG, fundada com o objetivo de atuar com a Agroecologia, de forma participativa, junto às comunidades rurais e urbanas necessitadas. Segundo o *site* da organização, a CEPAGRO é membro atuante da Rede Ecovida de Agroecologia e autorizada pelo MDA a prestar serviços de ATER, desde 2008 (CEPAGRO, 2011).

perceber, já no final da década de 70, que não precisava ser aquilo (ENTREVISTA n.02).

Um segundo entrevistado (ENTREVISTA n.11) destaca o papel das extensionistas que trabalhavam com hortas, ou mesmo na produção de hortaliças na lavoura. Para ele, “[...] era muito mais trabalhado que hoje; hoje elas trabalham mais outras linhas, que também são importantes, mas naquela época se trabalhava muito, até na elaboração dos alimentos, como se elaborar esses alimentos, até nisso”. Por fim, um terceiro entrevistado (ENTREVISTA n.01) avança nessa mesma direção, ao afirmar que:

Existia, sem ser chamado Agroecologia. Sabe quem fazia Agroecologia na EPAGRI? As mulheres. Quando ela ia lá com a família, quando ela trabalhava com processamento caseiro, hortas etc. Isso era trabalho da Agroecologia. E os homens, ao contrário, iam lá e... pacotão [risos]. [...] Então, ela já fazia Agroecologia antes de 1990, com toda certeza. É lógico que a política pública na época era o pacotão da Revolução Verde (ENTREVISTA n.01).

Conforme se afirmou, este item não tem como objetivo oferecer um quadro conclusivo acerca da inserção da Agroecologia e/ou AO, nas organizações de pesquisa e extensão, em Santa Catarina, mas evidenciar o surgimento de ações, através da atuação de grupos que agiam na contramão da Revolução Verde. Este panorama constitui-se um parâmetro para discutir a atuação dos atores sociais ligados à Agroecologia e/ou AO, após a formação da EPAGRI, no ano de 1991.

Quadro 14 - Outros episódios que marcam a fase zero

Congresso de Agronomia: segundo um entrevistado (ENTREVISTA n.11), o evento, realizado em Curitiba, no ano 1980, merece destaque dada a presença de José Lutzemberger e outros importantes pensadores da época. Acrescenta ainda que “[...] foi um congresso muito voltado para a agroecologia” e, através dele, o entrevistado passou a questionar práticas que vinha adotando cotidianamente em seu trabalho.

I Seminário Estadual de Plantio Direto: segundo o entrevistado (ENTREVISTADO n.11), o evento realizado na década de 80 contou com a participação de Hans Peeten, Franke Dijkstra e Manoel (Nonô) Henrique Pereira, que contribuíram com pesquisas acerca do plantio direto no Estado.

Fonte: entrevistas ao autor

6.2. PRIMEIRA FASE: A DISPUTA POR ESPAÇO

A primeira fase iniciou-se com a fusão que originou a EPAGRI, em 1991, e seguiu até a formação do curso de Pós-graduação em Agroecossistemas na UFSC. Nesse momento, a Rede II passou a disputar espaço na instituição, graças a um conjunto de acontecimentos favoráveis e ao apoio de importantes atores externos. O primeiro acontecimento que merece destaque é o próprio processo que originou a EPAGRI.

✓ Fusão que originou a EPAGRI

Conforme se argumentou anteriormente, a formação da EPAGRI está ligada a uma controversa fusão, envolvendo ACARESC, ACARPESC, EMPASC e IASC, ocorrida no ano de 1991. Inúmeros autores vêm discutindo as razões que teriam conduzido pesquisa e extensão a se “unirem” em Santa Catarina (SIMON, 2003; SANTOS, 2001; SEIBEL, 1994; MUSSOI, 1998). No tocante aos resultados desse processo, é possível constatar que sobressaem aspectos negativos, na maioria das pesquisas realizadas. Conforme Santos (2001, p. 226), com as mudanças no processo organizacional e gerencial da instituição, aumentaram as interferências políticas e o custeio, além de surgirem problemas na designação de chefias, devido à criação de cargos hierárquicos antes inexistentes. O corpo funcional passou a atuar sob um panorama de instabilidade e insegurança, de modo a influenciar no surgimento de doenças ligadas ao estresse da mudança no trabalho (SANTOS, 2001, p. 226).

Quando o foco recai nos resultados da fusão especificamente para

a Agroecologia e/ou AO, no entanto, o quadro se modifica. Por um lado, um pequeno grupo de entrevistados considerou a fusão não apropriada. Um destes entrevistados (ENTREVISTA n.11) recorda que, naquele momento, havia um trabalho dinâmico entre extensionistas em diferentes locais da região Oeste. Havia se formado uma equipe, estimulada pela ideia de atuar com base num modelo alternativo de Agricultura, participando ativamente de congressos de Agronomia e de Agroecologia. Os resultados exitosos puderam ser comprovados com a fusão, pois os próprios extensionistas perceberam que estavam à frente da pesquisa, no tocante à obtenção de dados acerca da agricultura não convencional. Segundo este entrevistado:

Eles notaram que, de repente: opa, mas espera! A extensão já está com resultado, porque tinha resultado da lavoura. Tipo assim, uma lavoura de milho colhia tantas toneladas de adubo orgânico, outra com mais, várias na mesma propriedade, vários volumes por hectares de adubo orgânico ou de adubo verde. Então, esse dado a gente já tinha. Aqui, por exemplo, nós tínhamos associações de agrônomos. Então, essa interação de profissionais acontecia mais entre pessoas do que entre instituições na verdade (ENTREVISTA n.11).

O entrevistado afirmou ainda que aquele panorama favorável foi drasticamente alterado, com um processo de junção que se deu “de cima para baixo”, omitindo a participação dos atores envolvidos. A extensão, então, teve sua atuação obscurecida, pois os recursos se tornaram mais escassos. Para o entrevistado:

[...] para extensão foi muito ruim, porque daí vinha um pouco de combustível, alguns prefeitos queriam o carro, o carro usado não para serviço de extensão, mas para outras coisas. Teve prefeito que preferiu – entre o veterinário e o carro – um carro. Ficou uma coisa arrebatada. Depois de muito tempo de trabalho, agora, a gente tentou se aproximar (ENTREVISTA n.11).

Em contrapartida, a maioria dos entrevistados se mostra satisfeita com a fusão. Um dos entrevistados (ENTREVISTA n.01) é incisivo: “eu não tenho saudades da EMPASC não!”. Com essa afirmação, o

pesquisador evidencia sua posição frente à fusão que, para ele, trouxe benefícios para a Agroecologia e para a AO. Embora admita que extensão faça críticas à pesquisa e vice-versa, o entrevistado acredita que ambos dependem da cooperação mútua e que a fusão acabou “forçando o entendimento entre eles”. Citando como exemplo os estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Espírito Santo, conclui que a dificuldade de articulação e de transição da agricultura é maior em locais onde a pesquisa e a extensão estão divididas. Na verbalização do pesquisador, percebe-se essa conotação:

Eu acho que a fusão facilita, pelo menos, abrir o debate, [...] **principalmente na Agroecologia. Por quê? Porque, na Agroecologia, o extensionista te traz o contexto prático. E a pesquisa se sente obrigada a se inserir nesse contexto prático.** Não que a teoria não se faça necessária, mas a teorização junto com a necessidade prática do agricultor faz com que a própria pesquisa em Agroecologia se torne, digamos, menos arrogante que a convencional. Sabe que a arrogância é a dificuldade de articulação com aspectos produtivos [grifo do pesquisador] (ENTREVISTA n.01).

Outro pesquisador (ENTREVISTA n.09) com perspectiva semelhante atuava na extensão em 1991. Para ele, “[...] havia um hiato maior entre a pesquisa e a extensão, [entre] o que era gerado pela pesquisa e o que era difundido pela extensão; e, com a fusão, houve uma aproximação maior”. Especificamente no que se refere à Agroecologia e/ou AO, o entrevistado acredita que “[...] aqueles pesquisadores que trabalham com produção orgânica, eles já têm, pela própria natureza, como filosofia de vida, inclusive, ela se aproxima muito do extensionista rural e dos próprios agricultores”. Acrescenta que:

[...] a própria filosofia, você tem que unir o conhecimento, o saber popular, o conhecimento local com o conhecimento científico. Esse é um dos princípios da Agroecologia. [...] **Isto força até alguns pesquisadores, diríamos, que não tinham esse perfil, na área de difusão e extensão..., mas o próprio trabalho, participação em eventos, congressos. Tudo leva a ter um contato mais próximo ao extensionista**

rural e dos agricultores. Justamente porque a produção orgânica é bem diferente da produção convencional, que trabalha com pacotes. O pacote tecnológico, ele serve para, tanto faz, em diversas regiões do país, o pacote é uma agricultura artificializada. A Agricultura Orgânica é diferente, uma fórmula que pode dar certo, na questão de três, quatro quilômetros poderá não dar mais certo. Então ela depende muito de uma série de fatores, [...] Então, por isso, que há essa necessidade forte de integração, pesquisa, extensão, com os agricultores, trabalho até de pesquisa participativa [grifo do pesquisador]. (ENTREVISTA n.09).

Finalmente, outro entrevistado (ENTREVISTA n.13) concorda que o processo permitiu a sinergia das experiências de extensionistas e pesquisadores, culminando na formação de um grupo informal, denominado Núcleo Temático de Agroecologia, que, a partir de 1995, passou a “pensar, a ter reuniões e a discutir” a Agroecologia. Um ano antes da formação do grupo, o pesquisador Paulo Tagliari, acompanhado por um jornalista da EPAGRI, visitou experiências de produção orgânica e agroecológica, nos três estados da região Sul. Os resultados da experiência foram publicados na edição de setembro da RAC, em uma edição “[...] que a capa era um ninho de passarinho no meio do tomateiro”. Segundo um dos entrevistados:

[...] foi emblemático em 1994. E em 1995, nós formamos o Núcleo Temático de Agroecologia. Aquela revista teve um impacto tal, em função das reportagens que a revista trouxe, de experiências de Agroecologia, produção orgânica no Sul do Brasil, que estimulou alguns técnicos da pesquisa e da extensão a estudar a questão da Agroecologia, da produção orgânica (ENTREVISTA n.13).

Quadro 15 - Agricultura que não envenena

REVISTA AGROPECUÁRIA CATARINENSE (v. 7, n. 3, set. 1994)

A reportagem de Franco e Tagliari inicia contando do encontro entre o padre João Bosco Luiz Schio e a engenheira agrônoma Maria José Guazelli. A ideia de produzir frutas sem riscos de intoxicações, problema comum entre os fiéis do padre na cidade de Antônio Prado (RS), levaram-no a apoiar a causa, enquanto a engenheira agrônoma obteve bons resultados com práticas não convencionais nas terras de seu pai, ensejando o surgimento do Centro de Agricultura Ecológica (CAE). O outro exemplo trazido na reportagem refere-se a *Ciclo Produtos e Projetos Ecológicos*, produtora de aveia, cevada, trigo etc. sediada no município de Doutor Bozano (RS). Tratava-se de uma microempresa de cinco sócios que, naquele momento, planejava sua inserção no mercado internacional com 24 produtos, sobretudo, buscando atender a uma grande demanda de soja ecológica nos mercados de “primeiro mundo”. Como continuidade, foi apresentada a Feira Verde, que funcionava em Curitiba (PR) todos os domingos, oferecendo ao consumidor produtos orgânicos e biodinâmicos, tais como hortaliças, frutas, cereais, sucos, mel, ovos, conservas etc. O Paraná também sediava o Instituto Verde Vida (IVV), que reunia 250 produtores orgânicos e biodinâmicos credenciados através do selo de garantia de qualidade concedido pelo Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural, localizado em Botucatu (SP). O IVV, em conjunto com a EMATER (PR), investia na organização dos produtores, auxiliando tecnicamente para produção orgânica, e, contando com apoio da prefeitura, inauguraram a Feira Verde, em junho de 1993. Na terceira parte da matéria, os autores apresentam um caso de Santa Catarina. Para eles, “[...] poderia parecer cedo demais falar em agricultura alternativa para os catarinenses”, pois “[...] a ideia de agricultura orgânica, totalmente ecológica, que não utiliza agrotóxicos nem adubação química, ainda é tabu para muitos agricultores” (RAC, v.7, n. 3, 1994, p. 11). Entretanto, na localidade de Alto Cruzeiro, no município de São Ludgero (SC), região composta por pequenos produtores de fumo, dois jovens irmãos passaram a cultivar ervas medicinais sem qualquer utilização de produtos químicos. Com auxílio de um sócio, produziam de 40 a 50 tipos de ervas, todas comercializadas em uma farmácia homeopática de um município vizinho. Além disso, os jovens passaram a cultivar outros tipos de produtos, como laranjas e caqui, que vendiam em supermercados dos municípios de São Ludgero e Tubarão (SC).

Em síntese, as entrevistas demonstram um quadro diferente, em relação aos obtidos em outras pesquisas. A fusão foi vista como favorável para o avanço da Agroecologia e/ou AO, principalmente por ter aproximado ações desenvolvidas pela pesquisa e extensão, que anteriormente ocorriam isoladamente. Vale lembrar, no entanto, que não houve unanimidade, tanto que um dos entrevistados classifica a fusão como imposta “de cima para baixo”. O processo atingiu atores sociais com agência e, portanto, com capacidade de intervir e avaliar, com base

em diferentes elementos sociais, culturais e materiais. O “mesmo” processo implantado, por exemplo, em uma região do Estado (ENTREVISTADO n.11) trouxe resultados diferentes dos obtidos em outra região (ENTREVISTADO n.09). Este mesmo projeto gerou uma somatória de resultados frutíferos em determinado aspecto (por exemplo, no avanço da Agroecologia e da AO) e infrutíferos em outros (por exemplo, problemas com a designação de chefias e intervenções políticas externas). Ou seja, embora se trate de um único projeto de intervenção, passou a ser modificado e reinterpretado durante o processo de aplicação.

As intervenções planejadas sem a participação efetiva dos envolvidos trazem resultados, muitas vezes, inesperados e até surpreendentes. Não se pode negar a surpresa, ao se verificar que, por um lado, a literatura aponta para consequências negativas da fusão na maioria das regiões pesquisadas, enquanto, no caso específico do tema da presente pesquisa, sobressaem aspectos positivos.

✓ Projeto Microbacias I

Conforme observado anteriormente, nos últimos anos o nome da EPAGRI vem sendo atrelado aos Projetos Microbacias I e II e ao SC RURAL. O primeiro projeto iniciou em 1991 e contou com apoio do BIRD, que liberou o valor de US\$ 33 milhões para sua realização (com uma contrapartida de US\$ 38.6 milhões do Governo do Estado).

Especialmente em relação à primeira edição do projeto, a maioria dos entrevistados o avaliou positivamente, destacando ações relacionadas à proteção dos solos. Essas ações trouxeram à tona debates acerca do processo de erosão e de empobrecimento que os solos vinham sofrendo. Um dos entrevistados (ENTREVISTA n.11) lembra-se da utilização de técnicas como terraços, coberturas, plantio direto, rotação de culturas, proteção de nascentes dos rios etc., o que permitiu a obtenção de uma “[...] ideia diferente de uma propriedade, com toda a preservação dos recursos”. Outro entrevistado (ENTREVISTA n.13) resume os avanços dos projetos para a Agroecologia e AO da seguinte forma:

O Microbacias foi também um dos precursores da produção orgânica, porque, quando implantaram o Microbacias I, no final da década de 80, ele teve o viés da conservação do solo. Então, nesse viés da conservação do solo,

proteção da água, adubos verdes, tudo isso aí trouxe a semente da produção orgânica. **Reforçou a semente da produção orgânica. Então, os extensionistas, que trabalharam nesta questão ambiental, já facilitou para que o Projeto de Produção Orgânica em 98 fosse implantado e o Núcleo de Agroecologia em 95 fosse iniciado e a consolidação a partir do ano de 2000 no Projeto de Agroecologia.** Quer dizer, o Microbacias também foi importante aí e ainda continua importante, porque tem medidas de apoio à Agroecologia atual, que hoje chamam SC Rural [grifo do pesquisador] (ENTREVISTA n.13).

Nesse contexto reflexivo, outros entrevistados analisam ambos os projetos, conjuntamente; portanto, análises mais detalhadas serão realizadas a frente, na fase denominada *a* busca pelo equilíbrio de forças, quando se resgata o Projeto Microbacias II.

Considerando a opinião da maioria dos entrevistados, observa-se que, nos anos iniciais da EPAGRI, houve uma confluência de fatos, pelo menos em algumas regiões (ver: Microbacias II). Isso favoreceu o surgimento de um grupo de pesquisadores e extensionistas, dispostos a institucionalizar a produção orgânica e/ou agroecológica. Parte importante desse grupo localizava-se na Estação Experimental de Ituporanga, considerada pioneira dessa perspectiva de produção na EPAGRI.

✓ **Ituporanga: o pioneirismo**

O destaque de alguns trabalhos, realizados na Estação Experimental de Ituporanga, confere a essa estação o privilégio de ser pioneira na implantação da produção orgânica e/ou agroecológica, em Santa Catarina. Para um dos entrevistados (ENTREVISTA n.01), no final da década de 1980 e início dos anos de 1990, a Agroecologia e a AO passaram por um momento de afirmação na EPAGRI: “A nossa ansiedade era fazer funcionar, provar isso [...]”. No município de Ituporanga, atuava-se com Agricultura Orgânica desde 1993, destacando-se trabalhos com compostos, fitossanitarismo etc. desenvolvidos por Pedro Boff, João Debarba, Hernandes Werner e Paulo Gonçalves. Segundo outro entrevistado (ENTREVISTADO n.13), essas ações serviram de base para o surgimento de uma parceria,

envolvendo aquela Estação Experimental e o CCA da UFSC, que frutificou, posteriormente, no lançamento da “cebola agroecológica” (ou “cebola orgânica”).

Quadro 16 - Produção Agroecológica: uma ótima alternativa para a agricultura familiar

REVISTA AGROPECUÁRIA CATARINENSE (v. 10, n. 1, mar. 1997, p. 29-39):

Em março de 1997, Paulo Tagliari publicou reportagem estabelecendo relações entre a agricultura orgânica e a agricultura familiar. Em uma reportagem de dez páginas, Tagliari apresenta uma série projetos de agricultores familiares em todo Brasil. **Dentre eles estava o Projeto Manejo Agroecológico da Cultura da Cebola, desenvolvido através de uma parceria entre EPAGRI e CCA/UFSC. O projeto de pesquisa pretendia “[...] revolucionar os métodos tradicionais de produção de cebola na região do Alto Vale do Itajaí”, tendo em vista que mais de 50% dos produtores rurais estavam contaminados por inseticidas do grupo dos organofosforados e carbamatos (RAC, v.10, n.1, 1997, p. 33).** As pesquisas envolviam testes com formulações caseiras para combater as principais pragas e doenças da cebola, práticas de manejo, avaliação de variedades de cebola, rotação de culturas utilizando adubos verdes, culturas consorciadas, uso de adubos orgânicos, dentre outras investigações. Vale ressaltar que naquele momento a rede catarinense de supermercados Santa Mônica iniciava a compra da produção orgânica dos produtores da região, revendendo nas lojas de Florianópolis, Itajaí (SC) e Joinville (SC) [grifo do pesquisador].

✓ **Mestrado de Agroecossistemas, na Universidade Federal de Santa Catarina**

Conforme se referiu em reflexões anteriores, a UFSC cooperou decisivamente com a Rede II, no fortalecimento da Agroecologia e da AO. A parceria foi ampliada (ou se constituiu uma nova parceria), quando ocorreu a formação do curso de Mestrado em Agroecossistemas, considerada por muitos entrevistados como um marco na história da EPAGRI. Nas palavras de um deles (ENTREVISTA n.13): “[...] se há um marco claro dentro da EPAGRI do início do trabalho com Agroecologia é a partir do momento que a empresa decidiu enviar seus funcionários para fazer um mestrado dentro dessa área”. Esse entrevistado ainda destaca que a criação do curso foi “[...] uma decisão política da EPAGRI, para começar a atuar nessa área”. A importância desse episódio é reforçada pelas palavras de outro pesquisador, que afirma:

E o que marca institucionalmente forte a Agroecologia na EPAGRI é a vinda [...] efetiva [do] convênio da Universidade Federal com a Estação de Ituporanga, no Mestrado em Agroecossistemas. E aí tem as primeiras dissertações. Bom, aí os caras que estão meio reticentes, que estão com medo de se mostrar, já se mostram e já começam a propor ações, já começam propor propostas. Nesse negócio de se mostrar, de não ter mais medo, surge o Projeto de Agroecologia em 98, institucional na EPAGRI. Esse é o grande marco (ENTREVISTA n.01)

A importância desse acordo está expressa nas palavras do entrevistado, pois, segundo ele, o aval da instituição mudou o cenário e encorajou o corpo técnico a discutir abertamente a Agroecologia e AO na instituição. As dissertações passaram a indicar cientificamente que pesquisas com práticas não convencionais poderiam compor o planejamento da instituição, incentivando espaços para diálogos e debates.

Quadro 17 - Outros episódios que marcaram a primeira fase

Formação do Núcleo Temático de Agroecologia: quando extensionistas se reuniram informalmente para discutir o tema agroecologia, em 1995.
 Curso de Agroecologia – Módulo Básico: também chamado de *Curso Zero*, realizado em Itajaí. Na ocasião, pesquisadores da EPAGRI de Ituporanga ministraram o curso aos técnicos da EPAGRI. Posteriormente, esse mesmo curso foi repassado aos agricultores no Centro de Treinamento da EPAGRI de Ituporanga³⁷.

Fonte: entrevistas ao autor

6.2.1. Situações de interface nos primeiros anos

✓ Disputa estabelecida

A parceria entre a Estação Experimental de Ituporanga com o Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas (CCA/UFSC) é considerada um importante momento na história da EPAGRI, tanto que

³⁷ Segundo Werner (2001), o Curso Básico de Agroecologia – I Etapa, ocorreu em Rio do Sul, em 1997, e contou com a participação de 80 pessoas, mesmo número de pessoas do Curso Básico de Agroecologia – II Etapa, realizado em Ituporanga.

desencadeia uma disputa que perdura por muitos anos na instituição. A disputa refere-se ao modelo de agricultura a ser implantado na EPAGRI, envolvendo, sobretudo, dois grupos. Um deles, formado pesquisadores e extensionistas que atuam na EPAGRI com o modelo convencional de agricultura (denominados de Rede I) *versus* atores sociais críticos ao modelo convencional de Agricultura ou adeptos da Agroecologia e/ou AO (que vem sendo chamado de Rede II).

Um pesquisador (ENTREVISTA n.01) que atuava na Rede II, naquele período, recorda a dificuldade na obtenção da legitimidade local, o que dificultava a formação de grupos de discussão sobre as técnicas que propunham. “Não havia um boicote claro, apenas velado”. Restrições institucionais dificultavam a expansão da Agroecologia e/ou AO aos agricultores, sobretudo a constante cobrança: “[...] tem que atender o sistema convencional”.

Um dos técnicos que coordenou a Estação Experimental de Ituporanga (ENTREVISTA n.03) ressalta que os grupos não “conseguiram conviver muito bem”. Tratava-se de uma disputa, “[...] um querendo provar para o outro. Então imagina: o cara é agroecológico e quando vê o outro está aplicando um monte de veneno. Tem essa situação mesmo”. Nesse cenário, em que grupos assumiam posições distintas, havia discussões e “[...] não era nada salutar trabalhar dessa forma”.

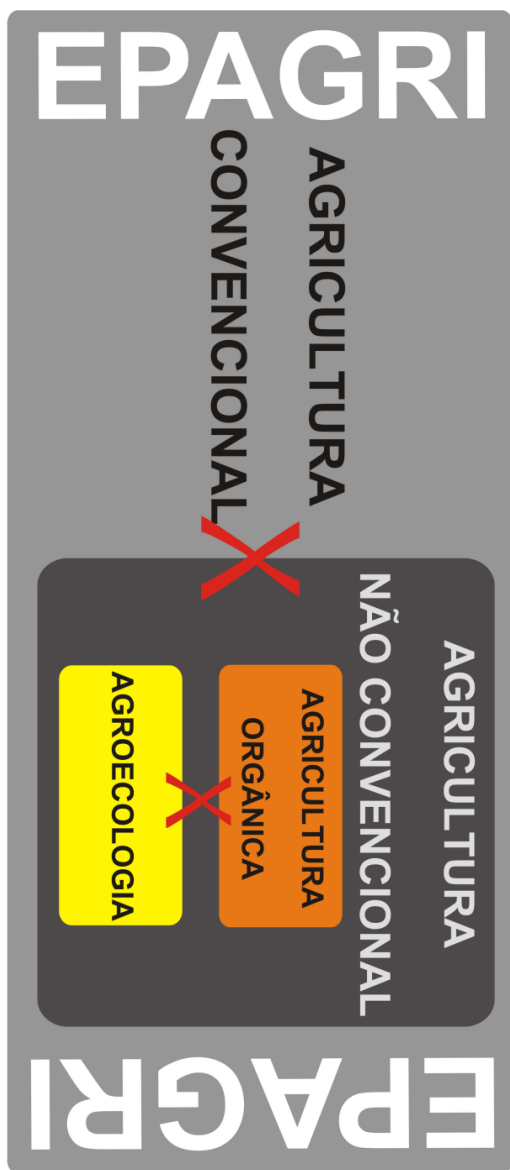
Os acontecimentos de Ituporanga não envolveram somente técnicos da EPAGRI. Em um dado momento, parte da comunidade local também se inflamou, gerando uma “massa crítica”, contrária à “chegada” das técnicas não convencionais. Segundo um dos entrevistados (ENTREVISTA n.03), cebolicultores, habituados com a produção convencional, foram surpreendidos por “malucos”, dispostos a utilizar técnicas como lança-chamas ou caldas, para controlar as pragas. O embate não tardou a acontecer, conduzindo lideranças locais a redigirem e enviarem carta(s) para políticos com críticas à atuação da Estação Experimental de Ituporanga. O discurso que se ouvia, entre alguns membros da comunidade, era de que: “Ituporanga não faz mais pesquisa para nós, só faz pesquisa para a Agroecologia. Nós queremos resultados. Quanto é que coloca de adubo, quanto é que coloca disso, daquilo, a variedade que seja mais resistente [...]”.

Outro entrevistado (ENTREVISTA n.16) expressou que a diminuição das críticas, por parte dos produtores locais, só ocorreu quando também foi reduzida a quantidade de profissionais atuando exclusivamente com a Agroecologia e/ou a AO. Atualmente, a pesquisa desenvolvida por esse grupo alterna-se com a Agricultura convencional,

o que torna o cenário menos conflitante. Segundo ele, porém, a disputa permanece, “[...] ainda dá, não é tanto, mas ainda dá, o pessoal cobra e os bem convencionais cobram muito”. Conclui afirmando: “a gente está encima de um fio de linha, não é fácil trabalhar assim”.

Portanto, a disputa entre Agricultura convencional e não convencional na EPAGRI teve início logo após a fusão, nas primeiras ações levadas a cabo no município de Ituporanga. O espaço tomado por esse novo grupo, inicialmente, foi limitado, porém suficiente para desencadear situações de interface entre pesquisadores e extensionistas locais (com envolvimento também da comunidade). Com a institucionalização da Agroecologia na EPAGRI e o convênio com o CCA/UFSC, a Rede II se fortalece e extrapola os limites da Estação Experimental de Ituporanga, ampliando sua visibilidade em todo o Estado. Esse foi, indubitavelmente, o início de uma nova fase, o momento de “busca pelo equilíbrio de forças”. A partir desses fatos, que se dá início o mapeamento da EPAGRI e das disputas que passam a surgir.

Figura 2 - Agroecologia e/ou Agricultura Orgânica (Rede II) versus Agricultura convencional (Rede I)



A figura ilustra a EPAGRI dividida em dois grupos: Rede I (baseada na Agricultura convencional), *versus* a Rede II (baseada em práticas não convencionais). Também se torna visível a formação de disputas internas na Rede II, conforme já mencionado anteriormente.

✓ Disputa por espaço, envolvendo redes, ONGs e cooperativas

Na primeira fase da trajetória da Rede II, surgiram situações de interface, envolvendo parte dos defensores da Agricultura não convencional *versus* ONGs e cooperativas de Santa Catarina. Importante considerar que tais interfaces não se referem à busca pela consolidação do modelo de agricultura hegemônico, mas envolvem, destacadamente, a obtenção de notoriedade pública, em relação ao *status* de pioneirismo na promoção da Agroecologia e/ou da AO, em Santa Catarina.

A primeira disputa citada pelos entrevistados ocorreu em 1997, envolvendo técnicos da EPAGRI e movimentos sociais liderados pela Rede Ecovida. Segundo um dos entrevistados (ENTREVISTA n.15), técnicos da instituição publicaram uma “normativa” sobre a produção orgânica, gerando a revolta de algumas organizações locais, pelo fato de a EPAGRI não possuir nenhuma (ou pouca) experiência no assunto e agir sem consultar aqueles que vinham atuando há algum tempo com Agricultura orgânica. O entrevistado acrescenta que “[...] teve até um episódio grotesco de carta rasgada, em uma reunião que teve em Florianópolis [...]”. E finaliza: “teve uns episódios, assim, de arranca-rabo”. Acerca do mesmo fato, um segundo entrevistado (ENTREVISTA n.12) comenta:

Aconteceu no Vale do Itajaí, aconteceu por aí, não sei, eu não participei, mas fizeram algumas reuniões em conjunto e, lá pelas tantas, a EPAGRI..., ela lançou uma publicação. [...] E aí, pelo que eu soube, as ONGs se queimaram tremendamente. Disseram o seguinte: nós viemos conversando e, de repente, a EPAGRI lança aqui... e nos deixaram fora. Esse foi bem complicado (ENTREVISTA n.12).

Fato semelhante aconteceu no lançamento do I Seminário Estadual de Agroecologia, organizado pela EPAGRI, em 1999, na cidade de Rio do Sul. O que motivou o conflito entre algumas ONGs e técnicos da EPAGRI centrava-se na seguinte questão: “[...] que coisa é

essa de primeiro seminário? Já tivemos tantos eventos de Agroecologia” (ENTREVISTA n.12). Ou seja, a argumentação que gerou as diferenças relacionava-se ao fato de atores ligados à Agroecologia e à AO desconsiderarem eventos realizados por organizações que atuavam com aquela temática em Santa Catarina. Posteriormente será retomada a relação entre a Rede II e as ONGs, através de novas situações de interfaces.

6.3. SEGUNDA FASE: A BUSCA PELO EQUILÍBRIO DE FORÇAS

Nesse item, a trajetória investigativa aponta outro contexto, em que a Rede II se fortaleceu e contou com apoio de um importante ator externo: a UFSC. Assim, iniciou-se uma nova fase, aqui denominada a “busca de equilíbrio de forças”, amparada no carro-chefe: o Projeto de Agroecologia.

✓ **Projeto de Agroecologia**

Em 1998, ocorreu a aprovação do Projeto de Agroecologia, objetivando agregar todas as ações ligadas à Agroecologia e a AO, desenvolvidas na EPAGRI. Segundo os entrevistados, nesse período também ocorreram seminários que fortaleceram a imagem da Agricultura não convencional. Esses seminários foram somados à atuação das ONGs, que pressionavam a EPAGRI a trabalhar com técnicas “mais horizontais” e “menos agressivas ao meio ambiente”.

O Projeto de Agroecologia, inicialmente, desenvolveu-se na Estação Experimental de Ituporanga, coordenado por Ernildo Rowe. Posteriormente, sua atuação foi ampliada e sua denominação foi revista, para Sistema de Produção Agroecológica para a Agricultura Familiar de Santa Catarina (embora, na prática, continuou a se chamar Projeto de Agroecologia). Nesse momento, ampliou-se a abrangência da Agroecologia, e o projeto passou a ser coordenado pelo Engenheiro Agrônomo Paulo Tagliari.

Segundo os entrevistados, o projeto compunha um conjunto com outros projetos da EPAGRI (pecuária de leite, pecuária de corte, fruticultura de clima temperado, fruticultura tropical, olericultura, grãos etc.), ficando a cargo de cada um organizar reuniões e planejar suas ações. No caso do Projeto de Agroecologia, decidiu-se que cada Estação Experimental envolvida priorizaria determinados tipos de culturas. Ituporanga e Itajaí direcionariam suas ações para a produção de

hortaliças e cebola, enquanto São Joaquim e Caçador voltar-se-iam para a fruticultura. Chapecó e outras estações do Oeste criariam um subprojeto de grãos em produção orgânica, enquanto Lages, que se envolveu posteriormente com a chegada do pesquisador Pedro Boff, atuaria em homeopatia. Posteriormente à tomada de decisões, formou-se o Plano Anual de Trabalho, de modo a definir as ações da instituição como um todo.

Segundo afirma um dos entrevistados (ENTREVISTA n.11), o grupo se reunia, pelo menos, quatro vezes ao ano, com intuito de trocar experiências e dirimir eventuais dúvidas. Os encontros recebiam apoio institucional, sobretudo, para o pagamento dos custeios de locomoção, acomodações, contratação de profissionais de outras instituições quando necessário, dentre outros. Outro entrevistado (ENTREVISTA n.01) afirma que, embora inicialmente criticado por ser um “projeto da pesquisa”, com o transcorrer do tempo, o grupo ampliou a proposta e chegou a contar com 70 participantes, na reunião de planejamento. Segundo ele, “era relativamente grande, aliás, chega um ano que foi o projeto que mais pessoas estiveram, de todas as redes [risos]. E aí, lógico, desencadeia certo ciúme etc. e tal”. Determinados entrevistados destacam ainda que o Projeto de Agroecologia se diferenciava dos demais, por estabelecer um contato mais próximo com a sociedade, através de cursos para os agricultores e o fornecimento de apoio técnico gratuito fora da instituição.

Apesar da popularidade alcançada pelo projeto, um pesquisador entrevistado (ENTREVISTA n.15) reclama de um possível “desagendamento” da Agroecologia na EPAGRI. Conforme argumenta, a instituição não determinou a Agroecologia e a AO como prioridades nos escritórios locais ou na agenda política do dia a dia dos escritórios locais. Em outros termos, o projeto não alcançou “a ponta” (na extensão). Esse entrevistado finaliza, afirmando que, embora o projeto fosse composto por pesquisadores e por extensionistas, no caso do segundo grupo, a participação se concretizava pelo “perfil pessoal”, por iniciativa própria, e não por uma política institucional.

✓ Projeto Microbacias II

De maneira geral, a avaliação dos entrevistados, em relação ao Microbacias II e à rede de Agricultura não convencional, foi positiva; no entanto, muitos se referem a uma exclusão dos pesquisadores no programa. Um dos entrevistados (ENTREVISTA n.01) considera tal fato “uma lástima”, pois, para ele, se perdeu uma importante oportunidade de

reformular o funcionamento da EPAGRI, superando perspectivas convencionais, ligadas ao cartesianismo, e evoluindo para a construção de modelos mais participativos. Nessa mesma perspectiva, um segundo entrevistado (ENTREVISTA n.12) reclama que o Microbacias II chegou tardiamente aos pesquisadores, especialmente na região Oeste. Para ele, a atuação do grupo de pesquisadores foi tímida, restrita apenas à Pesquisa Participativa³⁸, não se obtendo o desempenho esperado.

Conforme outro entrevistado expressa (ENTREVISTA n.01), os resultados obtidos no Microbacias II oscilaram entre as diferentes regiões de Santa Catarina. Em sua opinião, os melhores resultados foram obtidos onde os coordenadores regionais possuíam conhecimento da Agroecologia, ao passo que, onde foram assumidas perspectivas mais conservadoras ou mais “tecnicistas”, as oportunidades de discutir o desenvolvimento agrário e o papel da extensão foram irrisórias. Apesar de considerar as especificidades regionais, este mesmo entrevistado considera que os projetos trouxeram avanços para a Agroecologia e para a AO. Segundo ele:

Tem, tem muita relação. O Microbacia I foi uma preocupação ambiental grandíssima [...]. De modo geral, o Microbacias II foi extremamente importante para discutir, fomentar discussão no extensionista, e o extensionista mudou. Novos extensionistas vieram, facilitadores e assim por diante. Então, houve uma discussão muito grande na base, no conhecimento, na referência do conhecimento do extensionista. Deu essa oportunidade, mesmo porque tinha o social junto. Porque o econômico sempre mandava, mas tinha o social para complementar. Então tinha que discutir. E teve capacitação muito grande. [...] Então, o extensionista que recomendava veneno começou a repensar o processo, coisa que não existia no Microbacias I (ENTREVISTA n.01).

³⁸ A pesquisa participativa teve maior destaque no componente denominado Inversões Rurais, com o objetivo de gerar, adaptar e difundir tecnologias e informações de forma participativa, na busca do desenvolvimento sustentável das microbacias hidrográficas (MICROBACIAS II, 2012).

Outro entrevistado (ENTREVISTA n.02) observou avanços com os projetos Microbacias I e II, ressaltando aspectos interessantes. Segundo ele, os projetos serviram de “escudo” para muitos técnicos atuarem com Agroecologia e/ou AO. Quando pressionados ou criticados, os técnicos se defendiam afirmando: “Estão me proibindo de fazer isso, mas o Microbacias diz isso, isso e isso”. Isso significa que as premissas contidas nos documentos serviram de justificativa para pesquisadores e extensionistas desenvolverem suas atividades, sem impedimentos, por parte da direção ou de qualquer outro grupo.

Um número menor de entrevistados fez avaliações negativas, em relação aos projetos. A mais importante delas alerta que a Agroecologia e a AO conquistaram espaço nas discussões, unicamente para atender às exigências do Banco Mundial, que “[...] estava querendo alguma coisa mais ecológica” (ENTREVISTA n.14). Ou seja, a preocupação com a renovação do projeto é que levou a Agroecologia e AO à mesa de discussões. Nas palavras do pesquisador:

[...] ficou só na proposta, porque o Banco Mundial pedia para dourar a pílula, [...] não foi trabalhado. Foi por iniciativas particulares, cada estação, cada técnico que gostava do assunto. Mais das pessoas do que da instituição, mas no papel está lá, se você pegar o Microbacias II. (ENTREVISTA n.14)

Outro entrevistado (ENTREVISTA n.15) segue um raciocínio semelhante, ao afirmar que a Agroecologia e/ou AO foram utilizadas, como o “viés ambiental” da EPAGRI, para a aprovação do projeto junto ao Banco Mundial. E finaliza: “nós entramos como contrapartida, com várias ações nossas no Microbacias II”.

Por fim, surge outra crítica aos projetos. Para outro entrevistado (ENTREVISTA n.09), Microbacias I e II têm obscurecido o avanço da Agroecologia e/ou AO, em Santa Catarina. Nas suas palavras:

A partir do momento que a EPAGRI é a principal executora desses projetos, tem metas a cumprir junto ao Banco Mundial e ao próprio governo do Estado, que são os patrocinadores do projeto. A empresa volta a trabalhar, a gastar praticamente a maior parte da sua energia para atender essas metas, para cumprir essas metas dos projetos. **E como a Agroecologia não está dentro, então ela**

fica num segundo plano e, na maior parte do tempo, não existe recursos. Hoje, a empresa funciona assim: o projeto que tem dinheiro vai em frente, projeto que não tem dinheiro morre. O SC Rural apoia hoje, principalmente, a agregação de valor dos produtos agrícolas que poderão, inclusive, ser produtos orgânicos, poderão ser, inclusive. Mas, diríamos assim, não tem como meta para atingir tantas propriedades serem convertidas, tantos produtos serem produzidos, isso não existe. Então, por isso que, em parte, até, no meu ver, ela acaba caindo mais no esquecimento, porque a empresa tem uma capacidade física de execução de projetos, e esses projetos, como envolvem muito dinheiro, eles acabam sendo prioridades [grifo do pesquisador]. (ENTREVISTA n.09).

Vale novamente destacar que projetos de intervenção não são lineares. Apesar de possuírem planejamento único e frequentemente serem controlados pelos executores e órgãos financiadores, sofrem alterações no processo de implantação, levando os atores envolvidos a se posicionarem de forma divergente, frente a processos equivocadamente considerados homogêneos.

✓ **Merenda orgânica**

Além do Projeto de Agroecologia, outro episódio considerado fundamental, na disputa entre as redes I e II, na EPAGRI, foi o Programa Sabor Saber. O programa teve início por meio de um convênio entre a Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia (SED) e a AGRECO, visando beneficiar escolas básicas da rede estadual, através da inclusão de alimentação orgânica no cardápio escolar. O projeto teve início em 2001 e, no segundo semestre do mesmo ano, realizou-se um projeto-piloto na Escola de Educação Básica Lauro Müller, em Florianópolis. Posteriormente, o projeto foi estendido para outras escolas do Maciço Central do Morro da Cruz (Florianópolis), em que ações relacionadas ao meio ambiente estivessem presentes em seus projetos político-pedagógicos. Em dezembro de 2006, eram 173 as escolas participantes, com 89.164 alunos atendidos³⁹

³⁹ Pesquisas vêm sendo realizadas acerca deste episódio (VANDERSEN, 2005;

(SECRETARIA DO ESTADO DA EDUCAÇÃO, 2009).

Segundo um dos entrevistados (ENTREVISTA n.13), o projeto teve duração entre 2000 e 2008, alcançando o atendimento de 175 escolas básicas estaduais e 110 mil crianças, que recebiam merenda orgânica duas vezes por semana. Nas palavras do entrevistado:

Era um programa maravilhoso, para não dizer outro termo. [...] Infelizmente, assim como o projeto Agroecologia, parou. Por causas estranhas, parou. Políticas, exatamente. O governador, o governo que não tem sensibilidade e não tem conhecimento. Trocaram esse projeto pioneiro, admirado em todo o Brasil. [...] Porque a Secretaria Estadual de Educação, junto com a EPAGRI, os técnicos da EPAGRI e a universidade [...] estavam dando guarida a esse projeto de merenda escolar orgânica, junto com as ONGs, não só a AGRECO, mas outras associações de agricultores. Então, estranhamente esse projeto sofreu solução de continuidade. E o que fizeram em troca? Terceirizaram a merenda, comprando de empresas de fora. Privatizaram (ENTREVISTA N.13).

Vale ressaltar que a iniciativa do governo estadual, no sentido de encerrar o Projeto, representou uma grande redução de faturamento para a AGRECO, fornecedora dos alimentos para os colégios. Segundo o Presidente da COOPERAGRECO (ENTREVISTA n. 05), a organização trabalhou com merenda orgânica no Estado por um período de dois a três anos, mas, com o final do governo de Espiridião Amin, e:

[...] depois a sucessão foi para o PMDB, daí trabalhou-se por mais um tempo. Daí houve uma justificativa, por parte do governo, de que esse programa está sendo executado como uma rubrica

LIMA, 2006; DIAMICO, 2006). Destaque para a pesquisa de Diamico (2006), que lança um olhar crítico e aponta para algumas limitações do projeto, tais como: (i) incoerências na formulação dos cardápios e na implementação do Programa; (ii) falta de informação dos alunos em relação ao significado do Programa; (iii) falta de atratividade da merenda escolar (incluindo a elaboração do cardápio, horários e a dinâmica da distribuição) e (iv) forte preconceito entre os próprios alunos, em relação aos alimentos ofertados.

que chamava conta-salário, que, segundo eles, o Ministério Público auditou e não podia mais e aí não tinha mais dinheiro para programa. Aí parou, de uma hora para outra parou (ENTREVISTA n.05).

O presidente da COOPERAGRECO finaliza, afirmando que, com o final do Projeto, houve um “baque”, obrigando a ONG a passar da produção de alimentos perecíveis para não perecíveis. Isso acarretou mudanças no perfil das agroindústrias e na qualificação da atuação no varejo, com investimentos em *design* de embalagens.

Quadro 18 - Merenda orgânica chega às escolas catarinenses

REVISTA AGROPECUÁRIA ACATARINENSE (v. 15, n. 2, jul. 2002)

Em julho de 2002, Paulo Tagliari publicou uma reportagem com foco no Projeto Sabor e Saber instituído em Santa Catarina. Em 2002, o Estado de Santa Catarina surgiu como um dos pioneiros no projeto de merenda orgânica, através de um convênio estabelecido entre a Secretaria de Estado da Educação e do Desporto e a AGRECO. Conforme Tagliari, desse convênio resultou o Programa Sabor e Saber, que beneficiava 26 escolas básicas estaduais de Florianópolis e outras 15 do município de Criciúma, através da entrega de merenda orgânica uma vez por semana (o suficiente para atender dois dias). Segundo Wilson Schmidt, na época o coordenador geral da AGRECO: “estamos atendendo 30 mil crianças, e a nossa expectativa é chegar a 100 mil este ano e abrir caminho para que outras associações de produtores orgânicos do Estado também invistam neste mercado e, quem sabe, atingir todas as escolas catarinenses” (RAC, v. 15, n. 2, 2002, p. 32).

Segundo a publicação, outra faceta do Programa Sabor e Saber era promover a união entre o urbano e o rural por meio do intercâmbio cultural entre as crianças do interior e as crianças da cidade. Na prática, os alunos das diversas escolas que recebiam os alimentos orgânicos visitariam os locais de produção, possibilitando a eles conhecerem também as nascentes de rios que abastecem as principais cidades do litoral catarinense. Em contrapartida, as crianças, filhos dos agricultores, iriam conhecer o litoral e o destino final das águas dos rios que nascem em sua região. Por fim, outro aspecto importante do Programa era “[...] dar condições dignas de vida e renda aos agricultores no interior para que se evite a chamada favelização das cidades”.

Conforme aponta Tagliari, o sucesso da merenda escolar em Florianópolis e Criciúma chamava atenção de todo o Estado e de outras regiões do país. Em 2002, a implantação de projetos análogos ao Sabor e Saber estava sendo discutido nos Estados de Mato Grosso, Pernambuco etc., assim como nas cidades catarinenses de Blumenau e Chapecó. Blumenau já contava com algumas associações para o fornecimento de alimentos (ECOBLU e a COOPERPROVE), além de duas outras localizadas nas cidades vizinhas de Dona Emma (SC) e Presidente Getúlio (SC). Já Chapecó possuía uma boa produção local de feijão orgânico e passava a planejar a inserção de hortaliças orgânicas no cardápio das escolas.

✓ **Governo de Espiridião Amin**

Nessa fase, a disputa em torno da Agricultura convencional e não convencional sofreu alteração com a inserção de um novo ator social. Em um contexto de ascensão da Rede II, Espiridião Amin, governador da época, decidiu transformar Santa Catarina em um Estado livre de agrotóxicos. Ou seja, a Rede II, que, em anos anteriores, tinha iniciado a disputa por espaço na Estação Experimental de Ituporanga, a partir de

1998, via a clara possibilidade de passar de um pequeno grupo, contrário aos interesses dominantes, à rede hegemônica na instituição. Conforme as entrevistas informam, contudo, ao mesmo tempo em que Espiridião Amim “pesava a balança” para um lado, a direção da instituição pesaria para o outro.

Segundo os entrevistados, a decisão do referido governador estaria ligada ao Colégio Agrícola Caetano Costa⁴⁰, que possuía uma unidade de permacultura. Daquela instituição, foi enviado um técnico agrícola, que fez uma “convincente” explanação acerca do tema. “Convencido”, Espiridião Amim teria ido ao presidente da EPAGRI e exigido que se priorizasse a Agroecologia na instituição. Nas palavras do entrevistado (ENTREVISTA n.01), em 2001, “[...] o governador entra na EPAGRI e quer institucionalizar como prioridade a Agroecologia. Pegou os dirigentes de ‘calça curta’, porque os gerentes são, entre aspas, da linha conservadora, convencional. Aquilo lá foi um baque sem tamanho [...]”.

Apesar de o presidente da EPAGRI não ver com bons olhos a Agroecologia, segundo o entrevistado, ele pareceu resignado, em ter que levar a cabo o pedido do governador. Apesar disso, o mesmo entrevistado explicou que, na prática, a estratégia adotada foi outra:

O que eles fazem? Eles não dizem não, deixam de “molho”. Como isso veio em 2001, só tinha mais um ano. Com a possibilidade de reeleição, o governador se envolve em outros motivos, em outras questões. Mas há um certo fortalecimento, uma certa abertura [...] para trabalhar orgânico. [...] Então se abre, a extensão trabalha com orgânico. Só que, surpreendentemente, Amim perde, e entra Luiz Henrique, e entra o retrocesso na Agroecologia (ENTREVISTA n.01).

Outro entrevistado (ENTREVISTA n.14) acredita que a ideia de priorizar a Agroecologia e/ou a AO teria contribuído para a “surpreendente” perda de Espiridião Amin, nas eleições daquele ano. Segundo ele, as pretensões do candidato foram utilizadas como “bandeira” pelo partido contrário, que veiculou o fato na imprensa, de

⁴⁰ Segundo dados do Centro de Educação Profissional Caetano Costa (2011), o colégio foi fundado em 1940, tem uma área de 170 hectares e atende, atualmente, 228 alunos em período integral.

tal forma que o agricultor passou a questionar: “[...] será que eu vou ter que voltar para e enxada?”. Espiridião Amin, que tinha amplo apoio dos agricultores no Estado, perdeu as eleições para Luiz Henrique da Silveira.

✓ **Congresso de Agroecologia**

A trajetória de crescimento da Agroecologia e da AO culminou com a organização do III Congresso de Agroecologia, com o tema A Sociedade Construindo Conhecimentos para a Vida. Segundo o Jornal da Ciência (2005), o evento ocorreu entre os dias 17 e 20 de outubro de 2005, no Centro de Cultura e Eventos da UFSC, em Florianópolis. Segundo um dos entrevistados (ENTREVISTA n.09), “[...] foi um evento importantíssimo, com mais de três mil e 500 pessoas, e foi um evento muito forte aqui no Estado”. Outro entrevistado (ENTREVISTA n.11) compartilha da opinião, afirmando que “foi excelente, foi um marco também”. Um terceiro (ENTREVISTA n.13) afirma que “[...] na época foi o congresso com maior participação no Estado e ainda é, salvo engano, o evento técnico-científico que teve maior participação já na história de Santa Catarina, com mais de três mil participantes”.

✓ **Transformações na presidência da EPAGRI**

Nesse relato da trajetória histórica da Agroecologia e/ou da AO em SC, cabe também salientar a gestão do engenheiro agrônomo Murilo Xavier Flores, que assumiu a presidência da EPAGRI, em 02 de janeiro de 2007. Flores havia sido presidente da EMBRAPA, ocupado a Secretaria do Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura e foi um dos articuladores e coordenador do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Pouco tempo após assumir a presidência da EPAGRI, no entanto, ele deixou o cargo. Conforme a Procuradoria Geral de Santa Catarina (2009), Flores assumiu a presidência da FATMA no dia 05 de fevereiro de 2009, sendo seu cargo ocupado pelo ex-prefeito de Ituporanga, o ex-secretário executivo do Projeto Microbacias II, Luiz Hessmann.

Para um dos entrevistados diretamente ligado à administração de Flores, houve, naquele período, uma tentativa de aproximação da instituição com a Agroecologia e a AO. Segundo ele:

O Murilo vem com ideias diferentes, e ele realmente facilita muito o processo de “agroecologização”, a ponto de que, [de] todas as iniciativas, nenhuma [delas] era questionada, dois anos. Só que o Murilo se envolve muito em problemas de legalidades, [...] ele herda, mas ele tem que responder. [...] E não consegue se desembaraçar. Ele fica amarrado nisso aí. Quando ele respira para poder trabalhar, aí ele é substituído, infelizmente. [...] Aí entra outro presidente [...] e há um retrocesso muito grande (ENTREVISTA n.02).

O entrevistado afirma ainda que, na época, elaborou-se um “projeto de transformação, sob o ponto de vista da situação ambiental no Estado”. Segundo ele, subjacente à Agroecologia, havia a noção clara da necessidade de transição, de respeito da estrutura produtiva e da necessidade da gestão da instituição disseminar processos sociais mais amplos. Para ele, “hoje, o conselho da administração da EPAGRI são quatro ou cinco pessoas representantes da sociedade. Nós íamos abrir movimentos dos pequenos agricultores, mulheres agricultoras [...] e ia fazer um fórum”. A execução e a continuidade do projeto são resumidas pelas palavras do entrevistado:

Bom, durou um ano e meio, dois anos. O Murilo ficou na EPAGRI, aí tiraram e botaram na FATMA. [...] Esse projeto incomodou pessoas. [...] Com o Murilo se tentou uma transformação, que tinha muita possibilidade de dar certo. Mas [...] as instituições são muito sacralizadas, aquelas estruturas da década de 60, [...] aquela visão piramidal... (ENTREVISTA n.02).

Outro entrevistado (ENTREVISTA n.01) também comenta esse período, lembrando que, ao elaborar um novo planejamento, Murilo Flores “provoca a sede para repensar a EPAGRI”. Ele propõe centros de referência e de pesquisa, com um “viés social, ambiental, de Agroecologia”. E finaliza: “só que os dois anos se acabam. Aí entra um novo presidente, que é o atual de hoje e há um retrocesso”.

Quadro 19 - Outros episódios que marcam a segunda fase

Seminários Estaduais de Agroecologia: segundo um dos entrevistados (ENTREVISTA n.12), tais eventos não foram organizados somente pela EPAGRI, embora a primeira edição, realizada em 1999, no município de Rio do Sul, contou com a participação ativa de técnicos da instituição. Da mesma forma, na segunda edição, realizada em 2001, em Chapecó, membros da EPAGRI se responsabilizaram pela compilação do material que deu origem a um impresso com alguns resultados do evento (contando ainda com apoio da Prefeitura de Chapecó). As demais edições, ocorridas em Lages e São Miguel do Oeste, da mesma forma, sempre contaram com participação central de técnicos da EPAGRI (Baseado em: ENTREVISTAS n. 9, 11 e 12).

Seminários Regionais de Agroecologia: um dos entrevistados (ENTREVISTA n.12) destaca as edições ocorridas em Chapecó, em 1999, com parceria entre EPAGRI e a Prefeitura Municipal do município, e, em 2006, com parceria entre EPAGRI e UNOCHAPECÓ.

Fonte: entrevistas ao autor.

6.3.1. Disputas internas entre Agroecologia e/ou AO evidenciam uma nova coalizão de atores

Embora anteriormente se tenha promovido uma análise das coalizações de atores na Rede II, com base nos discursos e publicações da EPAGRI, vale dar continuidade às análises e concluir a apresentação dos subgrupos, considerando que os próprios entrevistados admitiram haver disputas internas na rede. Nas palavras de alguns entrevistados, haveria duas grandes coalizões de atores, no grupo contrário à Agricultura convencional: (i) os defensores da Agroecologia e (ii) os denominados “orgânicos técnicos”. Diferenças entre elas podem ser observadas através do trecho abaixo:

[...] a nossa proposta [Agroecologia], por exemplo, é bem diferente deles [orgânicos técnicos]. **Nós**, assim, não temos constrangimento nenhum de dar curso direto ao agricultor, e sempre demos, o grupo de pesquisador aqui, curso direto para o agricultor de Agroecologia. [Cita o nome de um pesquisador] não, ele quer – a mentalidade dele de [Cita o nome da Estação] e do grupo deles aí na época – curso é para o técnico, para o técnico repassar para o agricultor. Aquela coisa do viés vertical. **Eles** não têm muito viés horizontal. A gente vai direto à propriedade [grifo do pesquisador] (ENTREVISTA n.15).

Nota-se uma cisão no discurso que aponta para um grupo **nós** e outro **eles**. Outros discursos possibilitaram captar as principais divergências que separam ambos os grupos, quais sejam:

- (i) obtenção e utilização de recursos financeiros;
- (ii) posição frente ao término do Programa de Agroecologia;
- (iii) a transição agroecológica.

Em relação ao primeiro item, segundo os entrevistados, ao longo da trajetória da EPAGRI, esteve a cargo dos técnicos a obtenção de recursos para atuar com Agroecologia e/ou AO, tornando, especialmente a pesquisa, dependente de financiamentos externos. A afirmação de um entrevistado (ENTREVISTA n.12) resume oportunamente a situação trazida pelos técnicos da empresa: “ah, tem linha de financiamento, opa, então tá, faça um projeto para captar recursos para nossa unidade, tá liberado, pode trabalhar com Agroecologia”. Ou seja, os financiamentos tornaram-se moedas de troca para atuar com agricultura não convencional.

Esse quadro, no entanto, abriu a possibilidade para a atuação dos chamados “oportunistas”, que, segundo entrevistados, atuavam em dois níveis. O primeiro são “gestores maiores”, que se apropriam de resultados positivos e do reconhecimento de ações realizadas por pesquisadores e extensionistas que trabalham na “contramão” das práticas dominantes (agricultura convencional). Para alguns entrevistados, muitas vezes, tais gestores, que foram contrários à realização daquela própria ação, contabilizam para si as benesses geradas pelas práticas não convencionais. Outro tipo de “oportunista” seria aquele que se utiliza dos financiamentos dirigidos à agricultura não convencional. Segundo alguns entrevistados, haveria uma postura do tipo: “ah, o MDA tem uma política de extensão rural agroecológica [...]. Tem recurso? Então, fizemos uns projetinhos. Quais são as palavras-chaves importantes? Agroecologia, sustentabilidade, participação. Opa, daí passa tudo” (ENTREVISTA n.02).

Nitidamente, alguns entrevistados se referem a um grupo de gestores que estariam se aproveitando da Agricultura não convencional e de técnicos que fariam o mesmo com recursos destinados à Agroecologia e/ou AO. Especialmente no segundo caso, o discurso sugere, também, que haveria técnicos mais aptos, ou mais indicados, para atuarem com as práticas agrícolas que a Rede II defende. Finalmente, estas afirmações sugerem a formação de um grupo de “merecedores” para atuar com a Agroecologia.

O autor das afirmações descritas abaixo, possivelmente se enquadra entre os “oportunistas”. Ele reconstrói sua atuação em relação

à Agroecologia e/ou AO da seguinte forma:

Eu estava terminando uma linha de trabalho, estava com problema de excesso de adubo e o problema de pragas também na pastagem, e **aí teve a oportunidade do recurso**. Então, tu oportunizar com linha de financiamento, porque a gente depende disso, qualquer pesquisador aí tem. O que nós temos de recursos da empresa para manter os trabalhos aqui é mínimo, para manter o que, o deslocamento de um veículo, estragar um carro, um trator (grifo do autor) (ENTREVISTA n.03).

Em relação ao Projeto de Agroecologia, surgem as figuras dos “traidores”. Conforme será visto com mais detalhes, o encerramento do Projeto de Agroecologia foi visto, pela maioria dos integrantes da Rede II, como uma estratégia deliberada da direção para minar o avanço da Agroecologia e/ou AO em Santa Catarina. Os poucos apoiadores da extinção do programa, que atuavam com agricultura não convencional, foram considerados traidores. Um dos entrevistados, que poderia ser enquadrado nessa categoria, afirma que a posição da direção da EPAGRI é a de que todos os pesquisadores deveriam estar inseridos em uma “linha mais sustentável”, em todos os programas de pesquisa, o que dificultaria o retorno de um grupo específico para tratar do tema. Em sua opinião, o fato de projetos de AO e/ou Agroecologia serem discutidos nas reuniões de planejamento, juntamente com outros trabalhos, gera avanços, pois se promovem discussões, trocas de ideias, questionamentos etc. Por fim, para ele, as decisões tomadas pela direção surtiram efeito, tanto que, a partir destas, arroz, banana, citros, maçã, tomate e uma série de produtos passaram a ser cultivados organicamente. Resumindo, com o encerramento do Projeto de Agroecologia, para ele: “melhorou bastante” (ENTREVISTA n.10).

Por fim, vale considerar a distinção entre os grupos, envolvendo a concepção de transição. Os atores ligados à Agroecologia estariam inclinados a defender uma transição radical, em que a empresa focalizasse todas as pesquisas em técnicas não convencionais, enquanto que os “orgânicos técnicos” ou não assumem tal proposta ou aceitam apenas uma transição lenta, contando com a possibilidade de atuar com produção orgânica e convencional. O trecho abaixo se refere a um entrevistado que se enquadra no segundo grupo (orgânicos técnicos). Para ele:

Eu trabalho também numa linha convencional. O que vou fazer? Não posso abandonar, sou pago para isso. [...] Não vou chegar lá e ficar cego naquilo que o produtor está fazendo. Tem que ir devagarzinho, [...] para ele ir observando, por si só, como está acontecendo, o que acontece na propriedade dele. Imagina se eu chego lá com uma ideia toda nova, ele faz lá e não dá certo e ele perde toda a produção? Não posso comprometer o produtor, comprometer a renda dele. Eu preciso fazer um trabalho que, ao mesmo tempo, vá mudando e não tenha perda de renda. [...] **Aí talvez a empresa não aceite muito essa ideia de muitos profissionais que querem ficar só em cima da Agroecologia** [grifo do pesquisador] (ENTREVISTA n.11).

Com base na perspectiva dos entrevistados, formar-se-iam dois grupos com diferentes características:

Quadro 20 - Agroecologia *versus* orgânicos técnicos

Atores ligados à Agroecologia	Atores ligados à Agricultura Orgânica (“Orgânicos técnicos”)
✓ Visão de poder horizontal;	✓ Visão de poder vertical;
✓ Perspectiva holística;	✓ Perspectiva mercadológica;
✓ Defensores de uma “causa”;	✓ Oportunistas (recursos financeiros)
✓ Merecedores;	✓ Traidores (contra o Projeto de Agroecologia.);
✓ Transição radical ou completa.	✓ Pesquisa e extensão paralela ou transição gradual.

No entanto, este quadro se baseia na opinião de atores ligados, em maior ou menor grau, à Agroecologia, evidenciando percepções caricatas da atuação de atores ligados à Agricultura orgânica e idealistas quanto aos pressupostos que conduzem a Agroecologia na EPAGRI. Discussões anteriores - especialmente baseada em Long (2007), no tocante às noções de poder e empoderamento, e por Guivant (1997; 2010), em críticas à abordagem de Robert Chambers e à Agroecologia - mostram limitações e fragilidades dos pressupostos apresentados no quadro acima. Desta forma, a formação de uma nova coalizão conta apenas com parte das características trazidas pelos entrevistados.

Somados aos Agroecológicos, Agroecológicos orgânicos e Irresolutos, surgem os chamados Orgânicos Técnicos. Afastando-se de caracterizações parciais e idealistas, não remetem a um possível oportunismo e/ou traição, mas a atores que orbitam mais diretamente entre agricultura convencional e não convencional. Este grupo não defende a Agroecologia e atua, eventualmente, com AO, sobretudo havendo financiamentos externos ou outro tipo de apoio para tais atividades.

Na Rede II, dentre as quatro categorias (incluindo agora o Orgânico Técnico), as qualidades e uma possível virtuosidade dos atores aumentam, conforme se aproximam da Agroecologia. Ao contrário, somam-se críticas e acusações, conforme se aproximam da Agricultura convencional. Forma-se, portanto, um espectro, conforme mostra a figura abaixo:

Figura 3 - Espectro dos grupos que atuam na instituição



A harmonia entre os subgrupos na Rede II é frágil, especialmente envolvendo aqueles mais distantes da Agroecologia. Em determinadas situações, atores são considerados “invasores” da Rede II e, portanto, tornam-se alvo da maioria das críticas. Os invasores são denunciados por: (i) desconsiderarem as necessidades ambientais e sociais da Agricultura catarinense, sobretudo do agricultor familiar; (ii) reproduzir o modelo proposto pela Revolução Verde; (iii) dar demasiada ênfase ao aspecto econômico, de modo a favorecer agricultores ligados ao *Agro business* etc. Na prática institucional, o grupo criticado se posiciona contrário a um processo radical de transição e mostra-se favorável à extinção do Programa de Agroecologia.

Assim, as análises possibilitaram o prosseguimento da discussão, na tentativa de mapear a EPAGRI, levando em conta as disputas de poder envolvendo a Agroecologia e a AO. Na figura abaixo, se detalham as novas arenas que se estabelecem:

Figura 4 - Mapa da EPAGRI, levando em conta as disputas entre Agroecologia e AO e Agricultura convencional



✓ Os Projetos Microbacias I e II, na disputa entre redes

Os posicionamentos explicitados anteriormente, acerca do Programa Microbacias II, revelam que tal projeto sofreu reinterpretções e modificações, ao longo de sua aplicação. Isso ocorreu de modo a desenhar um quadro variado, que conduz a análise para várias direções. Ou seja, os Projetos Microbacias I e II não são modelos lineares, pois a atuação dos atores transformou os objetivos iniciais do Governo do Estado e do Banco Mundial, tornando-os específicos e únicos, nos diversos contextos em que foram aplicados. Acredita-se que seja um equívoco inserir os Projetos Microbacias I e II nas disputas de poder - enquanto um projeto único e homogêneo.

Alguns entrevistados consideram que a intervenção do Banco Mundial, através dos programas, teria favorecido a Rede II, tanto em 1991 quanto em 2002. Outros, no entanto, observam o quadro de forma contrária, como se os projetos atravancassem o desenvolvimento da rede, por destinar tempo e recursos para ações que se desviaram da Agroecologia e/ou AO. Um terceiro grupo considera que a Rede II foi “enganada” (ou usada), na aprovação dos projetos, pois se esperava apenas atender às exigências formais das instituições financiadoras.

Diante disso, opta-se por não atribuir aos projetos um caráter maniqueísta, de positivo ou negativo. Esta avaliação, possivelmente, poderia ser realizada, analisando-se diversos contextos individualmente. Os projetos, contudo, interferem diretamente na ação dos pesquisadores e extensionistas, nos escritórios locais e estações experimentais do Estado. Desta forma, no mapeamento das relações estabelecidas e das disputas presentes na EPAGRI, acrescenta-se a ação do BIRD, principal financiador do Programa.

Figura 5 - A atuação do Banco Mundial, nos programas Microbacias I e II



6.4. TERCEIRA FASE: DESEQUILÍBRIO DE FORÇAS

Uma série de episódios provocou um desequilíbrio de forças, entre as redes, na EPAGRI. Estes acontecimentos caracterizam a terceira fase da instituição, no tocante à Agroecologia e a AO.

✓ **Extinção do Projeto de Agroecologia**

Como expressado anteriormente, a aprovação do Projeto de Agroecologia foi uma oportunidade de equilibrar as forças entre as redes. Segundo os entrevistados, o referido projeto teve duração entre os anos de 2000 e 2006. O argumento oficial que justificou o encerramento de suas atividades é o de que não havia razão de se desenvolver um projeto único para a Agroecologia e/ou a AO, pois estas deveriam permear todos os projetos da instituição. Segundo um dos entrevistados, com a extinção do projeto:

[...] todo mundo foi realocado dentro dos projetos internos que tem dentro da empresa. Tipo, fruticultura, nós tivemos que ir lá para o trabalho de frutas, para fruticultura temperada normal, sem ter um viés de produção orgânica. Tudo de fruticultura estaria lá. O que era de hortaliça foi tudo para hortaliça (ENTREVISTA n.15).

Conforme termo utilizado pelo entrevistado, ocorre uma “debandada” dos pesquisadores e extensionistas, que atuavam com práticas não convencionais. Ou seja, os profissionais pertencentes ao extinto projeto foram orientados a integrarem outros projetos, promovendo reencontros que geraram situações de “mal-estar”. Nesse sentido, um ator assim se expressa:

[...] teve uma reunião [...] na fruticultura. [...] **E um clima muito tenso até, pela nossa entrada, um clima até meio chato.** Alguns comentários no ar da presença dos que estavam saindo da agroecologia para entrar na fruticultura. **Como se houvesse uma bandeira arraigada em termos técnicos da agroecologia contra o que existia do convencional. Até um discurso por parte de alguns, um pouco carregado e umas coisas meio pejorativas assim nos bastidores. Até**

meio agressivo... [grifo do pesquisador].
(ENTREVISTA n.15).

Frente à extinção do referido projeto, a Rede II sente-se fragilizada, pois, segundo os entrevistados, o grupo em torno da Agroecologia e AO acaba sendo “diluído” em projetos da Agricultura convencional. Isso é possível perceber, por meio de depoimentos como: “lá na fruticultura, só tem um, só você está pensando. Os outros ‘caem de pau’ e dizem: Ih, [...] você está sonhando, vai para lá com essa conversa mole. Lá na olericultura tem dois, mas também [...]” (ENTREVISTA n.12).

Quadro 21 - Ata da reunião de planejamento

TRECHOS DA ATA DA REUNIÃO DE PLANEJAMENTO DO PROJETO HORTALIÇAS/2006

Local e data: EEI – 05 e 06 de Junho de 2006

15 h – Palavra do presidente da EPAGRI Athos de Almeida Lopes.

O presidente destacou que tem ouvido relato de alguns pesquisadores de que estes estariam fazendo o trabalho da extensão rural, e quer que os extensionistas sejam mais atuantes. A seguir relatou a transferência dos subprojetos do projeto Agroecologia para os demais projetos, e quer ver a agroecologia “permeando” em todos os projetos da EPAGRI, uma vez que a sociedade está exigindo produtos mais saudáveis, produzidos com menor impacto ambiental. Em seguida o presidente destacou que vai apoiar o projeto hortaliças, e que priorizou a pecuária em 1º lugar, o reflorestamento em 2º lugar e agora a olericultura em 3º lugar. Destacou que as hortaliças podem ser uma boa alternativa de substituição das lavouras de fumo em SC, por ser atividade de alta densidade econômica.

O colega Paulo Tagliari, coordenador do subprojeto agroecologia, relatou a reunião com a direção para tratar da transferência dos subprojetos de agroecologia para outros subprojetos. A justificativa foi a de que isto alavancaria a agroecologia em SC com resultados para a sociedade que busca produtos limpos. Paulo Tagliari relatou desejo de ver o subprojeto em atividade, para manter um fórum de debates. Segundo Paulo, a agroecologia deve envolver também pesquisa participativa. O diretor Salgado relatou que o subprojeto agroecologia permanece com trabalhos na Extensão rural. 2006 será o último ano de reunião de pesquisa. No próximo ano os subprojetos de pesquisa participativa deverão ser discutidos na reunião do projeto hortaliças.

Entre 1991, ano da fusão que originou a EPAGRI, e 2006, ano da extinção do Projeto de Agroecologia, acredita-se que a Rede ligada à Agricultura não convencional teve uma trajetória de crescimento na EPAGRI. O encerramento do Projeto, no entanto, revela uma nova fase

na trajetória do grupo na instituição. Antes de prosseguir com as reflexões, vale destacar que este último episódio descrito fomenta uma disputa que já ocorria na instituição de maneira velada: Rede II *versus* a direção da EPAGRI.

6.4.1. Situações de interface estabelecidas na terceira fase

✓ Disputa entre Rede II *versus* a direção da EPAGRI

Conforme se afirmou acima, oficialmente o Projeto de Agroecologia teve sua extinção decretada, visando permitir à Agroecologia e à AO permearem todos os projetos da instituição. Para um dos entrevistados (ENTREVISTA n.03), que é ligado à direção da EPAGRI, a justificativa para o fim do projeto é transparente: o planejamento da EPAGRI tinha como base a organização dos projetos por **produtos**, tais como hortaliças, cebola, gado de leite etc. Não sendo um produto, o Projeto de Agroecologia deixou de existir. O entrevistado não considera a direção contrária à Agricultura não convencional, embora admita que possa “[...] pender mais para o lado contrário” [agricultura convencional], devido à “falta de convencimento e por [...] acreditar que uma coisa dá certo e que produz”. Ele finaliza:

Eu não vejo que a direção da EPAGRI seja contra. Nunca vi nenhum posicionamento de nenhum..., eu estou desde 2003 acompanhando todo esse processo com outros diretores, outros presidentes, outras diretorias que passaram. Não tenho visto posicionamento contra. Mas apoio mesmo, de ‘agora a bandeira é essa’, também não. Acredito que não. Nem sei se seria ou não seria... Não lhe diria isso, que deveria levantar uma bandeira, mas acho que nós deixar também de lado a possibilidade de trabalhar com isso é burrice. De trabalhar essa linha também [grifo do pesquisador] (ENTREVISTA n.03).

A justificativa oficial, no entanto, não convenceu os técnicos que atuavam com Agroecologia e AO, gerando tensões e questionamentos frente à postura da direção, perceptíveis em trechos extraídos das entrevistas. Para alguns entrevistados, a extinção do projeto foi motivada por “uma resistência política de medo”. Ou seja, grupos políticos ligados à direção ficaram alarmados com o aumento do fluxo

de movimentos sociais, atraídos ao Congresso de Agroecologia e resolveram extingui-lo. Outro entrevistado (ENTREVISTA n.12) menciona o Congresso como motivador, afirmando que a direção tentou evitar uma possível “ideologização” que havia no projeto, evidenciada no evento realizado em 2005 na capital catarinense. Nas palavras do entrevistado:

[...] o presidente da época achou que, assim, [...] ainda hoje tem isso, algumas pessoas ligam Agroecologia com algumas outras conotações. Algumas pessoas relacionam ainda hoje Agroecologia como sendo uma ideologia, uma linha ideológica, mas essa linha ideológica não é... . Como se a outra não fosse ideologia. A direção diz que a Agroecologia está muito ideologizada, então nós vamos terminar com ela. Teve talvez um momento... . Ninguém diz isso, talvez uma leitura somente minha, no Congresso Brasileiro, em Florianópolis, teve alguns momentos um pouco, talvez, numa leitura, possam ser um pouco agressivos para quem não se considera ideológico [risos]. Tinha grupos do movimento a favor dos Sem-Terra jovens. Eles fizeram manifestações públicas do estilo ‘palavras de ordem’... Estava o palestrante falando, se é do grupo deles: oh! Se é do outro meio... . [...] As pessoas certamente entenderam, nosso presidente e direção, na época, certamente entendeu isso como agressão, acho eu. E aí foi, foi, foi, até que culminou com encerrar o projeto. Não foi imediato [...]. Ali foi uma gota d’água a mais que o cara se sentiu acuado, agredido com aquilo e [...] então não, está ideologizado. A direção, totalmente, com um pensamento político totalmente diverso do MST, vamos dizer assim. O MST é ideológico, eu não sou... [risos] (ENTREVISTA n.12).

Outros entrevistados admitem não entender as “verdadeiras” intenções da direção, ao extinguir o projeto. Um deles (ENTREVISTA n.11) afirma:

Eu não sei se, numa empresa, quando um grupo começa a se fortalecer, não existe uma... Porque o grupo do Microbacias, os secretários executivos

do Microbacias estavam num grupo muito afinado, em termos de desenvolvimento do Estado, desenvolvimento rural, de comunidade, de município. Estavam muito bem, sabe? E, de repente, eles, meio que houve um racha ali. Eles não continuaram mais se reunindo e fomentando e trazendo. Eles estavam trazendo na empresa uma ideia, assim de construção de saberes e de trabalho. **Aí, esse grupo de Agroecologia também estava meio que influenciando [...] e, de repente, não sei por que cargas d'água, ele tem que ser um projeto inserido em todos os outros projetos, não tem mais esse grupo. Ou talvez brigas, divergências de lideranças; não sei se foi isso ou não. Fico em dúvida o que pode ter acontecido. Ou os novos diretores não entendem a Agroecologia com potencial futuro para o Estado. São coisas que dá para você perceber, porque de repente um projeto que vinha dando certo...** [grifo do pesquisador].

Após a extinção do Projeto de Agroecologia, alguns atores tentaram reorganizá-lo. Uma das tentativas ocorreu em 2008, quando se propôs aliar os trabalhos desenvolvidos pelo projeto com o Programa de Educação Ambiental, realizado pelas extensionistas da EPAGRI. Nas palavras do entrevistado (ENTREVISTA n.15), a expectativa era gerar “[...] capilaridade [n]o estado inteiro, não mais aquela coisa de alguns com boa vontade. Não, todo escritório local teria ações. Mas aí, não foi aceito dentro da instituição”. Acerca desse fato acrescenta ainda que:

Óbvio que **eles** perceberam que **nosso** articulação era para ter mais capilaridade ainda do que nós já tínhamos. Novamente, não, não, não, cada um no seu quadrado. [...] Acho que tem um temor da capilaridade de verdade, mesmo da linha ecológica dentro da empresa, **de perda de poder** [grifo do pesquisador]. (ENTREVISTA n.15).

Por fim, para outro entrevistado (ENTREVISTA n.02), a direção e o grupo gestor da instituição tomou a decisão certa, no momento errado, utilizando o argumento de diluir a Agroecologia para os demais projetos como base para extinguir o projeto. Nas palavras do entrevistado:

A Agroecologia é um programa tão importante. A Agroecologia, em si, não pode ser um programa, ela tem que permear todos. Bom, eu concordo com isso, numa situação madura de Agroecologia. Mas dessa forma foi um mecanismo de extinguir o projeto. **Se alicerçaram em coisas teóricas que a gente defendia, para fazer uma jogada maquiavélica e acabar com o projeto.** A direção, o grupo gestor principal [grifo do pesquisador]. (ENTREVISTA n.02).

Para os entrevistados, o período pós-projeto dificultou a atuação dos técnicos na EPAGRI. Segundo um deles:

Tu imagina um extensionista rural. Para ele, estudar Agroecologia é um bicho de sete cabeças, porque não tem segurança. Agroecologia você não pode dizer: vai produzir tanto, porque são muitos fatores que envolvem no crescimento da planta ou na saúde do animal. Enquanto que, na Agricultura convencional, na pecuária convencional, todas as soluções estão empacotadas. Tu abre o saco de adubo, tu aplica um litro de herbicida, fungicida, inseticida, tu sabe, mais ou menos, que gastando aquilo ali [...] tu tem um patamar que tu pode chegar (ENTREVISTA n.14).

A extinção do projeto, segundo outro entrevistado, forçou uma mudança na atuação da Rede II, tornando-a, muitas vezes, clandestina, tendo em vista que a chefia regional não poderia tomar conhecimento. Para ele, retornou-se a uma fase em que técnicos eram demitidos ou afastados dos seus cargos, por defenderem ideias contrárias à direção. Como exemplo, ele cita um episódio que vivenciou, como diretor da EPAGRI:

[Cita o nome de um técnico da EPAGRI] não foi demitido porque eu era diretor da EPAGRI. E por quê? Por que ele seria demitido? Porque ele estava se pautando em trabalhos práticos, que davam resultados dentro de uma visão agroecológica. Ele estava fora do modelo. Mas estar fora do modelo, dentro da matriz ecológica, de Agricultura Ecológica, significava se indispor, se insubordinar, à estrutura administrativa da EPAGRI (ENTREVISTADO n.02).

Nesta terceira fase, as críticas se acentuam e novamente surgem discursos do tipo **nós** (Rede II) *versus* **eles** (nesse caso, **o eles** é a direção). Os entrevistados concordam que a empresa sempre manteve um foco quimicista, sendo que a Agroecologia e/ou AO manteve-se mais dependente de interesses pessoais de pesquisadores e extensionistas “do que propriamente da direção da casa”. Para a maioria, a justificativa para esta postura da instituição relaciona-se a questões políticas relacionadas à escolha dos gestores. De maneira geral, o presidente da instituição vincula-se ao partido do governador, que fez a indicação de seu nome para o cargo, assim como os demais cargos de chefia são indicados pelo “presidente indicado”. Ou seja, a distribuição de poder ocorre em sintonia com programas de partidos políticos, envolvendo todas as chefias, em um “efeito dominó”.

Segundo os entrevistados, caso o partido político não esteja voltado para Agroecologia e/ou AO, estas se mantêm marginalizadas. Além disso, eles afirmam que esse critério de manipulação política, muitas vezes, conduz, aos cargos de chefia, indivíduos despreparados e incapazes de compreender a complexidade de um modelo de desenvolvimento rural que alguns técnicos defendem.

Com base nas entrevistas, sob um “viés político”, pode-se afirmar que a natureza e a continuidade dos projetos alicerçam-se em bases frágeis, tendo em vista que a troca de direção pode alterar radicalmente os rumos da instituição, especialmente, sob os seguintes aspectos:

(i) Natureza dos projetos: para os entrevistados, como uma “instituição gerencial”, o corpo técnico mantém-se à espera de coordenadas a serem seguidas. Portanto, a posição assumida pela direção, pela Secretaria da Agricultura, pelo Governo Estadual etc. influencia diretamente as ações dos pesquisadores e extensionistas. A natureza dos projetos, portanto, “[...] depende muito do posicionamento do diretor técnico da empresa, do diretor de pesquisa, do diretor de extensão rural [...] e do presidente, naturalmente”. E o que se observa é que a EPAGRI vem estimulando o grande agronegócio e a transgenia, ao passo que “[...] se fala muito em agricultura familiar, mas, de fato, na prática, há algumas dificuldades para realmente ver algo mais concreto nessa área” (ENTREVISTA n.09).

(ii) Continuidade dos projetos: depende do posicionamento dos gestores, tanto no âmbito estadual quanto no municipal. Conforme um dos pesquisadores (ENTREVISTA n.14), “chegou uma época que a gente tinha determinado aqui, entre nós, que aqui nessa parte da frente não se usaria mais agrotóxicos. Durou até trocar a chefia. Trocou a chefia e já botaram experimento, já botaram adubo. Acabou. Era um

acerto interno”. Outro acerto interno que havia na Estação Experimental era de que não seriam mais testados agrotóxicos de empresas multinacionais. Segundo o mesmo entrevistado: “mudou o chefe e aí começaram a pressionar”.

As críticas dos entrevistados atingem uma espécie de “alinhamento” entre Governo Estadual e direção, de modo a promover a manutenção do *status quo*. Quando, por algum motivo, esse alinhamento se desfaz, no entanto, há alterações nas relações sociais e a distribuição de poder passa a ser questionada e tensionada. Foi o que ocorreu quando o governador Espiridião Amin teve uma posição divergente em relação à direção, no final da década de 1990, e quando o presidente da instituição, Murilo Flores, apresentou uma posição distinta da do Governo Estadual. Caso as disputas se resumissem em uma luta de dois *rounds*, no primeiro (Rede II + Espiridião Amin *versus* direção) a Rede I manteve-se à frente, graças à estratégia da direção de frear o ímpeto do governador até as eleições vindouras, quando este foi derrotado. Já no segundo *round* (Rede II + Murilo Flores *versus* Governo Estadual), a Rede II contava com o apoio do novo presidente da EPAGRI, porém tinha, como adversário, os interesses do Governo do Estadual.

Portanto, os depoimentos dos entrevistados, aliados ao mapeamento das disputas na EPAGRI, sinalizam para uma nova força: a direção. É o que ilustra a figura abaixo:

Figura 6 - Uma nova força nas disputas por poder, envolvendo Agroecologia e AO.



6.5. QUARTA FASE: MOMENTO ATUAL

A fase atual da Rede II (até final de 2011) caracteriza-se por um panorama de abatimento entre os atores que a compõem. O fim do Projeto de Agroecologia parece ter sido um duro golpe, e as ações da rede visivelmente reduziram o seu ímpeto. Entre elas destacam-se: formação da Comissão de Produção Orgânica de Santa Catarina e a exposição de produtos orgânicos da Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

✓ **Formação e atuação da Comissão de Produção Orgânica de Santa Catarina (CPOrg-SC)**

A CNPorg foi criada a partir da regulamentação da Lei n. 10.831, através do Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007 (APÊNDICE B). No decreto, destacou-se a formação das Comissões da Produção Orgânica nas Unidades de Federação (CPOrg-UF), organizadas pelo MAPA, com a finalidade de auxiliar nas ações necessárias ao desenvolvimento da produção orgânica.

No dia 22 de outubro de 2008, o MAPA expediu a Instrução Normativa nº 54 (IN 54), com o objetivo de regulamentar a estrutura, a composição e as atribuições das Comissões da Produção Orgânica, bem como aprovar as diretrizes para a elaboração do regimento interno das Comissões da Produção Orgânica, nas Unidades da Federação. Diante disso, ficou sob a responsabilidade da Coordenação de Agroecologia (COAGRE) articular, acompanhar e orientar o processo de implantação e funcionamento da CNPorg e de uma Comissão da Produção Orgânica, em cada Unidade da Federação (CPOrg-UF). A primeira seria composta por cinco membros de organizações governamentais e cinco membros de ONGs e demais segmentos do setor privado; enquanto as CPOrgs seriam compostas paritariamente por, no mínimo, quatro e, no máximo, dez membros de organizações governamentais e igual número de membros de ONGs e demais segmentos do setor privado. Em ambos os casos, dever-se-ia garantir a presença de, pelo menos, um representante do setor privado de cada região geográfica do país.

Quadro 22 - Funções da CNPOrg e da CPOrg-UF

No Capítulo VI da IN 54 são definidas as atribuições de cada uma das comissões. A CNPOrg tem como atribuições: (i) emitir parecer sobre regulamentos que tratam da produção orgânica, levando em conta as manifestações enviadas pelas CPOrg-UF; (ii) propor regulamentos que tenham por finalidade o aperfeiçoamento da rede de produção orgânica no âmbito nacional e internacional, novamente considerando as propostas enviadas pelas CPOrg-UF; (iii) assessorar o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SISORG); (iv) articular e fomentar a criação de fóruns setoriais e territoriais que aprimorem a representação do movimento social envolvido com a produção orgânica; (v) discutir e propor os posicionamentos a serem levados pelos representantes brasileiros em fóruns nacionais e internacionais que tratem da produção orgânica, consolidando as posições apresentadas pelas CPOrg-UF; e (vi) orientar e sugerir atividades a serem desenvolvidas pelas CPOrg-UF.

As atribuições das Comissões da Produção Orgânica (CPOrg-UF) são: (i) emitir parecer sobre regulamentos que tratem da produção orgânica; (ii) propor à CNPOrg regulamentos que tenham por finalidade o aperfeiçoamento da rede de produção orgânica no âmbito nacional e internacional; (iii) assessorar o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica; (iv) contribuir para elaboração dos bancos de especialistas capacitados a atuar no processo de acreditação; (v) articular e fomentar a criação de fóruns setoriais e territoriais que aprimorem a representação do movimento social envolvido com a produção orgânica; (vi) discutir e propor os posicionamentos a serem levados pelos representantes brasileiros em fóruns nacionais e internacionais que tratem da produção orgânica; e (vii) emitir parecer sobre pedidos de credenciamento de organismos de avaliação da conformidade orgânica.

Fonte: Brasil (2008)

No diálogo com os entrevistados, alguns deles destacaram a atuação desses grupos, depositando neles muitas expectativas, relacionadas ao avanço da Agroecologia e/ou AO no Estado, especialmente em relação à reintrodução da merenda escolar orgânica nas escolas estaduais e à criação do ICMS Ecológico. Um dos entrevistados acredita que cabe ao CNPOrg catarinense reverter o que considera um “quadro caótico” que se implantou no Estado atualmente (ENTREVISTA n.13).

Quadro 23 - Composição da CPOrg de Santa Catarina

- ✓ Superintendência Federal de Agricultura em Santa Catarina (SFA/SC) – Eduardo Antonio Ribas Amaral (titular) e José Carlos Ramos (suplente);
- ✓ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/ SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL) – Marcone de Lima Souza (titular) e Leandro Gomes (suplente);
- ✓ Secretaria de Estado de Agricultura e Política Rural – Paulo Sérgio Tagliari (titular) e Nelton Antônio Menezes (suplente);
- ✓ Secretaria do Estado de Educação – Inês Lorenzi (titular) e Maria Júlia (suplente);
- ✓ Delegacia Federal de Desenvolvimento Agrário de Santa Catarina (MDA) – Jurandi Teodoro Gugel (titular) e Lidiane Camargo (suplente);
- ✓ Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – Wilson Schmidt, Paulo Lovato e Rubens Nodari (titulares) e Antônio Augusto Pereira (suplente);
- ✓ Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB/ SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SANTA CATARINA) – Sione Lauro Souza (titular) e Ricardo Cunha de Oliveira (suplente);
- ✓ Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) – Germano Guttler (titular);
- ✓ Companhia Integrada para o Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC) - Ana Maria de Andrade Mitidiero (titular);
- ✓ Centro Nacional de Pesquisa de Suínos e Aves (CNPISA/EMBRAPA) – Gilberto Schmidt (titular);
- ✓ Associação de Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra geral (AGRECO) e Associação de Agricultura Biodinâmica do Sul (ABD/SUL) – Lucio Schmidt (titular) e Marcelo Barbosa de Cunto e Rogério Ern (suplentes);
- ✓ Centro de Estudos e Promoção da Agricultura em Grupo (CEPAGRO) e Associação dos Apicultores Orgânicos do Vale do Rio D’Una (APIVALE) – Charles Lamb (titular) e Glaico Sell (suplente);
- ✓ Associação ECOVIDA de Certificação Participativa (AECPP) e Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores Rurais (CEPAGRI) - Luiz Carlos Rebelatto dos Santos (titular) e Anderson A. Silveira (suplente);
- ✓ Associação ECOCERT Brasil de Controle e Certificação (ECOCERT) e Associação de Agricultores Orgânicos de Florianópolis (AGROFLOR) - João A. V. Oliveira/Alexandre / Vanice (titulares) e Armando Lopes da Silva (suplente);
- ✓ Associação de Produtores Agroecológicos de Blumenau (ECOBLU) e Associação de Certificação Instituto Biodinâmico (IBD) - Klaus Hering (titular) e Nelson Jacomel Júnior (suplente);
- ✓ Associação Vianei (CENTRO VIANEI) e Associação de Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (APACO) - Natal João Magnanti (titular) e Diva Vani Deitos (suplente);
- ✓ Associação de Colonos Ecologistas do Vale do Mampituba (ACEVAM)

e Alento da Terra Horticultura Orgânica LTDA - Itamar, Silvana Ferrigo e Paulo Selam (titulares).

Fonte: MAPA (2012b)

✓ **Exposição na Assembleia Legislativa**

Outro episódio importante, citado pelos entrevistados, ocorreu no dia 31 de maio de 2011, com a exposição de produtos orgânicos na Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Deputados, diretores de empresas, imprensa e escolas foram convidados para participarem do evento. De acordo com um dos organizadores entrevistados:

Fizemos uma exposição no *hall* da Assembleia Legislativa, que foi uma exposição de muito sucesso. [...] Isso aí sensibilizou os deputados, [...] ficaram sensibilizados e, através do consulado da Itália, a Assembleia Legislativa enviou alguns deputados e alguns prefeitos para visitar a feira de produção orgânica na Itália. [...] E um resultado dessa visita aconteceu rapidamente. O município, o prefeito de São José, que estava lá, implantou agora, semana passada, a merenda escolar, reimplantou a merenda escolar no município aqui de São José. Então já está havendo reflexos disso aí.

6.5.1. Relações que se estabelecem no momento atual

Conforme análises anteriores, o momento atual não é visto como favorável pelos integrantes da Rede II. A maioria dos entrevistados concorda que a produção e a comercialização agroecológica e/ou orgânica vêm crescendo no Brasil e no mundo; contudo, lamenta que Santa Catarina tenha “ficado para trás”. Para um dos entrevistados, Santa Catarina poderia ser o maior Estado no tocante à quantidade de famílias produtoras de alimentos não convencionais, mas se manteve estagnado, nos últimos cinco anos. Segundo ele, é necessária uma retomada, que envolve investimentos públicos em agricultura familiar e AO, com destaque aos programas institucionais “que amarram o repasse de recursos dos estados e municípios” (ENTREVISTA n.09).

Outro entrevistado critica a forma com que a EPAGRI vem se posicionando frente à Agroecologia e/ou AO. Para ele, a instituição vem assumindo um planejamento equivocado frente a um modelo de

Agricultura que está inserido na economia de mercado, que tem escala, demanda e produtos comercializados em gôndolas de supermercados (ENTREVISTA n.15). Para parte dos entrevistados, a direção da instituição é formada por pessoas despreparadas para os cargos que ocupam, sobretudo, o presidente da EPAGRI, que se posiciona veementemente contrário à Agricultura não convencional e vem “esculachando e debochando” daqueles que se dedicam a tais atividades.

Apesar do panorama político descrito como caótico, entrevistados também vislumbram boas perspectivas na ação local. Segundo um dos entrevistados (ENTREVISTA n.02), “a Agricultura orgânica tem força nos municípios!”. Para ele, a formação de redes regionais, informais, “[...] dá consistência a qualquer movimento”. Acrescenta que mesmo redes informais são fortalecidas pela atuação de sindicatos, de movimentos sociais, de ONGs e de uma série de atores que defendem a Agroecologia e/ou AO. Segundo ele:

Nos municípios, está acontecendo muita coisa, e na pesquisa também. Tem pesquisadores que estão transcendendo aquela visão elitista de que pesquisa se faz dentro da estação experimental. Na pesquisa, que eu acho que está mais lenta que na extensão, porque ela é mais dura, em termos de formação epistemológica. [...] O pesquisador tem uma posição mais elitista, não as pessoas, a sua formação. A grande ambição na nossa época de extensionista era virar pesquisador. Porque daí nós vimos o quê? Autoridade da palavra. Ou seja, na contramão de tudo o que nós estamos propondo hoje. Mas, na extensão rural, nos municípios, está acontecendo muita coisa. [...] **No Estado inteiro, tu tá vendo surgir, repito, algumas questões de maneira consciente, que vislumbram essa dimensão [...] da transição, outros de maneira oportunista, que não sacam o que tem de conceitual por trás [...] da Agroecologia e veem como oportunidade de mercado** [grifo do pesquisador] (ENTREVISTA n.02).

✓ A ação de pequenas coalizões de atores

Apesar dos dois eventos citados acima, a extinção do Projeto de Agroecologia influenciou os membros da Rede II a sentirem-se enfraquecidos. Diante deste fato, acredita-se ter início uma nova fase,

em que as ações passam a ter outra natureza. No “momento atual”, nas estações experimentais, em todo o Estado, pesquisadores que atuam com modelos não convencionais de Agricultura são facilmente identificados pelos demais funcionários da instituição. Nota-se, portanto, que as mudanças que envolveram a Rede II não impedem sua ação, mas a modificam em dois aspectos:

(i) A prática não acontece por meio de um programa único e abrangente, em todo o Estado, como era desenvolvida (ou se pretendia desenvolver), através do Programa de Agroecologia. Diferentemente, ocorre por meio de pequenas coalizões de atores, inclusive díades que agem nas diferentes estações experimentais e escritórios municipais.

(ii) A adoção da estratégia da informalidade. Apesar da reclamação da inexistência do apoio formal, por parte da instituição, muitos atores mantêm suas práticas cotidianas praticamente inalteradas. Buscam financiamento por outras vias e utilizam a comunicação virtual para trocar experiências com pesquisadores e extensionistas de regiões mais distantes.

Ações de pequenas coalizações podem parecer pouco representativas, se analisadas isoladamente; no entanto, segundo os entrevistados, cumprem um papel fundamental e mantêm acesa uma disputa que remonta à fusão que originou a EPAGRI. Nas entrevistas com pesquisadores e extensionistas, chama atenção a incidência de destaque para a importância dos vínculos pessoais, representados nas interações sociais significativas, promovidas entre atores com interesse semelhante, de modo a promover ações que transformam, em diferentes graus, a realidade na qual se inserem.

Segundo um pesquisador entrevistado (ENTREVISTA n.12), o avanço da rede não convencional “[...] depende muito da equipe técnica local, se alguém se interessa pelo assunto”. Outro entrevistado (ENTREVISTA n.13) afirma que, se há crescimento da Agroecologia e/ou AO, em Santa Catarina, é porque “[...] existem técnicos que estão se dedicando por conta própria, não por uma diretriz própria da empresa. Na base do entusiasmo”.

Long (2007) afirma que as populações de agricultores são heterogêneas nas estratégias que adotam para resolverem os problemas que surgem. Embora as condições ecológicas, demográficas, de mercados, econômicas, políticas etc. influenciem as opções dos agricultores, em última instância são eles que tomam as decisões, problematizam ativamente suas situações, ordenam as informações e reúnem elementos para a operação/medida mais viável. Apesar das ações dos produtores estarem inseridas em um contexto de pressões

externas (governo, companhias transnacionais, centros de pesquisa etc.), a última decisão fica a cargo do administrador da propriedade ou da família (LONG, 2007, p. 412). Esse mesmo raciocínio pode ser transferido para a esfera que vem sendo analisada. Assim como o agricultor, em sua propriedade, a decisão é tomada pelo pesquisador, em sua estação, e pelo extensionista, em seu cotidiano (o que não significa que essa decisão seja aceita pelos produtores). Apesar de pressionados, os produtores encontram espaços de manobra para atuar e, muitas vezes, alteram o fluxo de eventos sociais e circunstâncias contingentes. Atualmente, a disputa se mantém com ações isoladas e, muitas vezes, informais, longe dos “olhos” dos chefes imediatos. Os termos do representante de uma das ONGs visitadas, salvo exageros, resumem o que vem acontecendo com a Agroecologia e/ou AO: “o órgão público, ele é direcionado pelo mandante daquele momento ou pela convicção pessoal, porque eu vejo, às vezes, que aquilo que a EPAGRI determina no momento, aqui embaixo, ninguém segue. Cada um faz o que sempre fez há 30 anos e deu” [grifo do pesquisador]. (ENTREVISTA n.07).

✓ Rede II *versus* ONGs e cooperativas: a disputa prossegue

Na discussão acerca da primeira fase, foram apresentadas algumas situações de interface entre atores ligados à Rede II e ONGs que atuam em Santa Catarina. As disputas não se restringem a essas situações, pois outras, bem mais acaloradas, podem ser percebidas em diferentes locais do Estado. Possivelmente, a mais acirrada ocorra na região de Chapecó, em que membros da EPAGRI e da APACO trocam críticas ásperas. Segundo o representante da ONG que atua no município:

Você quer a verdade? Com a EPAGRI, nesse momento, eu estou [termo retirado] com algumas pessoas da EPAGRI. Algumas pessoas da EPAGRI, não são todas. Algumas, nós temos parceria, nós somos companheiros. Para você ter ideia: Joaçaba, nós temos trabalho lá, juntamente com a EPAGRI; Capinzal, nós temos trabalho com a EPAGRI; Ouro também. Mas, quando tu vai falar da questão [cita o nome de um funcionário da EPAGRI] e o CEPAF, é **conflito**. Onde que nós temos cooperativas... E a gente tem estruturas aqui que os agricultores mantêm, essa é

a diferença. **E eles têm uma estrutura que o Estado mantém, gasolina e tudo mais. [...] E agora com o SC Rural, eles estão vindo com tudo para cima da gente** [grifo do pesquisador]. (ENTREVISTA n.06).

O entrevistado pontua que os conflitos envolvem somente alguns técnicos da instituição, pois “com o pessoal da CEPAF [Centro de Pesquisa para Agricultura Familiar] aqui, da pesquisa [...] a gente se dá bem. Só que são algumas pessoas que estão lá dentro que vê nosso trabalho. Eu não sei o que realmente está acontecendo, mas, quando vão para a palestra, vão para detonar a gente”. Para o entrevistado, “o que nós estamos fazendo é a EPAGRI que deveria fazer, mas ela não faz” [grifo do pesquisador].

Em desfecho, o entrevistado afirma que a atuação de alguns técnicos da EPAGRI obscurece as ações da APACO, pois “lá na ponta” existem agricultores que afirmam: “ah, mas a EPAGRI apareceu aqui e falou isso e falou aquilo”. Acrescenta que, em alguns momentos, membros do corpo técnico da EPAGRI foram “sem-vergonhas”, denunciando a existência de agroindústrias que não se encontravam legalizadas, para a promotoria, para, logo a seguir, oferecerem a troca da marca Sabor Colonial pela marca da Central das Cooperativas da Agricultura Familiar do Alto Uruguai (CECAF) [ligada à EPAGRI].

As palavras da entrevistada evidenciam uma disputa mordaz por espaço, tendo em vista que a EPAGRI presta auxílio a uma cooperativa da região, enquanto a APACO estabelece vínculo com outra. Nesse contexto, a atuação das organizações parece se chocar, cada uma tentando minar a atuação da “rival”.

Em outra região (ENTREVISTA n.04), evidencia-se uma nova disputa entre EPAGRI e ONGs. Segundo um dos representantes da AGRECO, ao longo do tempo, conflitos foram surgindo, muitas vezes “de ordem até pessoal”. Para ele, “[...] **há uma competição de tecnologia, pela AGRECO ter sido pioneira. E não sei se eu falo a palavra ciumeira, mas parece que alguns momentos têm até alguns indícios disso**”. Ele, no entanto, ressalta: “que também estão focadas em cima de figuras, de pessoas. A instituição em si, formalmente, não existe nenhum agravante, de corte, mas assim, a gente percebe que, depende a pessoa, se puder criar algum entroncamento, acontece”.

Além deste aspecto, as entrevistas reforçam alguns argumentos trazidos em itens anteriores e potencializam a discussão acerca da condição atual da Rede II. O representante da COOPERAGRECO

percebe que as relações de poder, envolvendo a troca de diretores e de Governo no Estado, influenciam a trajetória da EPAGRI. Para ele, a atuação da instituição “**varia muito de acordo com a direção**”. Recorda-se que, no momento em que Murilo Flores estava à frente da direção da instituição, foi construído um projeto para o território, com participação da FATMA, da prefeitura, das secretarias e das entidades da região, inclusive com captação de recursos através da EPAGRI. Quando Flores “foi chamado” para a FATMA, contudo, “o que a gente esperava de resultado desse programa, ficou muito aquém, por conta do jeito de executar” (ENTREVISTA n.05).

Argumentos semelhantes são apresentados pelo entrevistado (ENTREVISTA n.7) que representa a CRESOL. Para ele, “dentro da EPAGRI têm muitos agroecológicos, técnicos com convicção, tem outros convencionais. Tem uns que vendem tudo. Se o cara é convencional, ele fala convencional [...], então tem de tudo”. Acrescenta:

A gente, às vezes, vê as linhas do Governador X, dá esse. Depois, vem outro, vira aquele, mas, na prática, aqui embaixo funciona pela relação. Se tem um cara **da EPAGRI que ele é convencional, ele não vai apoiar a Agroecologia**. Agora, o agroecologista, ele começa a discutir de outra forma. E isso está ali dentro [grifo do pesquisador] (ENTREVISTA n.07).

Além das interferências da direção e da troca de governo, o entrevistado destaca um aspecto fundamental: subjacente às influências da direção e do governo estadual, há a atuação de pesquisadores e extensionistas “na ponta”. Este fato foi trazido por inúmeros entrevistados, evidenciando que muitas parcerias e disputas não envolvem a EPAGRI e ONGs, mas atores sociais que atuam em pequenas redes ou coalizações. O representante da COOPERAGRECO aborda a mesma questão, ao afirmar que:

[A EPAGRI] é uma parceria importante, da mesma forma que a Universidade Federal. Existe o apoio institucional e o **apoio de profissionais que se ligam à causa. E isso faz diferença. Dentro da EPAGRI regional, tem essas pessoas e dentro da EPAGRI local, aqui nos**

municípios, a gente tem esses apoios também
[grifo do pesquisador] (ENTREVISTA n.05).

O entrevistado alerta para o risco envolvido nesse apoio informal, fornecido por alguns funcionários da EPAGRI, como ir para a “geladeira”.

Por fim, questionado acerca da EPAGRI, o entrevistado representante do Centro VIANEI (ENTREVISTA n.08) recorda que, na década de 1980, estabeleceu-se um convênio entre as duas instituições. Entre os resultados obtidos: “o primeiro projeto de suinocultura ao ar livre, aqui em Ponte Alta, foi um técnico da EPAGRI que implantou, com nossa parceria”. Atualmente, no entanto, a relação “[...] depende muito do escritório local. **Muita parceria em alguns, animosidade em outros.** E dentro do escritório tem gente que não gosta de nós e gente que trabalha conosco”. Nesse contexto, o entrevistado afirma:

Por exemplo, nós temos um técnico da EPAGRI lá de São Joaquim, [...] que esse é o cara que faz a demanda, faz o trabalho com Agroecologia, com dois ou três grupos lá, e a gente também tem uma parceria com relação à comercialização, à certificação. Algumas vezes, a gente visita os grupos para discutir questões da produção e tal, mas ele toca o processo (ENTREVISTA n.08).

Portanto, considerando as disputas entre os atores ligados à Agroecologia e/ou AO, e ONGs e cooperativas, foi possível mapear as principais relações e disputas de poder, estabelecidas na EPAGRI, no tocante à agricultura não convencional, que influenciaram determinantemente na sua trajetória.

Figura 7 - Mapeamento das arenas de disputa, levando em conta a inserção das ONGs e cooperativas



7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de críticas à atuação de instituições públicas de pesquisa agrícola e extensão rural, acusadas de difundir práticas ligadas à degradação dos recursos naturais, surgiram novas propostas de atuação, que culminaram na aprovação do PNATER, em 2003. Santa Catarina não se manteve à margem de tais debates, tanto que, desde a fusão que originou a EPAGRI, pesquisadores e extensionistas participam de projetos de intervenção [entre eles, Microbacias I e II], objetivando transformar a atuação da instituição. Subjacente a tais projetos, um número crescente de atores sociais passou a dialogar e a atuar em defesa de práticas associadas a um grupo outrora chamado de alternativo. No discurso desses atores sociais, é possível observar diferentes perspectivas e visões de desenvolvimento rural para Santa Catarina (emergindo debates relacionados à valorização da agricultura familiar, à criação de políticas públicas, às diferentes concepções de participação e empoderamento etc.), embora sua atuação esteja ligada a práticas chamadas de não convencionais.

A presente pesquisa objetivou analisar as práticas e a trajetória desses atores na EPAGRI, com base em pressupostos da Sociologia Ambiental Construtivista, em diálogo com a Sociologia Rural Crítica. Para obtenção dos resultados, foram levados em conta os significados que atores sociais dão a suas práticas e experiências cotidianas, e como interpretam e respondem aos acontecimentos, em contextos com múltiplas realidades e práticas sociais. Na EPAGRI, práticas distintas conduziram a uma disputa entre modelos de agricultura a conduzir a pesquisa e a extensão em Santa Catarina: Agricultura convencional e Agricultura não convencional.

A primeira surge atrelada ao modelo endógeno, baseado na viabilidade do desenvolvimento, através da valorização dos recursos específicos do local. É vinculada, também, ao desenvolvimento rural sustentável (DRS), buscando integrar crescimento econômico e melhoria das condições sociais à conservação dos valores naturais. A segunda, em contrapartida, é considerada modelo hegemônico na EPAGRI, associado ao desenvolvimento exógeno, amplamente difundido na Revolução Verde, e baseado na utilização de modernas tecnologias, no uso intensivo de insumos químicos, no incentivo à monocultura etc.

Em torno destes diferentes modelos e práticas, se formaram redes de relacionamentos sociais, com participação de pesquisadores e extensionistas, localizados em diversas regiões de Santa Catarina. A

primeira, chamada de Rede I, reúne atores sociais que têm seus discursos e práticas ligadas à agricultura convencional. Já a Rede II, reúne pesquisadores e extensionistas críticos à atuação da primeira, e defensores de práticas não convencionais.

Para a maioria dos entrevistados, a formação da Rede II está ligada a uma confluência de fatores, que inclui: (i) a fusão entre pesquisa agrícola e extensão rural, em 1991; (ii) a aprovação do Projeto Microbacias I, no mesmo ano; e (iii) ações promovidas na Estação Experimental de Ituporanga. É consenso, entre eles, que as primeiras ações da EPAGRI, ligadas à Agricultura não convencional, ocorreram em Ituporanga, tanto que, naquela Estação Experimental, teve início uma parceria com a UFSC, que originou o Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. Tais acontecimentos levaram ao fortalecimento da rede de Agricultura não convencional, na EPAGRI, resultando na aprovação do Projeto de Agroecologia, que agregava as ações realizadas pelos atores da rede. Segundo os entrevistados, nas reuniões do Projeto, era possível visualizar o crescimento do grupo, que passou a contar com novos adeptos.

Uma nova confluência de fatos motivou um impulso ainda maior à Agricultura não convencional, na instituição. Pode-se afirmar que esse impulso esteve relacionado: (i) a resultados positivos, obtidos pela segunda versão do Projeto Microbacias, em diversas regiões do Estado; (ii) à atuação do Governador de Santa Catarina na época, Espiridião Amin, que lançou os desafios de eliminar a utilização de agrotóxicos na agricultura e priorizar a produção agroecológica na pesquisa agrícola e na extensão rural catarinense; e (iii) à consolidação do Projeto Sabor e Saber, responsável pela inclusão da alimentação orgânica no cardápio, em parte das escolas básicas estaduais de Santa Catarina. O avanço da rede pode ser comprovado pela sua atuação na organização do III Congresso de Agroecologia, realizado em Florianópolis, em outubro de 2005.

Posteriormente à realização do Congresso, teve início uma fase de declínio, especialmente gerada pela extinção do Projeto de Agroecologia, sob a justificativa oficial de que a Agroecologia deveria permear todos os projetos da EPAGRI. Com base nesse argumento, não haveria necessidade de um único projeto aglutinar todas as ações ligadas à Agricultura não convencional na instituição. Tal fato, somado ao encerramento do Projeto Sabor e Saber, e à perda do apoio de Espiridião Amin, derrotado nas eleições de 2002, acarretaram no enfraquecimento da Rede II, que passou a atuar por meio de pequenas coalizações de atores, muitas vezes, de maneira informal.

Ao longo da trajetória apresentada acima, a Rede II não se manteve sempre coesa e homogênea. Relações desiguais e parciais suscitaram hierarquizações, manifestada na posição de superioridade ocupada pela Agroecologia entre os membros da rede. Tal fato justifica alguns membros julgarem e atribuírem adjetivos pejorativos aos demais, notadamente aqueles que atuam com Agricultura Orgânica. Ou seja, o discurso dominante, baseado na Agroecologia, leva atores sociais ligados à AO a serem subestimados e chamados de traidores ou oportunistas.

Ao mesmo tempo em que a Agroecologia ocupa um papel de destaque na Rede II, a AO aparece como pilar de grande parte das divergências de interesses, valores e intenções. A Agricultura Orgânica é acusada de atender excessivamente às exigências do mercado e se afastar do modelo de desenvolvimento endógeno, promovendo uma mera substituição de insumos. Entre os membros da rede, é vista de duas formas: como um estágio de evolução ou como adversária. No primeiro caso, é uma espécie de “fase intermediária” entre a Agricultura convencional e a Agroecologia. Ou seja, não deve ser completamente desconsiderada, mas superada em curto ou médio prazo. Os atores que defendem tal perspectiva formulam fortes críticas ao modelo de produção orgânica, considerando-o incompleto e incapaz de enfrentar os desafios da sociedade moderna. Por outro lado, um grupo maior de entrevistados da Rede II, se manifesta totalmente contrário à AO. Crítica, sobretudo, o que considera um excesso de preocupação com a produção, com o mercado e com a lucratividade, e um possível desleixo com aspectos sociais e ambientais. Em termos gerais, esses entrevistados defendem a substituição da AO pela Agroecologia.

Curiosamente, em meio às disputas, AO e Agroecologia são utilizadas como sinônimas, em inúmeras oportunidades, entre os membros da Rede II. Ou seja, quando solicitados, pesquisadores e extensionistas diferenciam-nas sem dificuldades. No entanto, no decorrer de seus discursos, ambas as terminologias se misturam e, comumente, se alternam em uma mesma oração. Resgatando a noção de etiquetamento, proposta por Long (2007), a AO e a Agroecologia aparecem como etiquetas, que descrevem o caminho a ser percorrido (ou a ferramenta a ser utilizada) para chegar, - ao que se acredita ser, - a solução dos problemas. Esses caminhos, no entanto, se embaralham e, muitas vezes, torna-se um desafio diferenciá-los. Ou seja, os discursos estão ancorados na Agroecologia e na AO; porém, ora os atores apresentam ambas as terminologias sem distinções entre si, ora esses mesmos atores enfatizam importantes diferenças entre elas.

Essa constatação não reflete falta de domínio etimológico dos atores entrevistados, haja vista que eles diferenciaram AO e Agroecologia com clareza, quando solicitados. Tampouco representa dúvidas ou confusão, em torno do modelo que defendem, pois foi possível perceber as opções de cada um deles, em seus discursos. Portanto, a incoerência na utilização de AO e Agroecologia pode estar ligada a legislação nacional e/ou a falta de planejamento na Rede II. No primeiro caso, segundo a legislação nacional (APÊNDICE B) (especialmente a Lei 10.831), o sistema orgânico de produção agropecuária e industrial abrange produtos ecológicos, biodinâmicos, naturais, regenerativos, biológicos, agroecológicos, permacultura e outros que atendam aos princípios estabelecidos na lei. Dessa forma, a AO surge como um conceito “guarda-chuva”, que abarca uma série de práticas agrícolas [incluindo a Agroecologia], o que poderia justificar as imprecisões quanto às terminologias. Além disso, com o término do Projeto de Agroecologia, a Rede II se enfraqueceu e deixou de se organizar como outrora. Dessa forma, é possível que a falta de diálogo e de planejamento, entre os atores que compõem a rede, intensifique diferenças sociais, até mesmo em relação à terminologia que melhor descreve as ações levadas a cabo (ou que deveria conduzi-la), nas diferentes regiões de Santa Catarina. Tal fato poderia também contribuir para o quadro inconcluso quanto às terminologias.

Apesar dos descompassos quanto às terminologias, a Rede II conseguiu, até certo ponto, manter uma identidade em sua trajetória, perceptível, especialmente, em situações de interface. Uma das situações ocorreu na Estação Experimental de Ituporanga, com a chegada e a formação de um grupo de atores que atuavam com práticas não convencionais (“embrião” da Rede II). Tal fato gerou tensão entre os atores sociais que representavam modelos de Agricultura opostos.

As disputas se asseveraram anos depois, com a atuação de atores ligados à chefia da instituição. Primeiramente no fim do Projeto de Agroecologia. Sob a justificativa de que a Agroecologia deveria permear todos os projetos da EPAGRI, a direção da instituição decidiu encerrar o Projeto de Agroecologia. O motivo oficial, contudo, não convenceu os membros da Rede II, tendo início uma série de conflitos. Para a maioria deles, o “verdadeiro” motivo, que justificaria a atitude da direção, seria a intenção de resistir ao crescimento da Agricultura não convencional, o que foi percebido, especialmente, no III Congresso de Agroecologia. Posteriormente, com o fim do Projeto, a Rede II se desfez oficialmente, e seus membros foram reintegrados aos projetos relacionados aos produtos com que trabalhavam anteriormente. Esses reencontros foram

carregados de tensão, evidenciando o desgaste que ocorreu entre os técnicos da instituição, durante a atuação oficial das Redes I e II.

Outras descontinuidades sociais vieram à tona, nos discursos dos entrevistados, sendo que algumas envolvem a busca pelo *status* de pioneirismo frente à opinião pública. Ou seja, a inserção de técnicos da EPAGRI em um cenário habitado por ONGs fez surgir disputas em relação a qual instituição receberia a alcunha de precursora e porta-voz da Agricultura não convencional, em Santa Catarina. Uma das situações delas envolveu a divulgação de um material impresso, com normas para a produção orgânica na região de Itajaí. Tal fato levou membros de movimentos sociais ligados à rede Ecovida (com mais experiência na temática) a criticarem severamente a posição da EPAGRI, de não consultá-los durante a elaboração do documento. No lançamento do I Seminário Estadual de Agroecologia, organizado pela EPAGRI, ocorreu fato semelhante. Segundo os entrevistados, as ONGs reclamaram do fato de se considerar aquele o primeiro seminário, tendo em vista que essas organizações teriam promovido outros eventos de grande vulto, antes EPAGRI.

Produtores rurais se fizeram presentes, de maneira direta, na região de Ituporanga. Segundo os entrevistados, alguns produtores de cebola da região, habituados com a Agricultura convencional, foram surpreendidos com a chegada de técnicos, dispostos a implantar práticas ligadas à Agroecologia e à AO. Tal fato levou algumas lideranças locais a redigirem e a enviarem carta(s), com críticas à atuação da Estação Experimental de Ituporanga para políticos, evidenciando uma resistência à Agricultura não convencional, logo na formação da Rede II.

Junto aos pesquisadores e extensionistas que atuam nas Redes I e II, existem outros atores, que, por sua vez, compõem outras redes. Estes atores, chamados de externos, influenciaram na trajetória investigada, destacando-se o Banco Mundial, financiador dos Projetos Microbacias I e II e do SC Rural. Através dele, tornou-se possível discutir pressupostos que envolvem as chamadas intervenções planejadas. No caso dos Projetos Microbacias, vale destacar que pesquisadores e extensionistas assumem diferentes papéis, ao longo do processo. Em algumas oportunidades, são os alvos da intervenção, quando recebem as orientações e atendem às exigências da organização financiadora; porém, em outras situações, são interventores, quando atuam nas comunidades rurais. Essa dupla atuação não representa uma simples transferência de informações para os agricultores, mas, ao contrário, significa um intenso processo de interpretação e reformulação, muitas

vezes, baseados em projetos próprios de desenvolvimento ou da rede a qual pertencem.

Embora não se tenha como objetivo analisar a proximidade dos projetos financiados pelo Banco Mundial, em Santa Catarina, ao modelo criticado por Long (2007), é possível afirmar, com base nas entrevistas, que diferentes atuações levaram a resultados variados, no tocante à Agricultura não convencional, variando de região para região. Para alguns entrevistados, os projetos foram positivos para a Agricultura não convencional, enquanto outros tiveram uma percepção completamente inversa, tendo ainda aqueles que analisaram os projetos separadamente, atribuindo posicionamentos diferentes, em relação ao Microbacias I e ao II.

Situação distinta envolve a UFSC. A atuação desta instituição, especialmente de um grupo de profissionais ligados ao CCA, influenciou diretamente o avanço da Rede II, fomentando transformações político-sociais que alteraram o fluxo de acontecimentos na EPAGRI, desde a metade da década de 1990 até 2011.

As análises da trajetória da Rede II e suas alianças e disputas, afastam a ideia de a EPAGRI seja uma instituição uníssona, com um discurso único, baseado em práticas aceitas e compartilhadas entre seus pesquisadores e extensionistas. Ao contrário, trata-se de uma instituição marcada pela heterogeneidade, com a coexistência de múltiplas propostas de atuação e pelo hibridismo, combinando diferentes valores, ideias e discursos, que resultam em também diferentes práticas sociais. O pertencimento à instituição não torna discursos e práticas estáticas ou previsíveis, pois se observa que atores sociais usam, manipulam e transformam informações. Eles rivalizam com outros atores, possuidores de ideias e valores diferentes, e se organizam com os quais compartilham visões de mundo.

Antes de concluir, vale resgatar os objetivos da pesquisa dispostos no início do trabalho. Em primeiro lugar, como resultado da investigação da trajetória da Agricultura não convencional na EPAGRI, obteve-se a organização de mais de duas décadas em cinco fases:

- ✓ Os primórdios da pesquisa e extensão em Santa Catarina: fase caracterizada pelas ações ligadas à Agricultura não convencional, antes da fusão que originou a EPAGRI, em 1991.
- ✓ Disputa por espaço: compreende o período entre 1991 e 1998, ano da criação do Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas, na UFSC.
- ✓ Busca pelo equilíbrio de forças: tem início com a criação do Programa de Agroecologia e conclui com a realização do

Congresso Brasileiro de Agroecologia, no ano de 2005.

- ✓ Desequilíbrio de forças: envolve, principalmente, os encerramentos do Projeto de Agroecologia e do Programa de Merenda Orgânica.
- ✓ Atual: considerados os últimos anos da instituição (até 2011), quando se destaca a atuação de pequenas coalizões de atores, que, em alguns casos, agem de maneira informal.

No tocante às propostas de transformação do meio rural, observa-se um conjunto variado de visões, ligadas a formação de subgrupos entre os membros da Rede II. São eles:

- ✓ Agroecológicos: composto por atores fortemente apoiados nas propostas de Miguel Altieri, que consideram a Agroecologia uma ciência e mantêm uma crítica acentuada à agricultura orgânica, avaliada como essencialmente mercadológica e como uma substituição de insumos.
- ✓ Agroecológicos orgânicos: também se apoiam na Agroecologia, proposta por Miguel Altieri. No entanto, admitem utilizar a AO, especialmente por razões práticas (ou pragmáticas), como a legislação brasileira e/ou a popularidade do termo.
- ✓ Irresolutos: não assumem uma posição clara no debate, optando por utilizar os termos como sinônimos.
- ✓ Orgânicos técnicos: dividem-se entre agricultura convencional e não convencional. Não defendem a Agroecologia e atuam, eventualmente, com AO, sobretudo havendo financiamentos externos ou outro tipo de apoio para tais atividades.

Vale considerar que tanto Orgânicos Técnicos, como Agroecológicos orgânicos e Irresolutos (os dois últimos em menor grau), oscilam entre dois opostos: Agricultura Convencional e Agroecologia.

Em relação às disputas que envolveram os atores sociais que atuam com Agricultura não convencional na instituição, a análise da trajetória da Rede II permite identificar a natureza de parte das descontinuidades sociais:

- ✓ Modelo de agricultura a tornar-se hegemônico na Epagri: gerou situações de interface entre atores da Rede I e da Rede II, assim como entre atores da Rede II e da direção da instituição.
- ✓ Transferência de técnicas agrícolas não convencionais para cebolicultores da região de Ituporanga: geraram atritos entre atores da Rede II e agricultores.
- ✓ Pioneirismo em relação à prática agroecológica em Santa Catarina: pôs em situações de interface atores da Rede II e ONGs

em diferentes regiões do estado.

- ✓ Escolha do ponto de venda dos produtos: levou a disputas internas na Rede II, evidenciando diferenças entre atores ligados à Agroecologia e Agricultura Orgânica.

Com a obtenção de tais resultados, acredita-se que, de maneira geral, os objetivos da pesquisa foram alcançados. Acredita-se também que parte da complexidade que envolve as relações interpessoais foi captada através da análise da atuação de atores ligados à Agricultura não convencional na EPAGRI. Porém, longe de esgotar a temática, sugere-se a realização de novas pesquisas, com vistas a aprofundar a percepção acerca das diferentes visões de desenvolvimento rural, presentes na EPAGRI. Assim, será possível compreender melhor a atuação da pesquisa agrícola e da extensão rural, no Estado de Santa Catarina.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. et al. (Org.) . **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: UNESCO, 1998. 104 p. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001315/131546porb.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2012.
- ABRAMOVAY, R. Agricultura Familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 15, n. 1, p.137-157, jan./abr. 1998.
- ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.
- ALMEIDA, J. **A construção social de uma nova agricultura: tecnologias agrícolas e movimentos sociais no sul do Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.
- ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. **Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: Bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária, 2002.
- ALTIERI, M.; NICHOLLS, C. **Agroecologia: Resgatando a agricultura orgânica a partir de um modelo industrial de produção e distribuição**. **Revista Ciência & Ambiente**, Santa Maria, n. 1, v. 1, 2003.
- ALTMANN, R. et al. **Perspectivas para a Agricultura Familiar: Horizonte 2010**. Florianópolis: Instituto CEPA/SC, 2003. 112p.
- ALTMANN, R.; MIOR, L. C.; ZOLDAN, P. **Perspectivas para o Sistema Agroalimentar e o Espaço Rural de Santa Catarina em 2015: Percepção de representantes de agroindústrias, cooperativas e organizações sociais**. Florianópolis: EPAGRI, 2008.

ALTMANN, R.; OLTRAMARI, A. C. **A agricultura orgânica na região da Grande Florianópolis**: indicadores de desenvolvimento. Florianópolis: Instituto Cepa/SC, 2004. 181p.

ALVES, A. F. **Do desenho à implementação de projetos de desenvolvimento rural sustentável**: Interfaces e negociações no Projeto Vida na Roça. 2008. Tese, Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

ALVES, E.; ROCHA, D. de P. Ganhar tempo é possível. In: GASQUES, J. G.; VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. (Org.). **A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília: IPEA, 2010. p. 275 - 291.

AS-PTA – AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA. **Programas**. Disponível em: <<http://aspta.org.br/programas/>>. Acesso em: 28 jul. 2012.

ASSIS, R. L. de; ROMEIRO, A. R. Agroecologia e Agricultura Orgânica: controvérsias e tendências. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 6, p. 67-80, 2002.

ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTURA ORGÂNICA - AAO. **A Criação da Associação de Agricultura Orgânica**. Disponível em: <<http://aao.org.br/aao/quem-somos.php>>. Acesso em: 28 jul. 2012.

ASSOCIAÇÃO DE PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E DA VIDA - APREMAVI. **Institucional**. Rio do Sul, 2002. Disponível em: <<http://www.apremavi.org.br/institucional/contato/>>. Acesso em: 14 ago. 2012.

ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES ECOLÓGICOS DAS ENCOSTAS DA SERRA GERAL - AGRECO. **Quem somos**: História. Santa Rosa de Lima, 2012. Disponível em: <<http://www.agreco.com.br/>>. Acesso em: 14 ago. 2012.

ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS AGRICULTORES DO OESTE CATARINENSE - APACO. **Sobre a Apaco**. Chapecó, 2012. Disponível em: <<http://www.apaco.org.br/apaco.html>>. Acesso em: 14 ago. 2012.

BASSI, L. **PRAPEN/Microbacias 2 (Avaliação Socioeconômica) Análise dos indicadores de resultado e impacto relacionados ao meio ambiente e recursos naturais do Projeto Microbacias 2: Relatório Final.** Florianópolis, 2009. 46p.

BIO-LAND. **Quiénes Somos.** Disponível em: <<http://www.bio-land.org/quienes-somos.html>>. Acesso em: 14 set. 2012.

BRANDENBURG, A. **Agricultura familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável.** Curitiba: UFPR, 1999.

BIRD. **About.** Disponível em: <<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/EXTABOUTUS/0,,pagePK:50004410~piPK:36602~theSitePK:29708,00.html>>. Acesso em: 14 set. 2012.

BRASIL. Instrução Normativa n. 54, de 22 de outubro de 2008. **. Instrução normativa no 54, de 22 de outubro de 2008.** Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.ibd.com.br/Media/arquivo_digital/f8e36ac8-2143-4ef6-8672-56fdef29a573.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2012.

BRASIL. Lei nº 38, de 16 de julho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no programa nacional de alimentação escolar - pnae. **Resolução/cd/fnde nº 38, de 16 de julho de 2009.** Brasília, p. 63. 2009.

BRASIL. Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. **Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003.** Brasília, 2003. Disponível em: http://www.cidasc.sc.gov.br/html/legislacao/Organicos/Lei_10831_2003.pdf >. Acesso em: 14 ago. 2012.

BOEING, G. **Fatores que afetam a qualidade da cebola na agricultura familiar catarinense.** Florianópolis: Instituto Cepa, 2002. 88p.

BUTTEL, F. Agricultural change, rural society and the state in the late twentieth century: Some theoretical observations. In: JANSEN, A. J.; SYMES, D. **Agricultural restructuring and rural change in**

Europe. Wageningen: Wageningen Agricultural University, p. 13-31, 1994.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, n. 1, v. 1, p. 16-37, jan./mar. 2000.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Construindo uma nova extensão rural no Rio Grande do Sul. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, n. 4, v.3, p. 10-5, 2002.

CAPORAL, F. R.; RAMOS, L. F. Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável. In: MONTEIRO, D. C. C.; MONTEIRO, M. A. (Org.). **Desafios na Amazônia: uma nova assistência técnica e extensão rural**. Belém: NAEA, p. 27-50, 2006.

CARDONA, M. C. G. Linguagem dos riscos e sujeitos posicionados: o uso de agrotóxicos no Vale de Quíbor, Venezuela. 2004. 250f. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

CARSON, R. **Primavera silenciosa**. 2.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL CAETANO COSTA – CENTRO VIANEI. **Histórico**. São José do Cerrito, 2011. Disponível em:

<<http://cedupcaetanocosta.blogspot.com.br/2011/06/historico.html>>.

Acesso em: 14 ago. 2012.

CENTRO DE ESTUDOS E PROMOÇÃO DA AGRICULTURA DE GRUPO - CEPAGRO. Florianópolis, 2011. Disponível em: <<http://www.cepagro.org.br/>>. Acesso em: 14 ago. 2012.

CENTRO DE SOCIOECONOMIA E PLANEJAMENTO AGRÍCOLA - EPAGRI/CEPA. **Avaliação do Projeto Microbacias: Mudança Comportamental**. Relatório de Avaliação Final Santa Catarina, 1999. 41p.

CENTRO DE SOCIOECONOMIA E PLANEJAMENTO AGRÍCOLA - EPAGRI/CEPA. Florianópolis, 2012. Disponível em: <<http://cepa.epagri.sc.gov.br/>>. Acesso em: 14 ago. 2012.

CENTRO DE SOCIOECONOMIA E PLANEJAMENTO AGRÍCOLA - CEPA. **Institucional.** Disponível em: <<http://cepa.epagri.sc.gov.br/>>. Acesso em: 09 fev. 2012.

CENTRO DE SOCIOECONOMIA E PLANEJAMENTO AGRÍCOLA - EPAGRI/CEPA. **Síntese anual da agricultura de Santa Catarina 2003-2004.** 25.ed. Florianópolis, 2004. 377p.

CENTRO DE SOCIOECONOMIA E PLANEJAMENTO AGRÍCOLA - EPAGRI/CEPA. **Síntese anual da agricultura de Santa Catarina 2004-2005.** 26.ed. Florianópolis, 2005. 402p.

CENTRO DE SOCIOECONOMIA E PLANEJAMENTO AGRÍCOLA - EPAGRI/CEPA. **Síntese anual da agricultura de Santa Catarina 2005-2006.** 27.ed. Florianópolis, 2006. 294p.

CENTRO DE SOCIOECONOMIA E PLANEJAMENTO AGRÍCOLA - EPAGRI/CEPA. **Síntese anual da agricultura de Santa Catarina 2009-2010.** Florianópolis, 2010. 315p.

CENTRO DE SOCIOECONOMIA E PLANEJAMENTO AGRÍCOLA - EPAGRI/CEPA. **Uma Análise do Pronaf em Santa Catarina:** Relatório em atendimento às metas 6 e 7 do Convênio EPAGRI/MDA 065/2006. Florianópolis, 2007. 60p.

CENTRO VIANEI DE EDUCAÇÃO POPULAR. **Quem somos.** Chapecó, 2012. Disponível em: <http://www.vianei.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16%3Aorigens&catid=3%3Aorigens&Itemid=4>. Acesso em: 14 ago. 2012.

CHAMBERS, R. **Rural development: putting the last first.** Essex: Longman House, 1983.

CHAMBERS, R. In Search of Professionalism, Bureaucracy and Sustainable Livelihoods for the 21st Century. **IDS Bulletin**, 1991. v. 22, n. 4, p. 5-11.

CMMAD. Nosso futuro comum. 2.ed. Tradução de **Our common future**. 1988. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **A segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação adequada no Brasil**: indicadores e monitoramento da Constituição de 1988 aos dias atuais. Brasília: Consea, 2010.

COOPERATIVAS DE CRÉDITO RURAL COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA - CRESOL. **Institucional: Quem somos**. Francisco Beltrão, 2012. Disponível em: <<http://www.cresol.com.br/site/conteudo.php?id=1>>. Acesso em: 14 ago. 2012.

DALMOLIN, G. J. **MICROBACIAS II: um olhar sobre três projetos no município de Descanso**. 2009. 115 f. Dissertação (Mestrado), Curso de Ciências Ambientais, Universidade Comunitária Regional de Chapecó, Chapecó, 2009.

DARNHOFER, I. Organic Farming and Rural Development: Some Evidence from Austria. **Sociologia Ruralis**, Oxford, v. 45, n. 4, p. 308-323, out. 2005.

DEMETER ASSOCIATION (Eua). **History**. Disponível em: <<http://www.demeter-usa.org/about-demeter/demeter-history.asp>>. Acesso em: 14 set. 2012.

DIAS, C. E. A. et al. Enfoques metodológicos participativos e agroecologia na política nacional de assistência técnica e extensão rural. **Revista de Ciências Agroveterinárias**, Lages, v. 7, n. 1, p. 48-53, 2008.

DORIGON, C. **Microbacias como redes sociotécnicas: uma abordagem a partir d enfoque do ator-rede**. 1997. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

ELLIS, F. e BIGGS, S. Evolving Themes in Rural Development 1950s-2000s. **Development Policy Review**, v. 19, n. 4, p. 437-448, 2001.

EMATER/RS ASCAR. **Marco referencial para as ações sociais da EMATER/RS-ASCAR**. Porto Alegre, 2006. 83 p.

EMMA, S. Desafios para a extensão rural: o "social" na transição agroecológica. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v. 3, n. 3, jul./set. 2002.

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI. Centro de Estudos de Safras e Mercados - Epagri/Cepa. **Síntese anual da agricultura de Santa Catarina 2006-2007. 28. ed.** Florianópolis, 2007. 282p.

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI. **PRAPEN/Microbacias 2 – componente: administração e avaliação – subcomponente: monitoramento e avaliação; avaliação de meio termo – autogestão comunitária**. Florianópolis, 2008a. 49p.

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI. Centro de Estudos de Safras e Mercados - Epagri/Cepa. **Síntese anual da agricultura de Santa Catarina 2007-2008. 29. ed.** Florianópolis, 2008b. 322p.

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI. Centro de Estudos de Safras e Mercados - Epagri/Cepa. **Síntese anual da agricultura de Santa Catarina 2008-2009. 30. ed.** Florianópolis, 2009. 312p.

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI. **PRAPEN/Microbacias 2 - Avaliação sócio-econômica ex-post do projeto**. Florianópolis, 2009. 144 p.

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI. **As agroindústrias rurais da agricultura familiar de Santa Catarina**. Florianópolis, 2011. 17p.

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI. **Institucional**. , 2012. Disponível em: <http://www.epagri.sc.gov.br/index.php?option=com_content&view=section&layout=blog&id=5&Itemid=32>. Acesso em: 13 jul. 2012.

ESTÂNCIA DEMÉTRIA. **Estância Demétria**. Disponível em: <<http://www.demetria.com.br/portal/>>. Acesso em: 28 jul. 2012.

FANTINI, A. C. et al. Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, 1995-2005: dez anos praticando a mudança. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 3, n. 6, p. 254-269, 2006.

FERREIRA, Â.; BRANDENBURG, A. **Para Pensar Outra Agricultura**. Curitiba: UFPR, 1998.

FERRO, J. **Influências da pluriatividade para a permanência dos agricultores familiares na atividade agrícola e no meio rural: um estudo de caso no município de Concórdia - Santa Catarina**. 2006. 155p. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas), Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

FRANCO, H. A pesquisa agropecuária em Santa Catarina. In: FURTADO FILHO, D.; SILVA, F. da C.; FRANCO, H. M. (Org.). **Gotas de suor: uma trajetória de 40 anos**. Florianópolis: EPAGRI, 1996. 210p.

FRANÇA, C. DEL GROSSI, M. E.; MARQUES, V. P. M. A. **O Censo Agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: MDA, 2009. 96p.

FREITAS, H. C. A. **A construção da rede sócio-técnica de educação de assentados da reforma agrária: o Pronera**. 2007. Tese (Doutorado em Sociologia Política), Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

FROUWS, J.; MOL, A. Ecological modernization theory and agricultural reform. In: HAAN, H. e LONG, N. (Ed.). **Images and realities of rural life: Wageningen perspectives on rural transformations**. Assen: Van Gorcum, 1999.

FUNDAÇÃO MOKITI OKADA. **Áreas de atuação**. 2012. Disponível em: <http://www.fmo.org.br/fmo2/areas_de_atuacao.html>. Acesso em: 13 jul. 2012.

GELINSKI NETO, F. **A agricultura alternativa em Santa Catarina**. Texto para Discussão nº 10/2002. Florianópolis: UFSC, 2002, 18p.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GIDDENS, A. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

GIDDENS, A. **Sociologia**. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GIDDENS, A. **A Constituição da Sociedade**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

GUIVANT, J. **O uso de agrotóxicos e os problemas de sua legitimação**: um estudo de sociologia ambiental no município de Santo Amaro da Imperatriz - SC. 1982. Tese (Doutorado em Sociologia Ambiental) Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1982.

GUIVANT, J. S. Parâmetros teóricos para a análise da difusão e adoção de uma agricultura sustentável. In: VIEIRA, F.; MAIMON, D. (Org.). **As Ciências Sociais e a questão ambiental. Rumo à interdisciplinaridade**. Belém: APED/UFPA, 1993, p. 277-298.

GUIVANT, J. Encontros e desencontros da Sociologia Rural com a Agricultura Sustentável: uma revisão temática. **Boletim de Informações Bibliográficas**. Rio de Janeiro, n. 38, p. 51-78, 1994.

GUIVANT, J. Heterogeneidade de conhecimento no Desenvolvimento Rural Sustentável. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**. Brasília, v. 14, n. 3, p. 411-447, 1997.

GUIVANT, J. A trajetória das análises de risco: da periferia ao centro da teoria social. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**. ANPOCS, n. 46, 1998a.

GUIVANT, J. Conflitos e negociações das políticas de controle ambiental: o caso da suinocultura em Santa Catarina. **Ambiente e Sociedade**, Ano I, n. 2, p. 101-123, 1998b.

GUIVANT, J. Os supermercados na oferta de alimentos orgânicos: apelando ao estilo de vida ego-trip. **Ambiente e Sociedade** Campinas, Unicamp, v. 6, n. 2, p. 63-82, 2003.

GUIVANT, J. Mapeando os caminhos da sociologia ambiental. **Política e Sociedade**. Florianópolis, v. 4, n. 7, p. 9-25, 2005.

GUIVANT, J. S. Sociologia do meio ambiente rural: hibridismo da sociologia ambiental com a sociologia rural. In: MARTINS C. B., MARTINS, H. H. de S. (Org.). **Horizontes das Ciências Sociais no Brasil - Sociologia**. São Paulo, p. 375-403, 2010.

GUIVANT, J.; MIRANDA, C. As duas faces de Jano: agroindústrias e agricultura familiar diante da questão ambiental. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**. Brasília, v. 16, n. 3, set./dez. 1999.

HANNIGAN, J. A. **Sociologia Ambiental: a formação de uma perspectiva social**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

HILMI, A. **Transição na cultura agrícola**: Uma lógica distinta. The More and Better Network, 2012. 115p.

HOMEOPATIA VETERINÁRIA. **História e cronologia**. Disponível em: <http://www.homeopatiaveterinaria.com.br/HO-historia_e_cronologia.htm>. Acesso em: 08 fev. 2012.

IBD CERTIFICAÇÕES. **Quem somos**. 2012. Disponível em: <<http://www.ibd.com.br/pt/QuemSomos.aspx>>. Acesso em: 13 jul. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Indicadores IBGE**: Estatística da Produção Pecuária. 2012a. 35p. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/prod_ucaoagropecuaria/abate-leite-couro-ovos_201201_publ_completa.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Levantamento Sistemático da produção Agrícola: pesquisa mensal de previsão e acompanhamento das safras agrícolas no ano civil.** Rio de Janeiro, 2012b. 126p. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/lspa/lspa_201202.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2012.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECOLÓGICAS - IPÊ. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável: Princípios e Práticas.** Disponível em: <<http://www.ipe.org.br/event/26/agroecologia-e-desenvolvimento-rural-sustentavel-principios-e-praticas>>. Acesso em: 28 jul. 2012.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA – INSTITUTO CEPA/SC. 18.ed. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 1995.** Florianópolis, 1996. 253p.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA - INSTITUTO CEPA. **Síntese anual da agricultura de Santa Catarina 2000-2001.** Florianópolis, 2001. 248p.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA - ICEPA. **Avaliação do valor bruto da produção agropecuária nas microrregiões geográficas de Santa Catarina: 2000-2001.** Florianópolis, 2002. 32p.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA - INSTITUTO CEPA. **Síntese anual da agricultura de Santa Catarina 2002-2003.** 24.ed. Florianópolis, 2003. 285p.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA – INSTITUTO CEPA. **PRAPEN/Microbacias 2 - Componente: uso e proteção solo.** Florianópolis, 2005a. 66p.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA - INSTITUTO CEPA. **PRAPEN/Microbacias 2 - Componente: organização e participação dos atores.** Florianópolis, 2005b. 38p.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA – INSTITUTO CEPA. **PRAPEN/Microbacias 2 (Componente: administração e avaliação - subcomponentes: monitoração e avaliação; avaliação ex ante - qualidade e disponibilidade de água)**. Florianópolis, 2005c. 72p.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA – INSTITUTO CEPA. **Levantamento Agropecuário de Santa Catarina 2002-2003**. Florianópolis, 2005d, 256p.

INTERNATIONAL FEDERATION OF ORGANIC AGRICULTURE MOVEMENTS - **IFOAM. About the International Federation of Organic Agriculture Movements (IFOAM)**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.831.htm>. Acesso em: 08 fev. 2012.

IRWIN, A. **Sociology and the Environment**. A critical introduction to Society, Nature and Knowledge. Cambridge: Polity Press. 2001.

JANSEN, K. Implicit Sociology, Interdisciplinarity and Systems Theories in Agricultural Science. **Sociologia Ruralis**, v. 49, n. 2, p.172-188, abr. 2009.

JARA, C. J. **As dimensões intangíveis do desenvolvimento sustentável**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 2001.

JESUS, E. L. Diferentes abordagens de agricultura não-convencional: história e filosofia. In: AQUINO, A. M.; ASSIS, R. L. **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. Brasília: Embrapa, 2005. p. 21-48.

JORNAL DA CIÊNCIA. **III Congresso Brasileiro de Agroecologia**. 2005. Disponível em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=28925>>. Acesso em: 14 ago. 2012.

KARAN, K. F.; ZOLDAN, P. **Comercialização e consumo de produtos agroecológicos – Região da Grande Florianópolis**. Florianópolis: Instituto Cepa/SC, 2003. 51p

KHATOUNIAM, C. A. **A reconstrução ecológica da agricultura**. Botucatu: Agroecológica. 2001. 384p.

KIDD, A. D.; LAMERS, J. P. A.; FICARELLI, P. P.; HOFFMANN, V. Privatising agricultural extension: caveat emptor. **Journal of Rural Studies**, n.16, p. 95-102, 2000.

KREUTZ, I. J.; PINHEIRO, S. L. G.. A extensão rural e os desafios da perspectiva agroecológica. **Rev. Bras. Agroecologia**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p.75-79, fev. 2007.

LIBERATORE, A. The Social Construction of Environmental Problems. In: GLASERBERGER, P; BLOWERS, A. (Ed.). **Environmental Policy in an International Context: Perspectives on Environmental Problems**. Londres: Arnold, 1995.

LIMA, D. de B. A extensão rural agroecológica desde uma abordagem da sociologia ambiental. In: ENCONTRO DA ANPPAS, 2., 2004, Indaiatuba, 2004. p. 1 - 19. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT05/dejoel_lima.pdf>. Acesso em: 14 set. 2012.

LIMA, E. E de. **Alimentos orgânicos na alimentação escolar pública catarinense: um estudo de caso**. 2006. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Nutrição, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

LOHN, R. L. Extensão rural e modernização conservadora em Santa Catarina. **Esboços**. v. 4, n. 4, p. 65-77, jun./dez., 1996.

LONG, N.; PLOEG, J. D. van der. Demythologizing planned intervention: an actor perspective. **Sociologia Ruralis**, v. 29, n. 3/4, 1989.

LONG, N. **Sociología del Desarrollo: una perspectiva centrada en el actor**. Colección Investigaciones. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiors en Antropología Social, 2007.

LONG, N. **The multiple optic of interface analysis**. 1999. Disponível em:

<<http://lanic.utexas.edu/project/etext/llilas/claspo/workingpapers/multipl optic.pdf>>. Acesso em: 09 fev. 2012.

LONG, N.; LONG, A (Ed.). **Battlefields of knowledge: the interlocking of theory and practice in social research and development**. Routledge: Londres, 1992.

LONG, N.; VILLAREAL, M. Exploring development interfaces: from the transfer of knowledge to the transformation of meaning. In: SCHURMAN, F. (Ed). **Beyond the impasse: new directions in development theory**. Londres: Zen Books, 1994.

LOWE, P.; MURDOCH, J.; WARD, N. **Networks in Rural Development: Beyond exogenous and endogenous models**. Centre for Rural Economy, University of Newcastle upon Tyne, 1995.

LUZZI, N. **O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores**. 2007. 182 f. Tese (Doutorado), Curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MANSVELT, J.D van; MULDER, A. J. Agricultural developments: Past, present and future. Some aspects as a contribution to the dialogue. p. 29-62. In: ZNAOR, D. (Ed.). **The contribution of organic agriculture to sustainable rural development in Central and Eastern Europe**. Bohdalov, out. 1993a.

MANSVELT, J. D.; MULDER, J. A. European features for sustainable development: A contribution to the dialogue. **Landscape and Urban Planning**. p. 67-90, 1993b.

MARCO referencial em Agroecologia. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. 70p.

MARSDEN, T.K. The quest for ecological modernisation: re-spacing rural development and agro-food studies. *Sociologica Ruralis*. v. 44, n. 2, p. 129-147, 2004.

MARTINE, G.; GARCIA, R. C. (Org). **Os impactos da modernização agrícola**. São Paulo: Editora Caetés, 1987.

MATOS FILHO, A. M. **Agricultura orgânica sob a perspectiva da sustentabilidade: uma análise da região de Florianópolis – SC, Brasil.** 2004. 171p. Dissertação (Mestrado), Engenharia Ambiental, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

MATTEI, L. **Novo retrato da agricultura familiar em Santa Catarina.** Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina. Florianópolis: Epagri/Cepa, 2010. 315p.

MEDAETS, J. P.; FONSECA, M. F. de A. C. **Produção Orgânica: regulamentação nacional e internacional.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005. 104p.

MEDVEDEFF, M. C.; OLIVEIRA, C. A. L. **O Brasil e o Banco Mundial: As relações e os investimentos do Banco Mundial com o Brasil durante o mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2002).** Disponível em: <http://www.ppgri.uerj.br/form/Matheus_Medvedeff.pdf>. Acesso em agosto de 2012.

MELÃO, I. B. Desenvolvimento Rural Sustentável a Partir da Agroecologia e da Agricultura Orgânica: O Caso do Paraná. **Nota Técnica Ipardes**, Curitiba, n. 8, 2012.

MELLO, M. A. Transformações sociais recentes no espaço rural do Oeste de Santa Catarina: migração, sucessão e celibato. In. XLIV Congresso da SOBER, 2006, Fortaleza. **Anais.** Fortaleza, 2006. Disponível em: < www.sober.org.br/palestra/5/1036.pdf>. Acesso em: 10 de agosto de 2011.

MICROBACIAS II. **Estrutura.** Disponível em: <<http://http://www.microbacias.sc.gov.br/abrirDadosEstrutura.do>>. Acesso em agosto de 2012.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA. **Composição.** 2012b. Disponível em: <<http://www.prefiraorganicos.com.br/agrorganica/cporgs/sc/composicao.aspx>>. Acesso em: 14 ago. 2012.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA. **O que é agricultura orgânica.** 2012.

Disponível em:
<<http://www.prefiraorganicos.com.br/agroorganica/oqueeagricultura.aspx>
>. Acesso em: 13 jul. 2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA.
Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural: Versão Final. Brasília, mai. 2004.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – MDS. **Programa de Aquisição de alimentos.** 2012. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/alimentoseabastecimento/pa>
a>. Acesso em: 14 ago. 2012.

MIOR, Luiz Carlos. Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural. **Argos**, Chapecó, 2005.

MOREIRA, R J. Mobilizando as agendas em torno da pesquisa social em agricultura. O Programa CPDA, a PIPSA e o Pronex. In: SEMINÁRIO COMEMORATIVO DOS 30 ANOS DO CPDA, 2006, Rio de Janeiro. **Instituições, redes e grupos de pesquisa: Mobilizando as agendas em torno da pesquisa social em agricultura.** Disponível em:
<http://r1.ufrj.br/cpda/ruralidades/arquivos/arquivos_producao/38_AR_Q.pdf>. Acesso em: 13 set. 2012.

MORO, E. J. **Estratégias desempenhadas pelo setor supermercadista na venda de alimentos orgânicos:** estudo de caso em Florianópolis. 2006. 151 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação), Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

MORO, E. J. **Supermercados e alimentos orgânicos no Brasil:** estratégias e tendências. 2007. 237 f. Dissertação (Mestrado), Curso de Sociologia Política, Departamento de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

MORO, E J.; MIRANDA, C. R de. A cobertura dos sites de notícias no caso da transição agroecológica na Embrapa. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 28, n. 1, p. 305-325, 2011.

MUSSOI, E. M. **Integración entre investigación y extensión agraria en um contexto de descentralización del Estado y sustentabilización de políticas de desarrollo: el caso de Santa Catarina, Brasil.** 1998. 420 f. Tese (Doutorado) Programa de Agroecologia, Campesinato e História, Universidade de Córdoba, Córdoba, 1998.

MUSSOI, E. M. **Política de extensão rural agroecológica en Brasil: avances y desafíos en la transición en las instituciones oficiales.** 2011. 413f. Tese (Pós-doutorado). Universidades Internacional de Andalucía y de Córdoba, Córdoba, 2011.

MUSSOI, E. M.; PINHEIRO, S. L. G. Desafios para a Pesquisa e Socialização do conhecimento em Agroecologia: uma reflexão a partir das experiências das Instituições Públicas de Pesquisa e Extensão Rural em Santa Catarina. In: ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA, 1, 2002, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: AS-PTA, 2002. p. 149 – 152.

NAGEL, U. J. Alternative Approaches to Organizing Extension. In: SWANSON, B. **Improving Agricultural Extension: A Reference Manual.** FAO. 3.ed., 1997.

NATURLAND. **About** us. Disponível em: <<http://www.naturland.de/aboutus.html>>. Acesso em: 14 set. 2012.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos avançados.** v. 15, n. 43, p. 83-100, 2001. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000300009>>. Acesso em 28 de jul. 2012.

NAVARRO, Z. **Manejo de recursos naturais ou desenvolvimento rural? O aprendizado dos "projetos microbacias" em Santa Catarina e São Paulo:** (Versão preliminar). Porto Alegre, 2007.

NAVARRO, Z. A agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica. In: GASQUES, J. G.; VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. (Org.). **A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas.** Brasília: IPEA, 2010. p. 185 - 209.

NIZA SOUZA (São Paulo). Governo regulamenta lei dos orgânicos. **O Estado de S. Paulo,** São Paulo, 9 jan. 2008. Disponível em:

<<http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,governo-regulamenta-lei-dos-organicos,106349,0.htm>>. Acesso em: 17 jul. 2012.

OLINGER, G. **Ascensão e decadência da extensão rural no Brasil**. Florianópolis: EPAGRI, 1996. 523p.

OLTRAMARI, A. C.; ZOLDAN, P.; ALTMANN, R. **Agricultura orgânica em Santa Catarina**. Florianópolis: Instituto Cepa/SC, 2002. 55p.

PEREZ, C. **Agroecologia no planalto catarinense: A Experiência do Centro Vianei de Educação Popular**. 1997. Dissertação (Mestrado). Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

PIMBERT, M. P.; PRETTY, J. N. Parks, people and professional: putting 'participation' into protected area management. In: GHIMIRE, K. B.; PIMBERT, M. P. **Social Change And Conservation: Environmental Politics and Impacts of national Parks and Protected Areas**. Londres: Earthcan Publications Limited, 1997. 352p.

PIMENTEL, D. et al. Food production and energy crisis. **Science**, n.182, p. 443-449, 1973.

PINHEIRO, S. L. G.; PEREIRA, J. C. O Projeto Desenvolvimento Local Sustentável/MICROBACIAS 2 e a perspectiva agroecológica em Santa Catarina. **Congresso Brasileiro de Agroecologia**, v. 2, n. 1, p.1-4, fev. 2007.

PLANETA ORGÂNICO. **História da Agricultura Orgânica: algumas considerações**. Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br/histaorg3.htm>>. Acesso em: 08 fev. 2012.

PLOEG, J. D van der.; SACCOMANDI, V. On impact of endogenous development in agriculture. In: PLOEG, J.D van der.; DIJK, G van. (Ed.). **Beyond modernization: The impact of endogenous development**. Assen: Van Gorcum, 1995.

PRETTY, J. N. **Regenerating agriculture. Policies and practice for sustainability and self-reliance**. Londres: Earthscan, 1996.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOSSISTEMAS – PGAGR/UFSC. **Histórico**. 2012. Disponível em: <<http://www.pgagr.cca.ufsc.br/hist.htm>>. Acesso em: 13 jul. 2012.

PUGLIESE, P. Organic Farming and Sustainable Rural Development: A Multifaceted and Promising Convergence. **Sociologia Ruralis**, Oxford, v. 41, n. 1, p.1-19, jan. 2001.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva, 1992.

RAY, C. Neo-endogenous Rural Development in the EU. In: CLOKE et al. (Ed.). **Handbook of Rural Studies**. Sage Publications, 2006, p. 278-291.

REVISTA AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL. Porto Alegre: Emater/RS, 2011. ISSN 1519-1060.

REVISTA AGROPECUÁRIA CATARINENSE - RAC. Por que Empasc? Por que Revista? **Revista Agropecuária Catarinense**, Florianópolis, v. 1, n. 1, mar. 1988.

RODALE INSTITUTE. **About us**. 2012. Disponível em: <http://www.rodaleinstitute.org/about_us>. Acesso em: 13 jul. 2012

SANTOS, L. W dos. **A fusão pesquisa agrícola-extensão rural em Santa Catarina**. 2001. 248 f. Tese (Doutorado). Departamento de Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, S. A Pluriatividade e o Desenvolvimento Rural Brasileiro. In: **Cadernos do Ceam**. Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial – contribuições ao debate. Brasília, Universidade de Brasília, v. 5, n. 17, 2005.

SECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR - SAF. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural: Versão Final.** Brasília, 2004. 22p.

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA. Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina S. A. **Mercado de Hortifrutigranjeiros: Ceasa (SC) - Edição Especial 2009.** Florianópolis, 2009. 32p. (Boletim Anual).

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL DE SANTA CATARINA. **Informe final de implementação: Programa de recuperação ambiental e de apoio ao pequeno produtor rural (PRAPEM/MICROBACIAS 2).** Santa Catarina, 2009. 78p.

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DE PESCA. Programa SC RURAL. **ASSINADO! SC RURAL - Microbacias 3 já é realidade.** Disponível em: <<http://www.microbacias.sc.gov.br/visualizarNoticia.do?entity.noticiaPK.cdNoticia=4931>>. Acesso em: 30 jul. 2010.

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DA PESCA. **O projeto.** 2012. Disponível em: <<http://www.microbacias.sc.gov.br/prtProjeto.jsp>>. Acesso em: 14 ago. 2012.

SECRETARIA DO ESTADO DA EDUCAÇÃO. **Sabor saber: Histórico.** Florianópolis, 2009. Disponível em: <<http://www.sed.sc.gov.br/educadores/alimentacao-escolar/457-sabor-saber>>. Acesso em: 14 ago. 2012.

SECRETARIA EXECUTIVA DE ARTICULAÇÃO NACIONAL. **Governo confirma recursos de US\$ 90 milhões com Banco Mundial para a agricultura familiar.** 2010. Disponível em: <http://www.san.sc.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=582&Itemid=26>. Acesso em: 30 jul. 2012.

SEIBEL, E. J. **Ciclos institucionais e estilos de gestão pública: a trajetória da Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina.** Florianópolis: mimeo, 1994. 11p. mimeografado.

SEIFERT, R. Q. **Extensão rural em Santa Catarina: impasses político-pedagógicos (1956-1985)**. 1990. 222f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1990.

SILVA, J. G. da. Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento. In: NEAD. **José Graziano, Jean Marc e Bianchini debatem “O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento”**. Brasília: MDA, 2001.

SILVESTRO, M. L.; ABRAMOVAY, R.; MELLO, M. A.; DORIGON, C.; BALDISSERA, I. T. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Brasília: Nead, 2001.

SIMON, Á. A. **Extensão Rural em Microbacias Hidrográficas como estratégia de Gestão Ambiental no meio rural catarinense: a qualidade dos sistemas sociais e ecológicos como um patrimônio comum**. 2003. 429 f. Tese (Doutorado). Departamento de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

SLAVIC, I. P. Neoendogenous In and Output of Selected Rural Areas: the Case of Economic Cycles in Slovenia. **Revija Za Geografijo**, Slovênia, v. 5, n. 1, p.75-90, 2010.

SOUZA, A. T.; CONCEIÇÃO, O. A. **Fatores que afetam a qualidade da banana na agricultura familiar catarinense**. Florianópolis: Instituto Cepa/SC, 2002. 80p.

SOUZA FILHO, J.; BORCHARDT, I.; CARVALHO JR. L. C. de; HERZOG, D. **Estudo de competitividade da piscicultura na região Oeste de Santa Catarina**. Florianópolis: Instituto Cepa/Epagri, 2004. 97p.

SOUZA FILHO, J.; SCHAPPO, C.L.; TAMASSIA, S.T. J, BJORCHARDT. **Estudo de competitividade da piscicultura no Alto Vale do Itajaí**. Florianópolis: Instituto Cepa/Epagri, 2002. 73p.

SOUZA, N. R. A criação da EMATER/SC. In: FURTADO FILHO, D.; SILVA, F. da C.; FRANCO, H. M. **Gotas de suor: uma trajetória de 40 anos**. Florianópolis: EPAGRI, 1996. 210p.

TAGLIARI, P. S. **Situação atual e perspectivas da agroecologia**. Disponível em:

<http://www.cnpsa.embrapa.br/pnma/pdf_doc/2-PAULOTAGLIARI.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2012.

TAVARES, J.; RAMOS L. (Org.) . **Assistência Técnica e Extensão Rural**: construindo o conhecimento agroecológico. Manaus: IDAM, 2006. 181p.

TEDESCO, J. C. **Terra, trabalho e família: Racionalidade produtiva e ethos camponês**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

THE SOIL ASSOCIATION. **Who we are**. 2012. Disponível em: <<http://www.soilassociation.org/aboutus/howweare>>. Acesso em: 13 jul. 2012.

THE WORLD BANK. **About us: Five Agencies, One Group**. , 2012. Disponível em: <<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/EXTABOUTUS/0,,pagePK:50004410~piPK:36602~theSitePK:29708,00.html>>. Acesso em: 14 ago. 2012.

TORESAN, L.; MATTEI; L.; GUZZATTI, T. C. **Estudo do potencial do agroturismo em Santa Catarina**: impactos e potencialidades para a agricultura familiar. Florianópolis, Instituto Cepa/SC, 2002.

VANDRESEN, C. **Merenda Escolar Orgânica**: uma política pública para a agricultura familiar. 2005. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas). Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

VEIGA, J. E. da. et. al. **A face rural do desenvolvimento**: natureza, território e agricultura. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

VEIGA, J. E. da. O Brasil rural ainda não encontrou se eixo de desenvolvimento. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 43, n. 15, 2001.

WARD, N. et al. Universities, the Knowledge Economy and Neo-Endogenous Rural Development. **Centre For Rural Economy**: University Of Newcastle, p. 1-15, nov. 2005. Disponível em:

<<http://www.ncl.ac.uk/cre/publish/discussionpapers/pdfs/discussionpaper1.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2012.

WERNER, H. Experiências da EPAGRI com pesquisa, extensão e capacitação para a produção de hortaliças orgânicas no Alto Vale do Itajaí, SC. **Horticultura Brasileira**, Brasília, v. 19, n. 2, p. 187-8, 2001.

WIESE, H. A força da apicultura. In: FURTADO FILHO, D.; SILVA, F. da C.; FRANCO, H. M. (Org.). **Gotas de suor**: uma trajetória de 40 anos. Florianópolis: EPAGRI, 1996. 210p.

WILLER, H.; KILCHER, L. (Ed.). **The world of organic agriculture**: statistics & emerging trends 2009. Genebra: FIBL-IFOAM, 2009. 307p.

WILKINSON, J. **Estudo da competitividade da indústria brasileira**: complexo agroindustrial. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1996.

WILKINSON, J. **O Estado, Agricultura e a Pequena Produção**. São Paulo, Hucitec, 1985.

ZOLDAN, P. **O PIB e a evolução recente da economia catarinense**. In: Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina. Florianópolis: Epagri/Cepa, 2010. 315p.

ZOLDAN, P.; CAPPELINI, C. **Museu do agricultor de Santa Catarina**: estudo para implantação. Florianópolis: Instituto Cepa/Fepa, 2004. 120p.

ZOLDAN, P.; KARAM, K. F. **Estudo da dinâmica da comercialização de produtos orgânicos em Santa Catarina**. Florianópolis: Instituto Cepa/SC, 2004. 181p.

APÊNDICE A - Roteiro de entrevistas

✓ Pesquisadores e extensionistas da EPAGRI:

1	Inicialmente, devo estabelecer uma relação entre a EPAGRI e a agricultura orgânica, entre a EPAGRI e a agroecologia, entre EPAGRI e a agricultura alternativa? Qual a melhor terminologia?
2	Como a sua atuação profissional na EPAGRI se relaciona com a (.....)?
3	Você recorda de ações na (.....) antes da fusão que deu origem a EPAGRI?
4	Em sua opinião, a fusão foi positiva ou negativa para a (.....)?
5	Se fosse necessário dividir a atuação da EPAGRI frente a (....) em fases, quantas e quais seriam?
ITENS 6 A 11 FORAM REPETIDOS EM CADA UMA DAS FASES CITADAS NO ITEM ACIMA	
6	<i>Como foi a atuação da EPAGRI na primeira fase?</i>
7	<i>Quais foram os principais entraves para o desenvolvimento da (.....) naquele momento?</i>
8	<i>Houve resistência dentro da EPAGRI?</i>
9	<i>Houve resistência de outras instituições?</i>
10	<i>Como foi a atuação do poder público federal nessa fase?</i>
11	<i>Como foi a atuação do poder público estadual nessa fase?</i>
12	Como o senhor explica que a produção (....) é encontrada em algumas regiões em maior quantidade que em outra?
13	Como as diferentes direções da instituição se posicionaram frente ao (....)
14	Qual a relação dos programas Microbacias I e II e do SC RURAL no desenvolvimento da (.....)?
15	Como o senhor avalia a produção de (....) atualmente no Brasil?
16	Como o senhor avalia a produção de (....) atualmente em Santa Catarina?
17	Quais são os projetos desenvolvidos atualmente pela EPAGRI relacionadas a (....)
18	Qual sua expectativa com relação a futuras ações da EPAGRI no tocante a (.....)?

✓ Diretores e presidentes de ONGs e Cooperativas:

1	Desde quando a (<i>nomes da ONG ou Cooperativa</i>) está atuando na região?
2	Como é a atuação da (<i>nomes da ONG ou Cooperativa</i>)?
3	A (<i>nomes da ONG ou Cooperativa</i>) possui alguma parceria com outra organização não governamental?
4	E com outras instituições públicas ou privadas?
5	Ao longo dos anos, quais foram as principais conquistas da (<i>nomes da ONG ou Cooperativa</i>)?
6	Dentre essas conquistas, em quais delas houve apoio de outras instituições, ligadas ao poder público federal ou estadual, por exemplo?
7	Quais são os principais entraves para a atuação da (<i>nomes da ONG ou Cooperativa</i>) ao longo de sua história?
8	E algum desses entraves esteve ou está ligado ao poder público federal ou estadual?
9	Como você avalia a atuação da EPAGRI no desenvolvimento da Agroecologia ou AO (<i>depende do termo usado pelo entrevistado</i>) no Estado ou na região de atuação da (<i>nome da ONG ou Cooperativa</i>)?
10	Como você considera a situação da (<i>depende do termo utilizado em outras perguntas</i>) de Santa Catarina atualmente?
11	Quais suas perspectivas para a (<i>depende do termo utilizado em outras perguntas</i>) no estado e no país nos próximos anos?

APÊNDICE B - Síntese da legislação brasileira

✓ **Primeira fase:** reúne os documentos publicados entre o final da década de 90 até novembro de 2009. São eles:

Nº	Data:	Documento:	Objetivos:
1999			
1	17 de maio	Instrução Normativa 007	Estabelecer as normas de produção, tipificação, processamento, envase, distribuição, identificação e de certificação da qualidade para os produtos orgânicos de origem vegetal e animal.
2000			
2	27 de novembro	Portaria nº 42	Designar os seguintes membros para comporem o Órgão Colegiado Nacional de Produtos Orgânicos Vegetais e Animais.
2001			
3	10 de abril	Portaria nº 19	Aprovar o Regimento Interno do Colegiado Nacional de Produtos Orgânicos e as diretrizes para os Regimentos Internos dos Colegiados Estaduais de Produtos Orgânicos.
2002			
4	10 de janeiro	Instrução Normativa 006	Glossário de Termos Empregados no Credenciamento, Certificação e Inspeção da Produção Orgânica, Critérios de Credenciamento de Entidades Certificadoras de Produtos Orgânicos e as Diretrizes para Procedimentos de Inspeção e Certificação.
2003			
5	23 de dezembro	Lei 10.831	Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências.
2004			
6	11 de junho	Instrução Normativa 16	Estabelecer os procedimentos a serem adotados, até que se conclua os trabalhos de regulamentação da Lei no 10.831 para registro

			e renovação de registro de matérias-primas e produtos de origem animal e vegetal, orgânicos, junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
2006			
7	08 de junho	Resolução nº 13	As operações de comércio exterior de produtos certificados originados do sistema orgânico de produção agropecuária industrial de que trata a Lei 10.831 de 23 ficam sujeitas aos procedimentos administrativos a serem adotados no Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX).
2007			
8	2 de janeiro	Lei nº 12.518	Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Incentivo ao Sistema Orgânico de Produção Agropecuária e Industrial no âmbito do Estado de São Paulo

- ✓ **Segunda fase:** compreende a legislação a partir do Decreto 6.323 até o início de 2011. São eles:

Nº	Data:	Documento:	Objetivos:
2007			
9	27 de dezembro	Decreto nº 6.323	Regulamenta a Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica.
2008			
10	8 de maio	Portaria nº 411	Submeter à consulta pública o Projeto de Instrução Normativa que trata das Boas Práticas na Produção Orgânica e seus respectivos Anexos.
11	9 de maio	Portaria nº 415	Submeter à consulta pública do Projeto de Instrução Normativa que trata das Comissões da Produção Orgânica e seus respectivos Anexos.
12	9 de maio	Portaria nº 416	Submeter à consulta pública o Projeto de Instrução Normativa referente aos Mecanismos da Garantia e Informação da Qualidade Orgânica e seus respectivos Anexos.
13	13 de maio	Portaria nº 422	Submeter à consulta pública o Projeto de Instrução Normativa que trata da Produção Animal e da Produção Vegetal e seus respectivos Anexos
14	13 de maio	Portaria nº 432	Submeter à consulta pública o Projeto de Instrução Normativa referente ao Extrativismo Sustentável Orgânico e seus respectivos Anexos.
15	13 de maio	Portaria nº 433	Submeter à consulta pública pelo prazo de 30 (trinta) dias, o Projeto de Instrução Normativa referente ao Processamento, Armazenamento e Transporte de Produtos Orgânicos e seus respectivos Anexos.

16	22 de outubro	Instrução Normativa 54	Regulamentar a Estrutura, Composição e Atribuições das Comissões da Produção Orgânica e aprovar as diretrizes para a elaboração do regimento interno das Comissões da Produção Orgânica nas Unidades da Federação.
17	18 de dezembro	Instrução Normativa 64	Aprovar o Regulamento Técnico para os Sistemas Orgânicos de Produção Animal e Vegetal (Ver doc. 13)

2009

18	28 de maio	Instrução Normativa Conjunta 17	Aprovar as normas técnicas para a obtenção de produtos orgânicos oriundos do extrativismo sustentável orgânico (Ver doc. 14).
19	28 de maio	Instrução Normativa Conjunta 18	Aprovar o Regulamento Técnico para o Processamento, Armazenamento e Transporte de Produtos Orgânicos (Ver doc. 15).
20	28 de maio	Instrução Normativa 19	Aprovar os mecanismos de controle e informação da qualidade orgânica e aprovar os formulários oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Ver doc. 12)
21	23 de julho	Instrução Normativa SDA 25	Aprovar as normas sobre as especificações e as garantias, as tolerâncias, o registro, a embalagem e a rotulagem dos fertilizantes orgânicos simples, mistos, compostos, organominerais e biofertilizantes destinados à agricultura.
22	5 de novembro	Instrução Normativa 50	Instituir o selo único oficial do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica e estabelecer os requisitos para a sua utilização nos produtos orgânicos.
23	23 de dezembro	Decreto nº 7.048	Dá nova redação ao art. 115 do Decreto no 6.323 (Ver doc. 9)

2010			
24	26 de outubro	Portaria nº 1.033	Submeter à consulta pública pelo prazo de 30 (trinta) dias o Projeto de Instrução Normativa que aprova o Regulamento Técnico para a Produção de Cogumelos Orgânicos.
25	26 de outubro	Portaria nº 1.034	Submeter à consulta pública pelo prazo de 30 (trinta) dias o Projeto de Instrução Normativa que aprova o Regulamento Técnico para a Produção de Sementes e Mudanças em Sistemas Orgânicos
26	26 de outubro	Portaria nº 1.035	Submeter à consulta pública pelo prazo de 30 (trinta) dias o Projeto de Instrução Normativa que aprova o Regulamento Técnico para a Certificação Orgânica de Unidades Comercializadoras, Transportadoras ou Armazenadoras.

APÊNDICE C - A proposta de transição agroecológica na EMBRAPA

A instituição

A EMBRAPA é uma instituição vinculada ao MAPA e está sob a coordenação do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA), instituído em 1992 e constituído (além da EMBRAPA) por Unidades Estaduais de Pesquisa Agropecuária (Oepas), universidades, institutos de pesquisa e organizações públicas ou privadas vinculadas à atividade de pesquisa agropecuária. A EMBRAPA começou a funcionar em 26 de abril de 1973, contando atualmente com 9.248 empregados, sendo 2.215 pesquisadores. Sua “missão” é “[...] viabilizar soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agricultura, em benefício da sociedade brasileira” (EMBRAPA, 2011). A instituição é estruturada em 14 Unidades Administrativas, ou Unidades Centrais, todas elas localizadas no edifício sede em Brasília, e 41 Unidades de Pesquisa, ou Unidades Descentralizadas, espalhadas pelo território nacional e divididas em: unidades de serviço, unidades de pesquisa de produtos, unidades de pesquisa de temas básicos e unidades de pesquisa agroflorestal ou agropecuária nas ecorregiões brasileiras.

Noção de agroecologia

A noção de agroecologia assumida pela instituição está presente no *Marco referencial em agroecologia*, um documento de 70 páginas, publicado em 2006. Segundo o documento, a discussão não visa obter uma definição fechada; ao contrário, busca apresentar algumas aproximações que o debate e a literatura especializada vêm sinalizando nas últimas três décadas (MARCO..., 2006, p. 22)⁴¹. De maneira geral, parte-se da ideia de que agroecologia surge em resposta às “[...] situações objetivas e interesses convergentes hoje na sociedade [...]” e, mais do que isso, que demarca “[...] um novo foco de necessidades humanas, qual seja, o de orientar a agricultura à sustentabilidade, no seu sentido multidimensional” (MARCO..., 2006, p. 22). Mais do que se referir à agricultura, a agroecologia abrange aspectos da sustentabilidade: econômica - potencial de renda e trabalho, além de acesso ao mercado; ecológica - qualidade de recursos naturais e de relação ecológica de cada ecossistema; social - com inclusão das populações mais pobres e segurança alimentar; cultural - com respeito às culturas tradicionais; política - organização para participação nas decisões; e ética - valores morais transcendentais.

Conforme o *Marco referencial em agroecologia* sugere, a agroecologia tem sua demarcação inicial na necessidade de integrar a ecologia aos sistemas

⁴¹ MARCO REFERENCIAL EM AGROECOLOGIA. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. p. 70.

de produção agropecuários, diferenciando-se da agricultura convencional, e tendo algumas ideias como centrais. A primeira delas é a noção do “local”. O local é o que dá sentido à agroecologia, pois é a realidade socioeconômica ecológica local que define a melhor forma de aplicação da teoria, exigindo ajustes a cada situação (MARCO..., 2006, p. 24). A manifestação local constrói novas referências, que servem de inspiração a novas experiências, mostrando o seu caráter dinâmico. A segunda ideia é de um campo de conhecimento “transdisciplinar”. A agroecologia, como uma formulação relativamente recente, busca relativizar ou eliminar uma série de elementos consagrados e propor métodos inovadores e “estratégias de recontextualização entre conhecimentos acumulados ao longo do tempo e a geração de novos conhecimentos” (MARCO..., 2006, p. 25). Esse processo se dá por meio da contribuição das Ciências Naturais e Humanas, procurando incorporar os conhecimentos de forma mais integrada e abrangente do que as disciplinas isoladas. A última ideia que fundamenta a noção de agroecologia é o “conhecimento popular e tradicional” como fonte de informação para modelos que possam ter validade nas condições atuais.

De maneira geral, buscando formular um conceito de agroecologia com base no “Marco Inicial” (MARCO..., 2006, p. 24-26), tem-se:

- ✓ A agroecologia tem sua demarcação inicial na afirmação da necessidade de integrar a ecologia aos sistemas de produção agropecuários, diferenciando-se, a princípio, das práticas de agricultura convencional.
- ✓ A agroecologia é um referencial teórico, que ganha caráter concreto quando aplicado às realidades locais.
- ✓ As experiências locais podem validar os princípios, ponderando cada um deles e enriquecendo a própria concepção teórica da agroecologia.
- ✓ A agroecologia, por meio das inúmeras experiências que vem inspirando, tem contribuído para a construção de um banco de referências com potencial para inspirar o desenho e o manejo de agroecossistemas sustentáveis nas mais variadas condições.
- ✓ A agroecologia é considerada como ciência emergente, orientada por uma nova base epistemológica e metodológica.
- ✓ A agroecologia é considerada como campo de conhecimento transdisciplinar, que recebe as influências das ciências sociais, agrárias e naturais, em especial da Ecologia Aplicada.
- ✓ A agroecologia tem base na relação sinérgica entre a evolução do conhecimento científico e do saber popular e sua necessária integração.

Por fim, o documento apresenta uma abordagem técnica da agroecologia. Fazendo uso dos termos de Altieri (2001, citado por MARCO..., 1995, p. 26), a agroecologia envolve: a) conservação e regeneração dos recursos naturais – como solo, água, recursos genéticos, fauna e flora; b) manejo dos recursos produtivos – diversificação, reciclagem dos nutrientes e da matéria orgânica e regulação biótica; c) implementação de recursos técnicos – definição de técnicas ecológicas, escala de trabalho, integração dos elementos do sistema em foco e adequação à racionalidade dos agricultores.

Principais desafios

A transição agroecológica buscada pela EMBRAPA traz consigo uma série de novos desafios. Alguns deles estão expostos no *Marco referencial em agroecologia* (2006), embora, para compreendê-los, acredita-se ser necessário apresentar as etapas de transição que ocorrem dentro e fora do sistema de produção, de maneira gradual, variando de quão distante o sistema se encontra da sustentabilidade. Baseando-se em Gliessman, são apresentados três passos de transição interna ao sistema produtivo e um passo externo. Os internos são:

- ✓ Redução e racionalização do uso de insumos.
- ✓ Substituição de insumos químicos por outros de origem biológica.
- ✓ Manejo da biodiversidade e redesenho dos sistemas produtivos.

Apesar de as mudanças técnicas e tecnológicas serem de grande valia, a transição completa-se quando condições externas à unidade de produção também são estabelecidas, construídas pela sociedade e pelo Estado. Exemplo disso é a consciência pública, a organização dos mercados, mudanças institucionais de pesquisa, ensino e extensão, formulação de políticas públicas com enfoque agroecológico, avanços na legislação ambiental etc.

Por meio do Marco Inicial é possível sistematizar alguns dos principais eixos de renovação nos métodos e nos enfoques de pesquisa adotados, muitos deles baseados no conceito de agroecologia que foi visto anteriormente. São eles:

- ✓ Concepções dos pesquisadores.
- ✓ Geração de renda.
- ✓ Participação dos agricultores.
- ✓ Critérios na avaliação de desempenho das pesquisas e Unidades.
- ✓ Procedimentos de financiamento.

Segundo o *Marco referencial em agroecologia* (2006, p. 16), nos paradigmas científicos há resistência à inovação, e operam tanto na instituição como em seus pesquisadores. Diante disso, é necessário renovar a concepção dos pesquisadores para renovar a concepção da instituição e vice-versa. Essa mudança perpassa a articulação de especialistas de diversos ramos de conhecimento, possibilitando a elaboração de projetos de pesquisa multi, inter e transdisciplinares. Ainda segundo o documento, uma das novidades da agroecologia é o estudo do agroecossistema – “[...] no desenvolvimento de sistemas que potencializem os fluxos e ciclos naturais para que eles interatuem em favor do desempenho produtivo de cultivos e criações” (MARCO..., 2006, p. 17). O agroecossistema pode ser compreendido como um sistema socioeconômico, em que interagem subsistemas de produção de bens e serviços voltados para o mercado e consumo da família. Aí reside o segundo aspecto, segundo o qual o desafio está em avaliar a eficiência econômica na dupla função – na geração de renda não monetária consumida diretamente pela família e nos vínculos com o mercado, na troca de produtos por moeda corrente (MARCO..., 2006, p. 18).

Conforme visto no conceito de agroecologia, o envolvimento dos agricultores e agricultoras na pesquisa é de suma importância para seu avanço, dada sua capacidade de inovar em suas práticas de manejo e sua eficiência em disseminar conhecimentos em suas redes locais. Portanto, a integração entre agroecologia e as dinâmicas sociais promove também a articulação entre a atividade científica e o desenvolvimento local (MARCO..., 2006, p. 18-9). Os dois últimos desafios estão inseridos em um contexto mais institucional, com relação aos critérios adotados nos sistemas de avaliação de desempenho de pesquisadores e Unidades, e aos procedimentos de financiamento. No primeiro, parte-se da premissa que sistemas de conhecimento complexos exigem “processos avaliativos flexíveis e criativos que não percam o rigor e a transparência” (MARCO..., 2006, p. 19). O foco na agroecologia deixa de ser o desenvolvimento de tecnologias passíveis de patenteamento e prontas para servirem de “modelo”, o que modifica totalmente os critérios utilizados até o momento. O mesmo pode ser dito acerca dos procedimentos de financiamento, que deverão ser transformados para que os métodos contidos no projeto de agroecologia não sejam “[...] inviabilizados pela rigidez imposta pelas ‘matrizes lógicas’ que engessam a ação criativa do cientista” (MARCO..., 2006, p. 19).